



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCÂVO DA BAHIA**  
**CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS**



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL EM HISTÓRIA**  
**DA ÁFRICA DA DIÁSPORA E DOS POVOS INDÍGENAS**

**ANDERSEN KUBNHAVN FIGUEIRÊDO**

**ATIVISMO NEGRO EM SALVADOR NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR**  
**(1970-1980)**

**CACHOEIRA – BA**

**2016**

**ANDERSEN KUBNHAVN FIGUEIRÊDO**

**ATIVISMO NEGRO EM SALVADOR NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR**

**(1970-1980)**

Dissertação apresentada ao Colegiado do Curso do Programa de Pós-Graduação em História da África da Diáspora e dos Povos Indígenas da Universidade Federal do Recôncavo, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em História da África, na área de Concentração em História da África da Diáspora e dos Povos Indígenas.

Orientador: **Antonio Liberac Cardoso Simões Pires**

**CACHOEIRA – BA  
2016**

Ficha Catalográfica: Biblioteca Universitária de Cachoeira - CAHL/UFRB

F475a Figueirêdo, Andersen Kubnhavn  
Ativismo negro em Salvador no período da Ditadura Militar (1970-1980) / Andersen Kubnhavn Figueirêdo. – Cachoeira, 2016.

193 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Liberac C. Simões Pires.  
Coorientador: Prof. Dr. Antônio Maurício Freitas Brito.  
Dissertação (mestrado profissional) - Programa de Pós-Graduação em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2016.

1. Ditadura - Brasil - História - Séc. XX. 2. Negros - História - Séc. XX. 3. Movimentos sociais - Brasil - Séc. XX.  
I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Centro de Artes, Humanidades e Letras. Programa de Pós-Graduação em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas. II. Título.

CDD: 981.063

**ANDERSEN KUBNHAVN FIGUEIRÊDO**

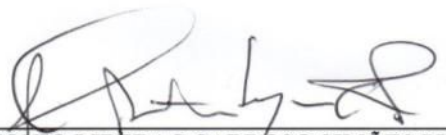
**ATIVISMO NEGRO EM SALVADOR NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR**

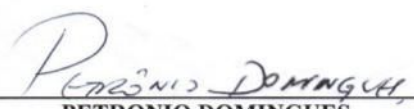
**(1970-1980)**


Dissertação submetida à avaliação para obtenção do grau de Mestre em História no Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos indígenas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Cachoeira, 17 de junho de 2016.

**EXAMINADORES:**

  
ANTÔNIO LIBERAC CARDOSO SIMÕES PIRES  
(ORIENTADOR)

  
PETRONIO DOMINGUES  
(UFS)

  
ROSY DE OLIVEIRA  
(UFRB)

**CACHOEIRA-BA  
2016**

Para todos os regueiros guerreiros espalhados por  
toda a nação tupiniquim

In memoriam ao grande homem que passou por  
essa Terra meu pai, Abílio Figueiredo e a minha mãe

Adalcinda Santana Batista.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Jah Jesus Cristo, Rei dos Reis, Deuses dos Deuses, que, ao longo desse tempo todo em que me encontro aqui, nesse país chamado Brasil, tem me guiado, protegido dos enganos, dos inimigos ocultos, dos escravocratas de gravata disfarçados.

Ao meu pai, Abílio Figueiredo (in memória), homem íntegro que, na sua simplicidade, ensinou o sentido da palavra amor, perdão, solidariedade, amizade e compreensão, eternas saudades. A minha mãe, Aldacinda Santana Batista (in memória) sou muito grato como filho por ter ensinado as armadilhas do mundo e os perigos em cada esquina. Ao curso de Pós-Graduação em História da África que serviu como base para que pudesse ingressar no mestrado.

Agradeço também aos colegas do curso de Pós-Graduação, pelos constantes diálogos e acirrados debates em torno de aspectos da produção historiográfica contemporânea, que serviram de subsídio para minha compreensão intelectual. Ao meu irmão, Gustavo Figueiredo, que teve a paciência de me conduzir aos lugares de Salvador, para que eu pudesse realizar as entrevistas com os militantes negros, assim como ter acesso aos arquivos dessa cidade. As minhas irmãs Alida Ingrid Figueiredo e Milena Santana Figueiredo, sempre depositando confiança neste projeto que me propus a realizar.

A Valdeane dos Santos Oliveira, que me encorajou a fazer o Mestrado Profissional em História da África, sempre com palavras positivas, levantando a minha autoestima, e que foi uma das grandes precursoras da minha volta ao mundo acadêmico.

Agradeço ao grande amigo e irmão José Alberto Nascimento de Jesus, que analisou minuciosamente a pesquisa.

Ao amigo Lucas Ribeiro Campos que trouxe dicas importantíssimas para construção desse trabalho, além de fornecer materiais pertinentes ao tema pesquisado.

Ao amigo Thiago Moura Gonçalves da Compware em Cruz das Almas pela grande ajuda na finalização dessa dissertação.

Aos colegas professores que foram solidários e sensíveis ao meu esforço de concluir essa pesquisa. Agradeço ao Centro Noturno de Educação da Bahia em Cachoeira, (CENEB), ao Centro Educacional Cruzalense (CEC – Cruz das Almas – Ba), ao Colégio Estadual João Batista Pereira Fraga (Muritiba – Ba).

Agradeço a professora Teresa Cristina Cardoso de Souza, grande educadora que, com sua paciência e competência, corrigiu, minuciosamente, o Capítulo II intitulado Ativismo

negro na cidade de Salvador na década de 1970: Imbricações políticas e culturais”, capítulo este da qualificação.

A Nadjá Ferreira Santos, grande incentivadora, que ajudou demais a realizar essa pesquisa, através do seu apoio, presenciando os momentos de angústias e incertezas, serei profundamente grato a ti. A Adriana Alves de Almeida, brilhante em todas as etapas desse trabalho.

Agradeço também a Maria de Fátima Brito, que teve o prazer de disponibilizar o seu computador para a realização dessa dissertação. Ao colega Ednaldo Santos, conhecido como “Grande”, do Terminal Rodoviário de São Félix (BA), que a partir de sua análise e de sua experiência de vida, chamou-me a atenção que o universo acadêmico possui nuances e sutilezas percebíveis apenas aos que despertam a percepção.

Ao *reggae*, enquanto movimento musical e político, que trouxe inspiração para pensar a realidade cotidiana, dispondo de boas novas e atitude questionadora frente ao sistema desigual que vivemos, informando sobre o perigo da sociedade varonil.

Aos colegas de mestrado, aos professores, aos funcionários ao meu orientador, Antônio Liberac Cardoso Simões Pires, muito obrigado. Agradeço, enormemente, a contribuição de todos aqueles que me fizeram ser um historiador.

## RESUMO

Movimento negro surgiu da demanda reprimida de uma parcela da população, socialmente excluída do acesso aos bens de produção econômica, refletindo-se na condição de vulnerabilidade social, a que foi exposta historicamente, ora pelo racismo institucional, ora pelo imaginário racista, fundamentado na “ideologia do embranquecimento”. Nesse sentido, o movimento negro buscou estratégias de luta contra o racismo e pela integração do homem de cor na sociedade brasileira. Nessa trajetória destacam-se a Imprensa Negra, a Frente Negra Brasileira (FNB), a União dos Homens de Cor (UHC) o Teatro Experimental do Negro (TEN) e o Movimento Negro Unificado (MNU), além de outras entidades negras surgidas no período do pós-abolição. Para denunciar os dados provenientes de séculos de exploração a que foram vítimas ao longo do processo da diáspora, os negros utilizaram também, como estratégias de luta, ações de sensibilização pautadas no discurso político-partidário de esquerda. Paralelamente a isso, formaram-se entidades culturais que inseriram elementos da musicalidade, da indumentária, adereços, expressões corporais e os cabelos *dread* e *Black power*, ajudando a compor um cenário de visibilidade e de elevação da autoestima da população afrodescendente brasileira. Essas estratégias ajudaram a denunciar o racismo velado na sociedade brasileira, como também colocou em xeque o discurso hegemônico da “igualdade racial no Brasil”. Desse modo, inserir o presente estudo visa contribuir para o aprofundamento da discussão étnico-racial no Brasil, lançando outros olhares sobre a temática racial no Brasil.

**Palavras-chave:** Movimento Negro, Diáspora, Racismo.



## ABSTRACT

Black movement arose from suppressed demand from a portion of the population, socially excluded from access to economic output, reflecting on a condition of social vulnerability, which has historically been exposed, either by institutional racism, sometimes racist imagery, based on "whitening ideology." In this sense, the black movement sought strategies to combat racism and achieve black man's integration into Brazilian society. Along the way, Black Press, the Brazilian Black Front (FNB), the Colored Men Union (UHC) Black Experimental Theatre (TEN) and the Unified Black Movement (MNU) stands out besides other entities arisen after abolition. To report data from a century of exploration they were victims throughout the diaspora process, blacks also used as combat strategies, awareness actions based on left-winged party-political discourse. In parallel, cultural entities were formed inserting elements of musicality, the clothing, props, body expressions and dreadlock and Afro hairstyle, helping to create a scenario of visibility and raising the self-esteem of the Brazilian Afro-descendant population. These strategies helped report veiled racism in Brazilian society, but also put into question the hegemonic discourse of "racial equality in Brazil." Thus, the present study aims to contribute to the deepening of ethnic-racial debate in Brazil, launching other looks on the racial issue in Brazil.

**Keywords:** Black Movement, Diaspora, Racism.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Fotografia 01:</b> Carnaval. In Arquivo do Ilê Aiyê, Sede Senzala do Barro Preto 1976.....	<b>77</b>
<b>Fotografia 02:</b> Cerimonial do candomblé In: Arquivo do Ilê Aiyê, Sede da Senzala do Barro Preto.....	<b>80</b>
<b>Fotografia 03:</b> As cores do Ilê Aiyê: vermelho, preto, amarelo e branco. In: Arquivo do Ilê Aiyê, Sede Senzala do Barro Preto.....	<b>81</b>
<b>Fotografia 04:</b> Estética Negra. In: Arquivo do Ilê Aiyê: Sede Senzala do Barro Preto.....	<b>89</b>
<b>Fotografia 05:</b> Curuzu, no Bairro da Liberdade. In: Arquivo do Ilê Aiyê, Sede Senzala do Barro Preto.....	<b>100</b>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>1 NEGROS EM MOVIMENTO</b> .....	19
<b>1.1 MOVIMENTO NEGRO</b> .....	19
<b>1.2 CONTRADITANDO A IDEOLOGIA DA DEMOCRACIA RACIAL</b> .....	41
<b>1.3 MOVIMENTO NEGRO CONTEMPORÂNEO</b> .....	47
<b>2 ATIVISMO NEGRO EM SALVADOR NA DÉCADA DE 1970: IMBRICAÇÕES ENTRE POLÍTICA E CULTURA.</b> .....	62
<b>2.1 O ATLÂNTICO: INTERCÂMBIO NECESSÁRIO</b> .....	62
<b>2.2 SALVADOR NA DÉCADA DE 1970</b> .....	63
<b>2.3 O MNU</b> .....	82
<b>2.4 AS DIVERGÊNCIAS: CULTURA X POLÍTICA</b> .....	83
<b>2.5 QUEBRANDO PARADIGMAS</b> .....	93
<b>2.6 ORGANIZAÇÃO DO MNU</b> .....	95
<b>2.7 CONCLUSÕES PRELIMINARES</b> .....	99
<b>3 MOVIMENTO NEGRO E OS PARTIDOS POLÍTICOS</b> .....	107
<b>3.1 “ANOS DE CHUMBO”</b> .....	107
<b>3.2 – DÉCADA DE 1970</b> .....	108
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	128
<b>REFERÊNCIAS:</b> .....	133
<b>ANEXOS</b> .....	142

## INTRODUÇÃO

Pesquisar o ativismo negro na cidade de Salvador (BA), na década de 1970, representa um grande desafio, uma vez que essa é uma seara enfrentada por poucos pesquisadores. Ter atuado com militantes em eventos culturais, como, por exemplo, o da Semana da Consciência Negra, em unidades escolares do ensino básico e superior, ajudou-me a traçar o recorte temático dessa pesquisa, na qual busquei retratar os aspectos de divergência dentro do movimento negro baiano na década de 1970, identificando minúcias nos relatos dos integrantes das entidades negras, identificando a dicotomia político-cultural.

Foram utilizadas, nesse trabalho, fontes orais, através de entrevistas com os militantes negros da época, para condicionar a pesquisa. Porém tais fontes orais não proporcionaram suficiente consistência nos dados, necessitando observá-las, com o trabalho de interpretação. Foram submetidas ao processo de problematização das fontes, no sentido de criar um norte para a narrativa do presente objeto de estudo.

As entrevistas realizadas tiveram o estilo temático, que permitem a certeza do grau elevado de escolarização dos militantes entrevistados (acadêmicos, em maioria). Esse estilo se liga muito pouco à cronologia, nos relatos factuais. Foi percebido também, nas entrevistas, que alguns militantes não vivenciaram os acontecimentos na década de 1970, mas, por pertencerem às entidades negras em épocas posteriores, se sentiram os protagonistas daquele acontecimento. São acontecimentos, segundo Michael Pollak, “vividos por tabela”.

Michael Pollak, em seu artigo “Memória, esquecimento, silêncio”, publicado em *Estudos Históricos* 3 (1989), baseado em sua conferência no CPDOC, posteriormente, denominado de “Memória e Identidade Social”, como uma homenagem póstuma, diz que

[...] a história oral nos obriga a levar ainda mais a sério a crítica das fontes. E na medida em que, através da história oral, a crítica das fontes torna-se imperiosa e aumenta a exigência técnica e metodológica, acredito que somos levados a perder, além da ingenuidade positivista, a ambição e as condições de possibilidade de uma história vista como ciência de síntese para todas outras ciências humanas e sociais [...] (POLLAK, 1992, p. 208.)

Foram também utilizadas fontes documentais como elemento complementar às narrativas dos entrevistados, através de consultas a periódicos da década de 1970, com destaque para o *Jornal da Bahia*, o *Jornal A Tarde*, a *Tribuna da Bahia*, o *Diário de Notícias de Salvador*, entre outros. As consultas foram realizadas, principalmente, nos meses de fevereiro e maio, já que o mês de fevereiro contempla a época do carnaval, momento em que

os blocos afro tinham a sua aparição, através dos desfiles por ruas e avenidas do circuito, e no mês de maio, encontra-se a data do 13 de maio, celebrada em função da assinatura da Lei Áurea, que aboliu, formalmente, a escravidão no Brasil.

Foram consultados outros jornais mais antigos, como *O Democrata*, de 1917, e *O Imparcial*, da década de 1920, que trouxeram assuntos pertinentes a “Sociedade Henrique Dias” e “A Frente Negra da Bahia”, presentes no Capítulo I, intitulado “Negros em Movimento”, além das bibliografias mencionadas na referência.

Ao longo de dois anos, foram realizadas entrevistas com vinte e dois integrantes de entidades negras, oriundos da cidade do Salvador e do interior do Estado da Bahia. A princípio, o questionário era fechado e único para todos os entrevistados, mas como não estava adequado, uma vez que nem todos os militantes tinham as mesmas funções dentro das entidades, questões educacionais, políticas e culturais passaram a ser reformuladas para atender as especificidades de cada depoente.

Com base nas análises do discurso dos entrevistados, foi possível identificar uma rede de relações, pautadas na luta e no embate político do segmento de cor, como estratégia de engajamento social dos militantes, para fundamentar a construção do movimento negro na cidade de Salvador na década de 1970.

A discussão travada com professores e alunos de curso do Mestrado em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas, permitiu a reflexão e o direcionamento do objeto desta pesquisa.

O debate, seguido de uma provocação a respeito do tema da pesquisa, nesse trabalho, sem nenhum critério de julgamento, retrata alguns antagonismos presentes na formação do movimento negro baiano, na década de 1970, dando ênfase ao setor político e cultural. Em Salvador esse acirramento foi muito expressivo, e foi através desses antagonismos que surgiram as principais representatividades do movimento negro na Bahia.

Foram analisadas as minúcias em torno da polarização política e cultural, contida nas entidades negras para delinear as suas ações contra o racismo estrutural eminente na sociedade brasileira, em particular, na cidade de Salvador.

Destaca-se ainda, o diálogo com o professor e Geógrafo, Jânio Roque, principalmente em relação aos territórios de resistência negra, na cidade de Salvador, sugerindo bibliografias que pudessem ajudar a conhecer a importância desses espaços para a visibilidade das entidades negras.

Entende-se, como movimento negro, um conjunto de reivindicações de um grupo social discriminado, a partir de um imaginário social racista. Nesse sentido, o movimento

negro buscou construir uma agenda positiva, no sentido da auto-afirmação, assim como buscou denunciar os danos provenientes de séculos de exploração as quais foram vítimas, submetidas ao longo do processo da diáspora.

Este aspecto também é enunciado no estudo de Joana Maria Ferreira da Silva<sup>1</sup> em sua dissertação de mestrado, intitulado “Centro de Cultura e Arte Negra – Trajetória e Consciência Étnica”, no qual o movimento negro

[...] tem, também, outra particularidade, qual seja, existe desde a chegada do negro escravizado ao território brasileiro e sua origem está nas ações isoladas dos escravos: seja deixando-se matar pelo rigor do trabalho, pelo “banzo”, pelas fugas – muitas vezes sem resultado e sem nenhuma perspectiva -, seja pelas ações organizadas dos quilombos e a luta por sua defesa [...] (SILVA, 1994, p. 10)

Os negros foram os sobreviventes de um dos maiores genocídios cometidos contra o ser humano. Homens e mulheres eram arrancados de seu *habitat* e forçados, eram amontoados em navios superlotados, levados a lugares distintos e distantes, sendo submetidos a serviços compulsórios e insalubres. Segundo o historiador Paulo Stavale,

O Brasil nunca teve o código que regulamentasse os castigos impostos aos escravos como acontecia no resto da América. A legislação existente servia apenas para coibir os excessos praticados por alguns senhores de engenho. Esses excessos poderiam começar no pelourinho com chicotadas, passando a mutilações de partes como as mãos, a língua, as orelhas, chegando até a execução final, na forca ou então em alguns casos de ex-escravos, de escravos queimados vivos. Tudo isso como forma de coibir novas tentativas de rebelião, novos descatos, tudo isso para servir de exemplo a outros escravos. (STAVALE, 2009, fita cassete.)

Mesmo com todos esses maus-tratos, o homem negro e a mulher negra conseguiram preservar a sua cultura, seja através dos métodos tradicionais, como a dança, a capoeira, a música, as indumentárias, penteados, estampas, adereços, a religião, e/ou através de embate, com luta corporal, com fugas, que ocasionaram a formação de diversos quilombos<sup>2</sup>. É o que também aponta o historiador Paulo Stavale,

<sup>1</sup> Joana Maria Ferreira da Silva, bacharel em Serviço Social e Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo com Doutorado na École des hautes em Sciences Sociales e na Université Paris I Pauthéon-Sorbonne. Atualmente, exerce a função de assistente socioeducativa no Departamento de Ação Social, da Infância e da Saúde pela Prefeitura de Paris (França)

<sup>2</sup> “A palavra “Quilombo” tem origem nos termos “Kilombo” (Quimbundo) ou “achilombo” (Umbundo) presente também em outras línguas faladas ainda hoje por diversos povos Bantus que habitavam a região de Angola, na África Ocidental. Antigamente Quilombo designava apenas um lugar de pouso utilizado por população nômade. Posteriormente também passou a designar acampamentos de caravanas que faziam o comércio de cera, escravos e outros itens cobiçados pelos colonizadores”. Informações obtidas no documentário sobre quilombo exibido durante o Curso de Especialização em História da África, da Cultura Negra e do Negro no Brasil durante a aula ministrada pelos professores Rosy de Oliveira e Xavier Gilles Vatin na disciplina comunidades negras rurais e cultura negra. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2011.

[...] Palmares significou o Brasil livre, negro dentro de o Brasil senhorial. Isso para a época não podia ser aceito, não só pela questão social, mas, principalmente pelo fator econômico que estava por trás da escravidão, já que os escravos representavam um investimento muito grande feito por parte dos senhores e esse investimento tinha que ser recuperado de qualquer maneira. (IDEM, 2009, fita cassete.)

Nesse processo de diáspora, os negros reinventaram e readaptaram os seus costumes, através das condições socioambientais disponíveis. As táticas e estratégias reelaboradas pelos afro-brasileiros constituíram-se em um encontro com a “Mãe África”, mesmo de maneira simbólica.

Sendo assim, esse trabalho de pesquisa foi organizado em três capítulos. O Capítulo I versa sobre “Negros em Movimento”, em que é traçado um panorama histórico da formação do movimento negro no Brasil, dialogando com a historiografia especializada e a imprensa editada por representação negra.

Nesse capítulo, destaca-se a Frente Negra Brasileira – FNB, e sua importância como um instrumento de denúncia contra o preconceito na década de 1930, apontando a educação como um dos pilares fundamentais para a ascensão do homem e da mulher negra na sociedade brasileira. Vale ainda ressaltar, nesse capítulo, a “Frente Negra da Bahia”, destacando seus objetivos políticos e sociais, além de outras entidades negras presentes em Salvador nessa época, como a Sociedade Henrique Dias, A Escola dos Filhos dos Pobres, A Sociedade Protetora dos Desvalidos – SPD.

Outra instituição importante que serviu de estudo, nesse capítulo, foi a União dos Homens de Cor – UHC, fundada em Porto Alegre, em 1941, por um farmacêutico e articulista João Cabral Alves, que apresentou propostas significativas para a emancipação dos afrodescendentes no Brasil, abrindo filiais em vários estados da federação. Destaca, nessa trajetória, O Teatro Experimental do Negro – TEN, (que teve como um dos fundadores o militante Abdias do Nascimento). O TEN valorizou os artistas negros e suas aptidões ao teatro, como enfatiza a historiadora Patrícia de Santana Pinho: “[...] buscou enfatizar os “valores negros”, invocando “as qualidades” que lhes seriam “próprias”: emotividade, a passionalidade e a teatralidade “inatas” [...]” (PINHO, 2004, p. 87).

Ainda nas décadas de 1940 e 1950, houve o surgimento de inúmeras organizações antirracistas, com destaque para a Associação José do Patrocínio, criada em 1941 em São Paulo; Associação de Negros Brasileiros (ANB), criada em 1945, em São Paulo, por ex-militantes da Frente Negra Brasileira (FNB); Associação Cultural do Negro (ACN), fundada em 1954, em São Paulo.

Por fim, o Movimento Negro Contemporâneo, destacando o MNU e a sua política de combate ao racismo, e que teve pretensões de chegar ao poder institucional, diferenciando-se, em alguns pontos, dos seus antecessores, apesar das diversas formas de continuidade na tradição política de tais movimentos.

Esse capítulo também destaca diversas situações racistas presentes na cidade de Salvador durante a década de 1970. Esses registros são confirmados através de matérias presentes nos periódicos *A Tarde*, *Jornal da Bahia*, *Tribuna da Bahia*.

O segundo capítulo, intitulado “Ativismo negro em Salvador na década de 1970: imbricações políticas e culturais”, traça as especificidades das ações do MNU e do Ilê Aiyê, no sentido de analisar a ótica do ativismo político e cultural, o papel do movimento negro na cidade de Salvador na década de 1970, enfocando as divergências durante essa fase, principalmente no que concerne a um determinado grupo de militantes partidários de esquerda do Movimento Negro Unificado, os quais analisavam as manifestações culturais como desprovidas de uma concepção político-ideológica de enfrentamento com o poder do Estado.

Com base nos depoimentos obtidos dos militantes do MNU, para esta pesquisa, o setor cultural apenas resgatava a autoestima do homem negro e da mulher negra, em suas apresentações nos blocos afro. Expressões do tipo “o negro é lindo”, “eu sou negão”, “meu cabelo é *black*”, entre outras expressões, configuram esse universo de elevação da autoestima do negro. Mas, segundo integrantes do MNU, ainda não se convertiam em políticas públicas efetivas para os afrodescendentes.

Para os militantes partidários do MNU/Bahia<sup>3</sup>, considera-se referência de ações culturais efetivas por conquistas políticas, um episódio na África do Sul, durante o regime nazista de *apartheid*, em que militantes negros sul-africanos usaram o toque do tambor e a dança, no sentido simbólico para o enfrentamento contra o regime vigente.

Ao sustentar essa concepção dicotômica entre ação política e ação cultural, um grupo de militantes partidários do MNU não aceitou, por exemplo, as religiões de matrizes africanas como território de resistência, e nem como alternativas de denúncia contra o preconceito, o racismo e a discriminação racial, como ilustra o historiador Joel Rufino dos Santos

Na visão dos adeptos da ação político-ideológica, as organizações “culturalistas” não são movimento negro. As suas – e bem se vê aqui um campo de força delimitado – é que o são, por terem caráter político (“porque a mobilização da grande maioria dos negros, sendo o seu objetivo fundamental, é, ao mesmo tempo, uma condição necessária para a transformação da nossa sociedade”) e ideológico

<sup>3</sup> Gilberto Leal, um dos fundadores do MNUCDR/Bahia, atualmente faz parte da Direção Executiva da CONEN-Bahia.



(“porque ao colocar o fato de ser negro como um valor questiona, na raiz, os valores dominantes da nossa sociedade”). Movimento negro são apenas, em suma, as ações e organizações que visam explicitamente a combater o racismo e sua cultura. Essa “cultura do racismo” – e esse é um dos seus conceito-chave – consistiria mesmo na domesticação das expressões culturais e intelectuais da comunidade negra. Assim, para exemplificar, a escola de samba seria “cultura do racismo”, pois “folcloriza” uma forma cultural “autêntica” e reproduz, tanto na relação com a sociedade global quanto na sua estrutura interna, o padrão racista do universo brasileiro. (SANTOS, 1985, 10)

A proposta desse capítulo, portanto, é mostrar ao leitor que, apesar de existir divergências, ambos os setores (político e cultural), utilizaram táticas para denunciar o racismo na sociedade brasileira na década de 1970, seja através de um discurso de inclusão política, ou seja por meio da performance que incluía a dança, a música o teatro. Essas estratégias foram positivas e conseqüentemente resultaram em conquistas para o povo negro. Inclusive, a relação entre esses setores produziu agentes que vivenciaram experiências tanto na prática política, quanto nas práticas culturais.

Entretanto, o parecer neste capítulo não é um julgamento das maneiras alternativas de encaminhar as ações, mas compreender que não se pode pensar o movimento negro coeso e unificado na sua totalidade. O movimento apresenta uma diversidade de concepções e de interesses frente a um sistema brasileiro que se valeu de mecanismos como a ideologia da democracia racial, para impossibilitar que os afrodescendentes tivessem um entendimento maior de sua real situação na sociedade brasileira.

Neste enfoque, enfatiza-se que cisões, divergências, tensões de caráter político constam do universo das múltiplas concepções ideológicas, presentes nos movimentos sociais. E o movimento negro também se insere nessa lógica de ser heterogêneo, convergindo na luta pela emancipação do “povo negro”, mediante conquistas efetivas de direitos sociais e identificação cultural, principalmente na Bahia.

O capítulo direciona a atenção do leitor para a existência de um intercâmbio cultural que havia na década de 1970, entre Salvador e alguns países africanos. Intercâmbio importante para a construção da noção de pertencimento. Foi necessário pontuar alguns acontecimentos que influenciaram esse intercâmbio. Neste texto, ainda se discutiu a importância das práticas de resistência<sup>4</sup> de diversas entidades negras. Foi também realizada

---

<sup>4</sup> Resistência é entendida enquanto um conceito produzido pelos agentes políticos e culturais, focos desta pesquisa.

uma análise sobre o Estatuto do MNU, a Carta de Princípios e o Plano de Ação. Quanto às fontes principais, pautaram-se em uma revisão bibliográfica e análise de jornais e relatos.

O terceiro capítulo, intitulado “Movimento Negro e os Partidos Políticos”, pretende mostrar a participação do Movimento Negro Unificado (MNU) com os principais partidos existentes na década de 1970, com destaque aos partidos de esquerda.

Esse capítulo ainda mostra os mecanismos de repressão adotados pelo regime militar, enfatizando os Atos Institucionais, o Departamento de Ordem Política e Social – DOPS, e o Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), que resultaram em perseguições, prisões, torturas e mortes de muitos integrantes de partidos de esquerda e militantes negros.

No plano de desenvolvimento econômico o destaque é para a chamada fase do “Milagre Econômico Brasileiro”, projeto elaborado pelo então Ministro da economia, Delfim Neto.

A intercorrência desse estudo revela que as estratégias e táticas realizadas pelo movimento negro, como forma de combater o racismo estrutural, a discriminação, o preconceito e a desmistificação da ideologia da democracia racial, surtiram efeito na proposição de políticas públicas afirmativas.

Enfim, o trabalho ainda traz o anexo intitulado “Galeria: Negros em Movimento”, uma exposição de fotografias com vários militantes negros que lutaram por um Brasil justo e igualitário.

## 1 NEGROS EM MOVIMENTO

*Sem amarras sobre os meus pés,  
Me pus a andar...  
...Às vezes, perdi,  
Às vezes ganhei,  
E soube também  
Me defender bem [...]  
(Tribo de Jah)*

Este capítulo tem como objetivo mostrar um breve apanhado sobre a trajetória do movimento negro ao longo da República, destacando a resistência negra, suas estratégias de luta contra o racismo e a integração do negro na sociedade brasileira, dando ênfase para a Imprensa Negra, a Frente Negra Brasileira (FNB), a União dos Homens de Cor (UHC), o Teatro Experimental do Negro (TEN) e o Movimento Negro Unificado (MNU).

### 1.1 MOVIMENTO NEGRO

O movimento negro, como todos os movimentos sociais, a exemplo do movimento feminista, do movimento LGBT, representa o momento de mobilização e de luta para as vítimas oprimidas pela sociedade. Os afrodescendentes se organizaram enquanto movimento negro, porque se deram conta, que não eram integrados na sociedade brasileira desde o fim da “abolição da escravatura”.

O antropólogo Kabengele Munanga<sup>6</sup>, em entrevista realizada no ano de 2014, esclarece que “[...] se, na véspera da abolição, o Brasil tivesse já implementado política de inclusão dos negros na sociedade, provavelmente, o movimento negro, com esse controle político, não teria nascido [...]”.

Assim, o movimento negro assume um controle coletivo, o movimento da vítima que luta, protesta, denuncia, e que quer a inclusão na sociedade brasileira, inclusão que começa com a igualdade de oportunidade.

---

<sup>6</sup> Kabengele Munanga, nasceu na República Democrata do Congo, antigo Zaire em 19/11/1942. Lecionou na Universidade do Rio Grande do Norte e foi o primeiro negro a cursar Antropologia na Universidade de São Paulo (USP), como também o primeiro a fazer doutorado em Sociologia nessa mesma instituição de ensino superior, se transformando no primeiro professor negro a lecionar na Universidade de São Paulo (USP). Autor de vários livros dentre eles: Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil, além de organizar outras obras como Superando o Racismo na Escola (org); Negritude – Usos e Sentidos. Atualmente é professor convidado da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

Para o historiador Petrônio Domingues,

[...] movimento negro é a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural [...]. (DOMINGUES, 2007, p.101).

Os negros nunca ficaram parados ou passivos frente às situações que passavam. Em todos os momentos, sempre resistiram, desenvolvendo várias formas de rebeldia contra a escravidão, seja por meio de fugas, que resultaram na formação de diversos quilombos, (um dos mais conhecidos, o Quilombo dos Palmares, localizado na Serra da Barriga, no Estado de Alagoas, que teve como principal líder Zumbi), que de acordo com a historiadora Ana Cristina Conceição Santos em sua tese de doutorado intitulada “Mulheres negras, negras mulheres: ativismo na capital baiana – 1980-1991” “[...] foi o maior quilombo da diáspora negro-africana, constituindo-se como local de referência da luta da população negra brasileira [...]” (SANTOS, 2015, p.51). Seja por meio de negociações, ou por meio do aborto e do infanticídio, ou até por meio do suicídio coletivo e individual.

De acordo com a historiadora Maria de Fátima Neves, o suicídio era “[...] provocado, em geral, pelo desespero do negro face à escravidão, mas também praticado como forma de reduzir o capital do senhor [...]”. (NEVES, 1996, p. 106). O suicídio não pode ser visto como um momento de fraqueza do negro escravizado, mas como um ato de libertação, pois acreditavam que alma retornaria a África.

De acordo com os historiadores João José Reis e Flávio Gomes,

[...] onde houve escravidão, houve resistência. E de vários tipos. Mesmo sob a ameaça do chicote, os escravos negociavam espaços de autonomia com os senhores ou faziam corpo mole no trabalho, quebravam ferramenta, incendiavam plantações, agrediam senhores e feitores, rebelavam-se individual e coletivamente [...]. (GOMES, 1996, p. 09).

Quarenta anos depois de “libertos,” os negros lutaram pela sua integração na sociedade, embora a sociedade não oferecesse subsídios para integrá-los, ao contrário classificaram como indolentes, inaptos, preguiçosos que, devido à desumanização da escravidão, foi incapaz de acompanhar uma sociedade em processo de desenvolvimento. Segundo Petrônio Domingues, (2005, p. 117) “[...] o fracasso na vida do negro devia ser interpretado como consequência das suas próprias deficiências, pois o sistema oferecia igualdade de oportunidades a todos, negros e brancos, indistintamente [...]”.

Assim, os fazendeiros subsidiaram a imigração<sup>7</sup> europeia, que, segundo os mesmos, eram mais eficientes. Dessa forma, o governo estabeleceu cotas para a permanência desses trabalhadores estrangeiros nas terras brasileiras.

O decreto de imigração nacional de 1890 incluiu uma cláusula a que impedia a entrada de africanos, assim como de asiáticos, em território brasileiro. Dessa forma, a elite branca dominante brasileira pregava que o insucesso dos negros era associado à ordem social (classe) e não a sua cor.

O historiador Wilson do Nascimento Barbosa, no artigo à Folha de São Paulo, Leia prefácio de “Uma História Não Contada” referente ao livro de Petrônio Domingues denominado “Uma História Não Contada – Negro, Racismo e Branqueamento em São Paulo, esclarece que “os imigrantes substituíram os negros praticamente em todas as atividades importantes. Tomaram-lhes os empregos, os postos de trabalho, as ruas, os bairros em que viviam, e impediram a sua presença na escola, na oficina e na fábrica”. (BARBOSA, 2014, p 1)

Todavia, mesmo com todos esses entraves, os negros brasileiros começaram a se organizar em grupos, criando grêmios, clubes ou associações de caráter assistencialista, recreativas e/ou culturais. Criaram a imprensa negra, cujos jornais refletiam o seu mundo ideológico, suas angústias, suas inquietações, suas incertezas, conforme aponta o historiador e militante negro Ivair Augusto Alves dos Santos,

Seu noticiário consistia de informações de eventos sociais, quermesses, aniversários, falecimentos, locais de festas, casamentos, formaturas. Refletia o mundo ideológico do negro paulista, suas esperanças e comportamento, retratando um contexto de ambigüidades, frustrações, incertezas. Reivindicavam sua integração e participação na sociedade e os resgates da história de um povo, com textos que demonstravam orgulho de pertencer à comunidade negra e, principalmente, valorizavam a educação como maneira de conseguir ascensão social. (SANTOS, 2001, p.14)

Os jornais da imprensa negra, apesar de identificarem uma série de tratamentos preconceituosos que eram feitos com os negros na sociedade brasileira no período do pós-abolição, e servirem também como um instrumento de divulgação de suas atividades, apresentaram muitas contradições e divergências entre os seus colaboradores. Alguns

---

<sup>7</sup> Para o militante e jornalista Hamilton B. Cardoso (1953-1999) no seu texto “Limites do confronto racial e aspectos da experiência negra do Brasil – reflexões” que faz parte da coletânea Movimentos Sociais na Transição Democrática. São Paulo: Editora Cortez, 1987 sob organização de Emir Sader esclarece que: “[...] a opção pela imigração branca em substituição à mão de obra negra, de origem africana, reflete uma opção política e a estratégia de desenvolvimento pela via europeia o que, em outro extremo é o fato político gerador dos movimentos negros no Brasil, como uma forma de resistência à discriminação racial implícita na estratégia de desenvolvimento do país [...]”.

“negligenciavam” a existência do racismo no país, sustentando, desta forma, a ideologia da democracia racial, diferente do que ocorria nos Estados Unidos, como salienta o historiador Antonio Liberac Cardoso Simões Pires “[...] A estratégia de combate ao racismo implantado pelas sociedades de homens de cor não se apresenta tão coesa, sobretudo quanto às visões sobre as políticas raciais no Brasil e nos Estados Unidos [...]”. (PIRES, 2006, p. 34). Outros saudavam D. Pedro I pelo pleito da Independência do Brasil, assim como a Princesa Isabel, como “Redentora” dos escravos, quando se referia à data comemorativa da abolição da escravidão. Ainda para o referido autor, “[...] um dos maiores problemas enfrentados pelos negros para chegarem a uma representação nacional foi a existências de rupturas profundas entre os agrupamentos de negros, seja na esfera política ou cultural [...]”. (IDEM, 2006, p. 30).

Não se quer, dessa maneira, apenas apontar dentro do movimento negro, os seus pontos fracos, acompanhados de um julgamento, mas pontuar também as iniciativas positivas organizadas pelos afro-brasileiros contra o preconceito e a discriminação racial ao longo do período do pós-abolição, além de esclarecer os diversos mecanismos criados e recriados pela sociedade brasileira, como, por exemplo, a invenção da ideologia da democracia racial, que teve a intenção dissociar a unidade do povo negro e encobrir os conflitos étnicos no país, como enfatiza o historiador Petrônio Domingues,

[...] a sociedade brasileira foi formada a partir da concepção de que o Brasil não havia problema racial. Esse é um dos mitos fundadores do Brasil: o da democracia racial. A ideia que se tem no Brasil é a de que o único problema existente é a pobreza. Esse mito fundador da sociedade foi bastante eficaz e impediu que as pessoas reconhecessem a existência do racismo. (DOMINGUES, 2005, p. 2)

Mesmo vigorando essa ideologia, os negros nunca se acomodaram e nem aceitaram plenamente o estabelecido. Uma prova cabal foi à criação de várias organizações negras de cunho político e reivindicatório em vários estados da federação. Assim, em 29 de outubro de 1926, foi fundado em São Paulo, o Centro Cívico Palmares por um grupo de jovens negros que faziam parte de jornais e as associações vigentes na cidade. O Centro Cívico Palmares representou um marco de grande importância para a mobilização dos negros do ponto de vista político. O seu surgimento antecede a Revolução de 1930 e a fundação da Frente Negra Brasileira (FNB).

Um dos feitos importantes do Centro Cívico Palmares foi à suspensão em 1928 do decreto que outrora impedia o acesso dos negros a Guarda Civil do estado de São Paulo. Embora essa suspensão seja efetuada somente em 1932, por intermédio dos militantes da

Frente Negra Brasileira. Vale ainda salientar outro aspecto relevante da organização que foi a valorização do Quilombo dos Palmares enquanto exemplo de luta, afirmação e visibilidade da história do povo negro no Brasil.

Em 4 de novembro de 1935, foi fundada, em São Paulo, a Federação dos Negros do Brasil, que teve uma importância fundamental na ampliação da cidadania, como a garantia dos direitos civis, políticos e sociais do povo afro-brasileiro, e também aqueles à margem da sociedade, inclusive brancos menos favorecidos economicamente.

A Federação dos Negros do Brasil teve vida efêmera, em virtude da ditadura instalada no país durante o governo de Getúlio Vargas, que utilizava como principal órgão de repressão, o Deops<sup>8</sup>.

Dessa maneira, segundo o historiador Petrônio Domingues,

[...] a Federação dos Negros do Brasil agenciou antigos e novos ativistas na luta contra o “preconceito de cor”, Tateou um projeto emancipatório; participou do complexo e efervescente jogo de alta política; estabeleceu alianças com grupos diversos; assumiu embates à luz de uma plataforma nacionalista; e plantou ambigualmente, a semente de uma consciência pan-africanista [...]. (DOMINGUES, 2011, p. 177)

Uma das mais significativas organizações da associação do negro no Brasil foi a Frente Negra Brasileira (FNB)<sup>9</sup> fundada em 16 de setembro de 1931, na cidade de São Paulo,

<sup>8</sup> Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS), teve sua criação em 30 de dezembro de 1924 de acordo com a Lei n. 2.034, sendo extinta em 4 de março de 1983, já no processo de abertura política no Brasil. A DEOPS teve como objetivo reprimir atos considerados subversivos a ordem estabelecida pelo Estado. Entretanto, foi bastante atuante durante o Estado Novo período conhecido como Ditadura Vargas. Nessa ocasião a DEOPS teve seu organograma alterado passando posteriormente a ser supervisionado pela Secretária de Estado dos Negócios da Segurança Nacional.

<sup>9</sup> Há uma lacuna muito grande na historiografia brasileira a respeito do associativismo negro na Primeira República. Só recentemente uns grupos de historiadores estão investindo em termos de pesquisa para reconstruir a trajetória das organizações negras antes da FNB. O destaque é a pesquisa desenvolvida pelo historiador Petrônio Domingues, entre suas contribuições, merece destaque para o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930) na Primeira República, contrapondo com as ideias de vários especialistas que argumentavam que o associativismo negro só surgiu a partir do Teatro Experimental do Negro, TEN, criado por Abdias Nascimento, Aguinaldo de Oliveira Camargo e Sebastião Rodrigues Alves. No artigo recentemente publicado na Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 34, nº 67, p. 251-281, 2014, intitulado “Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930), Petrônio Domingues vai mostrar exatamente que já existia esse associativismo no imediato pós – abolição e que perpassa toda a Primeira República, de modo que isso não foram evidentemente exclusividade e experiência do Rio de Janeiro, mas, aconteceu em outros lugares como em São Paulo e no Sul do Brasil. Domingues esclarece que ainda existe uma carência muito grande de trabalhos em outras regiões brasileiras, imperando a invisibilidade da historiografia em torno das experiências históricas, com relação à organização associativa dos negros na Primeira República. Quanto às filiais da Frente Negra Brasileira, falta pesquisa, na Bahia, por exemplo, só tem o artigo escrito pelo historiador Jefferson Bacelar e atualmente o levantamento de fontes organizadas pelo mestrando Lucas Andrade, que está pesquisando “O associativismo negro em Salvador: o caso da Frente Negra da Bahia (1932-1934)”. Esse projeto de pesquisa foi aprovado no Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia – UFBA na linha de Pesquisa Escravidão e Invenção da Liberdade, sob a orientação da Professora Dr<sup>a</sup> Iacy Maia Mata.

que grupou milhares de negros, abrindo filiais no Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, e fazendo organizações homônimas no Rio Grande do Sul, Bahia.

De acordo com o historiador Sales Augusto dos Santos, em sua tese de doutorado intitulada “Movimentos Negros, Educação e Ações Afirmativas”,

[...] A partir de sua fundação, a Frente Negra Brasileira se transformou numa referência importante para os afro-brasileiros de quase todo o Brasil, tendo entre os seus fins a ressocialização dos negros brasileiros. Buscava-se assim a ascensão moral e o progresso material dos afro-brasileiros. (SANTOS, 2007, p.75)

Em Salvador, a “Frente Negra” atuou entre 1932 e 1934, tendo como presidente, Marcos Rodrigues dos Santos<sup>10</sup>. A sua fundação foi noticiada pela imprensa local, através do Diário da Bahia,

Lemos em um dos nossos órgãos da imprensa a notícia da fundação de uma sociedade intitulada “A Frente Negra Brasileira de Salvador”. Inquerimos primeiramente, se a dita sociedade tem por invocação ou cargo o São Salvador se Ella é assim chismada pela sua criação nesta cidade do São Salvador. De qualquer modo que a encaremos, não lhe achamos procedência justificada, se Ella tem os mesmos intuítos de uma correlata que foi instituída em São Paulo, como criação nova de um motivo até agora inexistente no Brasil. Daquella dizem que é para defesa da raça. Mas, por Deus! Perguntamos em que raça, de que modo, que precisa de defesa? A que se pretende instituir não poderá ser considerada se não como uma imitação da paulista, e esta por sua vez uma imitação infundadamente da divergência racial dos Estados Unidos da América do Norte, sem se lembrarem seus interventores, ou talvez por pouco conhecimento de Graphia de que nós estamos nos Estados Unidos do Brasil, que infelizmente também por imitação é assim chamado e adaptou sua forma de governo presidencial, contra todas as suas circunstâncias fundamentaes do meio político nacional [...]. (DIÁRIO DA BAHIA, 1933, p. 7)

---

<sup>10</sup> Marcos Rodrigues dos Santos, negro, natural de Santo Antonio de Jesus, Recôncavo Sul da Bahia, foi professor, lecionando na Escola Noturna de São Vicente de Paula na Mouraria, fundador da “Frente Negra da Bahia”. Portanto, é de suma importância conhecer a sua trajetória uma vez que permite compreender melhor a atuação e contribuição dessa organização negra e seu intercâmbio com a sua congênere de São Paulo. Em entrevista ao Diário da Bahia, Marcos Rodrigues dos Santos, conta um pouco de sua trajetória de vida. Sou de Santo Antonio de Jesus, disse. Ali aprendi primeiras letras com a Proh. Zizinha que ainda vive e o ofício de sapateiro. Mas não eram essas minhas aspirações. Por isso aos 14 anos vim aqui para a capital. A vida foi difícil mas sempre consegui trabalho. Pertencendo a conferência de São Vicente de Paula pude ser adjunto de Conferente das docas por pedido de D. Henriqueta Catharino, que o fez para atender ao Dr. Augusto Lopes Pontes. Desde então gostava de ensinar a ler aos que não sabiam chegando a reger a Escola nocturna da Sociedade de São Vicente da Mouraria. Depois emigrei. Fui alfabetizar em Segueiro do Espinho, Verruga, Encruzilhada. Ahi iniciei a minha vida de judeu errante viajando para o norte de Minas, sempre pregando contra o analfabetismo. Desci depois o Jequitinhonha, estive em Cachoerinha, Canavieiras e Belmonte, voltando a esta capital em 1924. No anno seguinte casei-me. Vendo que ninguém é profeta em sua terra emigrei novamente. Fui para São Paulo. Vicentino que eu sou, consegui empregar-me como fiscal de estrada de rodagem. Fundei uma Conferência de São Vicente e uma escola em Cubatão. Judeu errante sempre, fui depois para Santos, lecionando no Mosteiro de São Bento. Ahi fundei a Frente Negra, conseguindo alistar quatro mil negros. Em 1932, apertaram as saudades e vim para a mulata velha. (Diário da Bahia 16/11/1932).



De acordo com a matéria publicada no Diário da Bahia, subtende-se que, no Brasil dessa época não existiam problemas raciais, o que predominava era uma harmonia pacífica e cordial entre as três “raças” que formaram a nação brasileira: os brancos, os negros e os índios. Em outra matéria anterior do jornal (1932), intitulado “*Pausa*”, essa concepção é ainda mais relevante: “Realmente assusta o título: Frente Negra mas, é real. Assusta até mesmo aos negros que recebem o grande elogio de: “preto na côm e branco na acção [...]”<sup>11</sup>

Observa-se que, nesse período, ocorreu a publicação do livro *Casa Grande & Senzala* (1933), do escritor pernambucano Gilberto Freyre, e que, posteriormente, este livro serviu como um grande propagador da ideologia da democracia racial brasileira, como coloca o cientista político norte-americano Michael George Hanchard: “A visão de Freyre foi decisiva para o desenvolvimento do mito da democracia racial”. (HANCHARD, 2001, p.61).

No início, as reuniões da “Frente Negra da Bahia” eram realizadas na Sociedade Protetora dos Desvalidos<sup>12</sup>, uma entidade negra, de caráter mutualista, fundada no século XIX.

<sup>11</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 11 de dezembro de 1932, p. 3

<sup>12</sup> Sociedade Protetora dos Desvalidos foi uma associação de homens negros, fundada em 16 de setembro de 1832 pelo africano livre Manoel Victor Serra. Entre os anos de 1832 a 1851 a entidade funcionou como Irmandade de Nossa Senhora da Soledade Amparo dos Desvalidos, exercendo a função de junta de alforria, ajudando dessa maneira, os africanos escravizados juntamente com os seus familiares a conseguir a sua liberdade. Antes de 1835 a Irmandade aceitava qualquer trabalhador negro livres, tanto brasileiro quanto africano. Após 1835, com a Revolta do Malês, muda o compromisso (espécie de estatuto), aceitando dessa forma somente negros brasileiros, como forma de segurança. Em 1851, a entidade assumiu o caráter de uma sociedade civil, passando a ser denominada Sociedade Protetora dos Desvalidos, conservando o critério racial para o ingresso de seus sócios. Na década de 1970 a Sociedade Protetora dos Desvalidos organizou uma série de atividades: Em 13 de maio de 1973, em passagem da comemoração do Dia da Abolição da Escravatura, organiza um evento que teve como conferencista o professor Cid Teixeira, cujo tema da palestra foi “Abolição e Destino de um Povo” – Tráfico Ilegal de Escravos. (Jornal A Tarde 12 de maio de 1973). A Sociedade Protetora dos Desvalidos promoveu no dia 12 de maio de 1976 uma palestra com o professor Waldemar Mattos sobre a Irmandade do Rosário dos Pretos, no dia 13 de maio foi com o psiquiatra George Alakija que falou sobre a “Escravidão Psicológica do Negro, e no dia 14 a palestra ministrada pelo professor Walter Carneiro “A luta dos Negros pela libertação na Bahia”. Protetora dos Desvalidos – SPD e o Centro de Estudos Afro-Orientais – CEAO realizaram entre os dias 08 a 13 de maio de 1978 uma programação especial, lembrando a passagem dos 90 anos da abolição da escravidão no Brasil. Abriam o evento na Sociedade Protetora dos Desvalidos, o Cardeal Brandão Vilela ministrando a palestra “Cristianismo e racismo”, enquanto no CEAO tivemos as palestras com o professor Ralph Waddey com o tema “Introdução ao acervo da fonética”. No dia 09 de maio foi a vez do professor Guilherme de Souza Castro com a palestra “A base etno cultural africana do Brasil tradicional”. No dia 10 de maio o professor N’Tetila N’ Landu-Langa falou sobre Músicas e Danças Africanas – origens. Sobre a trajetória da Sociedade Protetora dos Desvalidos ver: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Associação de Beneficência, Salvador: Imprensa Oficial do Estado da Bahia, p. 494, jul, 1923, Edição Especial do Centenário; BRAGA, Júlio. **Sociedade Protetora dos Desvalidos**: uma irmandade de cor. Salvador: Ianamá, 1987, p. 23-32; VERGER, Pierre. **Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos**: dos séculos XVII a XIX. São Paulo: Corrupio, 2002, p. 546-548. Estatuto da Sociedade Protetora dos Desvalidos, aprovado pelo governo da Província em 26 de agosto de 1874 *apud* BRAGA, op. cit., p. 79. Atualmente existe uma pesquisa que está sendo desenvolvido por Lucas Ribeiro Campos, mestrando no Programa de Pós-Graduação em História, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), tendo como título da sua dissertação Sociedade Protetora dos Desvalidos: mutualismo entre homens negros em Salvador (1874-1894), sob a orientação da professora Dr<sup>a</sup> Wlamyra Ribeiro de Albuquerque. Observação. Esses dados sobre a Sociedade

A primeira reunião foi realizada no dia 15 de novembro de 1932, às 16 horas, na sua sede provisória, localizada na rua Ruy Barbosa, nº 44 (loja). A sessão foi presidida pelo Inspetor Geral, Marcos Rodrigues dos Santos, contou com a presença do Presidente da entidade, Arnaldo Santos, do Conselho, constituído por Alfredo Jorge de Carvalho, 1º Secretário, Alexandre Vieira dos Santos, 2º Secretário, e Alvaro Rocha, membro do Grande Conselho.

A “Frente Negra da Bahia” realizou uma série de atividades ao longo dos seus dois anos de existência. Criou vários cursos direcionados a instrução dos associados, como aulas primárias de alfabetização, francês, português, música, inglês, e aulas de datilografia, corte e costura. Todas emitiam diplomas oficializados. As inscrições eram feitas na sede própria da entidade, na Rua d’Ajuda, nº 12 (1º andar), das 9 até às 23 horas. As aulas eram ministradas nos três turnos: matutino, vespertino e noturno. A entidade também organizou uma agência de emprego, e promoveu uma série de eventos, como apresentação de filmes e festival de música. Esses eventos eram feitos geralmente, em prol de suas obras e do Ensino, para a compra de mobiliários (cadeiras, mesas) por exemplo, como informa a imprensa local, através do Diário da Bahia,

No próximo sabbado foi effetuado o pomposo festival no Cine Theatro Olympía em benefício das obras e do Ensino na Frente, para o qual todos devem estar solidários adquirindo os bilhetes que estão postos à venda na própria sede à rua da Ajuda nº 12 – 1º andar.”<sup>13</sup>

Fundou o jornal intitulado “Frente Negra”, promoveu conferências, como “o negro bahiano”, “A família e a alfabetização”, realizou seminários que tinham como finalidade a divulgação bem como a defesa da entidade. Organizou no campo da política comícios em diversas localidades da cidade de Salvador, como nos bairros Sete Portas, Largo Dois de Julho, Baixa de Quintas, Largo do Tanque, Fazenda Garcia, Engenho Velho e Docas, sempre dando ênfase a alfabetização e a liberdade de voto para os negros, como retrata o Diário da Bahia,

FRENTE NEGRA  
REALISOU-SE HONTEM UM COMICIO PRESENCIADO  
POR CERCA DE TRES MIL PESSOAS

---

Protetora dos Desvalidos foram fornecidos por Lucas Ribeiro Campos. Ver em anexo o Estatuto da Sociedade Protetora dos Desvalidos.

<sup>13</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 14 de maio de 1933, p. 2

Realizou-se, hontem, nas Docas, entre o 4º e 5º Armazens ás 17 horas, um grande comício promovido pela “Frente Negra”  
Falaram, sendo bastante applaudidos os srs. Marcos Rodrigues dos Santos e prof. Durval Dyonysio da Silva, “leaders” da citada organização, focalizando a “alfabetização da Raça e a liberdade de voto.”  
Foi intensa a ocorrência ao ponto onde se effectuou o “meeting” sendo calculada a presença de cerca de 3 mil pessoas.<sup>14</sup>

Sempre no dia 13 de maio, data comemorativa da abolição da escravidão no Brasil, a “Frente Negra da Bahia” homenageava vários abolicionistas que interferiram nesse processo, assim como personalidades negras que tiveram importância na história dos negros na Bahia, como a visita pelos Fretenegrinos aos túmulos dos professores Maxwell Porphirio, Ascendino dos Anjos e Manuel Raimundo Querino. Discutiam assuntos que estavam em evidência nessa época, como as eleições Constituinte de 1934.

Para a historiadora Flávia Mateus Rios, em sua tese de doutorado, intitulada “Elite Política Negra no Brasil: relação entre movimento social, partidos políticos e Estado” diz que

[...] Encontros, romarias e eventos comemorativos compõem uma tradição política inventada no contexto de configuração da identidade coletiva negra. Dito assim, formas de agir também revelam modos de sentir. Ação e sentimento, estratégias e emoção, racionalidade e subjetividade parecem ser mesmo composições fundantes de um movimento social [...] (RIOS, 2004, p. 30)

A “Frente Negra da Bahia” instalou sucursais em diversos bairros da cidade de Salvador (BA), destacando as localidades do Saboeiro e Villa América, como noticiou o Diário da Bahia, na matéria intitulada A “FRENTE NEGRA” ESTÁ INSTALANDO SUCCURSAES:

Attendendo ao pedido que lhe foi feito por elementos residentes ao Saboeiro a directoria da “Frente Negra da Bahia” nomeou uma comissão que installou uma succursal da mesma instituição naquelle bairro, com seu respectivo departamento feminino e ficando em organização a escola nocturna da dita succursal.  
Outra comissão foi designada para attendendo ao pedido de moradores da Villa America, ali installar também uma succursal o que se verificou com a posse da junta governativa constituída de sete membros, devendo ser brevemente inaugurada a sua escola nocturna.<sup>15</sup>

A “Frente Negra da Bahia” não se diferenciou do objetivo da sua congênere paulista, principalmente quanto a parte educacional, sempre entendida como prioridade entre os seus membros, o que pode ser verificado nos diversos cursos já apresentados anteriormente,

<sup>14</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 16 de março de 1933, p. 2

<sup>15</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 16 de agosto de 1933, p. 2

promovido, pela organização durante o período de sua existência, entre 1932-1934, como mostra o Diário da Bahia,

A Organização Frentenegrina vem se desenvolvendo extraordinariamente sob todos os pontos de vista. Entretanto, o que mais satisfaz no momento é a maneira carinhosa com que alfabetisa o grande número de alunos que buscaram sua sede de ávidos de educação e instrução.

E' tocante ver se senhores e creanças em sigela promiscuidade, atarefados no desempenho das lições e das escriptas, num verdadeiro anseio de aprender.

Tudo isto vem trazendo a nobre instituição immensamente confortada, o que aliás tem sido um grande estímulo para a fundacção de noos cursos e ampliação dos existentes

. As inscripções para os cursos: primário, complementar, de música, Dactylographia e línguas acham se abertas podendo os candidatos entenderem-se na sede da Frente à rua da Ajuda 12, 1º andar de 9 até ás 23 horas.<sup>16</sup>

De acordo com a professora Ana Célia da Silva, as distinções que havia entre a “Frente Negra da Bahia” e a sua congênere paulista podem ser analisadas da seguinte forma:

A “Frente Negra” de São Paulo teve participação das camadas médias negras, impedidas de ascensão, alijadas do mercado de trabalho, na competição com os imigrantes

Em Salvador, muitos dos descendentes de africanos escravizados não são desalojados das suas posições no mercado de trabalho. Alguns mestiços integram-se ao “mundo dos brancos” Pretos autônomos atingem condição material estável [...]. (SILVA, 2002, p. 145)

De fato a “Frente Negra da Bahia” foi administrada por mestiços e pretos pobres. Sucumbiu em 1934 sob a instauração e propagação da ideologia da democracia racial e das reações negativas e tendenciosas tecidas pela imprensa local em face de sua criação, como consta na matéria do Jornal A Tarde, o qual o cronista a descreve,

Frentes Negras

Um problema novo – Porque? – Homens de cor e o Brasil – A Bahia e os problemas artificiaes – Sentindo de uma evolução – Impertinencia anacronica.

Cogita-se na Bahia – diséram os telegrammas – da formação de uma “Frente Negra”. Decérto a exemplo de S. Paulo, onde há tempo se fez uma “Frente Negra”.

Quer parecer.nos que o problema não existia. Não existia em S. Paulo, seguramente; não existia absolutamente na Bahia. E' novo, imaginado não é real. [...]

[...] A Bahia de Luiz Gama, de Montezuma, de Rebouças, de Manoel Querino, de Elias Nazareth, de Theodoro Sampaio não precisa de “frentes negras” copiadas de outros climas para apresentar ao Brasil a perfeita fraternização dos seus filhos.

Os problemas mais lamentáveis são os problemas artificiaes<sup>17</sup>

<sup>16</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 21 de junho de 1933, p. 3

<sup>17</sup> A TARDE, 6 de dezembro de 1932, p. 1

Apesar de identificar a existência do preconceito racial na sociedade brasileira, como também de servir de instrumento de ajuda na integração dos negros nessa sociedade, embora suas reivindicações políticas se configurassem contestações limitadas a hegemonia branca, a Frente Negra assumiu o caráter assimilacionista, uma vez que não tinha uma percepção de mudança na estrutura vigente da sociedade. A educação, para os Frentenegrinos, seria um dos elementos fundamentais no processo de ascensão social, mas essa educação deveria ser nos moldes europeus. Assim, a Organização Frentenegrina pensava que o problema do negro no Brasil era de ordem educacional, e, se houvesse acesso a uma excelente educação o branco deixaria de discriminá-lo.

Como assinala o historiador Sales Augusto dos Santos,

Como a maioria das principais entidades negras brasileiras, a Frente Negra também se preocupou com a educação formal dos negros. Desse modo, ela passou a ter a educação como: um valor ou, se se quiser, uma condição necessária para a ascensão moral e o progresso material dos negros, que era um dos seus objetivos [...] (SANTOS, 2007, p. 77)

A Frente Negra Brasileira criou grupo musical, time de futebol, grupo de teatro, oferecia serviço médico, assessoria jurídica, além de promover diversos cursos de arte e ofício, de formação política, e de fundar o seu próprio jornal, intitulado “A Voz da Raça.” Criou, escolas em virtude da impossibilidade de acesso aos negros a boas escolas, mesmo quando as escolas públicas eram de excelente qualidade, pois existiam mecanismos de exclusão, como o uniforme, que era bastante caro, por exemplo.

Entretanto, o motivo principal de mobilização da Frente Negra Brasileira era a educação, que ocasionaria, na integração total dos negros na sociedade brasileira, uma educação de caráter eurocêntrico. Isso é evidente nas palavras do presidente de honra da “Frente Negra da Bahia”, Marcos Rodrigues dos Santos, concedida ao Diário da Bahia, em que refere a “[...] Alfabetização, como um dos formidáveis factores da sua instituição, o que deve constituir a pedra angular de todas as organizações que se venham fundar no nosso Brasil [...]”.<sup>18</sup>

Contudo, ao longo desses anos, isso não se comprovou, pois, mesmo que alguns negros tivessem acesso à educação, no mercado de trabalho, não eram tratados de maneira igualitária. Atualmente, as pesquisas<sup>19</sup> têm demonstrado que o homem negro, em média,

<sup>18</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 26 de abril de 1933, p. 3

<sup>19</sup> Ver: FIGUEIREDO, Angela. Classe Média negra – trajetórias e perfis. EDUFBA, edição 1ª, Salvador, 2012.

ganha menos do que o homem branco, com a mesma qualificação, com a mesma formação escolar, da mesma maneira que uma mulher negra ganha menos que uma mulher branca.

Então, se comprovou que não era suficiente o acesso à educação, embora seja reconhecida sua importância. Era preciso combater o racismo em todas as esferas da sociedade, através da política de inclusão, mesmo para aqueles que tiveram acesso a uma boa educação.

Todavia, devido à falta de uma concepção política e ideológica clara, a Frente Negra Brasileira sucumbiu, caindo nas armadilhas de uma sociedade projetada nos moldes paternalista, conservador e clientelista. Assim, muitos dos seus militantes se aventuraram para o comunismo e socialismo, que atendem a corrente marxista de uma revolução social. Mas, alguns militantes debandaram para o integralismo, corrente de direita conservadora, que se aliou aos aspectos ideológicos do nazismo na primeira metade do século XX, caracterizando, assim, as divergências dentro da FNB.

Para o cientista político estadunidense Hanchard,

A falta de posturas ideológicas bem marcadas também sugere a tendência reativa e rotineira de um movimento social que existiu sem uma base sólida na política partidária ou organizacional, no continuum esquerda-direita... Um exemplo realmente lastimável disso na história da política racial é a Frente Negra Brasileira, que existiu como partido político de 1936 a 1937. O conjunto amplo e contraditório de posturas condensadas numa única organização política acarretou coalizões com os socialistas em algumas partes do país e com os fascistas em outras[...]. (HANCHARD, 1988, p. 111)

Às vezes surpreende, que o movimento negro, da dimensão da FNB, apesar de identificar a existência de uma discriminação racial, tenha alguns dos seus principais líderes adeptos do integralismo de linha nazista, embora não tivessem a pretensão de estabelecer esse regime aqui no Brasil. Valorizava o nacionalismo exacerbado alemão, seguido por Adolf Hitler<sup>20</sup>, logo depois da Primeira Guerra Mundial. Entretanto, esse regime pregava a purificação da sociedade, através de uma raça ariana, pura, alimentando a humanidade por meio do autoritarismo, da intransigência, do ódio. Essa ideologia ocasionou o genocídio de milhões de judeus mortos no campo de concentração, das Testemunhas de Jeová, dos ciganos, maçons, homossexuais, deficientes físicos e mentais, prisioneiros de guerra, os escravos, incluindo, poloneses russos e os negros considerados como “seres inferiores”. Isso ficou explícito nas Olimpíadas de Berlim, em 1936, quando Hitler retirou-se do Estádio Olímpico

<sup>20</sup> Adolf Hitler nasceu em Braunau am Inn, 20 de abril de 1889, falecendo durante a Segunda Guerra Mundial em 30 de abril de 1945. Autor do livro “Mein Kampf” (Minha Luta), escrito em 1924 na prisão onde faz uma autobiografia, como também, o seu programa ideológico para Alemanha, destacando suas teses racistas que levou ao antisemitismo.

de Berlim diante de uma multidão de pessoas para não premiar o corredor negro norte-americano Jesse Owens<sup>21</sup>, ganhador de quatro medalhas de ouro. Sobre a Frente Negra Brasileira, Petrônio Domingues diz que “[...] Influenciada pela conjuntura internacional de ascensão do nazifascismo, notabilizou-se por defender um programa político e ideológico autoritário e ultranacionalista [...]” (DOMINGUES, 2007, p. 106-107)

Algumas atitudes assumidas pela Frente Negra Brasileira, portanto, parecem contraditórias quando analisadas hoje. Contudo, deve-se salientar a conjuntura da década de 1930, marcada pela propagação da ideologia da democracia racial, que ocultava os antagonismos existentes entre brancos, negros e índios, além da ditadura do Estado Novo, que se identificou com a Ação Integralista Brasileira de cunho fascista, conforme assinala o historiador Antonio Liberac Cardoso Simões Pires:

O grupo integralista monarquista dominou a Frente Negra Brasileira até o penúltimo ano da existência e utilizou o jornal A voz da raça como porta-voz da ideologia fascista. [...] os dirigentes da Frente Negra Brasileira tentaram mesmo organizar uma milícia, a exemplo das formadas na Itália e na Alemanha, marcando o apoio a Getúlio Vargas. (2006, p. 35-36)

Em 1933, a Frente Negra Brasileira lançou o seu presidente Arlindo Veiga dos Santos, à Câmara Municipal de São Paulo, e, em 1936 e 1937, quando se transformou em partido político sucumbiu com a ditadura do Estado Novo. Para Petrônio Domingues “[...] Os anos de vigências do Estado Novo (1937-1945) foram caracterizados por violenta repressão política, inviabilizando qualquer movimento contestatório [...]” (DOMINGUES, 2014, p. 10). A Frente Negra Brasileira perdurou de 1931-1938, e, mais uma vez, os caminhos do homem e da mulher negra foram interrompidos, mas não por definitivo.

Na década de 1930 por influência da Frente Negra Brasileira surgiram outras entidades afro entre elas o “Movimento Brasileiro Contra o Preconceito Racial,” no Rio de Janeiro, em 1935 e a “Associação dos Brasileiros de Cor”, criada em 1938, na cidade de Santos (SP).

---

<sup>21</sup> Jesse Owens nasceu em setembro de 1913 em Oakville cidade rural do Alabama, (Estados Unidos) e morreu em 1980 aos 66 anos de idade. Segundo o jornalista Rodrigo Cassarin em seu texto “Quando um atleta venceu Hitler, o nazismo e o racismo” publicado na revista Aventuras na História edição 157/2016 diz que a vitória de Jesse Owens provou para o ditador Adolf Hitler que “a tal supremacia física e intelectual ariana só existia em sua cabeça doentia”. Em contrapartida ainda segundo o jornalista “[...] Apesar de viver em uma nação onde negros possuíam escassos direitos civis, Owens estava longe de ser alguém engajado nas questões raciais. [...] Foi somente no final da vida – morreu aos 66 anos em 1980 – que o esportista, ícone de oposição a Hitler, reconheceu que vivia em uma nação também seriamente marcada pelo desrespeito ao ser humano. [...] A Alemanha nazista e os Estados Unidos segregacionistas de alguma forma se refletiam. (CASSARIN, 2016:40-41).

Em Salvador (BA), na década de 1930, foi fundada a Escola dos Filhos dos Pobres, criada em 24 de outubro de 1930, pelo operário aposentado da “circular”<sup>22</sup> José Alves de Souza. Essa instituição de ensino estava localizada na Estrada da Liberdade, Curuzu, 145, e o outro prédio estava situado no bairro da Fazenda Grande. A escola era composta por mais de trezentas crianças negras, e não tinha nenhum fim lucrativo, sendo custeada pelos esforços de seus dirigentes e do seu fundador.

Sobre a Escola dos Filhos dos Pobres, a imprensa local, através do Jornal O Imparcial, assim se referiu:

Escola dos Filhos dos Pobres  
Reabriram-se as aulas da benemérita fundação  
Reabriram-se as aulas da Escola dos Filhos dos Pobres, situada na Avenida Bomfim (Estrada da Liberdade)  
Há quatro annos, o vosso abnegado e esforçado conterrâneo, sr. José Alves de Souza, fundava nesta capital a referida escola, que distribue a instrução elementar a dezenas de meninos desafortunados.  
[...] O ensino é gratuito.  
A benemérita fundação do Sr. José Alves de Souza merece o auxílio de toda a população bahiana e, especialmente, das classes ofortunadas, que estão em condições de favorecer com donativos valiosos tão louvável e útil iniciativa [...] <sup>23</sup>.

Ainda em Salvador (BA), em 1937, como consequência das ações da Frentes Negras, surgiu a Sociedade Henrique Dias <sup>24</sup>, constituída por advogados, jornalistas, médicos, farmacêutico, musicistas, funcionários públicos, estudante universitário, juiz, comerciante, construtores civis e artífices. Tinha um caráter assistencialista, oferecendo educação para seus associados, realizando eventos esportivos, tendo até time de futebol, além de comemorar datas cívicas.

Uma das primeiras referências sobre a entidade encontra-se no Jornal O Democrata, de 21 de março de 1917, que traz uma pequena matéria sobre a recusa do diretor do Colégio Antonio Vieira, o padre jesuíta, de receber, nessa instituição de ensino, um aluno negro. Assim se processa a matéria do Jornal O Democrata,

A <<Liga Henrique Dias>>

A reunião de hontem

A “Liga Henrique Dias” reuniu-se hontem, na sua sede, em virtude de carta-circular expedida pelo seu presidente, o capitão Juvenal Souto.

<sup>22</sup> Circular era o nome dado aos operários que trabalhavam na empresa de energia elétrica.

<sup>23</sup> O IMPARCIAL, 14 de julho de 1934, p.8

<sup>24</sup> Henrique Dias nasceu no século XVII, filho de africanos libertos se destacou na luta durante as invasões holandesas.



O fim dessa reunião foi tomar conhecimento do facto de ter o padre jesuíta director do collegio “Antonio Vieira” recusado receber ali, para educar, um menor de cor preta.

A sessão esteve bastante concorrida, sendo designada uma comissão para se entender com o sr. Arcebispo.

Do resultado dessa conferencia resultará o procedimento ulterior dessa associação de pessoas de cor. (O DEMOCRATA, anno II, número 280, 21/3/1917, p. 1)<sup>25</sup>

Não se sabe exatamente se esta teve alguma relação com a sua posterior de 1937. A Revista Semana Esportiva de Salvador, de dezembro de 1921, faz menção ao time Henrique Dias, por ocasião da vitória por 4 a 1 sobre o seleccionado carioca<sup>26</sup> Villa Izabel Football Club, fundado na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro em 2 de maio de 1912 constituído por uma elite branca. O extenso editorial da Revista Semana Esportiva, comentou a vitória:

A gloria do foot-ball na Bahia é dos nossos pretos e do organizador do team Henrique Dias

[...] a vitória conseguida pelo team cognominado Henrique Dias não foi uma vitoria de quem faz um gol primeiro, nem dos que são bafejados pela sorte, mas uma vitoria completa, por um grande score, o que poucas vezes poderá ser conseguido com quadros relativamente homogêneos como do Villa Izabel que nos visitou.

Sirva, pois, de lição para outra vez, o grande exemplo dos nossos pretos, que tiveram a glória de serem os únicos que conseguiram infligir enormíssima derrota aos cariocas, vitória conseguida pela força de vontade de que se deixaram possuir [...] (REVISTA SEMANA ESPORTIVA, 1921:?)

Em contrapartida, o 1º secretário da entidade, Theophilo Brandão, vai desmentir as informações passadas pelo cronista do jornal quanto a exclusividade do triunfo aos méritos dos jogadores. O secretário enviou uma carta a direção do Jornal de Notícias, no dia 31 de janeiro de 1922, que foi publicada em 3 de fevereiro de 1922. O conteúdo da carta atribui a conquista a Liga Henrique Dias, como forma de tecer as devidas homenagens a todos os negros da Bahia. No trecho da carta publicada na coluna Varias com o título “A Liga

<sup>25</sup> O DEMOCRATA, anno II, número 280, 21 de março de 1917, p. 1

<sup>26</sup> De acordo com a jornalista Tainá Oliveira no seu artigo intitulado “Aí é outra história”: o Vasco escalou o primeiro jogador negro? Esclarece que “O primeiro clube de futebol carioca a ter um negro no time foi, obviamente, um time proletário: o Bangu Atlético Clube, formado por funcionários da Fábrica de Tecidos Bangu. Isso em 1905. E entre estes, havia um negro, cujo nome era Francisco Carregal, o que despertava indignação nos times adversários, todos aristocratas e de família tradicionais [...]” Disponível: [www.fimdejogo.com.br](http://www.fimdejogo.com.br)

Miguel do Carmo foi o primeiro jogador negro do Brasil, atuava no time da Ponte Preta (Campinas, São Paulo). A Macaca como é conhecida a Ponte Preta foi fundada em 11 de agosto de 1900, e era costumeiro em ter no seu elenco jogadores afrodescendentes.

Patriótica <<Henrique Dias>> officia ao <<Diário de Notícias>>, a respeito de uma local nossa”, subtende-se também alguns objetivos fundamentais pretendidos pela entidade, difundida pelo Jornal Diario de Notícias,

Cidade de Salvador, em 31 de janeiro de 1922 – Exmo. sr. Chronista Desportivo do <<Diario de Noticias>> - Cordiaes saudações – Na qualidade de 1º secretário da <<Liga Henrique Dias>>, entidade patriótica criada e mantida com o fim exclusivo de defender os interesses dos homens de cor, e, portanto, sem nenhuma interferência directa ou indirecta no que tange ao meio sportivo bahiano, vem solicitar de v.exa. uma nota que esclareça ou destrua uma local do vosso jornal, acerca da entrega das medalhas ao seleccionado <<Henrique Dias>>, que, brilhantemente, venceu o quadro do <<Villa Isabel>> há meses atrás.

Pela nota de v.exa., fica patente que as medalhas foram conquistadas pelos jogadores bahianos naquella pugna interessante. Tal não se deu e nem os clubs que trouxeram o <<Villa Isabel>>. Foi a <<Liga Henrique Dias>> que resolveu, por proposta do seu associado sr. Octavio Salles Ponte, depois da Victoria do seleccionado, entregar aos jogadores que salvaram a honra desportiva da Bahia e ao sportmen Benjamin Bompert, organizador, medalhas de ouro que estão sendo cunhadas e serão entregues logo que nos seja concedido o salão nobre da <<Protectora dos Desvalidos>>.

Não está bem informado v.exa., por isso, que as medalhas não foram conquistadas em campo.

A Liga Henrique Dias vai oferecer sponte sua medalhas, como homenagem ao valor dos homens de côr da nossa terra. Esta é que é a verdade.

Com os mais altos protestos de estima, sou de v.exa. amigo e pairicio. (THEOPHILO BRANDÃO, 1º secretario). (DIARIO DE NOTICIAS, 1922, p. 02)

Uma das figuras mais representativas da Liga Henrique Dias foi Apolinário Sant’Anna (Popó)<sup>27</sup>, um dos maiores jogadores de futebol da Bahia nessa época, que atuava em diversos clubes, como o Sport Club Sul América, o Fluminense (considerado um dos maiores clubes da cidade de Salvador), o Bahiano de Tênis, o Internacional, o Sport Club São Bento, o Santa Cruz Futebol (da cidade de Penedo, no estado de Alagoas), o Clube de Regatas Brasil de Alagoas, o Auto Bahia Futebol Clube, o Botafogo, o Ypiranga, no Royal, o São Cristovão Auto S.C, o clube modesto da capital baiana que estreou no campeonato baiano em 1931.

Popó representava a visibilidade do povo negro da cidade de Salvador, a sociedade marcada por uma forte discriminação racial, onde o negro era “sinônimo de vários atributos negativos”. Essa análise pode ser demonstrada pela imprensa local, representada pela Revista Semana Esportiva, a respeito da vitória do time Henrique Dias, sobre o selecionado carioca Villa Izabel,

<sup>27</sup> Sobre Popó ver: PIRES, Gomes Aloildo. Popó, o craque do povo. A trajetória de Apolinário Santana. Federação Bahiana de Futebol. Salvador, 1999. SANTOS, Henrique Sena dos. “Pugnas Renhidas”: futebol, cultura e sociedade em Salvador, 1901-1924. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2012.

No que aposto, sempre, com a máxima confiança, até mesmo sem que seja feito um exercício preliminar, é na nossa representação negra, a que tanta guerra se faz imerecida. Esta sim vencerá sempre, porque é ela que máximos proveitos temos tirado. Nas pequenas como nas grandes coisas é sempre a raça negra quem da nota em nosso país. Esta é que é verdade. (REVISTA SEMANA ESPORTIVA, 1921, p, 2)

Popó, atuou em diversas posições, (na defesa, no meio de campo, sua posição mais favorita, e no ataque). Ao longo de sua carreira, fez 136 gols, entre os anos 1920 e 1936. Faleceu em 17 de setembro de 1955, vítima do alcoolismo. Sobre a morte do atleta, o Jornal A Tarde se referiu na matéria intitulada TEVE OS PE'S LAVADOS COM<<CHAMPAGNE>>,

“Morreu Popó”. E a notícia correu logo todos os quadrantes da cidade, com a celeridade com que, em geral, se divulgam os fatos tristes, mais do que os auspiciosos. Porque, realmente, o veterano e valoroso atleta foi a seu tempo, uma das figuras mais populares da cidade, querido e estimado de todos, mesmo daqueles que não eram simpáticos ao futebol, o ainda hoje chamado “esporte-das-multidões”. E êle, que quase ninguém conhecia pelo seu nome civil – Apolinário Santana – bem merecia essa simpatia do povo bahiano, de que se constituira verdadeiro ídolo e a quem proporcionara tantas e tão fortes emoções.  
[...] Depois, como tudo passa, na vida, também Popó deixou o futebol. E’ que as suas condições físicas já não lhe permitiam mais a prática do “esporte-rei”. E talvez revoltado com o Destino inexorável, que lhe tirava a possibilidade de continuar sua trajetória de ídolo do seu povo, entregou-se a sorte ingrata das libações incontrolláveis, a que muitas vezes nem espíritos superiores, como se fosse o sacrifício de uma cerimônia pagã dos povos antigos, em holocausto a uma bárbara divindade desconhecida, mas que inexplicavelmente existia e ainda existe em indivíduos, atormentados, nesse eterno e insondável mistério, que é a própria vida.<sup>28</sup>

De acordo com o antropólogo Thales de Azevedo, em seu livro “As elites de cor,” A Sociedade Henrique Dias “[...] não alcançou grande êxito ou prestígio [...]” (AZEVEDO, 1996, p. 159).

Em 1946, um dos fundadores da Sociedade Henrique Dias em Salvador, o médico e professor baiano, Justiniano Climático da Silva, inaugurou um movimento denominado “A Campanha do PI Racial”. Esse movimento tinha um dos objetivos elevar a autoestima do negro, extinguindo qualquer complexo de inferioridade em relação aos brancos, vendo a educação como um dos mecanismos de ascensão social.

Esse movimento não obteve a repercussão e a dimensão esperada pelo seu fundador. Assim, foi pensada, na Bahia, uma sucursal da União dos Homens de Cor (UHC) uma entidade criada em 1943, em Porto Alegre, pelo farmacêutico João Cabral Alves. Essa sucursal teria a direção de Petronildo Mattos.

<sup>28</sup> A TARDE, 19 de setembro de 1955, p. 2

Vale ainda destacar, em Salvador, na década de 1930, o surgimento da Federação do Culto Afro-Brasileiro e o Centro de Estudos Afro-Brasileiro. Sobre essas duas organizações afro, o antropólogo Thales de Azevedo diz que “[...] Nem os seus estatutos nem as suas atividades se relacionam diretamente com os programas de ação social em favor da gente de cor [...]” (AZEVEDO, 1996, p. 160).

Nas décadas de 1940 e 1950, respectivamente, tivemos o surgimento de inúmeras organizações antirracistas. Em 1941, foi criada, no estado de São Paulo, a Associação José do Patrocínio, que se incumbiu de oferecer aulas de alfabetização para os jovens negros, além de atividades recreativas aos componentes da associação. Vale salientar que a associação não alcançou o mesmo grau de mobilização das massas que a sua antecessora, FNB.

Dentro dessa perspectiva, deve-se citar a Associação de Negros Brasileiros (ANB), criada em 1945, por ex-militantes da Frente Negra Brasileira. A ANB tinha o seu próprio Jornal, intitulado “Alvorada”, editada pelo militante José Correia Leite, e serviu para divulgar o ponto de vista dos negros brasileiros.

Além da ANB, existiram outras organizações negras, por exemplo, a Legião Negra Brasileira, formada por veteranos que participaram da Revolta Constitucionalista de 1932<sup>29</sup>, em São Paulo, o Clube Jabaquara, formado por ex-militantes da Frente Negra Brasileira; e a Associação Cultural do Negro, fundada em 28 de dezembro de 1954, situada numa sala na Rua São Bento (SP).

A Associação Cultural do Negro (ACN) era composta de um presidente, um vice-presidente, uma Diretoria Executiva, formada por oito membros, um Conselho Superior, constituído por vinte nove membros, possuía Departamento de Cultura, Esporte, Estudantil, Feminino, além de uma Comissão de Recreação. Editou o Caderno de Cultura Negra, e, em 1958, organizou atividades comemorativas aos 70 anos da Abolição no Brasil. Sobre essa entidade negra, o historiador Clovis Moura, descreve:

A história da Associação Cultural do Negro tem duas fases bem distintas e que demarcaram outras tantas filosofias sobre a solução do problema do negro. A primeira caracteriza-se por intensa atividade cultural e artística. A preocupação maior é criar-se uma ideologia para o negro paulista e brasileiro. Isto levou a que houvesse uma série de divergências no seio do grupo. Na elaboração desse pensamento, as contradições ideológicas decorrentes do posicionamento do negro na sociedade brasileira, surgem. Era um grupo vertical que congregava em seu seio elementos de status os mais diversos. Isso se refletirá no comportamento dos seus

---

<sup>29</sup> Entre os fatores que proporcionaram a Revolução de 1932, em São Paulo destacam-se: o grande inconformismo dos cafeicultores paulistas por terem perdido todo o seu poderio com a República Oligárquica, a insatisfação após a nomeação de um interventor militar pernambucano Waldomiro Lima e a falta de uma Constituição para o país,

membros e na postura da entidade. ACN perde aquele caráter inicial de unidade e começam as dissensões. (1983, p. 50-59)

Além dessas organizações que surgiram em São Paulo, não se pode negligenciar outras existentes em vários estados brasileiros, que tiveram o mesmo grau de importância que a paulista, com destaque para a União dos Homens de Cor (UHC) também conhecida como Uagacê, criada por João Cabral Alves<sup>30</sup>, na cidade de Porto Alegre (RG), em janeiro de 1943, caracterizada por uma complexa estrutura organizativa e com pretensões expansionistas, abrindo filiais em vários estados brasileiros a exemplo de São Paulo, Bahia, Santa Catarina, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Ceará, Rio grande do Sul, Maranhão e Piauí. Se transformou, dessa maneira, em uma das principais organizações da segunda fase do movimento negro no pós-abolição<sup>31</sup>. A UHC, além de desenvolver campanhas educacionais, dedicou-se também a estabelecer programas que melhorassem as condições de vida do povo negro, destacando a questão da moradia e da sua saúde. Esses pontos estão presentes no seu estatuto. A União dos Homens de Côr ainda possuía o informativo intitulado “O Nosso Jornal,” órgão que divulgava as ações e intervenções da entidade.

Com relação à UHC, a socióloga Joselina da Silva aponta que

[...] Tratava-se, portanto, de uma organização de mulheres e homens negros com uma coordenação central. Sua presença era marcada pela constituição de sucursais, debate, imprensa local, publicação de jornal próprio, caravanas de doação de roupas e alimentos, serviços de saúde, aulas de alfabetização, ações de voluntariado e participação em campanhas eleitorais, sendo essas apenas algumas de suas atividades mais notórias. (2011, p. 227)

Assim, a União dos Homens de Cor (UHC) foi à principal organização negra do ponto de vista do número de adeptos, do ponto de vista de iniciativas, de ações e de projetos sociais, na segunda fase do movimento negro.

Sem grande penetração na comunidade negra, o outro importante grupo de negros, nessa fase do pós-abolição, foi o Teatro Experimental do Negro (TEN) criado em 1944 no Rio de Janeiro, que teve como principais precursores Abdias do Nascimento, Aguinaldo de Oliveira Camargo e Sebastião Rodrigues Alves.

De acordo com o historiador Sales Augusto dos Santos,

<sup>30</sup> João Cabral Alves, Farmacêutico e articulista, trabalhou no Jornal União e fundou em janeiro de 1943 em Porto Alegre (RGS) a organização negra contra o preconceito: a União dos Homens de Cor (UHC).

<sup>31</sup> Ver em anexo a tabela das fases do movimento negro brasileiro elaborado pelo historiador Petrônio Domingues.

[...] Essa instituição foi uma das organizações negras mais importantes para a luta anti-racismo no período da chamada Segunda República (1945-1964), visto que foi também fundada para protestar contra a discriminação racial, formar autores e dramaturgos negros capazes de ler a realidade racial do Brasil, bem como resgatar a herança africana na sociedade brasileira, que naquela época era negada e relegada pelo eurocentrismo da chamada cultura brasileira[...]. (2007, p. 87)

O TEN não fez somente do teatro um meio de ascensão social do negro na sociedade, mas investiu muito na educação, assim como outras entidades negras anteriores.

Ainda de acordo com Sales Augusto dos Santos,

“[...] A educação, como ocorreu na Frente Negra e no “meio negro”, conforme a expressão usada por Florestan Fernandes (1978), necessariamente também tornou-se um valor importante para a direção do TEM. [...] o TEN passou a oferecer e realizar cursos de alfabetização e cultura geral para os seus integrantes ou para aqueles (as) trabalhadores (as) e desempregados (as) que o procuravam. Isso também levou a instituição a se preocupar em usar o palco como instrumento, ou melhor, como laboratório, para ensinar os indivíduos que o procuravam a ler e escrever. (2007, p. 88)

É importante salientar que o TEN foi constituído por negros de classe média. Também criou uma base para muitas contradições entre sua vanguarda e as massas, entre as elites brancas e negras. Entretanto, apesar de suas posturas ideológicas e culturais serem ambiciosas, também apresentavam conflitos.

Segundo Maués 1988 *apud* Hanchard,

[...] a maioria das atividades culturais do TEN envolvia mais intelectuais branco do que negros de qualquer tipo. Ela assinalou que a Primeira Conferência Negra Brasileira, em 1950, foi uma reunião bastante elitista. Nessa ocasião, Nascimento declarou que “a mentalidade de nossa população de cor ainda é pré-letrada e pré-lógica” [grifo meus], como justificativa para a necessidade de existência de um grupo como o TEN, que pudesse ajudar as massas negras a se elevarem até o nível cultural “das classes média e alta da sociedade brasileira [...] (129-130.)

O Teatro Experimental do Negro realizou diversas ações importantes durante o período em que vigorou. Algumas merecem destaque: o 1º Congresso ou Conferência Nacional do Negro, em maio de 1949; em 1950, organizou o “Conselho Nacional das Mulheres Negras”; ainda nesse período, foi fundado, por Elza de Souza Aparecida, a “Associação das Empregadas Domésticas”; em 1955, promoveu a “Semana de Estudos Negros”, “Concurso de Belas Artes”, e o “Curso de Introdução ao Teatro Negro e às Artes Negras”. O TEN teve seu término em 1964, quando se instaurou a ditadura militar no país, desarticulando a luta política do movimento negro organizado, e, com isso, todos os movimentos sociais que discutissem assuntos que não fossem convenientes ao sistema, uma

vez que eram considerados subversivos e sujeitos a qualquer tipo de repressão. Os militantes negros eram vigiados pelos órgãos de repressão do Estado, e a discussão pública das questões raciais foi praticamente banida, nessa época, e taxada de táticas comunistas, conforme esclarece a historiadora Karin Sant’anna Kössling, no seu artigo intitulado “Vigilância e repressão aos movimentos negros (1964-1983)” que está contida na coletânea “Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos negros no pós-abolição (1890-1980)”. “[...] No regime militar, o mito da democracia racial e da congressão racial harmônica fazia parte do projeto político-ideológico para o país. O protesto negro se encontrava nesse projeto, que se relaciona a pontos muitos específicos [...]”. (KÖSSLING, 2011, p. 291).

Ainda prosseguindo em sua análise, a autora coloca que “Desta forma, os movimentos negros eram entendidos como “fatores adversos”, por tentarem impedir que a “harmonia racial”, um dos objetivos nacionais, fosse “preservada” (IDEM, 2011, p. 291-292). A ditadura, que foi implantada a partir do golpe militar de 1964 desarticulou a luta política do movimento negro organizado.

O movimento negro, portanto, só conseguiu reunir forças para se reorganizar novamente a partir do final da década de 1970, quando outros movimentos populares entraram em cena no país, entre eles o movimento sindical, o movimento estudantil, o movimento dos gays, o movimento de mulheres, e um marco importante desse processo foi à fundação do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial, MUCDR. O TEN ainda funcionou durante alguns anos, porém não obteve os mesmos êxitos, encerrando, definitivamente, as suas atividades em 1968, quando Abdias do Nascimento, um de seus fundadores foi exilado nos Estados Unidos (1964 a 1980).

Para o historiador Sales Augusto dos Santos,

[...] Uma vez mais a tentativa de inclusão da questão racial na esfera pública brasileira, bem como a de inclusão dos negros no ensino superior público brasileiro foram interrompidas, ficando sua discussão e os seus principais agentes, a população negra e os Movimentos Sociais Negros, novamente à margem da sociedade brasileira e das suas benesses. Porém, os ideais de lutas e as propostas do TEN e de seus líderes não irão desaparecer com o fim desta instituição [...] (2007, p. 115.)

Isso significa, mais uma vez, que o sonho do povo negro por mais espaço na sociedade, por melhores condições, por mais direitos, teria que ser sonhado novamente.

O que chama atenção para as diversas tendências do movimento negro, incluindo a Frente Negra Brasileira, o Teatro Experimental do Negro e a União dos Homens de Cor, é que eles não surgem das massas populares negras de classe baixa, onde, evidentemente, estão os

mais excluídos na sociedade, mas, pelos negros letrados, “elite negra”<sup>32</sup>, que tinham uma compreensão crítica da realidade, e que pensavam essa realidade para transformá-la. Isso fica evidente nas palavras do entrevistado João Jorge Santos Rodrigues, Presidente do Grupo Cultural Olodum, da cidade de Salvador/Ba.

[...] Eu quando cheguei ao MNU em 79 eu havia passado na Faculdade de Direito na Universidade Católica de Salvador. Então, eu era estudante de Direito. Trabalhava no Pólo Petroquímico, trabalhava na mina Ultra, uma empresa de produção de melamina que é o produto químico para adereça de tinta. Era operador do processo, operador dois e sempre gostava muito de história, de leitura e tinha uma interface com a África e tudo. Lá chegando encontrei três padres africanos, frei Amaral, Frei Lucas, Frei Fernando Carlos. Éramos em 79 junto com Vitória, Maria do Amparo, uma série de mulheres negras, poucos alunos negros, tinha Gilberto, poucos alunos negros no pátio da Católica.

Então, a gente tinha obrigação de ser do movimento negro, tinha obrigação de lutar pelo que a gente via ali. E lá criei o Grupo Negro da UCSAL em 1981 e do qual seu Gilberto fez parte, Vitória e vários outros alunos negros, Maria do Amparo e vários outros alunos negros da Universidade Católica. Saio do MNU vou para o Ilê, do Ilê vir para o Olodum [...] (Informação Verbal)<sup>33</sup>

Essa realidade é notada também quando se refere à composição da União dos Homens de Cor (UHC), como ressalta a socióloga Joselina da Silva, em seu artigo “*A União dos Homens de Cor: aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50*”

[...] o Presidente da UHC do Paraná em 1948, Nilton Oliveira Condessa, era advogado, jornalista e professor da Faculdade de Ciências Econômicas do Estado. O médico baiano, radicado em Londrina e deputado estadual, Justiniano Climático da Silva, também era membro da organização. O outro exemplo é o de Antenor Pantilo dos Santos, vereador em Curitiba, em 1948, pelo PSD. Ou seja, estas lideranças fortaleciam-se politicamente, em nível local, por estarem ligadas a uma conexão nacional de homens negros com destacada atuação social e política nas suas regiões [...] (SILVA, 2003, p. 8)

Isso representou um dos pontos fracos desses movimentos, não abranger, com maior representação, os setores negros mais desassistidos na sociedade brasileira. Outro ponto negativo foi à falta de uma postura política e ideológica entre os seus militantes. Esse fato levou ao surgimento de várias divergências dentro das entidades negras. O exemplo dessa postura foi à visita do secretário da União Cultural Brasileira dos Homens de Cor, Eloy Guimarães, a Salvador, a qual, após uma entrevista concedida a imprensa local, esclarece que

<sup>32</sup> Para Flávia Mateus Rios em sua tese de doutorado intitulada “Elite Política Negra no Brasil: relações entre movimento social, partidos políticos e Estado” diz que esses [...] intelectuais receberam a alcunha de elites negras por pertencerem a uma camada social composta por indivíduos que tiveram alguma ascensão social, diferenciando-se da massa de miseráveis com pouca ou nenhuma escolaridade. Composta por indivíduos letrados e, muitas vezes, exercendo profissões liberais, essa elite negra marcou a história dos movimentos sociais no Brasil, introduzindo a luta contra os estigmas e comportamentos que prejudicavam a inserção dos afrodescendentes na vida social e econômica do país. (RIOS, 2014:11).

<sup>33</sup> Entrevista com João Jorge Santos Rodrigues realizada em 19/4/2016.



NÃO HÁ, NO BRASIL, PRECONCEITO DE RAÇA  
 A UNIÃO DOS HOMENS DE CÔR TEM JÁ REPRESENTANTES JUNTO A'  
 O.N.U

- A União Cultural Brasileira dos Homens de Côr – disse-nos – é fruto do trabalho de uma plêiade de idealistas e tem um grande sentido patriótico demonstrar a todo o mundo que, no Brasil, não há em verdade preconceito de raças. E tanto isso é exato que, a despeito de ser o nosso principal objetivo congregar os homens de cor de todo o país, a União tem as suas portas abertas a cidadãos de outras raças, mesmo porque não temos nem seria possível conceber uma agremiação separatista nestas terras de todos, sob o pavilhão constelado que só exige Ordem e Progresso.<sup>34</sup>

## 1.2 CONTRADITANDO A IDEOLOGIA DA DEMOCRACIA RACIAL

A elite considerada branca brasileira produziu o conceito de hegemonia racial como forma de camuflar a real desigualdade existente entre brancos, negros e índios. Através dessa concepção, muitos europeus enxergavam o Brasil como exemplo de democracia racial para o mundo, negando qualquer tipo de situação de discriminação e preconceito.

De acordo com o historiador Petrônio Domingues,

As ideologias são imagens invertidas do mundo real e as relações sociais de dominação as produzem para ocultar os mecanismos de opressão. Assim, o mito da democracia racial era uma distorção do padrão das relações raciais no Brasil, construindo ideologicamente por uma elite considerada branca, intencional ou involuntariamente para maquiagem a opressiva realidade de desigualdade entre negros e brancos. (2005, p. 118)

Dessa maneira, a cor passa a ser, na sociedade brasileira, um dos requisitos para o critério de ascensão social. É a chamada “boa aparência”, que corresponde ao sucesso, atenção, aceitação social. A cidade de Salvador (BA), denominada “Roma Negra”<sup>35</sup>, não ficou de fora desse padrão. O Jornal da Bahia noticiou um caso de racismo, publicado no Jornal A

<sup>34</sup> A TARDE, 8 de fevereiro de 1951.

<sup>35</sup> De acordo com o historiador Ivan Costa Lima em sua dissertação de mestrado intitulado “Uma proposta pedagógica do movimento negro no Brasil: pedagogia interétnica de Salvador, uma ação de combate ao racismo” Florianópolis/SC – 2004 coloca que “A expressão “Roma Negra” foi usada por uma sacerdotisa de candomblé, Mãe Aninha, fundadora da comunidade-terreiro Ilê Axé Opô Afonjá, em Salvador, e apresentada pela primeira vez no livro A cidade das mulheres, de Ruth Landes [...]. Tal expressão denota como a cidade de Salvador, se constitui num marco de referência quando se fala em cultura de matriz africana no Brasil [...] (LIMA, 2004, p. 44).

Tarde, de 15 de janeiro de 1976, na seção de classificados, o qual comprova esse requisito: “EMPREGO – Precisa-se de recepcionista e garçonetes, sendo de cor branca. Tratar Hotel São Bento – Largo São Bento, 3”<sup>36</sup>.

Para o antropólogo Kabengele Munanga, “o racismo brasileiro, na sua estratégia, age sem demonstrar sua rigidez, não aparece à luz; é ambíguo, meloso, pegajoso, mas altamente eficiente em seus objetivos”. (MUNANGA, 1996, p. 215).

Nessa perspectiva, o Brasil construiu o racismo mais sofisticado, mais intelectual diferente dos Estados Unidos, diferente da África do Sul, na sua operação, conforme aponta Kabengele Munanga,

O racismo brasileiro é o crime perfeito, que além de matar fisicamente, mata a consciência das vítimas, consciência dos negros, mata a consciência dos brancos, através do mito, ele se introduz, se torna crença e nos leva a ideia de que não somos racistas. [...] <sup>37</sup> (Informação Verbal)

O caso explícito de racismo à brasileira aconteceu com a corretora Irani Maria da Conceição, de cor preta, que foi vender assinatura de um jornal em um prédio de luxo e famoso na cidade de Salvador (BA) sendo proibida de utilizar o elevador social. A vítima foi informada que a sua entrada deveria ser pelo elevador de serviços. Entretanto, esse episódio chegou até o conhecimento do Presidente da República, na ocasião, Ernesto Geisel, que de imediato solicitou do Ministério da Justiça que averiguasse minuciosamente o caso, uma vez que poderia colocar em xeque a soberania nacional pautada na ideologia da democracia racial. Esse episódio noticiado pelo Jornal A Tarde com a matéria intitulada “Sindicância apura denúncia de racismo”,

Por determinação do Secretário de Segurança Pública, a 1ª Delegacia iniciou ontem uma sindicância preliminar para apurar a denúncia feita por Robson Orleans, morador do apartamento 102 do edifício Maria Isabel n.118, Barra Avenida, de que estaria havendo discriminação racial no uso dos elevadores do prédio [...] Enquanto isso paira uma dúvida quanto ao problema de racismo no edifício. Wanderlei Souza Teixeira, um rapaz negro, informou que trabalhou durante nove meses como motorista do Sr. João Pinto um antigo inquilino do edifício. Segundo Wanderlei, um preto nunca teve direito de utilizar o elevador social do prédio. Ele disse que quando trabalhou no prédio só utilizava o elevador de serviço, pois sabia que era proibida a entrada pelo elevador social. Carlos César, um rapaz de 17 anos, morador do apartamento 104, não chegou a dizer se a sindicância era ou não racista, mas afirmou que o seu colega Delson Cardoso, “preto, mas de boa família”, foi barrado do elevador social, quando tentava visitar um seu amigo no apartamento 102.<sup>38</sup>

<sup>36</sup> JORNAL DA BAHIA, 13 de maio de 1976, p. 2

<sup>37</sup> ENTREVISTA, 3/12/2014)

<sup>38</sup> A TARDE, 13 de maio de 1976, p. 6

O fato interessante nessa matéria encontra-se no último parágrafo, onde se apresenta o estereotipo da vítima (“preto, mas, de boa família”), demonstrando a raridade do homem e da mulher negra ser vista como de boa conduta.

Em outro momento da matéria, uma funcionária simplesmente esclarece que o problema não é a cor, mas é de ordem econômica, confirmando a concepção de que o problema no Brasil é de ordem social (classe), mantendo, dessa forma, a ideologia da democracia racial, à medida que ofusca todos os conflitos étnicos raciais existentes no país.

Roselina Ferreira dos Santos, de cor preta, funcionária há cerca de oito anos, do escritório da administração do prédio, localizado em uma das lojas do andar térreo do próprio edifício, disse que com ela nunca teve problema, pois tem acesso livre em todos os andares do Maria Isabel pelo elevador social. Para Roselina, que se diz proprietária de duas casas, preto é aquela que não dispõe de uma boa condição econômica, como afirmou quando interrogada pela imprensa: “Branco sem dinheiro é preto e preto com dinheiro é branco”.<sup>39</sup>

Esse episódio de racismo sofrido pela administradora foi noticiado pela imprensa local representada pelo Jornal da Bahia, inúmeras vezes, como se lê nas matérias: “DISCRIMINAÇÃO RACIAL NO “EDIFÍCIO MARIA ISABEL”<sup>40</sup> ; “DEMITIDO PORTEIRO QUE NÃO GOSTA DE NEGROS”;<sup>41</sup> “PRIMEIRA DELEGACIA APURA RACISMO NO MARIA ISABEL”;<sup>42</sup> “VÍTIMA DE RACISMO CONFIRMA DENÚNCIA”<sup>43</sup>; “RACISMO CONTINUA SENDO INVESTIGADO”<sup>44</sup>.

Outro caso de racismo aconteceu com uma famosa mãe de santo, Menininha do Gantois<sup>45</sup>, quando, de uma maneira tendenciosa e preconceituosa, a empresa Olivetti, de máquina datilográfica, utilizou a sua imagem de forma estereotipada para fazer um comercial, sendo anunciado na Revista Isto É, do dia 10 de maio de 1977, e no Jornal A Tarde, do dia 11 de maio de 1977, onde expôs a matéria da seguinte maneira: “Mãe Menininha do Gantois aconselha: meu filho, dê uma Olivetti portátil para a sua mãe. Ela vai se sentir uma verdadeira mãe de santo”.

<sup>39</sup> A TARDE, 13 de maio de 1976, p. 6

<sup>40</sup> JORNAL DA BAHIA, 9 de maio de 1976, p. 3

<sup>41</sup> JORNAL DA BAHIA, 11 de maio de 1976, p. 2

<sup>42</sup> JORNAL DA BAHIA, 13 de maio de 1976, p. 3

<sup>43</sup> JORNAL DA BAHIA, 13 de maio de 1976, p. 3

<sup>44</sup> JORNAL DA BAHIA, 18 de maio de 1976 p. 3

<sup>45</sup> Maria Escolástica da Conceição Nazaré, também conhecida como Mãe Menininha do Gantois. Nasceu em Salvador, Bahia em 10/2/1884, vindo a falecer em 13/8/1986 em Salvador (BA). Filha de Oxum foi considerada uma das maiores Iyálorixá do Brasil. Liderou por mais de sessenta anos a casa de candomblé Ilé Iyá Omi Àse Iyámasé, situada em Salvador, sendo visitada por diversas autoridades e artistas nacionais e internacionais. Atualmente a ialorixá do Terreiro do Gantois é Mãe Carmem filha de Mãe Menininha.

Em contrapartida, esse comercial provocou uma grande reação na comunidade negra baiana, ocasionando, em vários depoimentos, solidarizando-se com Mãe Menininha do Gantois, remetendo dessa forma uma nota de repúdio “O ANÚNCIO ABAIXO É UM ABSURDO, ISSO NÃO SE PODE FAZER COM AS CRENÇAS DO NOSSO POVO.

De repente a DM-9 parou. Se encheu de ira e de revolta. A notícia explodiu como uma bomba.

Desrespeitaram uma coisa muito importante. Uma coisa que nós defendemos com unhas e dentes. Uma coisa que é propriedade exclusiva do sofrido povo deste país: suas crenças, sua cultura. Abusaram de sua boa fé e nós não podíamos ficar calados. Desculpe a grande agência paulista que fez este anúncio, e pela qual temos o mais profundo respeito Desculpe o cliente.

Mas é tempo de acabar com isso. Não podemos ficar calados quando, há apenas 30 dias, nós publicitários de todo o país, aprovamos o código de ética que falava em respeito a pessoa humana, respeito a cultura popular e tantas outras coisas tão necessárias.

[...] Não somos contra a utilização de Mãe Menininha, desde que com respeito e dignidade [...] Para alguém se tornar “Mãe de Santo”, passa por um ritual secreto muito longo e muito sério, e o uso disto como piada, não é linguagem brasileira. É sim um gravíssimo desrespeito a cultura e a todo o povo da Bahia.<sup>46</sup>

Entretanto, os responsáveis pelo comercial procuraram a produção do Jornal A Tarde, no dia 12 de maio de 1978, justificando: “[...] O anúncio era para ser publicado no eixo Rio e São Paulo. Porém, como achamos criativo, estendemos a campanha aos demais estados, inclusive à Bahia. Ela foi escolhida como símbolo de mãe brasileira”.<sup>47</sup>

Outro caso de racismo estampado aconteceu no Condomínio Residencial Politeama, em Salvador (BA). A imprensa local noticiou: “Síndica acusada de racismo não aparece para se justificar”.

A vítima de racismo foi o dançarino Raimundo Sampaio Costa, que, ao procurar a síndica do prédio, Raulina Trindade El Sarli, de origem libanesa, para pagar a conta do condomínio e saber informações de uma multa inclusa na nota, escutou várias frases preconceituosas da síndica entre elas:

[...] negro vagabundo, você não tem que saber das normas do condomínio [...]

[...] um negro como você não tem condições de procurar saber normas internas do condomínio [...]

[...] Em outra época um negro como você receberia uma martelada nos dentes e eu estou aqui para tirar proveito dessa miscigenação e da ignorância do povo brasileiro [...].<sup>48</sup>

<sup>46</sup> A TARDE, 11 de maio de 1978, p. 12-13

<sup>47</sup> A TARDE, 13/5/1978, p. 3)

<sup>48</sup> A TARDE, 16 de setembro de 1978, p. 2

A queixa foi registrada na Delegacia de Jogos e Costumes, e no dia da audiência, a acusada, Raulina Trindade El Sarli, não compareceu, sendo marcado pelo delegado, Antonio Matos, outro dia. Esse fato não é mais noticiado na imprensa local.

Há uma relevância de casos de racismo na cidade de Salvador. Em 1971, o sociólogo africano, natural de Gana, Ananni DzuDzienyo, do Instituto de Relações Raciais de Londres, que se encontrava há seis meses na cidade, desenvolvendo pesquisas antropológicas para a instituição inglesa, apesar de ficar admirado com o interesse dos baianos pela África, também pôde verificar várias situações de racismo no Brasil. Entretanto, o sociólogo africano não emitiu um juízo de valor sobre o assunto em virtude de comprometer a sua pesquisa que seria concluída em abril do corrente ano.

No tocante ao papel da imprensa, nesse contexto, o Diário de Notícias de Salvador, através do jornalista Alberto Miranda, publicou uma matéria intitulada “Africano denuncia racismo no Brasil”. Essa matéria foi editada sem a autorização do sociólogo Annani DzuDzienyo, e esse fato gerou uma repercussão que ameaçou uma possível prisão do referido sociólogo, visto que o momento político vigente era a ditadura militar. Segue alguns trechos cruciais retirados na íntegra, do texto mencionado:

E é feita a ele a pergunta que mais temia:

- Existe discriminação racial no Brasil.

Por favor – pediu – não falaremos disso agora, porque iriam por água abaixo as minhas pesquisas, que só concluirei em abril.

Não abordou mais o assunto diretamente, mas depois, durante o restante da conversação, deixou transparecer a sua tristeza em verificar que, na realidade, existe alguma forma de discriminação racial no Brasil.<sup>49</sup>

Já o Professor da Comissão de Antropologia do Instituto Histórico da Bahia, Edson Nunes, foi mais incisivo nas suas colocações:

- E’ um crime negar que existe preconceito racial no Brasil, embora esteja camuflada de preconceito social. A existência da Lei de Afonso Arinos torna evidente que o preconceito existe, não numa escala como nos Estados Unidos, mas de uma forma que dá para desfigurar a personalidade humana.<sup>50</sup>

Em outro trecho da matéria, o ativista político pacifista norte-americano, Henry Belafonte, faz queixas sobre as decepções que passaram dois estrangeiros negros em Salvador nesse período,

<sup>49</sup> DIARIO DE NOTICIAS DE SALVADOR, 30 de janeiro de 1971, CADERNO 2

<sup>50</sup> DIARIO DE NOTICIAS DE SALVADOR, 30 de janeiro de 1971, CADERNO 2

De Henry Belafonte, Anani ouviu queixas sobre decepções que passaram dois negros de fora aqui na Bahia. Um deles foi um professor da Sorbonne, que aqui esteve no ano passado e foi maltratado em hotéis, bancos e até mesmo nas ruas da cidade. O outro foi uma estudante nigeriana, Ebum, que em setembro do ano passado foi rejeitada numa hospedagem da rua do Sodré, que não aceitava pessoas de cor.<sup>51</sup>

Esses episódios de racismo, anteriormente citados, demonstram que, mesmo o Brasil não tendo leis segregacionistas, como aconteceu no Sul dos Estados Unidos com a Lei Jim Crow ou na África do Sul, durante a política do apartheid, produziu o racismo mais discreto do mundo, como colocou o sociólogo Florestan Fernandes, em o adágio “o preconceito de não ter preconceito”.

Assim, essa ideologia da democracia racial tornou-se um mito, quando os pesquisadores, entre eles Roger Bastide, Florestan Fernandes, Oracy Nogueira, Virginia Leone, Renato Jardim Moreira, Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, a partir dos trabalhos realizados sobre relações raciais, por iniciativa da Unesco, na década de 1950, perceberam que não havia tratamento igual entre brancos, negros e índios no Brasil. O Brasil criou o modelo de racismo pela negação da existência do racismo.

Conforme esclarece o historiador e militante Ivair Augusto Alves dos Santos,

A análise de Florestan Fernandes enfocou a desigualdade, questionando a democracia racial brasileira e a ausência de conflitos com base dessa argumentação, contrapondo-se a certo código de decoro que, na prática, funcionava como obstáculo intransponível entre os diferentes grupos sociais. Era uma análise sociológica, que utilizava de maneira inovadora dados estatísticos, ao invés de análise culturalista, e a partir de bases teóricas centradas na situação de classes sociais no Brasil, face à revolução burguesa que se instalava. (2001, p. 25)

A escola, enquanto instituição, de ensino reproduziu a ideologia da democracia racial, colocando o fracasso e o sucesso de cada aluno pela sua cor, seu interesse e sua incapacidade inata. Assim, os superiores eram os brancos, que apresentavam todas as condições necessárias para a sua ascensão na sociedade. Os inferiores eram os negros que não teriam nenhuma chance de progressão na sociedade. Os livros didáticos e a mídia ajudaram a sustentar esse discurso, representando os negros, como escravos, como coitadinhos, ou, simplesmente, assumindo papéis estereotipados na televisão.

O cientista político norte-americano, Michael George Hanchard, esclarece que

---

<sup>51</sup> DIARIO DE NOTICIAS DE SALVADOR, 30 de janeiro de 1971, CADERNO 2

[...] Desde os primeiros anos do ensino formal, os negros confrontam-se com o sortimento de imagens e representações deles mesmos que só podem ser caracterizadas como negativas. Numerosos estudos dos livros didáticos do ensino primário revelam que eles retratam os negros como mais promíscuos no plano sexual e mais agressivos dos que os brancos, intelectualmente inferiores a estes e raramente em posições de poder [...]. (2001, p. 79)

Dessa forma, a cor branca passou a ser sinônimo de aceitação, ascensão e que deveria ser seguido como modelo. Conforme aponta Frantz Fanon,

[...] só existe uma porta de saída, que dá no mundo branco. Onde a preocupação permanente é atrair a atenção do branco, essa vontade determinadora de adquirir as propriedades de revestimento, isto é, a parte do ser e do ter que entra na constituição do ego [...]. (2008, p. 60)

A ideologia da democracia racial criou grandes dificuldades para o homem negro compreender que o racismo existe na sociedade brasileira, e que os excluem dos setores mais privilegiados, reservados apenas a uma elite considerada branca, encobrando, assim, os conflitos étnicos raciais, tendo o controle político, e induzindo o comportamento das pessoas. Assim, ao mesmo tempo em que essa ideologia nega a existência do racismo, ela afirma mais do que nunca a sua existência. Todavia, contraditar a ideologia da democracia racial brasileira, tornou-se um dos objetivos do Movimento Negro Contemporâneo.

### **1.3 MOVIMENTO NEGRO CONTEMPORÂNEO**

A partir da década de 1970 novos acontecimentos estão ocorrendo no mundo e o Brasil não ficou fora desse processo. Tivemos o movimento black soul nos Estados Unidos, o pan-africanismo, protestos contra a política do apartheid na África do Sul, manifestações e passeatas estudantis, pedindo a retirada das tropas norte-americanas do Vietnã, é nesse contexto de mudanças que surgem vários movimentos que passaram a clamar por mais liberdade de expressão e nesse aspecto o povo negro começa a discutir de forma mais consistente e atuante a questão racial, mesmo com toda a opressão do regime em vigor no país desde 1964, muitas entidades negras se rearticularam em esfera nacional para lutar contra o racismo.

[...] Foram os anos dos movimentos estudantis e feministas na Europa, da luta dos negros norte-americanos pelos direitos civis, das guerras de independência dos países africanos, da guerra do Vietnã, dos movimentos de guerrilheiros na América Latina. No Brasil viviam-se os dias tensos e repressivos da ditadura militar, que fechou o Congresso Nacional, cassou os direitos políticos de parlamentares, banuiu

partidos políticos, proibiu organizações operárias, camponesas e estudantis, prendeu, torturou e eliminou militantes de esquerda. (ALBUQUERQUE; FILHO 2006, p. 281)

A princípio, embora alguns negros brasileiros se baseassem nos modelos norte-americanos, como cabelos black power, calças bocas de sino, nas músicas, trajes africanos, que provocaram o choque para os olhares da época, mesmo assim alguns não compreendiam, profundamente, o racismo disfarçado na sociedade brasileira. É sempre bom ressaltar que a ideologia da democracia racial era a que prevalecia como representação social das relações raciais, e discutir o contrário dessa concepção vigente era ser subversivo e afligir os preceitos da nação, constituída pela miscigenação branda e amigável entre brancos, negros e índios. Diante da conjuntura de repressão conduzida pelo regime militar e da abertura política desencadeada no final da década de 1970, surge o Movimento Negro Contemporâneo.

Como enfatiza o historiador Ivair Augusto Alves dos Santos,

[...] proliferação de faculdades particulares estimuladas pelo estado como solução para a “crise de vagas no ensino superior”, considerada geralmente ponto crítico das relações sociedade – governo desde 1960. Com efeito, o movimento negro é, pois, filho da explosão educacional dos anos 70 -jovens que fundam, nos anos 70, entidades negras de luta contra o racismo são, quase sempre, dessa geração universitária [...] (2001, p. 38)

Esses negros intelectualizados, recém-saídos das universidades, se viam diante de uma realidade que dificultava a sua inserção no mercado de trabalho, assim passaram a se sensibilizar de que não importava seu *status quo*, pois a sua cor o afastara de qualquer possibilidade de ascensão social. Entretanto, se encontrava diante de um dilema sempre presente numa sociedade alicerçada na ideologia da democracia racial e que, todavia escondia os conflitos étnicos sempre eminentes.

De acordo com os historiadores Verena Alberti e Amilcar Araujo Pereira no seu texto intitulado Movimento negro e “democracia racial no Brasil: entrevistas com lideranças do movimento negro”, esclarecem que,

[...] O grande desafio do movimento negro brasileiro, especialmente a partir da década de 1970, foi enfrentar o “mito da democracia racial”, que ganhou força principalmente após a publicação do clássico “Casa Grande & Senzala” de Gilberto Freyre, em 1933. Segundo esse mito, as relações de raça no Brasil seriam harmoniosas e a miscigenação seria a contribuição brasileira à civilização do planeta. (2005, p. 1)

Assim, em julho de 1978, nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, após o protesto contra o preconceito sofrido pelos atletas negros no Clube de Regatas Tiête, bem



como o assassinato do operário Robson Silveira da Luz, originou-se o MUCDR – Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial, que, posteriormente, passou a denominar-se Movimento Negro Unificado Contra Discriminação Racial (MNUCDR) e em seguida, de forma mais simplificada, Movimento Negro Unificado (MNU), onde foram aprovados Estatuto, a Carta de Princípio e o Programa de Ação. O militante José Adão<sup>52</sup>, mais conhecido como Adãozinho, foi um dos protagonistas do ato público realizado em 7 de julho de 1978, e conta todos os percursos e percalços desse acontecimento importante para o povo negro do Brasil.

[...] O estopim foi quando lá no 44º Distrito Policial Guaianases na Zona Leste, o feirante foi torturado e morto né, na madrugada né. Aí aproveitando esse ato de se encontrar né, que a comunidade né, tinha. Aí nós nos reunimos chamamos todas as entidades que tavam, que a gente conseguiu né, então, veio tipo: o Coimbra que era o grupo de gafeira, a CBB de São Sebastião que era Associação Brasileira de Beneficência Cristã, que era uma coisa mais de caridade, a escola de samba. O pessoal mandou monção do Carandiru, né. Nós do Núcleo Negro Socialista né, o Grupo Decisão, CECAN que era o grupo de pesquisa cultural né. Então, em torno de uma quinze entidades né, de São Paulo se reuniu nesse dia. E veio monções daqui da Bahia, do Rio de Janeiro né, do Rio Grande do Sul né e até do exterior monção de apoio né. Então, isso foi no dia 18 de junho que a gente fez a primeira reunião de constituição onde agente é marcou a data do ato, né e confeccionamos as faixas e tal. [...] No dia 7 de julho uma sexta-feira nós saímos da sede do CBB ali na Consolação em frente onde é hoje a Faculdade Mackenzie né, e descemos a Rua da Consolação. Saímos dali em torno de uma trezentas pessoas e aí foi juntando gente no caminho, aí no final do ato nas escadarias do Teatro Municipal, e tinha cerca de duas mil e quinhentas a três mil pessoas. E lá falou o Abdias Nascimento, compareceu, veio do Rio de Janeiro, falou Eduardo de Oliveira, o Leite, na época tava vivo ainda né, Henrique Cunha que era fundador da Frente Negra Brasileira. Então, esse ato que foi no dia 7 de julho organizado pelo Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial [...] <sup>53</sup>. (Informação Verbal)

O depoimento do militante Adãozinho demonstra que, em São Paulo, antes do ato que culminaria no surgimento do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR), já existiam vários grupos em evidência que discutiam as questões raciais: o Núcleo Negro Socialista, o Grupo Decisão, O Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN), que se constituiu, a partir de 1977, uma das poucas entidades com essa característica de ter um espaço próprio onde os negros da cidade de São Paulo se encontravam.

O ato ocorrido nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo unificou todas as correntes culturais, políticas, contra a discriminação racial. Porém, o sentido de unificar não correspondia ao caráter de unificação das entidades em questão organizativa e política, mas

<sup>52</sup> José Adão, conhecido como Adãozinho, militante do MNU/São Paulo. Atualmente faz parte do Fórum Municipal da cidade de São Paulo representando o MNU. Vice-Presidente do PIDS – Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Distrito de Raposo Tavares (SP), no qual engloba 12 entidades.

<sup>53</sup> Entrevista, realizada no dia 16/8/2014

uma necessidade de unir forças na comunidade para combater o racismo e construir uma sociedade mais justa e igualitária para o negro, como afirma Adãozinho em entrevista.

[...] As nossas faixas eram: a primeira contra a violência policial, a segunda contra a discriminação racial, contra o preconceito racial e pela democracia racial. Essas eram as quatro faixas que nós descemos da Consolação e que foram estampadas nas escadarias do Teatro Municipal e que aparecem nas fotos de jornais e revistas né. Não tinha nenhum projeto político, nada disso, eram essas quatro bandeiras que nós colocamos e depois nas reuniões seguintes de enfrentamento é que a gente foi vendo como agente poderia alcançar esses objetivos né.<sup>54</sup> (Informação Verbal)

Para os historiadores Wlamyra Ribeiro de Albuquerque e Walter Fraga Filho,

O surgimento do MNU redimensionou a militância política naqueles anos da ditadura militar. Coube ao MNU contribuir para uma maior organização da militância e convencer os grupos de esquerda da importância e especificidade da questão racial na sociedade brasileira[...]. (2006, p. 292)

Na década de 1980, o MNU foi considerado uma das mais importantes organizações negras a lutar em defesa dos direitos do povo afro no Brasil. Em seu Programa de Ação, elaborado em 1982, apresentava as seguintes reivindicações:

- 1 – Por um movimento negro independente.
- 2 – Pelo fim da violência policial e contra a “Indústria” da criminalidade.
- 3 – Pelo fim da discriminação racial no trabalho.
- 4 – Por uma educação voltada para os interesses do povo negro e de todos os oprimidos.
- 5 - Pelo fim da manipulação política da cultura negra.
- 6 – Contra a exploração sexual, social e econômica da mulher negra.
- 7 – Pelo fim da violência racial nos meios de comunicação.
- 8 – Pela solidariedade internacional à luta de todos os oprimidos.<sup>55</sup>

O Movimento Negro Unificado surge como o despertar, uma inquietação, um desafio e um clamor de várias gerações de afrodescendentes que sempre tiveram a sua história negada, espoliada, apagada dos arquivos, escrita sempre numa visão eurocêntrica e estereotipada, ao mesmo tempo em que se deu conta que não era exclusivamente apenas a sua integração na sociedade, mas era importante também ver a história, a cultura negra respeitada, ensinada e integrada nas escolas destinadas à elite branca dominante, reconhecendo a participação na sociedade brasileira do homem e da mulher negra. Essa reivindicação vai, com o tempo, resultar na Lei 10.639, que torna obrigatório o ensino da História da África e da

<sup>54</sup> Entrevista realizada no dia 16/8/2014

<sup>55</sup> ESTATUTO DO MNU, 1992, p. 4

cultura do negro nas escolas brasileiras, pelas escolas públicas. Desmascarar, mundialmente, a ideologia da democracia racial, assim como denunciar o racismo presente na sociedade brasileira foram os primeiros passos dados do MNU.

Para a historiadora Maria Ercília do Nascimento, em sua dissertação de mestrado, intitulada “A Estratégia da Desigualdade – Movimento Negro dos Anos 70”, quando se refere ao MNU (Movimento Negro Unificado) diz que

[...] representa um instante de avanço político do Movimento Negro, o momento no qual o discurso político sobre o racismo, particularmente sobre o problema racial brasileiro, encontra na conjunção da discriminação racial e dos mecanismos de exploração das classes sua explicação fundamental. (1989, p. 15)

Os meios de comunicações brancos omitem, até os dias atuais a importância do MNU bem como as suas conquistas, sempre atribuídas ao governo. Isso justifica a escassez de informações sobre a sua atuação. Também é pouquíssimo estudado nos meios acadêmicos. Romper com a ideologia da democracia racial, tão antiga e ainda persistente, e sair do silêncio, são passos sociais importantes quando se pretende estudar as questões raciais no Brasil.

A história, vista com outro olhar, tem mostrado a luta sempre constante e permanente dos negros brasileiros em busca dos seus direitos, dos seus espaços, sempre bem delimitados por uma minoria branca conforme esclarece a professora Nilma Lino Gomes, em seu artigo “O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes”:

[...] o movimento negro buscou na história a chave para compreender a realidade do povo negro brasileiro. Assim a necessidade de negar a história oficial e de contribuir para a construção de uma nova interpretação da trajetória dos negros no Brasil são aspectos que distinguem o movimento negro dos demais movimentos sociais e populares da década de 70. (2011, p. 136)

Nenhum grupo é coeso. Existem divergências, e, evidentemente o Movimento Negro Unificado, pela sua dimensão, apresenta várias. Uma delas é a questão política, influenciando de maneira negativa a unidade dos seus militantes.

De acordo com Hanchard, “[...] a política explicitamente racial, sem uma orientação para questões específicas, num país em que a identidade racial está ao alcance de quem quiser pegar, foi e continuará a ser um beco sem saída”. (1988, p. 165).

Não se pode deixar de analisar, profundamente, e de diversos ângulos, as questões raciais em um país que esconde os conflitos, onde reina uma falsa harmonia entre os grupos que compõem a sociedade.

Para o antropólogo Kabengele Munanga,

[...] Dificuldades que os movimentos negros encontram e terão de encontrar talvez por muito tempo, não está na sua incapacidade de natureza discursiva, organizacional ou outra. Está, sim, nos fundamentos da ideologia racial elaborada a partir do fim do século XIX a meados do século XX pela elite brasileira. Essa ideologia, caracterizada entre outros pelo ideário do branqueamento, roubou dos movimentos negros o ditado “a união faz a força” ao dividir negros e mestiços e ao alienar o processo de identidade de ambos. (2004, p. 15)

Desde criança, o negro (a) não foi sensibilizado (a) a aceitar a sua etnia, a sua importância como construtores da nação brasileira, sobre a sua contribuição nos aspectos políticos e culturais, ao contrário, foram induzidos a rejeitar a sua história, a ter vergonha de si. Isso pode ser visível a partir do censo, realizado em 1976, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>56</sup>, pesquisa feita por Amostra de Domicílio. Como resultados, foram classificados cento e trinta e seis cores existentes no Brasil.

De acordo com a historiadora Florentina da Silva Souza,

Devido à forte depreciação de que os negros são vítimas; devido às especificidades do racismo brasileiro fundamentado basicamente na cor, ou melhor, nos gradientes de cor, todos aqueles que podem deixar de ser vistos/definidos como negros o fazem como forma de minimizar a intensidade desta discriminação. (2006, p.215)

Isso demonstra as contradições presentes em uma sociedade alicerçada nos moldes da escravidão, da rejeição, da submissão, da negação. Assim, foi durante a primeira fase de luta negra, no período do pós-abolição, que, segundo Andrews *apud* Santos,

[...] tinham uma tendência culturalista e objetivos assimilacionistas, ou seja, tinha como meta principal a integração dos negros à sociedade de classes sem questionar profundamente os principais fundantes da sociedade, além de ter os valores brancos como referência [...]. (2007, p.129)

---

<sup>56</sup> A definição de cor do brasileiro segundo o censo do IBGE de 1976 foi classificada da seguinte forma: acastanhada, agalegada, alva, alva escura, alvarenta, alvarinta, alva rosada, alvinha, amarela, amarelada, amarela-queimada, amarelada, amorenada, avermelhada, azul, azul-marinho, baiano, bem branca, bem clara, bem morena, branca, branca-avermelhada, branca-melada, branca-morena, branca-pálida, branca-queimada, branca-sardenta, branca-suja, branquiça, branquinha, bronze, bronzeada, bugrezinha-escura, burro quando foge, cabocla, cabo verde, café, café-com-leite, canela, canelada, cardão, castanha, castanha-clara, castanha-escura, chocolate, clara, clarinha, cobre, corada, cor-de-café, cor-de-canela, cor-de-cula, cor-de-leite, cor-de-ouro, lilás, loira-clara, loura, lorinha, malaia, marinheira, marrom, meio amarela, meio branca, meio morena, meio preta, melada, mestiça, miscigenação, mista, morena, morena bem chegada, morena-bronzeada, morena-canelada, morena-castanha, morena-clara, morena-cor-de canela, morena-jambo, morenada, morena-mulata, mulatinha, negra, negota, pálida, Paraíba, parda, parda-clara, polaca, pouco clara, pouco morena, pretam, pretinha, puxa para branca, quase negra, queimada, queimada de praia, queimada de sol, regular, retinta, rosa, rosada. Disponível: <http://almanaque.folha.uol.com.br/racismo05.pdf>  
Acesso: 12/8/2015.

Michael George Hanchard, em seu livro *Orfeu e o poder*, baseado em sua tese de doutorado, compartilha do mesmo ponto de vista, afirmando que

A equação entre práticas culturais e os componentes materiais, expressivos e artefatuais da produção cultural, e como o desprezo pelos aspectos normativos e políticos do processo cultural. Na política culturalista, as práticas culturais funcionam como fins em si, e não como meio para se chegar a um conjunto mais abrangente e heterogêneo de atividades ético-políticas. Nas práticas culturalistas, os símbolos e artefatos afro-brasileiros e afro-diaspórico são reificados e transformados em mercadoria; a cultura se transforma em coisa, não em processo profundamente político. (2001, p. 38)

Hanchard utilizou o conceito de hegemonia do sociólogo italiano Antonio Gramsci para explicar a dinâmica das relações raciais no Brasil. Para o norte-americano Michael George Hanchard, o culturalismo seria um obstáculo para as atividades políticas contra-hegemônicas do movimento negro. O autor faz uma discussão da centralidade da cultura na trajetória do movimento negro brasileiro nas décadas de 1940, 1950, 1960 respectivamente.

“Orfeu e o poder” foi traduzido para o português e publicado no Brasil na década de 1990, gerando uma grande polêmica nas lideranças do movimento negro. A pergunta que Hanchard faz em sua obra é “Porque o movimento negro brasileiro, não se tornou o movimento de massa? Porque não se traduziu em pleitos políticos? Em políticas públicas? Em ganho nos campos dos direitos civis e sociais como aconteceu nos Estados Unidos, na década de 1960, e que surgiram efeitos positivos no campo da política, no campo educacional, no campo do poder e no campo da distribuição de renda, ocasionando, assim, a formação de uma classe média negra?” Hanchard é da tradição comparativa, em que a régua de medida é o movimento negro norte-americano, a partir dos direitos civis, como ele mesmo coloca,

[...] Utilizei a bibliografia sobre a teoria, a discriminação e a desigualdade raciais de outras sociedades como referenciais comparativos, no intuito de enfatizar que existem mais semelhanças do que dessemelhanças entre a política racial do Brasil e a de outros corpos sociais em que há pessoas de origem africana. (2001, p. 185)

Na argumentação do referido autor, no Brasil, a estratégia foi completamente diferente dos Estados Unidos, pois, aqui, a prioridade foi lutar pela construção de uma identidade negra. Esta construção passava pela cultura, pela valorização da história, pela valorização dos ícones, valorização dos seus heróis, valorização de sua indumentária. O autor, em sua obra não nega que, no Brasil, não havia militantes e lideranças que propusessem um projeto político, mas, foram iniciativas isoladas, que, no final, não tinham como objetivo chegar ao

poder. Era uma revalorização racial, era uma visão essencialista, primado na identidade, no afrocentrismo, e, portanto, era um projeto culturalista.

Assim, uma das críticas possíveis a Hanchard foi ter pensado o movimento negro brasileiro a partir das lentes do movimento negro norte-americano, ou seja, ele não se preocupou em pensar a trajetória dos ativistas, de lideranças, de grupos, de estratégias, de projetos a partir dos próprios termos da experiência no Brasil. Hanchard ao negligenciar esse processo, não consegue entender que a cultura é política, e as práticas, vistas como culturais, também são políticas. Assim, ignora-se o reflexo de todo o movimento negro brasileiro nos Estados Unidos. É como se os negros norte-americanos não soubessem das experiências dos negros brasileiros, como assinala a historiadora Hebe Mattos na apresentação do livro “O mundo negro”: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo do historiador e autor Amilcar Araujo Pereira, destacando o registro nos jornais negros estadunidenses sobre o movimento negro no Brasil, incluindo a Frente Negra,

[...] Especialmente interessante é o registro da presença de notícias sobre o movimento negro brasileiro, em especial a Frente Negra, nos jornais negros estadunidenses dos anos 1930, bem como do acompanhamento pelos movimentos políticos negros no Brasil, da imprensa e da política negra nos Estados Unidos, ressaltados desde o título. Definitivamente, tais intercâmbios não foram criados pela conjuntura internacional pós-movimentos de direitos civis nos Estados Unidos. (2013, p.11)

Outro elemento que deve ser analisado na obra Orfeu e o poder de Michael George Hanchard é a posição dos negros nessa comparação, de que o projeto brasileiro não deu certo em relação ao norte-americano. Isso se constitui o erro metodológico, uma vez que o autor não leva em conta a dimensão imperialista. Os elementos imperialistas, segundo o historiador Antonio Liberac Cardoso Simões Pires (2014)<sup>57</sup>, proporcionam que uma sociedade usufrua e explore a outra.

O que se pode compreender, quanto às questões étnicas no Brasil, é que o homem e a mulher negra não foram sensibilizados a ter uma consciência racial, em virtude de mecanismos elaborados por uma elite considerada branca, durante todo o período do pós-abolição. Assim, foi por meio da miscigenação, ou por meio da construção da ideologia da democracia racial, que muitos afrodescendentes conseguiram ter um “despertar da consciência racial”, desde a infância, ou em ocasiões onde a cor foi um principal empecilho para seu ingresso no mercado trabalho, ou em qualquer outra situação adversa, como aponta o

---

<sup>57</sup> Antonio Liberac Cardoso Simões Pires. Participação no VII Fórum Pró-Igualdade Racial e Inclusão Social do Recôncavo, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Cachoeira, Bahia, 17 a 21 de novembro de 2014.

historiador Amilcar Araujo Pereira: “[...] fatores externos para que pudesse ter início; houve a necessidade de um acontecimento ou de um momento emblemático [...]” (2013, p. 93). Esses mecanismos introjetados, além de impossibilitar um direcionamento ideológico e político do homem e da mulher negra, ocasionaram de certa forma, a desunião, a ausência de uma análise mais crítica sobre a sua atual situação na sociedade, como enfatiza a historiadora Ana Lúcia E. F. Valente “[...] a união dos grupos negros é um apelo constante de seus militantes. Unificar os grupos negros existentes é uma das propostas do MNU, mas ainda não obteve resultados satisfatórios [...]”. (1987, p. 49).

O professor Attilio Monasta<sup>58</sup> refere a teoria do sociólogo Antonio Gramsci para se tentar compreender os mecanismos exclusionários que se processa na sociedade, e explica que

O homem ativo de massa atua praticamente, mas não tem uma clara consciência teórica dessa ação, que, não obstante, é um conhecimento do mundo na medida em que o transforma. Pode ocorrer também, que a sua consciência teórica esteja historicamente em contradição com o seu agir. É quase possível dizer que ele tem duas consciências teóricas (ou uma consciência contraditória): uma implícita na sua ação e que realmente o une a todos os seus colaboradores na transformação prática da realidade e outra, superficialmente explícita ou “verbal” tem conseqüências: ela se liga a um grupo social determinado, influi sobre a conduta moral, sobre a direção da vontade, de uma maneira mais ou menos intensa, que pode, até mesmo, atingir um ponto no qual a contrariedade da consciência não permita nenhuma ação, nenhuma decisão, nenhuma escolha e produza um estado de passividade moral e política. A compreensão crítica de si mesmo é obtida, portanto, através de uma luta de “hegemonias” políticas, de direção contrastantes, primeiro no campo da ética, depois da política, atingindo finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real. (2010, p. 80)

Essa questão se encontra na maioria das lutas pela dominação em escala nacional e prevalece entre os militantes negros brasileiros, em uma sociedade camufladamente racista que, ao longo desses anos, tem omitido a existência da discriminação racial, remetendo ao discurso de que o preconceito está na consciência de cada pessoa. Essa omissão ficou bem esclarecida quando, em 1972, um relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) denunciou a existência da discriminação racial no Brasil. Em contrapartida, Sérgio Armando Frazão, embaixador na época, refutou a denúncia, argumentando, numa carta enviada ao Secretário Geral Kurt Walrheim que esse relatório da UNESCO é baseado nos dados de cinco anos atrás realizado pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais do Rio de Janeiro (CBPERJ) e que não chegou a

---

<sup>58</sup> Attilio Monasta nasceu na Itália, lecionou no ensino médio as disciplinas (história, filosofia, psicologia e educação). Leciona educação experimental na Universidade de Florença. Atualmente dedica seus estudos a teoria e história da educação.

nenhuma conclusão, apenas especulações, mas nada comprovado. Isso demonstra que, ao mesmo tempo em que nega, se afirma a existência do racismo no Brasil.

A relação de gênero também proporcionou fortes antagonismos dentro do Movimento Negro Unificado, destacando as reproduções de comportamento machistas e patriarcais dos seus militantes em algumas atividades envolvendo os dois sexos.

De acordo com o norte-americano Michael George Hanchard,

[...] Uma fase bastante batida nessa época é “o pessoal é político” caracteriza adequadamente as frustrações vividas pelas mulheres dentro do movimento negro em meados dos anos setenta. Muitos ativistas afro-brasileiros do sexo masculino pregavam a igualdade entre os sexos como parte de sua retórica política, mas esperavam que as afro-brasileiras executassem as tarefas de dona de casa convencional, enquanto eles participavam plenamente do movimento e, às vezes, de relacionamentos com outras mulheres. (2001, p. 154)

Apesar de apresentar esses antagonismos citados anteriormente, existia uma unanimidade entre os seus militantes: combater o racismo e contraditar a ideologia da democracia racial. Assim, o MNU transformou-se em uma das organizações mais importantes e mais influentes até então surgida no combate ao preconceito, à exclusão social do homem e da mulher negra na sociedade, além de projetar vários militantes no cenário político nacional.

Dessa maneira segundo Sales Augusto dos Santos,

Se, por um lado, essa nova fase dos Movimentos Sociais Negros fez emergirem antigas inquietações raciais na sociedade brasileira, bem como protestos de “raça dominante”, por outro lado, o caráter mais aguerrido implicou uma influência ou participação política maior desses movimentos na sociedade brasileira, comparada com os avanços obtidos no passado. (2007, p. 136)

O movimento negro enfrentou vários obstáculos, principalmente com relação à concepção ideológica e política dos seus militantes. Isso ficou evidente com a Frente Negra Brasileira (FNB), já que seus membros optaram pelo socialismo, comunismo, integralismo. O MNU não foi muito diferente, não teve origens nas massas populares negras marginalizadas da sociedade, mas nos setores acadêmicos intelectualizados, do “boom” educacional, da década de 1970, e isso, conseqüentemente prejudicou de fato, o trabalho mais assíduo com as bases, como sinaliza o cientista político Michael George Hanchard,

[...] Os movimentos afro-brasileiros posteriores à década de 1940 surgiram da academia, e não dos subúrbios ou das favelas. Essas origens se tornaram um dos problemas recorrentes e intrínsecos do desenvolvimento político afro-brasileiro durante toda a década de 1970. (2001, p. 122)



O processo de combate ao racismo sempre foi uma das principais metas de luta do MNU. Muitos ativistas se organizaram clandestinamente, numa época onde a liberdade de expressão era negada, e todas as formas de manifestações e protestos eram consideradas subversivas e reprimidas, sob penas de torturas e mortes. O Movimento Negro Unificado foi inovador em suas propostas de luta principalmente por desmascarar a ideologia da democracia racial e viabilizar programas de combate ao racismo na sociedade brasileira, e isso fica esclarecido na Carta de Princípios, onde se lê:

Nós, membros da população negra brasileira – entendo como negro todo aquele que possui na cor da pele, no rosto ou nos cabelos, sinais característicos dessa raça -, reunidos em Assembléia Nacional, convencidos da existência de:

- discriminação racial
- marginalização racial, política e econômica, social e cultural do povo negro
- péssimas condições de vida
- desemprego
- subemprego
- discriminação na admissão em empregos e perseguição racial no trabalho
- condições sub-humanas de vida dos presidiários
- permanente repressão, perseguição e violência policial
- exploração sexual, econômica e social da mulher negra
- abandono e mal tratamento dos menores, negros em sua maioria
- colonização, descaracterização, esmagamento e comercialização de nossa cultura
- mito da democracia racial.<sup>59</sup>

Cada congresso organizado pelo MNU, em sua maioria, discutia problemas referentes à atuação da organização, assim como aspectos de fragilidade interna, que não diferiam muito dos encontrados na década de 1970, período marcado pela sua fundação. Essas análises, feitas pelos militantes do MNU, são de conhecimento interno, entretanto, foi possível obter algumas informações por intermédio do militante Claudomiro Dias Bulhosa, conhecido como Cau do Movimento Negro Unificado de Salvador, que autorizou a colocar nessa pesquisa alguns dados, entre os quais pontuam-se alguns equívocos que se constituem obstáculos para a ação e organização desta instituição, presente no documento interno intitulado “O Triunfo de Prata: algumas reflexões para dar combustível à luta”, publicada em maio de 2005, em Salvador, Bahia.

1. Influência da ideologia branca racista: de modo profundo em alguns setores (onde existe ingerência política de organizações da esquerda branca no MNU, utilizando a entidade como instrumento legitimador de uma prática que em nada tem a ver com os nossos princípios) e de modo pontual na ação geral dos militantes;

---

<sup>59</sup> ESTATUTO DO MNU, 1992, p. 41

2. Ausência de um programa de formação política consistente e de fóruns que possibilitem o aprofundamento das discussões, com estudos direcionados e formulação/produção intelectual e política
3. Inexistência de uma política financeira que garanta autonomia a ação política do MNU (o que nos causa a ilusão de ter no parlamento uma alternativa a essa debilidade).<sup>60</sup>

Esses são alguns pontos em que se reafirma o papel da entidade como referência na luta do povo negro por inserção social, resultando, assim, nas ações das chamadas políticas afirmativas, iniciadas nas décadas de 1990 e de 2000. Pois, o papel do MNU foi dar visibilidade ao anseio da população negra, desejosa de justiça e promoção social. Conforme a citação, o MNU vive uma conjuntura da modernidade em crise, uma vez que o mundo experimenta o momento de incerteza, fragmentação e esgotamento das possibilidades reprodutivas do capitalismo.

Para o antropólogo Kabengele Munanga,

Todos os movimentos sociais incluindo os dos negros, lutam pela justiça social e por uma redistribuição equitativa do produto coletivo. Numa sociedade hierarquizada como a brasileira, todos encontram dificuldades para mobilizar seus membros em torno da luta comum para transformar a sociedade. (2004, p. 13)

Todos os movimentos sociais passam por mudanças ao longo dos anos e o MNU não ficou de fora desse processo, todavia, através das suas reivindicações, o povo negro conseguiu várias conquistas. A mídia brasileira foi ideologicamente definida para atingir os afrodescendentes, em relação às cotas raciais e sociais para o ensino superior, e à concurso públicos, pronunciando-se contra, e agindo de forma manipuladora. A articulação do movimento quilombola começou no Movimento Negro Unificado, instituindo a Lei 4.887, que delimita os territórios aos remanescentes de quilombos; e a Lei 10.639, que incluiu a história da África na grade curricular do ensino fundamental e médio, como coloca o historiador Amilcar Araujo Pereira: “[...] uma antiga reivindicação do movimento negro brasileiro, e tornou-se uma realidade a partir das pressões do movimento social e de articulações de militantes atuantes no parlamento e em outras instâncias do poder público [...] (2013, p. 30).

As avaliações minuciosas e sistemáticas dos livros didáticos, iniciadas em 1995, que excluíam obras que manifestassem qualquer tipo de preconceito. Todas essas conquistas

---

<sup>60</sup> TRIUNFO DE PRATA, 2005

viabilizadas pelo Movimento Negro Unificado, e que receberam a denominação de ações afirmativas ou políticas compensatórias, que segundo o historiador Petrônio Domingues,

São programas cuja finalidade é eliminar ou minimizar as desigualdades de oportunidades por meio de políticas públicas (ou privadas) voltadas para favorecer aqueles grupos que, historicamente sofreram (e sofrem) discriminação negativa, como é o caso dos negros, mulheres, gays e deficientes físicos. (2008, p. 106)

Na década de 1990, o MNU começa a entrar em declínio, o que pode ser analisado do ponto de vista do número de quadros, do número de agrupamentos filiados, e da importância no cenário político. Então, ao mesmo tempo em que o MNU perdeu seu protagonismo, surgiram outras organizações negras, como a Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN), que tem mais representações em números de organizações coligadas, números de militantes e ativistas, superando o MNU.

A CONEN foi fundada em São Paulo no dia 17 de novembro de 1991, a partir de uma articulação de diversas organizações presentes no I Encontro Nacional de Entidades Negras (ENEN), com oitocentos delegados e delegadas, se tornando a maior organização da América Latina, com mais de quatrocentas entidades filiadas e espalhadas em todo território nacional, respeitando as diferenças, as regionalidades e a posição política de cada uma. Nesse mesmo período, foi fundado o Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro-Brasileira (CENERAB), que é uma entidade dentro da CONEN que se preocupa com a questão da luta social das religiões de matrizes africanas, tendo também como uma das características, formarem lideranças com o intuito de combater o preconceito, a intolerância religiosa e a discriminação. Hoje o CENERAB encontra-se organizado em 18 estados do Brasil, com diretorias independentes e autônomas.

A criação da SEPIR, que tem o nome de Secretária, mas que corresponde ao Ministério de Promoção da Igualdade Racial foi uma proposta da CONEN apresentada ao Presidente Inácio Lula da Silva, no seu primeiro mandato, e instituída em 21 de março de 2003, se multiplicando em vários estados, em vários municípios do Brasil, e com influência também em diversos países da América Latina. A SEPIR tem como objetivo promover a igualdade e a proteção de grupos raciais e étnicos, afetados por discriminação e demais formas de intolerância, com ênfase na população negra. A antiga formação do MUCDR, no seu surgimento, corresponde, atualmente, a CONEN, não atendendo as exigências formais do estado brasileiro como CNPJ, Estatuto, sem critérios de filiação de pessoas, mas, simplesmente um movimento de organizações das entidades negras.

Entretanto, é necessário chamar atenção de que o Movimento Negro Unificado, por conta de suas disputas internas, grupos de disputas, acirramentos, divisões, vem perdendo forças, mas não deixa, evidentemente, de ser uma referência para os afrodescendentes brasileiros, porém, atualmente, não é a entidade negra mais importante do país.

Para Maria Ercilia do Nascimento<sup>61</sup>,

Apesar de ter conseguido, em determinado instante, avançar propostas e discussões em torno da luta racial, o MNU não é capaz de sustentar a unidade das diversas associações e entidades que o compõe.

Ele, gradativamente, terminará perdendo sua força e hegemonia [...]

Aos poucos, desenha-se uma conjuntura na qual o MNU se vê obrigado a conviver com disputas internas que se avolumam em torno do projeto de centralização política. Ele se depara com dificuldades relevantes, mas mesmo assim insiste na preservação da autonomia e independência do Movimento. (1989, p. 6-113)

Desta forma, um de seus desafios é o de iniciar o processo de reorganização política da entidade para que, junto com outras, possa dar continuidade a luta de enfrentamento do racismo no Brasil. Torna-se, assim, necessária a sua reavaliação, bem como seu raleamento.

No XVII Congresso Nacional do MNU<sup>62</sup>, realizado em Salvador, Bahia, nos dias 15 a 17 de agosto de 2014, a reorganização da entidade foi um dos principais pontos de pauta. Entre o Plano de Lutas dos GT's destacam-se:

Que o MNU retorne a construção da Campanha Reaja, e participe da marcha contra o genocídio do povo negro;

Autonomia na luta quilombola;

Que o MNU instale imediatamente sua comissão de ética;

Que o MNU faça um mapeamento e fiscalização das políticas culturais voltadas para a cultura de matrizes africanas;

Sistematização da memória do MNU, instrumento de resgate e registro;

Fazer campanha de mobilização junto a População Negra com a divulgação de propostas e enfrentamento do racismo;

Fomentar políticas voltadas à reafirmação da identidade étnico-racial com o apoio e incentivo a grupos que promovem à cultura afro-brasileira;

Que o MNU defenda plenamente a implantação de políticas públicas contra a intolerância religiosa;

<sup>61</sup> Maria Ercilia do Nascimento, Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, autora do artigo “Democracia redistributiva. Utopia Posível?” e juntamente com o poeta Hamilton Faria organizou uma coletânea de artigos intitulado “Desenvolvimento Cultural e Planos de Governo” Revista produzida pelo Fórum Intermunicipal de Cultura – FIC e do Instituto Pólis. São Paulo, 2000. 112 p. (Publicações Pólis, 36).

<sup>62</sup> 17º Congresso Nacional do Movimento Negro Unificado – MNU. MNU: 35 anos de combate ao racismo na luta por um Projeto político para o Brasil. 15, 16, 17 de agosto. Salvador – Bahia, 2014.

Que o MNU defenda a implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra;

Reconhecer a CONAC – Coordenação Nacional das Comunidades Rurais Quilombolas, como entidade de defesa das comunidades quilombolas referenciando o apoio do MNU à sua criação;

Combater o machismo no movimento negro com campanhas educativas;

Ações afirmativas educacionais por inteiro, pré-acesso, permanência e pós-permanência. COTAS NA PÓS-GRADUAÇÃO, cotas raciais nas universidades estaduais;

Reavaliar a campanha “Não dê bola para o Racismo”;

Reforma das matrizes curriculares das universidades; fortalecer as campanhas para o cumprimento das leis 10.639/03 e 11.645/08;

Pela criação de uma Coordenadoria Nacional, Estadual e Municipal da Juventude do MNU;

Construção de uma plataforma de agitação e propaganda;

Paridade de gênero na direção do MNU;

Organizar um Encontro dos povos de Terreiro no MNU e ampliar o diálogo com os movimentos religiosos de Matrizes Africanas;

Reorientar a ação política do MNU para dentro das relações institucionais;

Defender a autonomia do MNU frente aos partidos políticos.

Essa análise demonstra a preocupação dos militantes com o futuro do Movimento Negro Unificado (MNU), pontuando uma série de propostas que proporcionam mais visibilidade para a organização, na atual conjuntura do país, e interagindo com outras entidades negras na luta pela implementação de projetos viáveis para os afro-brasileiros.

## 2 ATIVISMO NEGRO EM SALVADOR NA DÉCADA DE 1970: IMBRICAÇÕES ENTRE POLÍTICA E CULTURA.

branco se você soubesse  
 o valor que preto tem  
 tu tomava banho de piche  
 ficava preto também  
 (Paulinho Camafeu – Que Bloco é Esse?)

Esse capítulo tem o intuito de discutir a formação do movimento negro baiano, destacando as relações entre o setor político e o setor cultural durante a sua composição. Esse capítulo consta de depoimentos de vários militantes que fizeram parte desse processo de formação, e das diversas entidades negras baianas, que tiveram intercâmbios culturais com outros países.

### 2.1 O ATLÂNTICO: INTERCÂMBIO NECESSÁRIO

A década de 1970 foi um momento de efervescência no mundo todo, a constituição de um sentido de diáspora, a libertação de algumas nações africanas que conquistaram a sua independência, as lutas pelos direitos civis e sociais nos Estados Unidos. Na música, destacava-se o Rock'nroll, e as questões étnicas estavam sendo bastante discutidas. No Caribe, sai o Ska e entra uma cultura Reggae diferenciada, e sofisticada de cunho religioso, tendo como bandeira os cabelos dread lock, as cores, o novo jeito de se vestir, de andar, de dançar. Nessa época, também as diferenças emergem: etárias, dando origem ao movimento hippies, e a desigualdade de gênero resulta no movimento das mulheres. Com esse movimento, se configura uma diáspora para além da África, como refere Paul Gilroy:

Sob a ideia-chave da diáspora, nós poderemos então ver não a “raça”, e sim formas geopolíticas e geo-culturais de vida que são resultantes da interação entre sistemas comunicativos e contextos que elas não só incorporam, mas também modificam e transcendem. (2011, p. 25)

Sobre esse contexto, o entrevistado, Antonio Jorge Victor dos Santos Godi, um dos fundadores do Grupo Teatral Palmares Inãron em 1976, professor da Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS, ator, antropólogo, diretor teatral, fotógrafo, escritor, conta em seu depoimento.

[...] nós usávamos na camisa Jimi Hendrix com cabelo black, então é o momento de referência era Angela Davis, então é o momento de referência, mas, também de referência forte no contexto local, mas, esse sentido de alargamento, espalhamento ele é fundamental no sentido de você saber que está lá, saber que o outro de lá, seu parente está lá fazendo alguma coisa e você gosta daquela música e saber que eles estão adotando a nossa música.<sup>63</sup> (Informação Verbal).

De fato, não se deve pensar o movimento negro de maneira isolada, mas, no contexto de construção de um mundo alargado no processo contínuo de transformações econômicas, políticas, sociais e culturais. Dessa maneira, os fatores externos eram recebidos pelos militantes do Movimento Negro Contemporâneo de forma constante. Este é um dos pontos relevantes na Carta de Princípios (elaborada em 1978) na qual já se observa a importância desse intercâmbio com outros países no processo de construção da (as) identidade dos militantes negros no Brasil, explicitado no trecho: “[...] nos solidarizamos com toda e qualquer luta reivindicativa dos setores populares da sociedade brasileira [...] e com a luta internacional contra o racismo[...]”<sup>64</sup>

As contribuições das idas e vindas do Atlântico foram muito importantes, porém, não se deve atribuir somente aos fatores externos a constituição do Movimento Negro Contemporâneo. Como já discutido no primeiro capítulo, existia um embrião para a sua formação, com destaque para Frente Negra Brasileira, que serviu inclusive como referência em outros países, como, por exemplo, Estados Unidos, e, com a abertura política desencadeada, a partir da década de 1970:

[...] O processo de abertura política e aproximação do fim da ditadura militar foram fundamentais para o surgimento de vários movimentos sociais no Brasil. A própria fundação do MNU ocorreu em São Paulo em função do protesto contra a morte de um operário negro em uma delegacia da cidade e contra a proibição de quatro jovens atletas negros entrarem num clube paulista. (Pereira 2013, p. 2015)

## 2.2 SALVADOR NA DÉCADA DE 1970

Na década de 1970, Salvador não estava fora do referido contexto de efervescência, citado anteriormente. Existiam vários grupos culturais que já estavam em evidência, como o afoxé Filhos de Gandhi por exemplo, fundado em 1949, que tinha como principal característica a figura do líder indiano Marathama Gandy<sup>65</sup>. Esse grupo era constituído por negros, que

<sup>63</sup> Entrevista com Antônio Jorge Victor dos Santos Godi, 14/10/2014.

<sup>64</sup> PROGRAMA DE AÇÃO, 1992, p. 41

<sup>65</sup> Mohandas Karamchand Gandhi (do sânscrito “A Grande Alma”) nasceu em 2 de outubro de 1869 em Portbandar e faleceu em 30 de janeiro de 1948 na Nova Déli. Fundador do Moderno Estado indiano, Gandhi

faziam serviços pesados, trabalhando na estiva, entretanto não eram unidos por uma tendência política partidária. Outros grupos já em destaque também eram o Núcleo de Cultura Afro Brasileiro (1972); O Ilê Aiyê (1974), o Malê de Cultura e Arte Negra (1979); Olodum (1979).

O Núcleo de Cultura Afro Brasileiro contribuiu com o processo de formação política da população negra na Bahia, tendo um papel fundamental no processo embrionário da retomada da luta negra no período da ditadura militar. As reuniões do Núcleo eram feitas no bairro Corredor da Vitória no Instituto Cultural Brasil Alemanha, ICBA, onde era promovida uma série de atividades, incluindo debates, seminários, que questionava a falta de oportunidade do negro (a) na sociedade baiana na década de 1970. Dentre os militantes negros que formavam o Núcleo destacam-se José Lino Alves de Almeida (Lino de Almeida), Manoel de Almeida Cruz, Luis Orlando, Gilberto Leal. Segundo o ex-militante<sup>66</sup> baiano Gilberto Leal, “[...] o embrião nesse período da década de 70 da formação político ideológico dos militantes, dos ativistas negros de enfrentamento da ditadura militar, de enfrentamento da direita, se deu a partir dessa iniciativa do Núcleo de Cultura Afro Brasileiro”<sup>67</sup>

Nesta perspectiva, é importante situar o intercâmbio Bahia-África como elo de fortalecimento de uma consciência racial junto aos membros das entidades afro baiana. Vale ressaltar também os estudos de intelectuais que também influenciaram esse processo de reafrikanização. Dentre os quais cita-se a figura de Pierre Verger, etnólogo francês que viajou pela África registrando em película fotográfica, cotidiano dos rituais e símbolos culturais de populações africanas. Já na segunda metade do século XX, esse etnologista encontra na Bahia, o candomblé e a umbanda, matéria-prima, para seus estudos sobre as manifestações culturais de matrizes africanas. Outros agentes, fundamentais para esse intercâmbio, foram os representantes das religiões afro-brasileiras e praticantes da capoeira<sup>68</sup>.

---

pregava a simplicidade, a não-violência, a força da verdade, criando uma rede de alianças nas classes baixas, tendo o estilo político moderado. Gandhi foi assassinado, em 1948, por um hindu extremista.

<sup>66</sup> Com relação ao termo ex-militante, Gilberto Leal assim define de acordo com a sua visão: “[...] bom estamos falando institucionalmente, ex-militante da causa política [...] Quando estiver respirando vou continuar sendo militante por uma sociedade justa e especificamente para a população negra. Agora quando você está numa entidade, que você sai dessa entidade, que você discorda de algum detalhe, de algum tipo de condução política, então eu mim considero ser ex-militante dessa organização. Eu sou fundador do MNUCDR, que estive lá, nos seus momentos iniciais, mas depois, quando o MNUCDR deixou de ser uma articulação de organizações, o fórum de organizações que era essa a proposta inicial, para passar a ser uma entidade com estatuto e consequentemente, já não admitiria que organizações tivessem bandeiras específicas nos seus quadros, então, aí eu achei que a proposta derivou para o outro modelo que não mim agradava, tanto é que hoje eu continuo no fórum. Então, eu gosto das propostas de unidade em termos de fórum que as organizações ainda que pense diferenciada, ainda que tenha diversidades nas diversas linhas de pensamento, de como encarar determinada luta política, mas que elas possam se encontrar para traçar o eixo comum [...]”

<sup>67</sup> Entrevista, 17/10/2015

<sup>68</sup> PIRES. Antonio Liberac Cardoso Simões. **A capoeira na Bahia de Todos os Santos**. Tocantins: UFT,



Insera-se, nesse contexto, alguns eventos de visibilidade, que estreitaram as relações Bahia-África-Europa. Entre os anos de 1970 e 1971, o destaque é para a exposição baiana na Grã-Bretanha, organizada por Deoscoredes M. dos Santos (Mestre Didi) e sua esposa, Juana Fibein dos Santos. Ocorreu ainda a “Afro-Brazilian Art Exhibition”, que teve como colaborador o British Museum, por intermédio de seu curador, John Picton, especialista em cultura ioruba, que residiu durante anos na Nigéria. Nesses eventos, o fato interessante aconteceu na entrada da exposição, com a mostra de um grande retrato de D. Maria Bibiana do Espírito Santo, Mãe Senhora, yalorixá do terreiro Axé Opô Afonjá, acompanhado de um texto explicativo, destacando o papel importante desempenhado por essa yalorixá na conservação da cultura africana na cidade de Salvador.

Outro importante evento foi apresentação do Grupo de Dança Contemporânea da Bahia, no Teatro Castro Alves, nos dias 21 e 22 de maio de 1974, reunindo uma montagem de três suítes e uma dança intitulada *Eclosão*. A abertura dessa apresentação coube a “Suíte Afro-americana”, baseada em pesquisas realizadas na África e na América do Norte, sendo homenageado o coreógrafo e percussionista nigeriano, Michael Olatunji. O movimento cultural esteve em plena ascensão, e, com a chegada a Salvador, no dia 11 de maio de 1976, da Comitativa do II Festival Mundial de Arte e Cultura Negra em Lagos (Nigéria), foi criado o Grupo Teatral Palmares Inãrom, por Antonio Jorge Victor dos Santos Godi, Lia Spósito, Kal dos Santos e Ana Sacramento. Esse grupo discutia a questão indígena e do negro no Brasil e, inicialmente, foi denominado de Teatro Raça e Posição, mostrando uma concepção étnica diante dos conflitos e das perseguições locais. Sua primeira apresentação foi no Instituto Cultural Brasil e Alemanha, ICBA com o espetáculo *Estórias Brasileiras*, baseado em fatos reais retratando as perseguições policiais, que eram rotineiras nesse período.

Os grupos culturais baianos também participaram de eventos na África. Em 1977, na Nigéria – África houve a exposição dos trabalhos dos artistas baianos no II Festival Mundial de Arte e Cultura Negra, no qual estavam as obras de Caribé, Edson Luz, Olga de Alaketo, Juarez Paraíso, Emanuel Araújo, Vandeloir Rêgo, tematizando a cultura afro. O artista Emanuel Araujo, numa entrevista concedida ao Jornal A Tarde, assim retratou a importância desse evento:

[...] visa este encontro, fazer um levantamento mundial das manifestações de vários setores de arte e cultura negra ou da sua influência em outras culturas. Acho, diz, que o mais importante neste festival não é a divulgação dos trabalhos apresentados, mas sim, o confronto entre trabalhos de diferentes países, onde existe a influência da cultura negra africana – pois o confronto possibilita uma visão global de como esta

influência se processou em diferentes setores, como na música, religião, culinária e uma infinidade delas.<sup>69</sup>

Destaca-se, também nessa época, a dança negra de rua, o surgimento dos primeiros dreadlock na capital baiana, o cinema diferenciado pós- Glauber Rocha, com o feirense José Humberto fazendo o Anjo Negro com Mário Gusmão, cachoeirano, referência marcante nessa época e um dos primeiros negros a cursar uma escola de teatro. Grande ator tinha um vasto conhecimento de dança, de música, e de cultura negra. Gusmão também foi protagonista da peça *Chico Rei*, contracenando com Dione da Costa, Macalé dos Santos, Marly Christine, Raimundo Tição, Edifran e Paulo César. O referido texto foi escrito por Walmir Ayla, e a direção foi de Athenodoro Ribeiro. Essa peça foi apresentada no Instituto Goethe, ICBA, nos dias 13 a 15 de maio de 1977, junto com o apoio do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras do Rio de Janeiro, marcando a volta de Mário Gusmão ao Teatro. Numa entrevista concedida ao Jornal A Tarde, o ator falou sobre a sua volta ao teatro bem como do seu personagem,

É mais que uma volta, pois sempre estou presente, dançando, fazendo cinema ou teatro[...]Considero este trabalho como uma experiência nova, contracenar com atores negros e ser dirigido também por um negro. O personagem que represento, vive dentro de mim, pois sinto-o a todo momento.<sup>70</sup>

Foi nesse período que o coreógrafo norte-americano, Clyde Alafiju Morgan, posteriormente Diretor da Escola de Dança da UFBA, chegou a Salvador, aliando-se a Mario Gusmão na construção de espetáculos voltados para a cultura negra. Époça em que a Secretária Municipal de Cultura realizou um ciclo de palestras desenvolvido pelo Departamento de Assuntos Culturais, entre os dias 02 e 05 de maio de 1978, com a socióloga mineira Lélia Gonzales, intitulado: “*Noventa Anos de Abolição: Uma Revisão Crítica*”. De acordo com a militante Luiza Bairros<sup>71</sup>, “a visita de Lélia e o curso ministrado foram fundamentais para o desenvolvimento do movimento negro na Bahia, pois alguns participantes do curso que já discutiam a questão do racismo formaram o Grupo Negô, semente da qual surgiria o MNU – Bahia”<sup>72</sup>. Carlos Eduardo Ribeiro de Jesus Guimarães Rollemberg, conhecido também por Edu Omo Oguian, nome iniciático no candomblé Axé

<sup>69</sup> Grande importância do Festival de Arte da Nigéria. A Tarde 19/5/1976, Caderno 2

<sup>70</sup> “Chico Rei encarna ideal de liberdade aos negros escravos”. A Tarde, 4 de maio de 1977, p.12

<sup>71</sup> Luiza Helena de Bairros, militante do Movimento Negro Unificado, exerceu o cargo de Ministra – Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Brasil no primeiro mandato da Presidente Dilma Russef.

<sup>72</sup> BAIROS, 2014 – Disponível: [www.maxwell.vrc.puc-rio.br/7183/7183\\_3.PDF](http://www.maxwell.vrc.puc-rio.br/7183/7183_3.PDF)

Opô Afonjá, do qual é um dos membros, Teólogo, Pós-Graduado em História, poeta e ex-militante do MNU/Bahia, relatou, em entrevista, a importância dessa semana:

[...] em maio de 1978 Rosita Salgado que era pessoa que estava dirigindo a Secretária Municipal de Cultura, resolve comemorar a abolição e trazer uma palestrante Lélia Gonzales. Aí foi uma semana de atividade com Lélia Gonzales palestrando, o professor Morgan fazendo oficina de dança, foi uma semana muito rica, proveitosa e eu tinha uma visão muito cultural o que seria a mobilização negra no país. O Lino vivia me enchendo a cabeça de que a coisa deveria partir para o lado político, eu vi Lélia Gonzales durante uma semana me enfeitiçou me cativou para ser mais radical me envenenou.<sup>73</sup> (Informação Verbal)

A socióloga Lélia Gonzales conta a importância desse evento para a criação do Grupo Nego, que, mais tarde, viria a ser à base do futuro MNUCDR de Salvador:

[...] A convite do Departamento Cultural da Prefeitura de Salvador, dirigi-me para aquela cidade, na primeira semana de maio, para dar um curso cujo título era: “Noventa anos de abolição: uma reflexão crítica”. O entusiasmo dos debates com aquele público eminentemente negro e jovem, deu-me a dimensão do que estava ocorrendo com a moçada negra em diferentes pontos do país. Representantes do Grupo Malê, do Centro de Estudos Afro-Brasileiros, assim como os blocos e afoxés de Salvador lá estavam discutindo e reivindicando, denunciando e se posicionando contra o racismo. Chegamos a um ponto que tive que adiar a viagem de retorno ao Rio para que pudéssemos melhor aprofundar as discussões. O resultado desse encontro foi a criação de um novo grupo, constituído por membros dos anteriormente citados, assim como pelos que a eles não pertenciam. Mas por que um novo grupo, se já existiam outros? A novidade dele estava no fato de articular de maneira explicitamente política a questão racial. O Grupo Nêgo viria a ser a base a partir da qual o futuro MNUCDR se estenderia a Salvador. (HASENBALG; GONZALEZ, 1982, p. 47)

Lélia de Almeida Gonzales foi professora da PUC e da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Coordenadora da Escola de Artes Visuais e do Departamento de Cultura do Rio de Janeiro, dando sua colaboração para constituir cursos de Cultura Negra buscando, segundo o historiador Ivan Costa Lima, na sua dissertação de mestrado intitulada *Uma Proposta Pedagógica do Movimento Negro no Brasil: Pedagogia Interétnica de Salvador, uma Ação de Combate ao Racismo*, “enfocar os valores culturais negros e sua presença marcante na sociedade brasileira [...] na busca de incentivar o debate das relações raciais e ativistas que denunciassessem a ‘democracia racial’[...]” (LIMA, 2004, p. 53). Lélia Gonzales foi uma figura singular no movimento negro, pela sua bagagem intelectual como ativista, contribuindo para debater os temas envolvendo racismo e sexismo. Foi uma das mais importantes militantes negras do Brasil, cujo nome era referenciado em diversos países. A dimensão do seu trabalho

---

<sup>73</sup> Entrevista a Carlos Eduardo Ribeiro de Jesus Guimarães Rollemberg, 12/7/2014

pode ser medida pelas diversas palestras que realizou em um ano. Segundo o historiador Amílcar Araújo Pereira, “[...] só nos anos de 1979 e 80, Lélia fez 22 palestras fora do Brasil, sendo a grande maioria nos Estados Unidos [...]” (2013, p, 215). Entre os eventos que a militante participou, destacam-se cursos, seminários, simpósios, encontros, conferência e palestras, dentre eles: Curso – Cultura Negra no Brasil, na Escola de Artes Visuais no Rio de Janeiro iniciado em 1976 pela militante. Seminários – “Democracia para o Brasil”, realizado em Nova Iorque em 1979. Simpósio – “Economia e Política do Mundo Negro”, realizado em Los Angeles em 1979. Encontro – IV Encontro da Associação de Estudos Latinoamericanos realizado em Pittsburgh em 1979 e o II Encontro da Associação de Estudos da Herança Africana também em Pittsburgh no mesmo ano. Conferência – “Os Direitos Humanos e a Missão da Mulher” realizado em Veneza (Itália) em 1979, organizado pelo Conselho Mundial das Igrejas. Entre as palestras, destacam-se as proferidas nos Estados Unidos, Europa e África, além de participar em manifestações como Dia da Libertação Africana.

Em entrevista concedida ao Jornal A Tarde, a professora Lélia abordou o processo de abolição da escravatura no Brasil: “a abolição ocorreu porque o Brasil sentia vergonha de manter a escravatura, mas não houve preocupação com o negro. Interessava ao branco promover a abolição que tem muito a ver com um movimento europeu.”<sup>74</sup>

A respeito da suposta democracia racial, até então vista como o ícone de sociabilidade no Brasil na década de 1970, o Jornal Diário de Notícias de Salvador, expôs na manchete “Democracia racial não passa de um mito, diz antropóloga”, nesta citação:

problema a se resolver, porque a tão falada “democracia racial” não passa de um mito. Continuando, ela disse que em termos de país e em particular a Bahia, tem mais possibilidades de no futuro conquistar essa democracia, caso não prevaleça essa mentalidade de discriminação. A situação do negro na Bahia e no Brasil é vista por Lélia Gonzales como racial. (Democracia racial não passa de um mito, diz antropóloga.<sup>75</sup>

O ciclo de palestras terminou com uma mesa-redonda, tendo a participação de vários estudiosos baianos e do ator negro carioca Zózimo Bulbul que participou do filme “Compasso de Espera”, exibido na ocasião do evento. É necessário salientar que esse evento aconteceu durante a gestão do “prefeito – tampão”, assim denominado na época, Edvaldo Brito, advogado e único prefeito negro que Salvador tivera até aquela data. Este era, na ocasião,

<sup>74</sup> Professora acha que lei contra o racismo prova que ele existe. A Tarde, 6/5/1978, p.7. Todavia, vale salientar que as pesquisas apontam que o processo de emancipação escrava no Brasil teve personagens negros (a) como protagonistas.

<sup>75</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS DE SALVADOR, 4 de maio de 1978, p.3

Secretário de Justiça do Estado da Bahia, e foi indicado pelo governador Roberto Santos para substituir o atual prefeito Fernando Wilson Magalhães.

O referido evento coincidiu com a chegada a Salvador do chanceler da Guiné-Bissau, Victor Saúde Maria, e sua comitiva, visando estabelecer com o reitor da UFBA, Augusto Mascarenhas, a possibilidade do aproveitamento dos estudantes guineenses na Universidade Federal da Bahia, por meio de convênios e intercâmbio cultural. Outros eventos compõem esse intercâmbio e aproximação dos grupos de ativistas negros com ativistas da África e dos países da diáspora. Esse movimento também inclui ações governamentais e de instituições de ensino no país.

Em 1978, surge a Pedagogia Inter-étnica (PI), a partir da realização de uma pesquisa sobre relações raciais, organizada pelo Departamento de Ciências Sociais do Núcleo Cultural Afro – Brasileiro de Salvador com a colaboração da Universidade Federal da Bahia – UFBA, sob a coordenação de Roberto Santos e do ativista negro Manoel de Almeida Cruz<sup>76</sup>.

O Jornal Tribuna da Bahia, no seu Caderno de Cultura, faz referência a finalidade da Pedagogia Interétnica (PI):

A pedagogia interétnica tem como finalidade o estudo do preconceito racial através do processo educacional (família, escola, meios de comunicação social) e pretende fazer a recomendação de medidas teóricas e práticas visando a eliminação do racismo.

A pedagogia interétnica é resultado de pesquisas realizadas pelo Núcleo Afro-Brasileiro durante o ano de 1978, e, recentemente por pesquisadores da Fundação Carlos Chagas, a exemplo das professoras Regina Pahim e Vulvia Rosemberg.<sup>77</sup>

No mesmo ano, a Secretária Municipal de Cultura convida Abdias Nascimento<sup>78</sup> para ministrar uma palestra falando de suas experiências como intelectual e ativista negro no Brasil, bem como sobre as bases de construção do Movimento Negro Nacional. A imprensa local, representada pelo Jornal A Tarde assim registrou a presença do ativista com a matéria “*Professor organiza entidade para lutar em favor dos negros*”:

<sup>76</sup> Manoel de Almeida Cruz (1950-2004) foi sociólogo, educador e militante do MNU/BA um dos fundadores da Pedagogia Interétnica. Também foi um dos ministrantes do curso de combate ao racismo promovido pelo Núcleo Cultural Afro- Brasileiro, Fundação Gregório de Matos e Divisão de Literatura de Cordel da Fundação Cultural da Bahia realizado na Biblioteca Central dos Barris com o término em 15/04/1988. Esse curso era fundamentado na Pedagogia Interétnica.

<sup>77</sup> “Racismo tem curso”. TRIBUNA DA BAHIA 11 de abril de 1988, p. 36

<sup>78</sup> Abdias do Nascimento, ativista social, um dos fundadores do Teatro Experimental do Negro, TEN na década de 1940. Como intelectual foi Professor emérito da University at Buffalo e Doutor honoris causa – Universidade de Brasília. Juntamente com outros militantes foi responsável por vários eventos dentre eles: a Convenção Nacional do Negro ocorrido em São Paulo em 1945; a Conferência Nacional do Negro em 1949, e o I Congresso do Negro Brasileiro em 1950, ambos realizados no Rio de Janeiro. Em 1983 foi eleito Deputado Federal, tornando-se o primeiro constituinte negro nesse período. Em 1991, eleito Senador da República.

O movimento dos negros vem crescendo rapidamente em diversos estados, segundo Abdias Nascimento, explicando que “se o negro está dopado pelas restrições do ambiente, existem pessoas com interesse em acabar com esta manipulação dos negros e sua manutenção em nível inferior econômica, política e culturalmente”. Depois de implantada, a organização funcionará com unidades básicas, denominadas centro de lutas, em todos os locais onde existam negros, como favelas, alagados e universidades e também uma coordenação em cada estado e outra a nível nacional. O que se pretende de acordo com Abdias Nascimento, é conscientizar o negro a respeito de suas origens e desencadear uma luta contra as discriminações raciais verificadas em todo o país. (Professor organiza entidade para lutar em favor dos negros.<sup>79</sup>

Também aconteceu, nessa época, a vinda de vários grupos de baile de países africanos, com destaque para o grupo do Senegal. Desta forma, os afrodescendentes baianos começam a ter oportunidade de ver o homem africano, a cor africana, a dança africana, a música africana.

É bom ressaltar que esses eventos e intercâmbios culturais eram vistos com desconfiança pela imprensa na década de 1970. O Jornal A Tarde, de maior circulação na cidade de Salvador, fez uma crítica tendenciosa a grupos de negros de estar fomentando o racismo. Analisando o livro *As elites de Cor* do antropólogo Thales de Azevedo, o articulista acentua a concepção de acomodação racial em Salvador:

Mas, como a sociedade baiana é uma sociedade multirracial de classes, em que realmente não há castas, isto é, grupos fechados, cujos componentes são hereditariamente classificados e não têm possibilidades de mudar a sua localização social ou de passar para outros grupos, as pessoas de cor têm o seu “status” condicionado por suas qualidades e aptidões individuais, competindo em igualdade de condições com os brancos. Em princípio qualquer indivíduo tem a possibilidade de ascender socialmente por sua fortuna, por seus méritos intelectuais, por seus títulos profissionais, por suas qualidades morais, ou pela combinação desses elementos, de acordo com o sistema de valores de uma sociedade de tipo capitalista.<sup>80</sup>

O discurso está reproduzindo o *status quo* da elite dominante, que apregoava a crença de que a situação de fracasso reside na responsabilidade de cada indivíduo na sociedade, isentando o sistema expropriador como todo e justificando a concepção de democracia racial. Seguindo esta análise, o jornalista traz argumentos contidos no livro de Thales de Azevedo, sem citar os devido nomes, de grupos que estavam propagando o racismo negro na capital baiana fazendo deveras críticas:

[...] alguns elementos estão pretendendo atualmente conturbar, criando instituições e defendendo teses que se propõem, indisfarçadamente, a fomentar um racismo negro,

<sup>79</sup> A TARDE, 3 de agosto de 1978, p. 3

<sup>80</sup> “Pretos e brancos”. A TARDE 3 de agosto de 1978, p. 4

em contradição a um suposto racismo branco na Bahia. Que pretendem, realmente, esses senhores? É sempre difícil apurar intenções, mas, neste caso, não é tão difícil rastreá-las. O propósito só pode ser o de criar e exacerbar uma dissensão grave entre as várias camadas da sociedade brasileira e, especificamente, baiana, com o objetivo final de gerar condições que impossibilitem a confraternização da família nacional, decidida, no atual momento, a encontrar os caminhos que a conduzam definitivamente à democracia.<sup>81</sup>

O processo de organização do movimento negro baiano passa a ter como uma das bandeiras fundamentais o combate a concepção de democracia racial. Uma das estratégias foi fazer crescer os laços com instituições norte-americanas.

Assim, na década de 1970, a IAF – Inter-American Foundation: apareceu como a primeira instituição estrangeira a financiar projetos do movimento negro no Brasil. A IAF foi uma agência independente do governo norte-americano, criada em 1969, com o objetivo de ajudar no desenvolvimento, dando suporte as organizações negras em países latino-americanos e no Caribe. Em Salvador, essa entidade apoiou as ações do Grupo de Trabalho de Profissionais Liberais e Universitários Negros (GTPLUN)<sup>82</sup> e o Terreiro Axé Opô Afonjá, que, por intermédio da mãe de santo Aninha, serviu de refúgio para Edison Carneiro, um dos maiores estudiosos do Quilombo dos Palmares, que foi perseguido em virtude de ser militante do Partido Comunista, além também de lutar contra o racismo e a perseguição que se fazia aos candomblés. Geralmente, o parecer para a liberação das verbas para essas entidades tinha a princípio, um caráter cultural como forma de driblar o Serviço Nacional de Informação (SNI), porém o sentido era bem maior, pois ligava-se às questões raciais e de cunho político. Como acentua Amílcar Araújo Pereira, “[...] Todos esses financiamentos foram justificados com base na importância do aspecto cultural para o fortalecimento da identidade negra dos participantes das organizações [...]” (2013, p. 204).

De acordo com o referido autor, “Porém após financiar os dois projetos na Bahia, justificando em função da existência de “discriminação racial”, foi uma gota d’água para a suspensão das atividades da IAF, no mês de dezembro de 1977”. (PEREIRA 2013, p. 204-205).

<sup>81</sup> “Pretos e brancos”. A TARDE, 3 de agosto de 1978, p. 4

<sup>82</sup> A entidade negra GTPLUN – Grupo de Trabalho de Profissionais Liberais Universitários Negros, cujos integrantes eram exclusivamente universitários e profissionais liberais foi criada em 1972 em São Paulo sob a liderança da médica Iracema de Almeida. É importante ressaltar que Iracema de Almeida foi a primeira negra a ingressar na Faculdade Paulista de Medicina o fato raro nessa época.

A integração do negro na sociedade constituía a orientação da GTPLUN. Segundo o sociólogo e militante negro Ivair Augusto Alves dos Santos “O GTPLUN dedicou boa parte de seu trabalho a campanhas de assistência à comunidade, incentivo à profissionalização de jovens, promovendo cursos de atendimento de enfermagem e principalmente enaltecendo valores culturais do continente africano. (SANTOS, 2001, p. 36).

Em entrevista, Maria Estella de Azevedo Santos conhecida como Mãe Estella yalorixá do Terreiro Ilê Axé Opô Afonjá, desde 1976, desconhece esse apoio financeiro da IAF. José de Ribamar Feitosa Daniel, presidente do Terreiro há mais de vinte anos, também não tem conhecimento desse apoio, o qual, segundo ele, na época, quem se encontrava a frente da instituição era Carybé, nome artístico do argentino Hector Julio Páride Bernabó.

Outro setor que merece destaque é o da literatura especializada sobre as relações étnico raciais, entre as quais pode-se destacar as obras do antilhano Frantz Fanon, *Condenados da Terra e Pele negras e mascaras branca*, e as obras de Amílcar Cabral, líder do movimento anticolonial na Guiné-Bissau e em Cabo Verde. Isso fica evidenciado na entrevista do militante Gilberto Leal:

[...] Sobre África nós líamos livros traduzidos; por exemplo, os condenados da terra de Frantz Fanon, que era quase um bíblia. Então a gente lia muito. E também lia muitas matérias, a gente conseguiu revistas sobre a África. [...]. As referências eram Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Samora Machel... A gente tinha que acompanhar o legado que eles deixavam na época para a formação da consciência negra. (PEREIRA, 2013, p. 177-178)

Outro acontecimento importante foi a visita do bispo sul-africano, Desmond Tutu, a Salvador no dia 19 de maio de 1977 no Largo do Pelourinho, referente às manifestações de protesto contra o apartheid, promovidas pelo movimento negro baiano.

Deve-se salientar também o rastafarianismo, considerado como um dos maiores movimentos de resistência negra. Em Salvador houve dois expoentes na divulgação desse movimento, Albino Apolinário e José Lino de Almeida, ambos foram fundadores do Bar do Reggae, em 1978, no Pelourinho.

O sociólogo José Lino de Almeida (Lino de Almeida), além de locutor em programas de rádio, fazia uma espécie de intercâmbio cultural entre a Bahia, Jamaica, Estados Unidos e África. Lino de Almeida, como era popularmente conhecido, foi membro e representante no Brasil da FDA, pela Diáspora Africana, uma associação situada nos Estados Unidos, que tinha como objetivo principal defender a democracia africana.

Como produtor cultural, Lino de Almeida estabeleceu intercâmbios com manifestações e gêneros musicais com populações da diáspora africana situada no continente americano, particularmente na Jamaica e nos Estados Unidos, como o reggae e o jazz, respectivamente. A proposta era dar visibilidade aos processos de resignificação das culturas negras.



Outro importante movimento cultural que influenciou e estabeleceu aspectos da “interação inter étnica” foram os blocos carnavalescos de Salvador. Merece destaque os chamados “Blocos Indígenas”, entre eles “Os Apaches do Tororó”, “Os Caciques”, “Os Comanches”, “Os Guaranys”, “Os Penas Brancas”, “Os Peles Vermelhas”, “Os tupys”, “Os Syoux”, “Os Xavantes”, “Os Moicanos”, “Os Tamoios”, “Os Cheienes” e o “Viu não Vá”.

“Os Xavantes”, do Engenho Velho da Federação, teve sua primeira participação no Carnaval baiano em 1975, com o desenho da águia gigante. Em 1979, o bloco já contava com cerca de 800 associados, e prestou homenagem ao chefe indígena mais velho do Brasil, Apoena.

A diretoria de “Os Xavantes” mantém contato direto com a FUNAI, através do apoio do sertanista Olímpio Serra. O tema em homenagem ao velho guerreiro foi conseguido graças ao fardo material fornecido pela FUNAI. Parte dos objetos indígenas usados pelo pessoal integrantes de “Os Xavantes” são trazidos do Parque Nacional do Xingu, através de Olímpio Serra. (“Os Xavantes” desfilam evocando o mais velho chefe de índio: Apoena.<sup>83</sup>)

Um dos mais representativos “blocos de índios” foi “Os Apaches do Tororó”, o maior da cidade, composto por negros que entoavam cânticos de candomblé e rituais característicos, e, quando passava na avenida, configuravam ali os conflitos raciais do cotidiano, a partir de seus trajes, adereços etc. Criado por um grupo de jovens do bairro do Tororó, no dia 28 de outubro de 1968, com as cores vermelho e branco. O bloco desfilou pela primeira vez no Carnaval baiano em 1969 ganhando uma menção honrosa. Em 1970, no festival de samba “Fit”, no bairro da Graça, em Salvador, ganhou o primeiro lugar com a música *Blusão de ano passado*, de autoria de Nelson Rufino. No mesmo ano (1970), o referido bloco ganhou o seu primeiro título no Carnaval. No ano seguinte, em 1971, com 1.600 associados, conseguiu o seu bicampeonato no Carnaval com a música *Nosso Pendão Vermelho e Branco*, de Celso Santana, que posteriormente se tornaria o hino do bloco. Em 1972, o bloco conquistou o seu tricampeonato com a música *UlaUla*, de Almir Ferreira. Em 1973 “Os Apaches” surpreenderam com o samba homenageando o centenário da Independência do Brasil e a yalorixá Menininha de Gantois, conquistando dessa forma o quarto título no Carnaval baiano. Em 1978, o bloco apresentou o tema “Dez Anos de Glória” com a fantasia de “batedor americano”. Em 1979 com um número limitado de integrantes em virtude da determinação da Secretária de Segurança Pública, “Os Apaches” homenagearam os “Filhos de Gandhi” pelos

<sup>83</sup> A TARDE, 19 de fevereiro de 1979, Caderno 2

seus 30 anos de existência, ostentando uma fantasia luxuosa, composta por pedrarias intitulada “Esplendor de Gandhi”. Na ocasião, o bloco, em sua homenagem, ofereceu um quadro a óleo com a figura do líder indiano Mahatma Gandhi. A música para o desfile foi *Chê Alá Fianin – Aê Olurum*, que tem como significado “*Reine a paz, oh! Meu Deus*”.

Conforme o ex-militante do MNU/Bahia, jornalista e professor da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, Fernando Conceição,

[...] Sete entre dez foliões da periferia saíam no Apaches – o resto ia para o Comanches, ou Tupy ou Caciques do Garcia. Todo mundo amava o Apaches. Quem não amava, odiava.

Ficou incontrolável. Eram mais de 5 mil negros e negras desfilando de Apaches. Sentiam-se senhores da avenida. Faziam e bordavam. Os jornais pediam providências às autoridades policiais [...] Na noite de segunda-feira de carnaval quem fosse encontrado fantasiado de Apaches na rua tomava porrada e era jogado, aos pedaços nos camburões. A polícia baiana realizou uma caçada espetacular, atendendo aos apelos das elites pensantes. (1988, p. 47)

De fato, as autoridades da época nunca apreciaram os integrantes do Bloco “Apaches do Tororó”, sempre relacionados como responsáveis pela violência e desordem no Carnaval baiano. A imprensa não mediu esforços, em suas matérias, para difamar o bloco. Conforme se vê na seguinte nota do Jornal A Tarde, **POLÍCIA PRENDEU 120 DOS “APACHES” POR DESORDENS**:

CENTO E VINTE INTEGRANTES DO Bloco Carnavalesco “Os Apaches” foram presos pela Polícia, no último dia do Carnaval, por determinação direta do Secretário da Segurança Pública, coronel Luís Arthur de Carvalho. As prisões começaram por volta das 22 horas de terça-feira, e se prolongaram durante a madrugada. Somente foram presos aqueles que não cumpriram a ordem do Secretário da Segurança, no sentido de recolher o bloco. [...] a decisão para o recolhimento de “Os Apaches” foi tomada depois de uma reunião do Secretário de Segurança e autoridades da Delegacia de Jogos e Costumes, com os dirigentes do bloco. Ficou acertado, então que o bloco deveria ser recolhido, mas vários elementos do grupo se rebelaram contra a decisão e continuaram nas ruas<sup>84</sup>.

Vale anotar de acordo com a militante e socióloga Lélia Gonzales, que

[...] qualquer aglomeração de negros sempre é encarada como caso de polícia ( um exemplo bem próximo de nós refere-se a um famoso bloco negro de Salvador, o Apaches; que se consulte os anais daquela cidade para se ter uma ideia da violência e perseguição policial de que foi objeto, a ponto de ter sido completamente domesticado. (HASENBALG; GONZALEZ, 1982, p. 26)

<sup>84</sup>“Polícia prendeu 120 dos “apaches” por desordens”. A TARDE, 24 de fevereiro de 1977, p. 10

De acordo com a historiadora Patrícia de Santana Pinho, essa perseguição não se refere apenas aos anos de 1970, mas, muito antes, já existia a tentativa de impedir a participação dos negros no carnaval baiano.

[...] Os primeiros grupos negros que tentaram desfilar nas ruas da Bahia durante o carnaval, desde o final do século 19, sofreram violenta repressão policial, além de serem fortemente criticados pela imprensa que os acusava de ameaçarem os padrões europeus “civilizados” através de uma “africanização” da Bahia. Grupos como os ‘Pândegos d’África’ e a ‘Embaixada Africana’ foram reprimidos por serem considerados “feios” e “selvagens”. Sua aparência era tida como inapropriada para um carnaval que se desejava “refinado” e “elegante”, ao estilo dos carnavais de Paris e Veneza. (PINHO, 2004, p. 121-122)

“Os Apaches” eram negros vestidos de índios norte-americanos, com esta atitude eles estavam representando uma estratégia territorial de afirmação identitária, com a intenção de manifestar uma cultura afro. Segundo Godi (1991, p. 62), “uma relação sincrética do culto afro de Angola”, no qual se encenava um culto dos caboclos, uma música de características de matrizes africana com as vestes de indígenas da América do Norte, conforme esclarece Antonio Jorge Victor dos Santos Godi,

[...] A constituição de uma determinada identidade social se dá, através dos blocos de índio de Salvador, de forma velada e travestida, por uma estratégia que funde símbolos relacionados à tradição cultural brasileira com outros oriundos da comunicação de massas, onde se destacam as estórias de faroeste norte-americano, divulgadas por filmes, histórias em quadrinhos e livrinhos de bolso. A evolução desta operação de busca de identidade indica ter sido ela forjada como resposta à intrincada sociedade multi-étnica de Salvador, apresentando inclusive descontinuidade, fruto dos obstáculos que estes grupos enfrentaram nesta trajetória. Essa evolução parte de uma identidade atravessada e complexa no início dos blocos de índios, até uma assunção tímida no final do período hegemônico desses grupos, descambando finalmente numa assunção explícita nos blocos afros. No final desse processo, o negro já não precisa se disfarçar de índio para ser ele próprio. (1991, p. 69)

Nesse contexto de busca pela visibilidade, faz-se necessário citar os afoxés, pois congregam a marca de uma identidade cultural. Reis da Mata, Filho de Odé, Tribo Costeiros da Índia, Império da África, Badauê, Filhos de Gandhi são alguns que estabeleceram essa marca de afirmação de um povo. Todos os afoxés estavam inteiramente ligados aos terreiros de candomblé, que, antes de sair para a avenida, realizavam, em suas casas, todos os seus rituais de cumprimento, oferecendo seus despachos a Exu como proteção para que os foliões fossem protegidos durante o Carnaval.

Os afoxés podem ser descritos como “Candomblés de rua” Quase todos os membros dos afoxés se vinculam ao culto. Seus músicos são alabês, suas danças reproduzem as dos orixás, seus dirigentes são babalorixas (chefe de terreiro que domina a língua yoruba) e o ritual do cortejo obedece à disciplina da tradição religiosa. (GUERREIRO, 2010, p. 71-72)

O Afoxé Badauê foi uma das maiores explosões culturais desse período. Esse afoxé surgiu no dia 13 de maio de 1978, no Engenho de Brotas em Salvador, e trabalhava com música temática, atraindo a atenção de muitos artistas e escritores diante de sua beleza, de sua estética, da sua musicalidade, a exemplo do cantor e compositor, Caetano Veloso que doravante compôs Badauê, uma homenagem significativa diante de sua tamanha importância para a cultura negra “*Misteriosamente / O Badauê surgiu / Sua expressão cultural / O povo aplaudiu*”<sup>85</sup>.

Sobre o Afoxé Badauê, o militante do Movimento Negro Unificado, seção Bahia, ex-presidente do Afoxé Badauê, e, atualmente, Presidente da Associação do Bloco “Os Negões”, Paulo Roberto, relata:

[...] depois do Badauê que a cultura em Salvador explodiu e os bairros que eu ia, o pessoal dava risada, porque eu estava de bata, começou a me abraçar e a perguntar onde é que fez esta bata. Bata era uma coisa muito estranha, então, era coisa afro e aí o negão começou a ser chamado de negão [...] foi uma mudança, uma revolução na cidade que todos contribuíram e o Badauê explodiu [...]”<sup>86</sup>. (Informação Verbal)

O depoente narra sua experiência como integrante e militante da cultura afro, revelando, em si, uma atitude de pertencimento, uma vez que a cidade de Salvador era excludente para uma parcela significativa da população negra. Dessa maneira, a alcunha de ser negão constituía-se em elemento de autoestima, transfigurados nas vestes e adereços.

Sobre esse aspecto, é importante lembrar que o Ilê Aiyê<sup>87</sup>, nessa época, era referência de vanguarda de elementos culturais afro-brasileiro, tendo sua primeira aparição no carnaval baiano de 1975, com a música, *Que Bloco é Esse?* Numa composição de Paulinho Camafeu. Essa aparição propiciou o agrupamento de milhares de afrodescendentes. Segundo um de seus fundadores, Antonio Carlos dos Santos<sup>88</sup>, Vovô, que, em entrevista, fala sobre o objetivo do bloco:

<sup>85</sup> CAETANO VELOSO, Badauê. 1978

<sup>86</sup> Entrevista com Paulo Roberto na Associação Os Negões, 27/6/2014

<sup>87</sup> O Ilê Aiyê, que, em Yoruba, significa ‘Casa de Negros’, ‘Abrigo de Negros’ ou ainda ‘Terreiro de Negros’

<sup>88</sup> Antônio Carlos dos Santos, Vovô do Ilê, fundou em 1974, juntamente com Apolônio de Jesus no bairro da Liberdade em Salvador, o Bloco Carnavalesco, o Ilê Aiyê, o bloco formado por pessoas negras.

O Ilê foi fundado realmente com o objetivo de combater o racismo, através do carnaval, que na época do carnaval, agente observávamos que nos grandes blocos, nos clubes na época, o negro só saía tocando ou carregando alegoria, e nos clubes também desfilavam, só tinham mulheres brancas, rainhas, essas coisas, só brancos desfilavam nos clubes e nós resolvemos criar o bloco afro na liberdade.<sup>89</sup>

Evidentemente, o “pano de fundo” do surgimento dos blocos afro teve como base uma reação de exclusão e marginalização de diversos elementos negros em bloco carnavalescos de animação, que eram compostos e dirigidos pela classe média branca da cidade de Salvador (BA). Desse modo, a formação dos blocos afro se dá também por uma questão de ego e de brio feridos, que, paralelamente, foi usada para reafirmar a cultura de uma coletividade.



**Fotografia 01:** Carnaval 1976. In Arquivo do Ilê Aiyê, Sede Senzala do Barro Preto.

A criação do Ilê Aiyê, cujo nome anterior era “Poder Negro”<sup>90</sup>, foi marcada por várias polêmicas, muitas incertezas, muito receio, mas, com o passar do tempo, as pessoas

<sup>89</sup> Entrevista com Antônio Carlos dos Santos, Vovô, na sede do Ilê Aiyê, 27/6/2014

<sup>90</sup> Em seu artigo intitulado “O Padrão Estético do Negro em Salvador (1980-2005)”, a historiadora Cássia Ladi Reis Coutinho, nos informa os mecanismos impostos pela Polícia Federal ao bloco para ser registrado com um outro nome e que não fosse subversivo a ideologia propagada pelo regime militar. “Naquele tempo, era necessário registrar o nome do bloco na Polícia Federal e os integrantes do Ilê, especificamente Antonio Carlos dos Santos (apelidado de Vovô) e seu irmão mais velho Apolônio de Jesus, tentaram registrá-lo como Poder Negro, mas receberam conselhos da Federação dos Blocos Carnavalescos e da Polícia Federal para mudar o nome. Ficaram presos durante uma noite, justamente por ter tentado batizar o bloco com este nome... (COUTINHO, 2006, p. 4).

começaram a se identificar com o bloco, desinibindo-se e se manifestando por intermédio da música, principalmente, as que tinham a sua negritude reprimida na época. Segundo Fernando Conceição, o Ilê Aiyê “[...] propunha à negritude em encontro ao mesmo tempo fantástico e maravilhoso, um encontro com o que há de mais belo no ser humano, um encontro consigo mesmo e com suas raízes”. (1988, p. 47)

No seu primeiro ano, o bloco Ilê Aiyê não tinha tema, somente a partir do segundo se integrou ao carnaval temático, referente aos negros, aos africanos, e, posteriormente, começou a promover concursos de rainhas, da noite da beleza negra. Percebendo a importância que tinha a música, o Ilê mudou o seu estilo. Antes música de quadra, para festival de música poesia. Entretanto, a música tema foi um dos grandes elementos transformadores e condutores.

Na visão de Paul Gilroy,

Examinar o lugar da música no mundo Atlântico negro significa observar a auto compreensão articulada pelos músicos que a têm produzido, o uso simbólico que lhe é dado por outros artistas e escritores negros e as relações sociais que têm produzido e reproduzido a cultura expressiva única, na qual a música constitui um elemento central e mesmo fundamental. (2001, p. 161)

A criação do Ilê Aiyê, em 1974, também pode ser vista como uma iniciativa de caráter político, pois vigorava o período da ditadura militar, e, nesse momento, a questão do racismo era tabu na esfera pública, sendo que a iniciativa de discussão desse problema poderia acarretar danos, perseguições, patrulhamento, prisão a quem assim procedesse, pois ações desse tipo eram consideradas como ato subversivo, que se enquadrava na lei de “segurança nacional”. Naquele momento, veiculava-se ao Estado a ideologia da democracia racial, sob a alegação de haver uma relação harmoniosa entre as três “raças” que compuseram a formação do povo brasileiro: brancos, negros e índios. Contrapondo a essa concepção, os ensaios do bloco eram vistos como sinônimo de desordem, multidão de negros desocupados, vadios, conforme se subteve em notas publicadas pelos jornais impressos da época. Dentre, elas, pode-se citar a nota publicada pelo Jornal A Tarde, intitulada BLOCO RACISTA, NOTA DESTOANTE, reflete as posições reacionárias de uma parte da sociedade na época:

Conduzindo cartazes onde se liam inscrições tais como: “Mundo Negro”, “Black Power” “Negro para Você”, etc., o bloco Ilê Aiyê, apelidado de “Bloco do Racismo”, proporcionou o feio espetáculo neste carnaval. Além da imprópria exploração do tema e da imitação norte-americana, revelando uma enorme falta de imaginação, uma vez que em nosso país existe uma infinidade de motivos a serem explorados, os integrantes do “Ilê Aiyê” – todos de cor – chegaram até a gozação dos brancos e das demais pessoas que os observavam no palanque oficial. Pela

própria proibição existente no país contra o racismo é de esperar que os integrantes do “Ilê” voltem de outra maneira no próximo ano, e usem em outra forma a natural liberação do instinto característica do Carnaval.

Não temos felizmente problema racial. Esta é uma das grandes facilidades do povo brasileiro. A harmonia que reina entre as parcelas provenientes das diferentes etnias, constitui, está claro, um dos motivos de inconformidade dos agentes de irritação que bem gostariam de somar aos propósitos da luta de classes o espetáculo da luta de raças. Mas isto no Brasil, eles não conseguem. E sempre que põem o rabo de fora denunciam a origem ideológica a que estão ligados. É muito difícil que aconteça diferentemente com estes mocinhos do “Ilê Aiyê”<sup>91</sup>.

Essa citação do Jornal A Tarde sustenta a ideologia da democracia racial, buscando ofuscar os conflitos étnicos, tentando supor a existência de uma sociedade harmônica e de uma convivência cordial. Assim, foi construída a nação brasileira, na qual a mestiçagem serviu como um alicerce de sustentação dessa ideologia, sendo propagada para o resto do mundo como modelo. Todavia, a ideologia da democracia racial serviu para manter a hegemonia de uma elite branca dominadora, que comumente explicava a impossibilidade ou o fracasso do povo negro na sociedade por motivo de sua ineficiência, desinteresse, indolência inata e a falta de esforço, já que todos eram iguais.

Segundo o militante negro e professor de Língua Portuguesa da Rede Pública do Estado da Bahia, Jonatas Conceição da Silva, “Esse jornal expressa bem a identificação que se fazia na época entre militantes negros e comunistas. Para A Tarde a Bahia era o paraíso da democracia racial que passava a ser ameaçado por vermelhos disfarçados de pretos”. (1988, p. 10)

Os blocos afro, no entanto, inegavelmente tiveram, nessa época, uma contribuição fundamental na visibilidade da história dos negros, ao assumir a sua identidade através da musicalidade, e da sua relação intrínseca com o candomblé. O exemplo evidente é do Ilê Aiyê, que, desde o início, manteve o respeito a religião, que persiste até os dias atuais, como se observa pela vibração de populares acompanhando a saída do bloco na sua sede, no Curuzu, no bairro da Liberdade.

De acordo com Thiago dos Santos Molina, em sua dissertação de mestrado intitulado “Relevância da dimensão cultural na escolarização de crianças negras”, na qual esse autor esclarece que havia todo o cerimonial de aspectos simbólicos envolvendo a saída do bloco afro Ilê Aiyê,

[...] a saída do “Ilê” na ladeira do Curuzu nos sábados de carnaval consolidou-se como um dos acontecimentos mais marcantes do carnaval de Salvador e legitimou-

---

<sup>91</sup> Bloco Racista, Nota Destoante. A TARDE, 12 de fevereiro de 1975, p.3

se como um espaço de brincadeira afastado do circuito oficial delimitado no centro da cidade. Um espaço de brincadeira que necessita, antes de tudo pedir a benção dos ancestrais, dos orixás e dos mais velhos depois ganhar as ruas da cidade. (MOLINA, 2011:61)



**Fotografia 02:** Cerimonial do candomblé. In: Arquivo do Ilê Aiyê, Sede da Senzala do Barro Preto.

O historiador Francisco Carlos Cardoso da Silva, na sua tese de doutorado “Invenções Negras na Bahia: Pontos para Discussão Sobre o Racismo à Brasileira”, enfatiza que “O candomblé, portanto, funciona como fonte principal na produção de símbolos identitários, refletidos nos discursos e práticas operados pelo Ilê, fundamentais para a construção de um referencial positivo sobre o negro”. (2008, p. 189)

Com a música poesia, o Ilê Aiyê começou a fazer educação, pesquisando os temas e reescrevendo a história pela ótica do bloco, impressionando até alguns africanos pela exatidão de informações. A música poesia foi condicionada a trabalhar com a questão da autoestima dos afrodescendentes, como “o negro é lindo”, “sou negão”, “meu cabelo é maravilhoso”, aparecendo, como destaque, a exaltação da mulher negra. As cores do Ilê Aiyê (o branco, vermelho, amarelo e preto) são sugestivas ao processo histórico de luta na África e na diáspora do povo negro, como aponta a historiadora Patrícia de Santana Pinho.

As cores do Ilê Aiyê (preto, branco, vermelho e amarelo), escolhidas pelos fundadores do bloco, apenas três décadas atrás, já teriam se tornado também “tradicionalmente africanas”, sendo definidas pelos jovens como sendo “as cores tradicionais do Ilê” ou “as cores da África”. (2004, p. 93)





**Fotografia 03:** As cores do Ilê Aiyê: vermelho, preto, amarelo e branco. In: Arquivo do Ilê Aiyê, Sede Senzala do Barro Preto.

Na concepção do antropólogo e militante negro, Walter Altino Souza Júnior,

O Ilê, por sua vez, seria o primeiro bloco de afirmação explicitamente étnica. Formado por um grupo de jovens melhor informados e situados profissionalmente, não possuía um grande engajamento político, mas abraça um projeto de militância em sintonia com movimentos contestatórios no exterior; buscava também, reconstruir uma história com base na herança africana, visando reverter às imagens estigmatizadas. (2007, p. 102)

No desejo de afirmar o bloco Ilê Aiyê como vanguarda cultural, o autor Walter Altino Souza Júnior chega a exagerar no seu posicionamento em afirmar que esse teria sido o primeiro bloco com esse perfil, negligenciando o longo processo de tradição negra na arte percussiva e de expressão cultural, comum ainda no período escravista.

Foi nessa atmosfera cultural que o Movimento Negro da Bahia conseguiu avançar em suas conquistas e programar a sua política contra o racismo, sensibilizando os afrodescendentes para fomentar discussões sobre a problemática racial instalada no Brasil, combatendo a ideologia da democracia racial, que encobria os conflitos entre os grupos de cor.

### 2.3 O MNU

O Movimento Negro Unificado foi constituído por algumas vertentes políticas na década de 1970. Surgiram membros dos movimentos estudantis, sindicais, partidários e culturais, mas, fundamentalmente, esse movimento age como uma militância com as diretrizes de esquerda partidária que tinham uma concepção de luta política, na qual o racismo segundo a argumentação de Petrônio Domingues “era concebido como reflexo dos conflitos de classe, uma arma ideológica propagada pela classe dominante, visando a divisão da classe dominada para legitimar a exploração e garantir a opressão”.<sup>92</sup> (DOMINGUES, 2014). Dessa forma, lutar contra o racismo significava transformar radicalmente a estrutura de classe da sociedade. Portanto, a junção dessa militância gerou uma das organizações mais importantes do final dos anos de 1970, e orientou toda a agenda política da luta contra o racismo no Brasil, inspirando, inclusive, outras organizações do movimento negro. Segundo a professora Ana Célia Silva<sup>93</sup>, em entrevista, todos os militantes do MNU, nessa época, vieram de movimentos de esquerda, tendo origem marxista.

Em contrapartida, a historiadora Karin Sant’Anna Kössling, em seu artigo *Movimentos Negros no Brasil, entre 1964 e 1983*, aponta que a militância negra tinha um viés partidário heterogêneo, conforme explicito na sua narrativa.

[...] alguns segmentos dos movimentos negros possuíam uma identificação com o instrumental teórico marxista. Porém, essa não era uma postura unânime, pois a divergência política-partidária fora uma constante entre os diversos movimentos e mesmo dentro das entidades, por exemplo, o MNU [...] (2008, p. 30)

Em continuidade, serão enfocadas as divergências e suas consequências na organização dos movimentos negros.

---

<sup>92</sup> Petrônio José Domingues, palestra proferida no dia 21 de novembro de 2014 no VIII Fórum Pró Igualdade Racial e Inclusão Social, realizada no Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, UFRB.

<sup>93</sup> Ana Célia Silva, ex- militante do MNU/Bahia e uma de suas fundadoras. Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia, Professora pela Universidade Estadual da Bahia UNEB, autora do livro “A Representação Social do Negro no Livro Didático: O que mudou? Por que mudou? Pela editora da Edufba, Salvador, 2011; “Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático. 1ª edição. Salvador EDUFBA/CEAO, 1995. Em 1996 recebeu o Troféu Clementina de Jesus, União dos Negros pela Igualdade – UNEGRO, em 2006; foi premiada no IV Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros – IV CBPN.

## 2.4 AS DIVERGÊNCIAS: CULTURA X POLÍTICA

Em Salvador, o embrião do Movimento Negro Unificado, foi o Grupo Nêgo – Estudo Sobre a Problemática do Negro Brasileiro, tornando, mais tarde, a seção baiana do MNU, em virtude da solidariedade ao ato ocorrido em São Paulo, no dia 7 de julho de 1978, como resposta a discriminação sofrida pelos atletas negros no Clube de Regatas Tiête, e também como resposta ao assassinato do jovem operário Robson Silveira da Luz que teve repercussão nacional.

De acordo com o militante Jônatas Conceição da Silva,

[...] O Grupo Nêgo mantinha contatos com o Movimento Negro nacional e procurava se articular com a luta contra o racismo que se esboçava, em 1978, no Brasil. A ata nº 9 do grupo, de 5 de julho de 1978, faz referência ao 1º ato público do MNU em São Paulo, que seria a 7 de julho daquele ano [...]

[...] As atas iniciais do grupo negro não registram exatamente em que data o Grupo passou a denominar-se Movimento Negro Unificado [...] (1988, p. 16)

O movimento negro na Bahia surge em meio a tensões e divergências, principalmente entre setores culturais e políticos, e, em consequência desses antagonismos, surgiram os principais representantes do MNU baiano. Muitos jovens negros da época queriam lutar contra o racismo estrutural.

Essa polêmica entre cultura e política não teve origem na década de 1970, como esclarece a historiadora Florentina da Silva Souza,

A polêmica na análise das relações entre cultura e política nas entidades negras vem se estruturando desde o século XIX, quando entidades como a Sociedade Protetora dos Desvalidos na Bahia foram “proibidas” de envolvimento com questões sociais e políticas. Em decorrência disso, as irmandades negras foram obrigadas, muitas vezes, a camuflar seus objetivos e atividades para garantir seu intento de “proporcionar um espaço social necessário à coesão do negro para formar correntes de libertação e re-estruturar seus valores.” (SOUZA apud JORNAL DO MNU. N. 9 p.8)

Essa tensão entre a visão culturalista e a política nunca foi superada, dando de maneira muito flagrante de expoentes, das plenárias, reuniões do movimento, e, por sinal, não foi exclusividade da Bahia, embora fosse mais expressiva. O Rio de Janeiro, por exemplo, não ficou fora desse embate. No final da década de 1970, pós fundação do MNU, existia, na capital carioca, a Sociedade de Intercâmbio Brasil – África, SINBA, que pensava a luta dos negros brasileiros a partir da África, e que, mais tarde, vai sofrer uma forte oposição dos

militantes do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras, IPCN, que se baseava em outra perspectiva, focada mais no negro brasileiro.

O cientista político estadunidense Michael George Hanchard, compartilha com a análise descrita acima.

No Rio de Janeiro, as duas organizações mais destacadas que surgiram na década de 1970 foram a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (SINBA) e o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN). Eles foram fundados em 1976 e 1975, respectivamente. Embora as duas organizações tenham emergido dos mesmos debates grupais da Universidade Cândido Mendes, em Ipanema, sua existência refletiu o aparecimento de divergências e cisões, dentro do movimento, com respeito às afinidades táticas e ideológicas [...] o SINBA era considerado o grupo mais africanista, enquanto o IPCN era retratado (um tanto depreciativamente, em alguns círculos do movimento) como mais americanista [...] (2001, p. 143)

Em 1988, dez anos após a fundação do Movimento Negro Unificado, MNU, aconteceu a celebração do Centenário da Abolição, o governo federal buscou capitalizar e promover um grande evento festivo na Serra da Barriga, no estado de Alagoas. Mais uma vez, o embate não deixou de acontecer. De um lado, o grupo do movimento negro que discordava desse tom festivo e celebrativo, e partia para a denúncia, levando a bandeira política, arrancando do governo políticas públicas. Do outro lado, o grupo mais culturalista, que participou das celebrações e de todas as festividades que aconteceram, através de métodos tradicionais que contemplavam a musicalidade, a dança, o teatro e outras manifestações artísticas.

Já em relação a Bahia, existia uma tradição identitária o qual o projeto culturalista foi muito forte e teve a sua especificidade que passa pela religiosidade, diferente dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

Na década de 1970, a maioria dos militantes negros baianos eram estudantes oriundos das universidades e não possuía de certa forma, a consciência da dimensão, da importância e do papel da religiosidade africana e da cultura negra como elementos fundamentais para agregar os valores na luta contra o racismo, e essa conjuntura perdurou por muito tempo até que fosse compreendida pelo movimento. O MNU, na época, afirmava, segundo o militante Raimundo Gonçalves dos Santos<sup>94</sup>, conhecido como Bujão, que “cultura e religião” não iam fazer revolução. Atualmente, o Movimento Negro Unificado desenvolve um programa em que a agenda atinge a demanda junto ao Estado institucional, visando a efetivação das chamadas ações afirmativas dentro de um conjunto da plataforma política do movimento.

---

<sup>94</sup> Raimundo Gonçalves dos Santos – Bujão, militante do MNU/Bahia, Bacharel em Filosofia pela Universidade Católica da Bahia, Funcionário da CCPI – Centro de Cultura Popular e Identitária.

Nesse sentido, Sousa Júnior *apud* Antonio Risério mostra como, na Bahia, o Ilê e o MNU desenvolveram, inicialmente, fortes divergências:

Do lado do Ilê reclamava-se do fato de o MNUCDR desprezar as formas tradicionais de comunicação com a massa negra através da arte e cultura, pois para esta entidade seria mais eficaz fazer política e conscientizar o povo negro utilizando-se destes recursos. O movimento Negro, por sua vez, com viés político-partidário e institucional, considerava alienante esta forma de fazer política, considerando a forma mais adequada de conscientização revolucionária a leitura das teorias revolucionária e a organização do movimento em núcleos revolucionários. (SOUZA JUNIOR *apud* ANTONIO RISÉRIO, 2007:79)

A maioria das entidades negras dessa época carregava elementos de cunho político-cultural não proclamado, embora o bloco afro Ilê Aiyê agisse de forma implícita, por meio de métodos tradicionais de conscientização, como cursos, palestras, oficinas, jornais impressos, boletins, plenária, ação política e panfletagem.

O autor Osmundo Pinho, em sua obra *Mundo Negro: Hermenêutica Crítica da Reafricanização*; cita o ativista negro e político Luís Alberto ao discorrer sobre o engajamento político dos militantes negros: “o caráter universitário da perspectiva de alguns militantes parecia a Luís Alberto incorporar um sentido de ‘vanguardismo’, como se eles viessem trazer a verdade e a luz para ‘as bases’ perdidas na ‘alienação’”. (2012, p. 383)

Com o passar do tempo, os militantes do MNU começaram a contestar os integrantes do Ilê Aiyê, que, segundo o presidente desse bloco afro, Antonio Carlos dos Santos – Vovô, teve seus membros vítimas de expressões preconceituosas como: “falsos africanos”, “tocador de tambor”, “alienados”, “feiticeiros”. Diante dessas expressões, tornava-se nítida a divergência ideológica existentes entre os ativistas negros:

Depois do surgimento do MNU, em 1978, agente começou a participar das reuniões também, e agente percebia que essas reuniões no ICBA e essas coisas, a gente era muito mais branco do que negro, às vezes, o assunto, sempre mesmas pessoas e aquela coisa muito radical, mas não teve nada mais radical do que o Ilê Aiyê, quando nós chegamos dizendo que aqui só negão. Começou também através do carnaval você se destacar, o bloco começou a aparecer, começaram a surgir outros blocos e isso se criou um pouco de ciúme de divergências entre nós negros. Então os objetivos eram os mesmos, agora os caminhos era outra forma de fazer. E a gente começou a perceber que você fazia reuniões tinha vinte pessoas, quinze pessoas, nas reuniões sempre as mesmas pessoas e aquela idéia não tinha como socializar, e com a música, não.<sup>95</sup> (Informação Verbal)

---

<sup>95</sup> Entrevista com Antônio Carlos dos Santos, Vovô, 27/6/2014

A musicalidade tem o poder de sedução maior do que uma palestra, confirmando o que “Vovô” afirmou acima em sua fala. Desse modo, a inserção da coletividade negra no bloco afro, em princípio, foi para além da noção de identificação negra, afinal tinha também um caráter lúdico, muitas vezes, exótico e de entretenimento para uma parcela da sociedade carente de lazer.

Quando solicitados, os blocos afro e afoxés participavam de eventos junto com o MNUCDR. Embora possuíssem linhas de atuações diferentes, ambos militavam contra o racismo no Brasil. Isso é evidenciado numa nota convocatória.

[...] O Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, vem através dessa, convocar o Sr. Diretor do Afoxé a fim de discutir as questões do negro, o interesse por um trabalho conjunto com o Movimento, bem como formas de trabalho a serem desenvolvidas por essas Entidades. Esta reunião será no dia 25 de julho às 20 horas à rua do Paraíso nº. – Mouraria. Salvador, 18 de julho de 1979.<sup>96</sup>

Na visão de Walter Altino Souza Júnior,

Quando o MNU foi fundado, atuou como uma organização que aglutinava diferentes tendências do movimento negro, tanto pessoas mais ligadas à cultura e ao mundo artístico, quanto aquela próxima da política institucional (partidária). Esta segmentação, entre outras, tais como a de gênero e a de totalidade de pele, apresentará várias divergências quanto à legitimidade e aos encaminhamentos ideológicos. (2007, p. 78)

Dessa forma, o Ato lido em 7 de julho de 1978, nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, serviu como o marco de surgimento do Movimento Negro Unificado, e dizia que

Portanto, propomos a criação de CENTROS DE LUTA DO MOVIMENTO UNIFICADO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO, nos bairros, nas vilas, nas prisões, nos terreiros de candomblé, nos terreiros de umbanda, nos locais de trabalho, nas escolas de samba, nas igrejas, em todo o lugar onde o negro vive. (PERREIRA, 2013, p. 208)

No seu depoimento, o fundador do Núcleo Cultural Afro-Brasileiro<sup>97</sup>, em 1973, Gilberto Leal, assim se refere à relação entre os dois lados: o cultural e o político, no combate ao racismo na década de 1970.

<sup>96</sup> Ofício do MNU fornecido para essa pesquisa pelo militante Edu Omo Oguian no dia 7/5/2015

<sup>97</sup> O Núcleo Cultural Afro-Brasileiro foi muito atuante na década de 1970 realizando várias atividades, como por exemplo, organizou no segundo semestre de 1978 em Salvador o ciclo de palestras sobre as questões raciais tendo como participantes o militante negro paulista Abdias do Nascimento, o sociólogo José Lino de Almeida (Lino de Almeida), Lab Carteador Crscêncio dos Santos, além do Deputado Federal baiano Marcelo Cordeiro e o Senador Rômulo de Almeida.

Na verdade enfrentar a opressão, enfrentar o poder opressor e assassino inclusive é bom que se diga, na época não era qualquer coisa nesse período, principalmente, da ditadura e, claro, pós-ditadura. Situações que em novos modelos ainda se perpetua até hoje. Então, não é algo fácil se você para além de ter uma consciência da sua condição de negro, você não agrega isso, uma carapaça de defesa para o enfrentamento que lhe deixa uma pessoa destemida para tal. Então, e o movimento cultural de cultura negra, ele tinha limites, tinha e tem limites até hoje. Então, os limites dele, era o movimento que se limitava a mostrar a cultura, mostrar a cultura que tem um papel importante na afirmação aí da sua autoestima, na afirmação da sua condição de negro, muito calcado no que você tinha de exclusão, mas, não era o movimento que agregava isso uma formulação e uma determinação ideológica, sabendo identificar perfeitamente o seu inimigo [...] Então, ele contestava, se reafirmava como negro, mas, essa contestação não era colocada como incômodo ao opressor. [...] Então, os militantes negros e negras ideologizados de esquerda tinham essa determinação, estavam dispostos a pagar esse preço, preço de ser excluído, preço de ser violentado, preço de serem, inclusive, até mortos, presos, etc.<sup>98</sup> (Informação Verbal)

Nota-se que a concepção política dos militantes de esquerda era o que se conhece como “corpo a corpo”, enfrentando os poderes constituídos até as últimas possibilidades de concretizar a ação. Ao contrário do cultural, que era o embate mais cauteloso com as autoridades que representavam o poder do Estado. O que estava em voga não era o partido em si, mas valorizar autoestima do homem negro, da mulher negra e, por isso, os militantes do MNU taxavam os integrantes do Ilê Aiyê como sujeitos despolitizados, uma vez que se submetiam a uma prática assistencialista de efeitos localizados e momentâneos.

Em uma entrevista a esta pesquisa, o Coordenador Nacional do MNU, Ivonei Pires de Oliveira<sup>99</sup>, fez o seguinte esclarecimento:

Antigamente, nessa época aí, o que se dizia era o seguinte: que os blocos afros, eles não incorporavam esse debate político, né, de combate ao racismo, da forma que os militantes do MNUCDR colocavam, até porque esses militantes do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, ele era digamos assim na sua essência formado por militantes de esquerda né, então, tinha muito ranço de dizer e tal de dizer que tudo teria que passar ainda pelo processo de embate político e os blocos afros, tinha uma outra forma de atuar. Então, os blocos afro, naquela época a gente contestavam porque conseguia reunir vários negros e negras nos seus ensaios né, muita gente mesmo e que não fazia nenhum tipo, não construía nenhum tipo de atitude para que a gente chamava naquela época de formação política, de falar, de pegar o microfone e fazer discurso, as músicas também eram músicas eram extremamente positivas, de autoestima, de dizer que o negro é lindo, de falar um pouco da história dos países africanos e tal, mas, não, digamos assim, isso não deixava a militância daquela época ainda satisfeita [...]<sup>100</sup>

<sup>98</sup> Entrevista com Gilberto Leal, 7/12/2014

<sup>99</sup> Ivonei Pires de Oliveira, militante do MNU/Bahia, Bacharel em Direito pela Faculdade de Artes, Ciências e Tecnologias FACET e atualmente é Coordenador Nacional do MNU.

<sup>100</sup> Entrevista com Ivonei Pires, 11/7/2014

Percebe-se, no discurso acima, uma análise parcial dos fatos com toda sua carga de subjetividade, sentimentos e anseios. Mas revela também que o MNU e os blocos afro adotaram metodologias de afirmação do povo negro de maneira diferenciada no trato com o racismo no Brasil.

Os militantes partidários de esquerda do MNU, nos seus discursos, viam na sociedade socialista a única forma viável de eliminação de todos os mecanismos de opressão, inclusive a racial, por intermédio de um discurso contundente no qual se posicionava de forma contrária às ações do Estado. Para os ativistas políticos de esquerda, a ideologia, desta forma, era concebida como terreno de luta e de disputa pelo poder.

Observa-se que os movimentos culturais, apesar do seu cruzamento com o poder político, não pretendiam obter o poder, tampouco o enfretamento mais acirrado com o Estado. O objetivo era levantar a autoestima do homem e da mulher negra, e denunciar o racismo presente na sociedade brasileira. Conforme se observa na missão institucional do Bloco afro Ilê Aiyê;

Preservar e expandir a cultura negra na sociedade, visando agregar todos os afrodescendentes na luta contra o racismo e suas mais diversas formas de discriminação, desenvolvendo projetos carnavalescos, políticos-culturais e educacionais, resgatando a autoestima e elevando-a em nível de consciência crítica.<sup>101</sup>

A análise da letra da música *Que Bloco é Esse?*, cantada pelo Ilê Aiyê no carnaval de 1975, faz alusão aos motivos afrodescendentes, confirmando a citação anterior:

Que Bloco é esse / Eu quero saber / É o mundo negro / Que viemos cantar pra você / Branco se você soubesse / O valor que o negro tem / Tu tomava banho de piche / Pra ficar negro também / Não lhe ensino minha malandragem / Nem tão pouco minha filosofia / Quem dá luz a cego / É bengala branca de Santa Luzia / Que bloco é esse / Eu quero saber / É o mundo negro / Que viemos cantar para você / Somos crioulo doído / Somos bem legal / Temos cabelo duro / Somos Black Power.<sup>102</sup>

Esse grito por liberdade, pela promoção da igualdade e pela valorização da cultura afro contra a discriminação racial, contra os atos de exclusão na sociedade, constituiu-se matéria-prima da manifestação cultural do bloco afro Ilê Aiyê. Traduzidos em expressividade corporal, musicalidade, estética e performance rítmica, amplificaram os sonhos e os objetivos de um povo em prol da efetiva cidadania.

<sup>101</sup> Caderno de Educação do Ilê Aiyê, 2006, p. 1

<sup>102</sup> Paulinho Camafeu, *Que Bloco é Esse?* Salvador, Bahia, 1974





**Fotografia 04:** Estética Negra. In: Arquivo do Ilê Aiyê: Sede Senzala do Barro Preto.

Antonio Jorge Victor dos Santos Godi, fundador do Grupo de Teatro Palmares Inãron, em sua entrevista, alerta para o fato de que

[...] os movimentos culturais todos eles musicais ou afros carnavalescos eles se fortaleceram [...] nós temos o Olodum uma marca forte, nós temos o Ilê Aiyê uma marca forte. Então esses movimentos culturais eles eram políticos, eles não eram somente culturais. Se a gente estava colocando nas ruas, as nossas bandeiras étnicas, se a gente estava colocando nas ruas a nossa música, com o poder muito grande de contaminação, de sedução. Nossas balas simbólicas mais determinantes foram sim a estética e a cultura, daí que nós conseguimos construir marcas, nós construímos o samba, nós construímos o reggae [...] nós construímos o ska, axé music, pense mais blues, o ritmo blues sempre na pegada da estética, nós construímos o jazz poderoso orleans no espaço do carnaval, jazz é música de carnaval, nós construímos valorizamos o som music poderossismo também com uma levada diferenciada de fazer música e dizer como as coisas. Então a distância do cultural e político pra gente praticamente não existe. [...] nós sempre fomos à vertente da cultura, da política no que diz respeito às lutas étnicas no novo mundo que nós construímos que é cultural isso tudo sabe, se cruza política e cultura.<sup>103</sup> (Informação Verbal)

<sup>103</sup> Entrevista com Antônio Jorge Victor dos Santos Godi, 14/10/2014

Esse depoimento representa a fala de um integrante e agente cultural que expressa o sentimento na arte como elemento dinamizador na visibilidade das ações políticas. Desta forma, o embate cultural insere-se na lógica do simbólico por meio do qual a música, o teatro e a dança conseguem reunir mais elementos da população negra, transparecendo como ação efetiva de luta no processo de reafirmação da cultura negra.

Fernando Conceição em sua obra *Negritude favelada (teoria e militância) A questão do negro e o Poder na “democracia racial brasileira”*, esclarece que,

[...] O MNU não conseguiu com o discurso o Ilê Aiyê conseguiu no Carnaval, isto mesmo, o Carnaval, que até ontem os intelectuais de “esquerda”, com os quais é certo que o pessoal do MNU se identificava, achava a manifestação suprema da alienação popular, realmente algo abominável. [...] Do carnaval da Bahia o negro fez de tudo isto, mas foi além. Ali é o palco onde ele se mistura o litúrgico de seus espíritos e o estético de sua humanidade. Ele é dono da festa, e sabe disto, que sem ele simplesmente não existiria Carnaval algum. (1988, p. 46)

De fato a colocação, de Fernando da Conceição reforça o sentido de estética, cultura e política nos blocos afro, acrescentando que o carnaval também é um espaço de luta, resistência, conflitos étnicos, onde os negros são protagonistas principais, diferente da idéia de folclorização da cultura no tempo e no espaço.

O antropólogo Roberto Da Matta, ao abordar a cultura brasileira destaca que,

Carnaval, pois, é inversão porque é competição numa sociedade marcada pela hierarquia. É movimento numa sociedade que tem horror á mobilidade, sobretudo à mobilidade que conduz à troca de posição social. É exibição numa ordem social marcada pelo falso recato de “quem conhece o seu lugar” – algo sempre usado para o mais forte controlar o mais fraco em todas as situações. É feminino num universo social marcado pelos homens, que controlam tudo o que é externo e jurídico, como os negócios, a religião oficial e a política. (2004, p. 42)

Destaca-se ainda, na fala de Paulo Roberto sobre o carnaval e sobre a participação dos afrodescendentes baianos neste evento, a informação de que

[...] o nosso trabalho é a demanda do movimento social, a gente desenvolve durante o ano inteiro, ações de esclarecimento do homem e da mulher negra e os jovens que habita caminhos que não devem [...] o carnaval serve como o momento de apresentar o resultado e muitos pensam que a gente faz um carnaval festa. Se parar para analisar, as demandas, os seminários, as palestras, as temáticas aonde o negro depois do carnaval fala: que música! Que é aquilo! Poxa! Eu vivi ali, eu preciso fazer isso. É preciso entender que as nossas músicas dizem qual é o caminho [...] <sup>104</sup>  
(Informação verbal)

---

<sup>104</sup> Entrevista com o militante Paulo Roberto, 27/6/2014

Ao pensar a constituição do movimento negro contemporâneo brasileiro, chega-se a seguinte consideração: os movimentos culturais afro tiveram contribuições significativas na constituição do que tem se chamado de consciência negra por todo o país.

Em Salvador, por exemplo, o cultural e o político, para os militantes partidários de esquerda do MNU, estavam dissociados. No entanto, o antropólogo Antonio Jorge Victor dos Santos Godi defende que as atividades culturais serviram de embrião para o movimento negro baiano:

[...] Política é polis, partilhamento da vida e cultura também. Fala-se de uma atividade política, no que diz respeito ao estilo de fazer a política dentro dos padrões dos partidos, onde ações ligadas aos movimentos sociais, também é cultura e nós conquistamos tudo que nós temos hoje foi através da cultura da festa, da música que nós construímos. Então, o sentido da identidade e que até hoje é a nossa grande munição, contaminar, seduzir os outros.<sup>105</sup> (Informação Verbal)

Influenciados por uma racionalidade, contida no universo da modernidade, os integrantes do MNU, seção Bahia, viam, na ação intelectual, um único meio de produzir consciência crítica sobre a questão racial, para, a partir daí, transformar a realidade em forma de revolução. Entretanto, a legitimidade das ações dos grupos culturais congrega elementos da subjetividade que contemplam experiências múltiplas dos sujeitos na consecução e afirmação dos seus objetivos, acenando uma proposta da pós-modernidade.

O historiador Amilcar Araujo Pereira, em sua obra *“O mundo negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil”* acentua a complexidade e a diversidade do movimento social no Brasil, tanto na sua formação quanto em sua atuação,

[...] considero o movimento negro organizado como um movimento social que tem como particularidade a atuação em relação “a questão racial. Sua formação é complexa e engloba o conjunto de entidades, organização e indivíduos que lutam contra o racismo e por melhores condições de vida para a população negra, seja através de práticas culturais, estratégias políticas, de iniciativas educacionais; o que faz da diversidade e pluralidade característica desse movimento social[...]. (2013, p. 40)

De acordo com Luís Alberto, então Deputado Federal e militante do MNU, a principal conquista do movimento negro foi deflagrar o 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra, durante a II Assembleia Nacional, realizada no Instituto Cultural Brasil e

---

<sup>105</sup> Entrevista com Antônio Jorge Victor dos Santos Godi, 14/10/2014

Alemanha – ICBA. O Deputado relata percursos e percalços desse episódio no depoimento abaixo,

[...] essa Assembléia foi convocada aqui para a Bahia a se realizar aqui na sede da Associação dos Servidores Público do Estado da Bahia na Avenida Carlos Gomes, só que 1979 a ditadura estava afiada e quando nós chegamos na Associação estava lacrada, com a Polícia Federal na porta, e não deixaram a gente se reunir lá. Nós saímos de lá, a Polícia Federal começou a perseguir a militância, dispensou o pessoal e nós fomos ali ao Largo 2 de julho. E ali próximo tinha uma sucursal do Jornal do Brasil na época, nós nos refugiamos ali. O Jornal do Brasil não deu nenhuma linha sobre isso, vivemos essa experiência. De lá saímos fizemos um contato e foi para o Teatro Vila Velha, ali no passeio público, quando chegamos lá a Polícia Federal de novo invadiu lá e não deixou a gente se reunir lá e terminamos nos reunindo no Instituto Cultural Brasil e Alemanha na Vitória. Você ver que a gente foi andando na Carlos Gomes passou na Vitória então, lá no ICBA – Instituto Cultural Brasil e Alemanha que nós conseguimos fazer a Assembléia Nacional, ali onde à metade da assistência era de olheiro do Exército, da Marinha, da Aeronáutica. Estava lá dentro vigiando, gravando a nossa Assembléia, uma repressão imensa e foi nessa Assembléia que a gente decretou vamos dizer assim, declarou como o Dia da Consciência Negra, o dia 20 de novembro [...].<sup>106</sup> (Informação Verbal)

O Dia da Consciência Negra - 20 de novembro - passa a ser considerado uma das maiores conquistas do Movimento Negro Unificado, desconstruindo a mítica da data do 13 de maio, até então imposta pela elite branca como símbolo de liberdade da comunidade negra. Zumbi surge como um personagem de luta contra a escravidão, contra a opressão vivida pelo povo negro no regime escravista, passando a representar um símbolo de inspiração na luta pela emancipação do povo negro na contemporaneidade, como esclarece a socióloga Lélia Gonzales,

[...] o 20 de novembro transformou-se num ato político de afirmação da história do povo negro, justamente naquilo em que ele demonstrou sua capacidade de organização e de proposta de uma sociedade alternativa; na verdade, Palmares foi o autêntico berço da nacionalidade brasileira, ao se constituir como efetiva democracia racial e Zumbi, o símbolo vivo da luta contra todas as formas de exploração [...] E o treze de maio, cada vez mais, caracteriza-se como data oficial de órgãos governamentais, ou seja, como papo de branco (o que é até coerente, pois, a chamada abolição resolveu os problemas das classes dominantes brancas e não nosso). [...]. (HASENBALG; GONZALES, 1982, p. 56-57)

A proposta do Dia 20 de Novembro como “Dia da Consciência Negra” foi idealizada pelo Grupo Palmares, do Rio Grande do Sul, em 1971, tendo como um dos precursores o militante negro Oliveira Silveira (1941-2009). Essa proposta foi votada em Salvador, após a II Assembléia Nacional do MNU, realizada no dia 4 de novembro de 1978.

---

<sup>106</sup> Entrevista com o Deputado Federal Luís Alberto, 15/8/2014

O antropólogo Antonio Jorge Victor dos Santos Godi faz referência a essa Data da Consciência Negra como

A maior conquista do movimento negro nessa época foi à construção do Dia da Consciência Negra, não tenho dúvida nenhuma, a construção de uma data que nós jamais imaginávamos que ia ser uma referência hoje na dimensão da educação, da cultura, do Brasil todo, o Dia da Consciência Negra.<sup>107</sup> (Informação Verbal)

## 2.5 QUEBRANDO PARADIGMAS

Ao longo da sua trajetória, o MNU foi verificando posições e ressignificando suas práticas, criando estratégias, junto à população negra, para fortalecer a luta contra o racismo na sociedade brasileira. Nesse ínterim, por exemplo, entidades religiosas de matrizes africanas denunciaram, junto à autoridade competente e a veículos de comunicação, práticas abusivas de intolerância. Com essa atitude, a sociedade toma conhecimento de que as manifestações culturais também reivindicam direitos, articulando parcerias com organismos de luta contra a discriminação racial. Nesse sentido, o MNU entendeu que a manutenção da cultura é um elemento de ação estratégica para se construir propostas na agenda política de luta do movimento negro. Assim, Antonio Carlos dos Santos – Vovô afirma:

[...] O MNU tem que dar uma retomada, eu não sei hoje como é que estão os quadros do MNU, mas uma sugestão minha é que se deveria tentar ampliar seus quadros, até dentro das entidades carnavalescas, com a comunidade em geral, para se fortalecer mais. Isso não inviabiliza porque sou do Ilê Aiyê, eu ser do MNU, entendeu? Eu acho que o MNU tem que chegar junto, ainda mais aqui na Bahia, principalmente porque estamos observando o enfraquecimento muito grande das entidades tidas como negras. Hoje só tem o Ilê Aiyê a nível do bloco afro se mantendo. Então, é muito importante que o MNU esteja bastante fortalecido e mesmo que não tenha interesse em inchar com quadros, mas que voltasse a fazer um trabalho de parcerias com outras entidades.<sup>108</sup>

Outra crítica direcionada ao MNU diz respeito à falta de participação de integrantes negros das camadas populares, oriundos de favelas, bairros de periferias e desempregados. Conforme esclarece Fernando da Conceição (1988, p. 45), “[...] A maior crítica que se fazia aos militantes do MNU residia no fato de seu distanciamento com a base negra. [...] um grupelho de intelectualizados que nada faz de concreto, costumávamos comentar”. Isso corresponderia ao trabalho de base que a organização negligenciou por algum tempo, para a

<sup>107</sup> Entrevista com Antônio Jorge Victor dos Santos Godi, 14/10/2014

<sup>108</sup> Jornal do MNU, 1988, p. 12

formação de seus quadros. Geralmente realizam-se vários seminários, congressos, dos quais participam poucas pessoas, em sua maioria intelectuais negros.

O presidente do Ilê Aiyê, Antonio Carlos dos Santos – Vovô, enfatiza que

[...] nós, que somos militantes do movimento negro, observamos que quando promovemos um seminário, um congresso, a frequência ainda é muito pouca. Ainda não conseguimos atingir a massa negra; sempre são os mesmos e, infelizmente, ainda é muito frequentado pelos brancos. O Povo Negro deixa de receber muitas informações importantes sobre as decisões tomadas nesses seminários e congressos, por não frequentarem [...]. (IDEM, 1988, p.12)

A falta de quórum de participação do conjunto nos seminários e congressos promovidos pelos organismos e entidades afro foram elementos problemáticos na ampliação de quadros novos para as suas respectivas agremiações.

Nessa discussão, é necessário analisar o Título IV Capítulo I Dos Núcleos de Base e Grupos de Trabalho, do artigo 21º do Estatuto, que estabelece que “Os Núcleos de Base são pontos avançados do MNU junto às categorias de trabalhadores, nas escolas, nos espaços artísticos e religiosos, nos locais de lazer e moradia”.

Na alínea a, desse artigo, o MNU acrescenta a implantação do Núcleo de Base para a atuação nas respectivas áreas sugeridas acima. Para tanto, esse artigo ainda esclarece que os Núcleos de Base devem organizar-se de acordo com as particularidades da área onde estão inseridos, revelando, portanto, o respeito à pluralidade das ações.

Por esses aspectos, é imprescindível que as normas presentes no Estatuto difiram dos discursos e práticas dos militantes do MNU. Em sua obra, Fernando Conceição afirma que os militantes do Movimento Negro Unificado, postulavam discursos contrários ao Estatuto.

[...] os membros que compunham em Salvador, por exemplo, tinha posições retóricas que assustavam o primeiro visitante. Consideravam alienada qualquer negra que alisasse os cabelos – e olha que naquela época as mulheres negras que não espichassem os cabelos eram esculhambadas por todo mundo. Impressionava também o outro discurso: o de que nenhum negro, homem ou mulher, deveria ter relações de afetividade com um homem ou mulher branca. Existiam outros enunciados, que não constam evidentemente dos estatutos ou programa do movimento [...]. (1988, p. 45)

Essa citação não revela que se discutia o combate ao racismo às avessas, ou seja, com a segregação, que justificava comportamento, nos quais os negros não deveriam de forma nenhuma sentar e dialogar com o branco, assim como não deveria haver relações afetivas e conjugais entre brancos e negros. Essas atitudes deixavam transparecer que o branco influenciaria, de forma negativa, uma ação de luta efetiva do movimento.

## 2.6 ORGANIZAÇÃO DO MNU

No Estatuto do MNU, o Título I Capítulo II contém os artigos 4º e 5º normatizando a relação entre o ativismo político e as manifestações culturais,

Artigo 4º - O MNU é uma entidade nacional de caráter político, democrática e autônoma, sem distinção de raça, sexo, instrução, convicções religiosas ou filosóficas.

Artigo 5º - O MNU visa combater o racismo, o preconceito de cor e as práticas de discriminação racial, em todas as suas manifestações, buscando construir uma sociedade da qual sejam eliminadas todas as formas de exploração

O MNU, com seu Estatuto, comprova o fato de ser uma entidade engajada e comprometida com as questões sociais, conforme se observa nas orientações dos documentos que possui sob sua guarda: o Programa de Ação, o Estatuto, a Carta de Princípios e o Projeto Político, embora esses documentos tenham sido produzidos em momentos distintos. O Estatuto – norma interna – se constitui um conjunto de diretrizes para planejamento das ações de toda a militância, embora não registrado em Cartório. O Programa de Ação passa a integrar o Estatuto três anos depois da fundação da entidade. Esse Programa de Ação era o balanço das ações políticas que a entidade realizava naquele momento, permitindo a tomada de decisões na agenda de atuação do movimento negro para futuras ações. Essa prática de realizar análise, debater questões, pontuar demandas, era típica das ações sociais vinculadas a militância de esquerda. Para o militante e ativista, membro do MNU, Deputado Federal Luís Alberto, “[...] a classe era uma das contradições da sociedade capitalista, da sociedade de mercado, da sociedade opressora. Então, a questão racial era central na construção da sociedade brasileira”<sup>109</sup>.

Com relação ao Projeto Político do MNU, entendia-se que a transformação da sociedade deveria passar necessariamente, pela organização política das entidades negras como forma de unificar a luta racial no Brasil, visando alterar as relações raciais no país, em prol da emancipação do povo negro.

O MNU foi construído com o chamado GT’s – Grupos de Trabalho –, conforme se observa no Capítulo I, artigo 22º, do Estatuto dessa entidade, tendo os Núcleos de Base como órgãos de articulação, difusão e integração, a seguinte incumbência:

- a) Cabe aos Grupos de Trabalho orientar a ação política dos Núcleos de Base.
- b) O Grupo de Trabalho é formado com o número mínimo de 3 (três) membros.

<sup>109</sup> Entrevista com o Deputado Federal Luís Alberto, 15/8/2014

- c) Cada Grupo de Trabalho elegerá um Coordenador, com mandato de 1 (um) ano de duração
- d) O Grupo de Trabalho poderá constituir comissões de acordo com suas necessidades internas.
- e) O Grupo de Trabalho deverá realizar, a cada dois meses, plenárias que envolvam o conjunto da militância articulada nos Núcleos de Base
- f) A existência do Grupo de Trabalho provém de sua capacidade de articular Núcleos de Base, se após um ano de sua constituição o GT não conseguir este objetivo deverá ter sua continuidade avaliada em Assembléia Municipal.

Os Grupos de Trabalho eram criados nas fábricas, nos bairros, nas escolas, nas universidades, nas prisões, nos lugares onde o negro estivesse. Sendo que a orientação era criar o grupo de trabalho, para então disseminar as ideias da luta contra o racismo, e, em casos necessários, se partia, inclusive, para o enfrentamento mais direto no embate “corpo a corpo”, nas ruas, nas praças e manifestações diretas. Então, em toda e qualquer manifestação de racismo que existisse na década de 1970, o MNU se apresentava como entidade para apoiar e dar visibilidade a esse enfrentamento, de modo a não permitir concessões e nem medidas paliativas proposta pela elite. Fazia-se necessário construir uma sociedade engajada e esclarecida na luta por uma sociedade diferente.

Em Salvador, o destaque importante é para o GT de educação, denominado Robson Silveira da Luz, fundado em 1981 pelos militantes Ana Célia Silva, Jonatas Conceição da Silva, Carlos Alberto Menezes e Gildália Anjos, tendo como objetivo, trabalhar nas escolas, inicialmente, a questão da História da África, da alta rejeição de negros, a ideologia do branqueamento, do recalque, da diferença, dos estereótipos e da representação negativa do negro, enfocando essa temática junto com professores e alunos. Esse GT foi responsável pela introdução da disciplina “Estudos Africanos” nas escolas estaduais de Salvador, em 1987.

Numa análise mais minuciosa, se pode observar que os movimentos negros, desde a “imprensa negra”, a Frente Negra Brasileira, passando pelo Teatro Experimental do Negro e, mais recentemente o Movimento Negro Unificado, sempre tiveram, na educação, um dos pilares da inserção do homem e da mulher negra na sociedade, embora as dificuldades financeiras, ao longo do século XX, tenham sido empecilho para o acesso dos negros a educação, como aponta a educadora Nádia Cardoso, em sua dissertação de mestrado:

Para pesquisadores e pedagogos, educação se constituía como um dos eixos básicos para o combate às desigualdades sociais na sociedade brasileira onde a classe era o elemento central. As desigualdades de classe e de status sócio-econômico eram apontados como os grandes elementos que configuram um acesso diferenciado à educação no Brasil. (2010, p. 62-63)



Em Salvador, verificou-se, na década de 1970, a produção e reprodução pelos currículos escolares de um “paraíso racial”, fomentadas a partir da ideologia do embranquecimento, que foi um conjunto de ações, arquitetado pelas elites brancas no contexto do pós-abolição, que incentivava a vinda maciça de imigrantes europeus para o Brasil, assim como o discurso, em livros e materiais didáticos, negligenciando a efetiva participação do negro na formação cultural brasileira. A propagação desse discurso nas escolas, pelos professores, compunha o projeto de sociedade da elite branca brasileira.

Segundo o pronunciamento da professora, pesquisadora e militante Ana Célia Silva,

O sistema de ensino brasileiro desde a pré-escola à universidade tem primado por ocultar ou distorcer o passado histórico e a cultura do povo negro, na África e aqui, bem como apresentar o negro de forma inferiorizado, como: bêbedo, serviçal, exercendo papéis considerados inferiores na sociedade.<sup>110</sup>

Na década de 1970, o MNU de Salvador não tinha uma sede própria, apenas espaços que conquistava através de alianças políticas com diversos setores, que contestavam, na época, a ditadura militar. Normalmente, os GT's se reuniam em casas localizadas em determinados bairros da cidade, onde, eventualmente, havia uma direção representativa da esfera nacional, estadual e municipal do MNU, para coordenar os debates. As reuniões, geralmente, aconteciam aos sábados e aos domingos, e duravam um dia inteiro para estudar, discutir a História da África, a literatura e, às vezes, contava com a participação de militantes de outros Estados da federação, como por exemplo, a socióloga mineira Lélia Gonzales, como informa o Deputado Luís Alberto.

Nós tivemos três experiências importantes nesse período que foi quando a gente se reunia numa espécie de comitê político de uma pessoa vinculada ao MDB... [...] na Mouraria... [...] Depois a gente passou a se reunir também na IAB – Instituto de Arquiteto da Bahia, ali na Ladeira da Praça, se reunia ali também porque era o espaço onde abrigava vários setores do movimento social. Eu participei também na época do chamado Trabalho Conjunto de Salvador, que é a articulação política de movimentos sociais que contestava a ditadura militar. Agente se reunia, às vezes, no fundo da Igreja no Largo do Peru, de forma clandestina... [...] Depois ocupamos o espaço onde hoje é a Prefeitura de Salvador, ali chamado Jardim Sucupira.<sup>111</sup>

As atividades do MNU, segundo a historiadora Karin Sant'Anna Kössling (2008), eram consideradas práticas comunistas, taxadas como ações subversivas pelo DOPS – Departamento de Ordem Política e Social, pelo Exército e pela Polícia Federal. Havia uma

<sup>110</sup> I SENUN, Seminário Nacional de Universitários Negros, 1993, p. 3

<sup>111</sup> Entrevista com Luís Alberto, 15/8/2014

negação explícita do racismo como crime institucional. Contrariar essa negativa era considerado um atentado à soberania nacional. Imperava a ideologia da democracia racial, onde negros e brancos, supostamente, viviam de maneira harmônica, atribuindo aos negros a responsabilidade pela condição social em que viviam, referendando o princípio da meritocracia.

De acordo com Paulo Bonfim, ex-militante do MNU/Bahia e um dos seus fundadores, bem como ex-Diretor do Ilê Aiyê, em nota ao Jornal Nêgo<sup>112</sup>, esclarece o clima de tensão e repressão:

Na época que a gente começou a fazer o Grupo Nêgo, nós tínhamos muito medo. Muito medo, porque era na época que agente sofria pressões políticas. Pressões policiais bem maiores do que a gente sofre agora. Agora a gente pode se organizar e fazer um protesto e fazer uma coisa grande, movimentar e de repente ser ouvido. Mas, naquela época, nego mandava matar, mandava sumir com as pessoas. E era uma coisa que a gente se reunia ali no Jardim Sucupira e nós ficávamos um pouco sobressaltados. Quando chegava uma pessoa diferente, ficava aquele nervosismo. Aqueles chavões “têm roupa na corda”, “segura à corda”. Era uma época em que todo grupo que parasse para conversar, era grupo subversivo. Aquela coisa de “estão articulando contra o governo”. Tínhamos até cuidado em nos dirigir para reunião. Não ia mais de uma pessoa. Na hora de sair, não podia ser todo mundo de vez. Então quer dizer: naquela época foi difícil, foi uma época árdua de se tentar organizar politicamente o movimento negro [...].<sup>113</sup>

Em entrevista com Edu Omo Oguian (codinome), homem branco, de descendência judaica, que escrevia poemas sobre a negritude, cujo nome é Carlos Eduardo Ribeiro de Jesus Guimarães Rollemberg, freqüentador das reuniões do MNU, Fuzileiro Naval, informou que fora demitido por freqüentar as reuniões do MNU, como também foi preso ao declamar o poema intitulado *Modinha Encomendada*, escrito em 1977:

Nós que habitamos / E convivemos / Coabitando / Juntos / Sob / Este céu / Azul e varonil / Exprimido inexpressivos entre / Densas matas / Verde Oliva / No amarelo / De pães ausentes / Sobre a mesa / Onde a ténue / Faixa branca / Que sustenta a / “Ordem e Progresso” / Impera / Supera / Manda / E desmanda / Sobre as / Cores outras / Enquanto / Dura a / Dita / Enquanto a / Dita / Dura / Cantamos harmoniosos / É uníssonos / ‘SALVE LINDO...’ (OGUIAN, 1984, p. 14)

<sup>112</sup> Jornal Nêgo – Boletim informativo foi criado em julho de 1981 pelo Movimento Negro Unificado, seção Bahia correspondendo a onze publicações, transformando posteriormente em Jornal Nacional do MNU, em 1987. Segundo a historiadora Florentina da Silva Souza “[...] O periódico publica materiais e informações sobre os mais diversos assuntos ligados à tradições e culturas negras. Os textos discutem temas de interesse da população afrodescendente na Bahia, como racismo, história, situação da mulher negra, saúde, trabalho, religiões, carnaval e violência policial contra negros e mestiços, entre outros assuntos. Inicialmente apresentado como boletim informativo, o periódico divulgava as atividades culturais promovidas pelas diversas entidades negras de Salvador e também noticiava os seminários ou encontros nacionais ou regionais por eles organizados (SOUZA, 2006, p. 201).

<sup>113</sup> Jornal Nêgo, 14 de abril de 1988, p.6

Ele esclareceu que as questões de cunho social e racial não podiam ser discutidas no período da ditadura militar, pois infligiam à identidade nacional, na qual a mestiçagem era seu principal alicerce de sustentação. O problema não estava na cor, mas no interesse de cada um em progredir socialmente. Assim, o regime militar, utilizando-se de elementos de repressão, como a demissão no trabalho, a aposentadoria compulsória, a transferência, prisões, seções de torturas, buscava estabelecer uma ordem institucional.

Vale lembrar que pessoas brancas poderiam participar também das reuniões do MNU, só eram excluídas da função de direção na entidade. As mesmas eram consideradas simpatizantes e colaboradoras. Conforme se lê no Estatuto Título II, Capítulo I Artigo 8º, são admitidas as seguintes formas de vinculação ao MNU: a) filiado; b) simpatizante; c) colaborador.

Ao tratar desse aspecto o MNU, normatiza a atuação dos simpatizantes. No Artigo 9º, são simpatizantes aqueles que, embora não façam parte da Entidade, atuem em diferentes áreas sob a orientação do MNU.

Ao assumir esse posicionamento, o MNU, como uma organização de caráter nacional, congrega elementos de diferentes posições filosóficas, éticas e religiosas, além da formação cultural integrada, ou não, a outras entidades negras.

## **2.7 CONCLUSÕES PRELIMINARES**

É importante destacar que houve legitimidade tanto dos militantes do MNU na luta política quanto dos blocos afro em sensibilizar a população negra na luta contra a discriminação racial. Nesse ínterim, os blocos afro, por ter origem na cidade de Salvador, sede própria, favoreceram o intercâmbio mais rápido com os seus integrantes, garantindo a sobrevivência dessas entidades, como também a implementação dos seus respectivos projetos.



**Fotografia 05:** Curuzu, no Bairro da Liberdade. In: Arquivo do Ilê Aiyê, Sede Senzala do Barro Preto.

Quanto aos espaços, percebe-se que estes se transformaram em territórios de resistência e de referência do povo negro baiano. Assim aconteceu com o Ilê Aiyê (1974), com sede no Curuzu – Liberdade, o Apaches do Tororó no Dique do Tororó (1968), os Filhos de Gandhi (1949), e, posteriormente, o Bloco Olodum (1979), ambos com sede no Pelourinho. Malê Debalê (1980), em Itapuã, Araketu (1981), em Periperi, o grupo Muzenza do Reggae (1981), na Liberdade. Essa informação fica subtendida nas palavras do antropólogo Osmundo Pinho,

[...] a criação de comunidades e territórios como alternativas à exclusão da esfera pública branca parece coerente com o que vimos sobre a formação de territorialidades negras e, na verdade, parece descrever com perfeição o fenômeno de reinvenção da cidade e de seus lugares como espaços de articulação de uma representação positivada dos negros e das práticas culturais que testemunhamos em Salvador. Esta representação se inscreve como um estágio estratégico na política da representação reafrikanizada em Salvador. O Pelourinho e a Liberdade, freqüentemente comparados a outros territórios negros da diáspora se constituem tanto internamente como externamente como suportes para a visibilidade da questão racial e para sua politização. (2010, p. 404)

Com relação ao MNU, que teve sua formação em São Paulo, 1978, observa-se que o mesmo possuía em seu quadro de pessoal, indivíduos com diferentes formações ideológicas,

tornando o seu perfil mais complexo em termo da entidade negra. Essa abordagem é ilustrada na colocação de Amilcar Araujo Pereira.

[...] não havia dinheiro para financiar o movimento. A precariedade de recursos era notória, e até em função do próprio tipo de organização que em geral era construída, com um caráter associativo ou filiativo, a maioria dos militantes associados pagava as despesas da organização com seu próprio dinheiro, ou com os recursos obtidos em decorrência da própria militância, como no caso da venda dos jornais e cartilhas do movimento, por exemplo. [...] na década de 1970, o apoio mais substantivo vinha da relação dos militantes com outras instituições. [...] o Instituto Cultural Brasil-Alemanha cedia sua sede para as reuniões [...] e assim por diante. (2013, p. 287)

Uma das propostas do MNU era unificar, em escala nacional todos os grupos e entidades antirracistas. Essa proposta de unificação já tinha sido tentada na década de 1930, pela Frente Negra Brasileira, e pela União do Homem de Cor – UHC, nas décadas de 1940 e de 1950. A tentativa de unificação, a partir da entidade negra, em um país de complexidade e diversidade cultural como o Brasil, constituiu uma missão.

Por outro lado, a prática dos militantes que atuaram nas associações culturais demonstra que o teatro, a dança, a música, os blocos, trouxeram momentos de visibilidade e expressão para o povo na cidade de Salvador (BA). O Ilê Aiyê, que tradicionalmente inicia o desfile saindo da sua sede, a Senzala do Barro Preto, no Curuzu, na Liberdade, fazendo uma longa caminhada até a Avenida principal, tem uma visibilidade e é considerado forma de expressão cultural e de reafirmação do povo negro.

Salvador é considerada uma cidade “majoritariamente negra”, cuja irreverência do povo se refletia nas manifestações culturais, em seus ritos e símbolos. Para explicar esse contexto, cita-se a música *Que Bloco é Esse?* Composta por Paulinho Camafeu para o desfile do bloco afro Ilê Aiyê, em 1974, momento em que vigorava o Ato Institucional nº 5, fase considerada mais repressora do regime militar no Brasil.

A letra da música, além de levantar a autoestima dos afrodescendentes, fomentou discussões importantíssimas do tipo “o que é ser negro”, “orgulho de ser negro.” A cidade de Salvador tornava-se referência de afirmação da negritude nos blocos afro, na década de 1970. Desta forma, pode-se afirmar que esses elementos correspondem a uma posição política.

Na ótica de Francisco Carlos Cardoso da Silva,

[...] letra da música de Paulinho Camafeu, carro chefe do bloco no seu primeiro ano de carnaval, ótimo exemplo para demonstrar o grau de radicalidade operado pelo Ilê Aiyê. A letra da referida música está cheia de enunciados que procuram romper com uma certa visão de que os negros seriam inferiores, produzindo a imagem de um novo negro, “um mundo negro que viemos mostrar pra você” [...]. (2008, p. 206)

Possivelmente, existiu uma forte influência de um grupo sobre o outro, oriundo das relações entre os ativistas negros. Para tanto, Amilcar Araujo Pereira, esclarece alguns aspectos sublineares da trajetória desse movimento social que serviu como base para tantas outras entidades negras surgidas posteriormente,

[...] Não se tinha certeza sobre até onde o movimento poderia chegar, seja do ponto de vista da atuação política nas ruas, em função da repressão da ditadura militar, seja do ponto de vista da própria luta contra o racismo no Brasil. [...] foi na própria experiência, através de tentativas e erros, que o movimento consolidou algumas estratégias de atuação, que eram então consideradas bem-sucedidas [...] (2013, p. 287)

Essa citação de Amilcar Araujo Pereira veio corroborar com o estudo sobre a singularidade e a complexidade do movimento negro no Brasil, ratificando que, no interior desses movimentos, havia equívocos, contradições e divergências, particularmente envolvendo o setor cultural e a ala de engajamento político. Essa pesquisa revela também que houve tensões e discordâncias na fase de formação do movimento negro baiano, desmistificando seu caráter de unificado.

Por esses aspectos, entende-se que havia, dentro do Movimento Negro Unificado, seção Bahia, especificamente, em Salvador, na década de 1970, o embate de um setor, que tinha a concepção de que a luta devia ser travada no campo político partidário e ideológico, como estratégia prioritária de atuação na esfera política institucional.

Para os militantes políticos partidários do MNU, a ação do setor cultural, embora fosse política, na sua essência intrínseca, carecia de uma concepção ideológica de enfrentamento ao poder do Estado, como ocorreu na África do Sul, onde os negros agiam de forma diferente, dançando, cantando, tocando os seus tambores numa ação coletiva contra a política do *apartheid* social. Diferente da proposta ocorrida aqui no Brasil, como, por exemplo, em Salvador, onde, segundo esses ativistas, a cultura se transformava em lazer para o povo negro e, se, porventura, houvessem conflitos, eram brandos ou quase inexistentes. Os militantes oriundos da esquerda marxista acreditavam que a cultura possuía um valor maior, quando ela é um instrumento de transformação social, engajada na luta política ideológica, sabendo identificar perfeitamente o opressor, qual o seu lugar na luta, sem abrir concessões ainda que se tenha o diálogo com os setores de direita, mas não abrindo concessões ou se permitindo cooptar por eles.

Segundo o antropólogo Renato Ortiz,

[...] Os fenômenos culturais encerram sempre uma dimensão onde se desenvolvem relações de poder, porém seria impróprio considerá-los como expressão imediata de uma consciência política ou de um programa partidário. É importante ter em mente que as expressões culturais não se apresentam na sua concretude imediata como projeto político. Para que isto aconteça é necessário que grupos sociais mais amplos se apropriem delas para, reinterpretando-as, orientá-las politicamente [...]. (2006, p. 142)

As manifestações culturais proporcionavam momentos de autoestima ao povo negro, o que serviria de alicerce para o projeto de futuro, embasado no processo político partidário e ideológico, de cunho revolucionário, almejado pelo MNU, conforme a citação de Renato Ortiz.

De acordo com o ativista político Gilberto Leal, a sensibilização do povo negro pelo viés cultural é algo que tem o poder de penetração maior, facilitada, inclusive, por expressões como dança, música, que provocam maior interação junto a comunidade afrodescendente para discutir e debater a questão racial, conscientizando-a em prol da cidadania. Assim, o poder de inserção de um discurso político e ideológico produz efeitos reduzidos frente ao poder institucionalizado, pois este tende a reagir com violência e repressão ao embate direto corpo a corpo.

Com relação às religiões de matrizes africanas, os militantes partidários do MNU como Gilberto Leal, Raimundo Gonçalves dos Santos (Bujão), Luís Alberto, esclarecem, que em muitos momentos, essas entidades sofreram perseguições, e até tentativas de aculturação, refletida no chamado sincretismo. O sincretismo funcionava como uma estratégia de sobrevivência e manutenção dos terreiros, em negociação com a Igreja Católica. O processo de negociação de ocupação de espaços, por integrantes de religiões de matrizes africanas em áreas de celebração da Igreja Católica, fica explícito quando ocorre, por exemplo, a lavagem das escadarias da Igreja do Senhor do Bonfim, por mulheres trajadas de baianas, simbolizando filhas e mães de santo.<sup>114</sup>

Neste sentido, os militantes políticos partidários de esquerda expressam a concepção do cientista norte-americano, Michael George Hanchard, pois este afirma que “[...] as práticas culturais que visam à mobilização política, por si mesmas, não mobilizam as pessoas. Para ter coerência, elas têm que fazer parte de processos sociais integrados – ao mesmo tempo, ideológicos, culturais e materiais”. (2001, p. 163)

Por outro lado, havia uma visão culturalista que buscava valorizar mais a construção da autoestima, do orgulho negro, uma luta pautada na identidade negra.

---

<sup>114</sup> Entrevista com o militante Gilberto Leal, 7/12/2014

De acordo com Petrônio Domingues,

Essa tendência pode ser denominada de celebração da negritude, uma afirmação racial e essencialista, que se consolidou na década de 1970. Uma expressão emblemática dessa política é a postura dos grupos afros da Bahia, procurando celebrar a negritude não só pelo viés musical, mas, através do corpo, estilo, comportamento, dança, estética, enfim por símbolos artísticos e artefatos culturais.<sup>115</sup> (Informação Verbal)

Nessa visão, a superação do racismo na sociedade passa pelo reencontro do afro-brasileiro com a “Mãe África”.

Domingues (2014), de acordo com as considerações de Paul Gilroy, adverte sobre os riscos que representam as construções da negritude centrada em torno de algumas essências, supostamente, de algumas representações de “traços naturais”. As culturas negras, longe de serem “reservatórios” de atributos do passado africano, são projetos de inovação, adaptação e elaboração em cada contexto histórico.

Nesta vertente, Domingues (2014), em consonância com Sturt Hall, frisa que não existem formas puras de culturas negras, todas essas formas são sempre o produto de sincronização parcial, engajamentos sociais que atravessam as fronteiras culturais, e, com influência de mais de uma tradição cultural de negociações de entre posições dominantes e subalternas, estratégias subterrâneas de recodificação de transcodificação e significação crítica e do ato de significar a partir de materiais preexistentes.

Ainda seguindo o teor dessa discussão historiográfica, é necessário também citar Anthony Kwame Appiah, quando afirma que

[...]sonhar com um Estado africano único é esquecer as trajetórias complexamente diferentes das inúmeras línguas e culturas do continente. “Africano” certamente pode ser uma insígnia vital e capacitadora; mas, num mundo de sexos, etnicidades, classes e línguas, de idades, famílias, profissões, religiões e nações, mal chega a surpreender que haja ocasiões em que ela não é o rótulo de que precisamos. (APPIAH, 1997, p. 251)

Conforme o setor cultural, os ativistas políticos partidários de esquerda cometeram vários equívocos nessa época. Um deles diz respeito a questão religiosa, especificamente o candomblé, ao afirmar que a religião não tinha nada a ver com o movimento negro, não apresentava nenhuma resistência e poderia atrapalhar o processo de politização de seus componentes.

---

<sup>115</sup> Petrônio Domingues, palestra proferida no dia 21 de novembro de 2014 no VIII Fórum Pró Igualdade Racial e Inclusão Social realizada no Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, UFRB.



De acordo com a professora e atriz Arani Santana<sup>116</sup>, uma das fundadoras do MNU baiano, em entrevista reconhece a importância dos tambores no processo de fomentação das discussões acerca das questões raciais vigente na década de 1970:

[...] pra mim o tambor foi um movimento importante que aconteceu, até porque ele antecedeu o movimento político e se não fossem os tambores que aglomeravam as pessoas nos espaços, o discurso político não podia ser disseminado. Subir muitas vezes ao palco do Ilê Aiyê e dizia: gente cinco minutos de informação. Certo nosso povo não queria saber de informação, então, as pessoas paravam e agente dava informação, de denunciar as discriminações e falar um pouco da história dos nossos heróis negros, de dizer dos avanços dos outros países, dos outros estados em relação, de falar de AiméCésaire, de falar de Abdias, de falar de tudo isso, eram cinco minutos, às vezes, até dez, a turma começa a ficar inquieta e aí o tambor entrava.<sup>117</sup>  
(Informação Verbal)

Nesta perspectiva, que ambos os setores tinham formas diferentes de conduzir a luta contra o racismo na sociedade brasileira, sem que houvesse negação do setor cultural da integração com a política, pela percepção da falta de oportunidades na sociedade, usavam como alternativa a cultura de matrizes africanas para demonstrar a insatisfação, mediante denúncias, revelando para o mundo o racismo às avessas propagado no Brasil. Assim, utilizou-se a formação identitária para mostrar a sua visibilidade, através dos ritmos da música, que combinava com o samba, com os tambores religiosos do candomblé, como o cabelo black power<sup>118</sup>, as indumentárias. Vezes e vozes foram dadas a figura simbólica de Zumbi dos Palmares.

Se houve alguma política de compensação com os agentes do Estado foi em virtude da sobrevivência de uma memória histórica. Fica, portanto, implícito, o viés político implícito no Hino do MNU, composto por Nethio Benguela<sup>119</sup>, explicitado nos seguintes versos:

Ah! Que sabor deve ter  
Um pedaço, espaço no poder  
E se poder é bom

<sup>116</sup> 116Arani Santana, uma das fundadoras do MNU/Bahia, ex- militante, é atriz, Licenciada em Letras pela Universidade Federal da Bahia, UFBA, em 2003 estreou na gestão da Secretária Municipal de Reparação, em direção do Centro de Culturas Populares e Identitárias, CCPI, órgão da Secretária de Cultura do estado da Bahia 2010 assumiu a Secretária Estadual de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza e atualmente está na– Secult BA.

<sup>117</sup> Entrevista com a atriz e militante negra Arani Santana, 29/11/2014.

<sup>118</sup> Para a historiadora Ana Cristina Conceição Santos “A estética da mulher negra, em particular o cabelo crespo, pode atuar como fator característico da identidade individual e coletiva negra. Assumir os cabelos naturais é uma forma de contestar os padrões hegemônicos de beleza e, conseqüentemente, o racismo. (SANTOS, 2015:56-57).

<sup>119</sup> Nelson Olokofá Inocência, conhecido como Nethio Benguela, compôs a canção – Hino do Movimento Negro Unificado, MNU que demonstra a especificidade da luta do povo negro contra o preconceito, a discriminação racial e o racismo.

Negro também quer o poder  
Cantando em alto tom  
Negro também quer o poder<sup>120</sup>

Os versos citados explicitam a necessidade de um enfrentamento com as instâncias de poder administrativo do Estado, sem se a submeter a barganhas clientelistas, que, historicamente, resultaram em assistencialismo para os movimentos sociais no Brasil, sem o efetivo caráter de transformação.

---

<sup>120</sup> Hino do MNU, Nethio Benguela, 1992

### 3. MOVIMENTO NEGRO E OS PARTIDOS POLÍTICOS

Um som negro/Um Deus negro/Um Adão negro/  
Um negro no poder.  
(Adão Negro/ Adão negro).

#### 3.1 “ANOS DE CHUMBO”

O golpe militar no Brasil foi deflagrado em 31 de março de 1964, quando o presidente civil, João Goulart, foi deposto, sendo substituído pelo militar Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. Esse golpe de estado foi organizado pelas Forças Armadas Brasileiras, e apoiado pelos setores mais conservadores da sociedade e pelo governo norte-americano.

O novo regime implantado no Brasil tinha como um dos objetivos defender o país de uma ameaça comunista, acabar com a inflação e acabar com a corrupção. Alegava-se que, para conseguir realizar esses objetivos propostos, era necessário que o governo militar concentrasse todos os poderes em suas mãos. Para tanto, mesmo vigorando a Constituição de 1946, o governo podia modificá-la constantemente, de acordo com a sua necessidade, instaurando os Atos Institucionais.

O Ato Institucional número um – (AI- 1) estabelecia que o novo governo militar deveria ser eleito pelo Congresso, mas, doravante, o Congresso apenas referendava o novo governante, que já tinha sido previamente escolhido pela alta cúpula do comando militar. O AI-1 assegurava ao Presidente poderes excepcionais.

Em 1965, foi deflagrado o Ato Institucional número dois –(AI-2), que extinguiu os partidos políticos existentes na época, e criou o bipartidarismo: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido da situação, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição.

Em 1966, foi decretado o Ato Institucional número três –(AI-3). Por esse ato, as eleições para governadores deixavam de ser diretas. Desta forma, as eleições transformavam-se em eleições indiretas, eliminando completamente a mobilização das massas populares no cenário político nacional.

Em 1967, foi decretado o outro Ato Institucional, número quatro –(AI-4), que convocou o Congresso Nacional para referendar uma nova Constituição para o país, a Constituição de 1967. Essa Constituição enquadrou os três atos institucionais existentes o AI-1, AI-2, e o AI-3.

Em 1968, foi decretado o mais severo e restritivo Ato, até então promulgado pelo governo militar: o Ato Institucional número cinco –(AI-5), ampliando rigorosamente a censura.

Todos esses Atos Institucionais decretados davam ao governo militar plenos poderes como o de caçar mandatos de parlamentares, suspender direitos políticos de todos os cidadãos brasileiros considerados subversivos, fechar o Congresso, estabelecer estado de sítio, ampliar a censura aos meios de comunicação, incluindo rádio, jornais, emissoras de televisão, a imprensa, em geral, além de proibir a execução de muitas músicas.

Uma referência a esse episódio é a figura do cantor e compositor Caetano Veloso, que, na música “Terra” evidencia a época de repressão da ditadura militar, quando foi obrigado a exilar-se na Inglaterra.

Quando eu me encontrava preso, na cela de uma cadeia/ Foi quando eu vi pela primeira vez as tais fotografias/Em que apareces inteira, porém lá não estava nua/E sim coberta de nuvens/Terra, terra/Por mais distante o errante navegante/Quem jamais te esqueceria [...] (CAETANO VELOSO, 1978)

Para tanto, o governo militar se valia de órgãos repressores para conter e combater os grupos considerados indesejados pelo sistema: o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e o Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI)<sup>121</sup>.

Para a socióloga Lélia Gonzales,

O golpe militar de 1964 procurou estabelecer uma “nova ordem” na sociedade brasileira já que, de acordo com aqueles que o desencadearam, “o caos, a corrupção e o comunismo” ameaçavam o país. Tratou-se, então, do estabelecimento de mudanças na economia mediante a criação do que foi chamado de um novo modelo econômico em substituição ao anterior. Mas para que isso se desse, os militares determinaram que seria necessário impor a “pacificação” da sociedade civil. E a gente sabe o que significa esse termo, pacificação, sobretudo na história de povos como o nosso: o silenciamento, a ferro e fogo, dos setores populares e de sua representação política. Ou seja, quando se lê “pacificação”, entende-se repressão. (HASENBALG, GONZALES, 1982, p. 20)

### 3.2 DÉCADA DE 1970

<sup>121</sup> Sobre esse assunto ver mais nas obras: ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Bauru, SP: Edusc, 2005. Antigo Telecurso 2º Grau aula 40. Programa exibido pela Rede Globo de Televisão entre 1977-1985. BRASIL: nunca mais. Arquidiocese de São Paulo: prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns. – 38. Ed – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. VENTURA, Zuenir. 1968: o ano que não terminou 3. Ed. – São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2008.

Na década de 1970, o Brasil ainda vivia sob o comando da Ditadura Militar, que perdurou até 1985. Esse período foi caracterizado por um regime forte, centralizador e repressor, e qualquer ato identificado como subversivo era reprimido, e os seus atores eram sujeitos a prisões, torturas e até a morte.

Nessa fase de autoritarismo, houve uma tentativa de silenciar os movimentos sociais, incluindo o movimento negro. Houve um grande vazio, e o medo tornou-se a chave da questão. Vários intelectuais foram exilados, deixando, literalmente, o seu país. Muitas músicas foram proibidas, a censura passou a vigorar de maneira expressiva. A televisão só transmitia programas que não comprometessem o sistema implantado. Era comum encontrarmos, nos jornais da época, receitas de culinária, poemas clássicos, em substituição aos textos considerados perigosos ao regime vigente. Frases, do tipo “Brasil, Ame-o ou Deixo-o”, “Ninguém segura esse país”, “Brasil: conte comigo”, eram muito comuns. O projeto econômico, conduzido pelo Ministro da Fazenda, Delfim Neto denominado “Milagre Econômico” ou “Milagre Brasileiro”, resultou na abertura maciça da economia ao capital estrangeiro, acelerando a dívida externa e gerando uma crise inflacionária no país. Várias construções, denominadas de “obras faraônicas”, foram realizadas nessa época. Entre elas, a Rodovia Rio-Santos (1972), a Rodovia Transamazônica (1974), a Ponte Rio - Niterói (1975), e as hidrelétricas de Itaipu (1984) e Tucuruí (1984).

Esse projeto de crescimento econômico foi iniciado no governo de Costa e Silva, e teve prosseguimento durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici. O objetivo do milagre econômico brasileiro era retomar o processo de desenvolvimento através do crescimento industrial. Assim, o governo estimulou o poder de compra de produtos de bens duráveis. Essa facilidade provocou um grande endividamento na população brasileira, principalmente nas camadas sociais mais pobres, que, fascinadas pelo apelo ao consumo, compravam de maneira desenfreada.

De acordo com o historiador Alessandro Moura de Amorim, em sua dissertação de mestrado “*MNU representa Zumbi (1970-2005): cultura histórica, movimento negro e ensino de história*”,

A grande proeza econômica da ditadura militar foi o chamado “milagre econômico”. Caracterizado, de um lado, pela entrada agressiva do capital estrangeiro no país, ampliação de seu parque industrial, desnacionalização ou desaparecimento de pequenas empresas, e invasão das corporações multinacionais no campo, fazendo desaparecer a pequena propriedade rural com o amparo do governo militar. E por outro, via-se nitidamente a exclusão das massas, incluindo-se o afro-brasileiro, da partilha do “bolo” do milagre, com arrocho salarial, desemprego e o deslocamento do trabalhador rural para a periferia das grandes cidades. (2011, p. 82)

Devido ao abandono do governo no setor agrário, aconteceu nesse período um grande êxodo rural, mais precisamente, na região Nordeste, provocado pela fome. As multinacionais

começaram a invadir o setor industrial brasileiro, pois encontravam mão de obra abundante e barata e incentivo do governo, oferecendo vantagens aos investidores estrangeiros.

Para Lélia Gonzales, [...] Graças a esse êxodo rural, as cidades não cresceram, mas “incharam” com o aumento do número de favelas e o surgimento desse novo personagem, o “bóia-fria”, no cenário da história dos despossuídos deste país. (HASENBALG; GONZALES, 1982, p. 21).

Para além da expulsão do homem do campo, houve uma desenfreada entrada de defensivo agrícola, pesticida e agrotóxico, que, a despeito de aumentar a produtividade, resultaram em danos ambientais pela contaminação de rios e solos, atingindo, inclusive, os camponeses com doenças degenerativas.

Durante a década de 1970, o Brasil teve três presidentes militares: Emilio Garrastazu Médici (1969-1974); Ernesto Geisel (1974-1979); João Batista Figueiredo (1979-1985). O governo do presidente Médici foi a fase que apresentou a maior taxa de crescimento da economia brasileira, assim como foi uma das fases mais repressoras do regime militar. Vários líderes sindicais, professores, estudantes, funcionários públicos e liberais, escritores, religiosos, militantes negros, foram duramente perseguidos, torturados, e muitos, até hoje, se encontram desaparecidos.

Recentemente, foi descoberto o documento inédito sobre a repressão imposta aos militantes negros, durante o regime militar. O documento foi publicado de antemão pela jornalista Marsílea Gombata, na Revista Carta Capital, em 18/09/2015. O documento refere-se a palestras, reuniões e simpósios, organizados pelos militantes do movimento negro. O relatório dá ênfase às atividades desenvolvidas pelo movimento na cidade de Salvador (BA), entre os quais estão a IV Semana de Debate sobre a Problemática do Negro Brasileiro, realizado em abril de 1978, (entre os temas das palestras, destaca-se “a tão falada democracia racial não passa de um mito”, proferida pela socióloga mineira Lélia Gonzales).

Esse relatório foi elaborado através da infiltração de informantes vinculados ao DOPS, os chamados “araongas”, durante os eventos promovidos pelos militantes negros. Esse documento enfatiza também a Segunda Assembleia Nacional do Movimento Negro Unificado, realizado no dia 4 de novembro de 1978, em Salvador, o qual, resultou na deflagração do 20 de novembro<sup>122</sup> como o Dia da Consciência Negra, além de mencionar

---

<sup>122</sup> O 20 de Novembro, Dia da Consciência Negra foi idealizado em 1971 pelo Grupo Palmares do Rio Grande do Sul tendo como um dos líderes o militante negro Oliveira Silveira (1941-2009) e aprovado durante a II Assembleia Nacional do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), realizada no dia 4 de dezembro de 1978 em Salvador (BA). O entrevistado Gilberto Leal argumenta que para a realização da Assembleia houve muita perseguição da Polícia Federal. Na época estava em vigor o Ato Institucional nº 5, que

também o ciclo de palestras promovido pelo Núcleo Cultural Afro – Brasileiro, realizado em Salvador em 1978. O documento faz menção de várias entidades negras baianas, que se solidarizaram com o ato desencadeado nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, o qual originou o MUCDR – Movimento Negro Contra a Discriminação Racial. Dentre as entidades negras citadas, estão incluídas Ilê Aiyê, Malê, Zumbi e Cultural Afro – Brasileiro.

Essa repressão aos militantes negros durante a ditadura militar aparece na obra *Orfeu e o poder*, de Michael George Hanchard, no qual o autor assim coloca:

[...] Entretanto, um alto funcionário do Serviço Nacional de Informações, o engenhoso braço estatal do serviço secreto, confirmou, numa entrevista pessoal, que vários ativistas negros foram vigiados de perto durante a década de 1970, em função da crença do estado de que eles eram parafusos na engrenagem sempre ativa da conspiração comunista. (2001, p. 139)

De acordo com o historiador Amilcar Araujo Pereira (2013); as ações do movimento negro continuavam sendo acompanhada de perto pelos militares durante o governo do Presidente Ernesto Geisel. Essa informação está contida no CPDOC/FGV na “Apreciação Sumária” nº 25 de 3 a 9 de julho de 1978.

O ex-militante do MNU/BA, Carlos Eduardo Ribeiro de Jesus Guimarães Rollemberg, cujo nome iniciático no Candomblé Ilê Axé Opô Afonja, Edu Omo Oguiã, argumenta, durante a entrevista, sobre as perseguições que sofrera durante a ditadura militar, por ocasião de sua militância no movimento negro,

[...] essa altura do campeonato o AI-5 ainda estava vigente e ainda tinha o policiamento grande, basta dizer que eu era militar, eu fui expulso, os documentos estão aí. Hoje inclusive eu tenho um processo no Ministério da Justiça, deve ser anistiado que eu fui expulso da Marinha de Guerra Brasileira em função da minha militância no movimento negro [...]

[...] sem medo de errar minha expulsão da Marinha ainda foi muito mais radical na minha capacidade de entender, o que eu estava fazendo. Talvez até do que Abdias e Lélia tentaram me dizer. Abdias e Lélia tentaram mi dizer, eu entendia até um certo ponto e que entendi muito mais quando um dia eu cheguei do quartel o cara: estar preso, assina aqui, que não tem o lugar mais pra você aqui dentro, entendeu? Eu era tão inocente que eu ia fardado para os encontros, eu ia fardado em pleno AI-5, 1977, 1978, 1979. [...]

[...] Então o fato de ser excluído que me deu mais consciência [...] <sup>123</sup> (Informação Verbal)

---

qualificava o evento como subversivo dentro da linha de pensamento político. Ver em anexo o texto referente ao 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra deflagrado na II Assembleia Nacional do MNUCDR realizado no dia 4 de novembro de 1978 em Salvador.

<sup>123</sup> Entrevista, 12/7/2014

Entretanto, durante o período da ditadura, não só tiveram militantes negros presos, como negros que, apesar de alguns deles não defenderem especificamente a luta em defesa da população negra, estavam envolvidos com a defesa da democracia, do socialismo, de uma sociedade mais justa e igualitária. Muitos desses negros desapareceram durante o regime militar instaurado no país. Só recentemente é que organizações afro-brasileiras começaram a fazer esse levantamento. O ativista<sup>124</sup> negro Gilberto Leal se referindo aos assassinatos e as torturas desencadeadas nesse período, informa em seu depoimento:

Imaginávamos que apenas brancos tinham sofrido torturas e assassinatos né. Então, dentre os desaparecidos muitos negros. Posso citar um deles que foi assassinado em praça pública, Santos Dias de São Paulo né, negro militante contra a ditadura militar que foi assassinado [...] <sup>125</sup> (Informação Verbal)

Gilberto Leal vislumbra uma situação de perseguição que pode ter sofrido os militantes negros durante a vigência do regime militar. Em seu discurso, o ativista chega a afirmar que Carlos Marighella, vítima da repressão, era um militante negro. Aspecto esse que divergem dos documentos oficiais, iconografia e mídia impressa.

Até o início da década de 1970, os partidos de esquerda, entendidos como partidos comunistas viam o problema racial como tema secundário no processo de luta dos explorados, dos oprimidos e dos trabalhadores contra o sistema hegemônico. A consequência disso é que esses partidos negligenciavam, o tempo todo, a luta do povo negro.

De acordo com o historiador Petrônio Domingues,

Para a esquerda marxista tradicional, lutar contra o racismo significava transformar radicalmente a estrutura de classe da sociedade. O racismo é concebido como reflexo dos conflitos de classe, uma arma ideológica propagada pela classe dominante visando à divisão da classe dominada para legitimar a exploração e garantir a opressão. (Informação verbal)<sup>126</sup>

Compartilhando com a concepção de Petrônio Domingues, o cientista político norte-americano, Hanchard, assim coloca: [...] Até o fim da década de 1970, a versão bastante ossificada do

<sup>124</sup> Michael George Hanchard define ativista como [...] aqueles que dedicam pelo menos dez horas semanais, sistematicamente, ao movimento negro. Suas atividades incluem a liderança/participação em organizações comunitárias, instituições de pesquisa dedicadas a questões afro-brasileiras, partidos políticos, sindicatos e centros educacionais. Embora seu grau de responsabilidade como líderes seja variável, o critério de inclusão foi seu engajamento em questões de impacto desproporcionalmente grande para os afro-brasileiros (violência relacionada com a raça, discriminação no emprego, educação comunitária, menores abandonados). (HANCHARD, 2001, p. 41)

<sup>125</sup> Entrevista realizada em 17/10/2015

<sup>126</sup> Palestra proferida no VII Fórum Pró Igualdade Racial e Inclusão Social – UFRB 21/11/2014



marxismo-leninismo brasileiro sustentou, sistematicamente, que “o problema social” é da classe e do trabalho, e não da raça ou do sexo [...] (HANCHARD, 2001, p. 125)

No período pós-abolição, por mais incrível e paradoxal que pareça, diversos militantes negros interagiram pelas circunstâncias do momento às agremiações políticas da situação, no jogo das relações de poder. Como exemplo, temos setores da Frente Negra Brasileira e da União dos Homens de Cor (UHC) que participaram de vários pleitos eleitorais na década de 1940 e 1950, ligados a grupos políticos dominantes. O próprio militante Abdias do Nascimento que nessa época era ligado à situação, justifica a sua relação por encontrar mais espaços, mais oportunidade.

O militante Ivair Augusto Alves dos Santos diz, em relação à esquerda do Brasil com a questão racial:

Para a esquerda, o “problema do negro”, sua marginalização, sua miséria, seu analfabetismo, sua cidadania despojada, eram apenas parte ou consequência de um problema maior, vale dizer, o imperialismo, o subdesenvolvimento ou o capitalismo. A esquerda era incapaz de discutir politicamente a dimensão étnica da sociedade brasileira, ou mesmo do proletariado. O negro não se podia ver, não era identificado etnicamente, só era percebido na sua comunidade e como classe trabalhadora. (2001, p. 33)

Na segunda metade do século XX, os grupos de “esquerda” intensificam suas relações com os movimentos negros, a partir de 1978, com o surgimento do Movimento Negro Unificado. O MNU vai ser criado por um grupo ligado à esquerda marxista, leninista, trotskista. Entre seus fundadores, temos Hamilton Bernardes Cardoso<sup>127</sup> e Lélia Gonzales, que militavam na corrente trotskista, e, por sinal, esses grupos foram precursores do Partido dos Trabalhadores (PT), na década de 1980. A partir desse momento, a esquerda percebe que existem problemas específicos do negro no Brasil, que existe uma demanda específica, e que há um movimento com potencial político e mobilizador. (DOMINGUES, 2008).

A descoberta dessa especificidade significa que grupos políticos de esquerda abriram espaços para a discussão da temática racial. O Partido dos Trabalhadores (PT), que é considerado um partido de centro – esquerda, e que tem a maior projeção desse processo de democratização do país, construiu um projeto onde militantes do Movimento Negro ocuparam espaço na organização do estado brasileiro, assim surgiram diversas secretarias e ministérios

---

<sup>127</sup> Hamilton Bernardes Cardoso (1953-1999) militante e jornalista da Convergência Socialista, uma das correntes políticas que fundou o Partido dos Trabalhadores (PT). Hamilton B. Cardoso era um grande mediador político que transitava em diferentes espaços de engajamento como por fazer conexões entre redes de ativismo.

com a Secretaria de Políticas Públicas e Inclusão Racial (SEPPIR), sistemas de cotas e Pontos de Cultura negra.

Para o historiador Petrônio Domingues,

Em troca de cargos no governo algumas lideranças do movimento negro são copitados politicamente e torna-se legitimadora do status quo. Assim, essa é uma questão espinhosa, pois ao se atrelar ao aparelho do Estado o movimento pode acabar perdendo a sua autonomia e contribuindo no limite para o amortecimento das tensões que existe entre frações da população negra e os governos em suas diversas esferas. (Informação verbal)<sup>128</sup>

Com relação ao movimento sindical, na década de 1970, muitos operários negros não ficaram imunes frente às perseguições feitas pelo regime militar. Muitos sindicalistas foram presos, reprimidos, e conseqüentemente, demitidos do seu setor de trabalho. Época de muitos comícios no ABC paulista, reivindicando liberdade de expressão, melhoria salarial e condições de trabalho.

De acordo com a Psicóloga Irene Sales de Souza, em sua dissertação de mestrado intitulado “*O Resgate da Identidade na Travessia do Movimento Negro: arte, cultura e política*”.

O momento político era propício, os operários metalúrgicos do ABC paulista avançavam organizando as greves e enfrentando a rigorosa Lei de Greve, os estudantes das universidades, principalmente os da USP, realizavam manifestações públicas que desafiavam a repressão policial [...]. (1991, p. 91)

No seu depoimento, o sindicalista Demosthenes Soares Oliveira, conhecido como “Seu Demó” natural da cidade de São Félix (BA), conta como eram desencadeadas as perseguições aos trabalhadores pelo governo durante a ditadura militar.

Há em 70 [...] tava trabalhando na Fábrica de Livro de Fumo CCC em Candeias. Ali, eu, o amigo, eu tava já desempregado, enfrentando uma série de problemas, perseguições políticas. O amigo mim arranjou para eu ir trabalhar numa Construtora da CETAL. Então, o amigo conseguiu para mim, eu fui trabalhar lá. Naquela época, já tava fora de Mataripe, já tava desempregado e com alguma dificuldade de sobreviver. O amigo mim arranjou. Fui lá pra fazer andaime pra CETAL. Primeiro dia, eu já via com tanta dificuldade para sobreviver. O amigo botou na CETAL, botou o cartão para eu marcar o ponto. Eu botei o cartão lá, oito horas do dia, quando voltei uma hora, o cartão não ta mais no ponto. Tinha aquele indivíduo que só faz perseguição ao trabalhador. Tiraram o meu cartão do ponto e levou para o diretor da Fábrica, naquela época chamava doutor Magalhães, que era realmente o dono da unidade. Então, o cara chamava De Bambão, foi delegado de polícia em Candeias. Chegou lá, doutor Magalhães: aqui tem o agitador comunista que não pode trabalhar aqui dentro [...] esse cara trabalhou lá, fiscal na área, criador de problema, ele jogava o diretor de uma empresa contra o diretor de setor de comunicação [...] Aí quando eu ia explicar as coisas ele tomava a frente e nunca deixava explicar a doutor Magalhães.

<sup>128</sup> Palestra proferida no VII Fórum Pró Igualdade Racial e Inclusão Social – UFRB/BA 21/11/2014.

[...] Eu fugir para Cachoeira [...] vi pra aqui naquela época escondido aqui, e a noite voltava pra Candeias. Eu morava em Mataripe, quando voltava de Mataripe eu ficava dentro do mato escondido [...] E assim foi vivendo [...].<sup>129</sup> (Informação Verbal)

Demosthenes Soares Oliveira era na época carpinteiro na refinaria de Mataripe (BA), e foi eleito Vereador na cidade de Candeias (Ba). Militante do PC do B, adepto da religião exotérica, nasceu em 21 de novembro de 1923, filho do anarquista Alvino Emilio de Oliveira, natural de São Félix (BA), e bisneto de Libanea de Carvalho, uma escrava que carregava saco de sal nos navios, e que foi comprada por um padre para tomar conta da Fazenda Nossa Senhora do Rosário, em Cachoeira (BA). No seu depoimento, Demosthenes afirma que, na década de 1970 ou nas décadas anteriores, não havia preconceito, racismo e nem discriminação racial com os trabalhadores negros.

[...] na minha época, não tinha preconceito contra o homem negro não. O trabalhador negro, ele tinha o seu valor, tinha liderança, fazia o máximo possível, mesmo porque tinha o cidadão chamado Osvaldo Marques, era uma liderança pesada. [...] Osvaldo Marques era o negão forte, não tinha preconceito não. Foi diretor nosso. Osvaldo Marques era o tesoureiro nosso, era suplente de tesoureiro, tudo isso aí. Sincero, honesto, tinha pulso, dizia quero isso e era isso mesmo, não tinha nada disso, preconceito não tinha não.<sup>130</sup> (Informação verbal)

Isso denota, nas palavras do depoente, que, para os sindicalistas, o problema não era racial, mas de classe, utilizando o comunismo como a base de sua fundamentação teórica. Desta forma, pode-se destacar também, nas palavras de seu “Demó”, a prevalência da ideologia da democracia racial como elemento fundamental para evitar discussões e conflitos de cunho étnico racial, além de se constituir um projeto da nação brasileira, sustentado pela miscigenação, e pelo “convívio harmônico” entre brancos, negros e índios.

Apesar da impossibilidade de participar da vida política de seu país, vários grupos de oposição passaram a se organizar de forma clandestina, através da luta armada. Assim, muitos opositores do regime passaram a organizar ações, que iam desde seqüestros até participação em guerrilhas, planejamento de assaltos a bancos e pilhagens de armas. Essas estratégias serviam como mecanismos desestabilizadores ao sistema operante.

Em Salvador (BA), os militantes do movimento negro se reuniam em espaços de organizações que tinham certas afinidades ideológicas, como, por exemplo, o Instituto dos

<sup>129</sup> Entrevista realizada em 24/1/2016

<sup>130</sup> Entrevista realizada em 24/1/2016

Arquitetos do Brasil<sup>131</sup>. Mesmo assim, sempre que os militantes saíam das reuniões, eram costumeiramente vigiados e seguidos pelos agentes da Polícia. Esse foi um momento muito tenso para quem militou entre todo o período da década 1970 e início da década de 1980. Foram muitas perseguições, monitoramento, fotografias feitas até mesmo, por negros e negras que os agentes da Polícia utilizavam para se infiltrar em eventos organizados pelas entidades afro. Esse monitoramento é referido concomitantemente no depoimento de Gilberto Leal: “[...] quando a gente começou a fazer as primeiras caminhadas é [...] da consciência negra, nós não conseguimos passar da Piedade porque muita violência, os cães da Polícia tava sempre colocado para evitar a nossa continuidade nas massas e tal [...]”<sup>132</sup> (Informação Verbal).

Geralmente, essas reuniões eram clandestinas, podendo ocorrer em vários bairros da cidade, sem uma prévia convocação. Às vezes, nem acontecia, em virtude da perseguição imposta aos militantes. Era discutida, nas reuniões, a situação subumana do negro e a necessidade de uma organização política forte, com o suporte para fazer o enfrentamento direto ao Estado. Outra pauta das reuniões era como os negros poderiam se inserir na sociedade e no processo político de retomada da construção da democracia.

O fato do aprisionamento envolvendo os militantes negros da cidade de Salvador (BA) ocorreu mediante uma ação contra a política brasileira de apoio ao governo racista da África do Sul. Contrapondo a uma agência de viagem, que queria implantar um pacote de turismo para esse país, esses ativistas negros, dentre eles João Jorge Santos Rodrigues<sup>133</sup> e Gilberto Leal, foram até a empresa para, simbolicamente, demonstrar seu repúdio, sendo reprimidos pela Polícia Federal. Gilberto Leal conta, em seu depoimento, esse episódio:

[...] e nesse momento nós fomos presos e tal e colocaram o grupo dentro do ônibus e nos levaram a Polícia Federal. Bom, ter ido lá, realmente passamos por um constrangimento por uma série de questionamentos, mas, não durou mais do que vinte quatro horas essa prisão. Então, nós não passamos por tortura física, passamos apenas por torturas psicológicas [...].<sup>134</sup> (Informação Verbal)

---

<sup>131</sup> O Instituto dos Arquitetos da Bahia foi o terceiro Sindicato de Arquiteto a instalar-se no Brasil. A sua primeira diretoria foi constituída em 17 de maio de 1973, tendo como Presidente Pasqualino Magnavita.

<sup>132</sup> Entrevista, 17/10/2015

<sup>133</sup> João Jorge Santos Rodrigues militante negro e um dos fundadores do MNUCDR/BA. Atualmente é Presidente do Grupo Cultural Olodum fundado em 1979, com sede própria na Rua Gregório de Matos, 22 – Pelourinho/Salvador – Bahia – Brasil.

<sup>134</sup> Entrevista 17/10/2015

Esse fato demonstra que a ideologia da democracia racial era preponderante no Brasil, e que fazia parte do projeto político da nação. Mostrada para o mundo como um exemplo de convivência pacífica e cordial, camuflando a existência do racismo.

Com relação à harmonia racial, o historiador Jacques d'Adesky assim coloca:

Nesse contexto, o racismo torna-se uma tema de discussão pouco desenvolvido. E quando abordado em conversas é geralmente, estigmatizado por um conjunto de representações, ideias formadas pela convicção da unidade fundamental do povo brasileiro e da história incruenta do Brasil. (D'ADESKY, 2009, p. 174-175)

Por conseguinte, no contexto internacional na década de 1970, o mundo assistia a inúmeras transformações, tanto politicamente quanto culturalmente. Época da Guerra Fria, conflito ideológico entre as duas superpotências mundiais, Estados Unidos, capitalista e a União Soviética, socialista, iniciado após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), e que perdurou até 1991, com o fim da União Soviética. Um exemplo das repercussões desse conflito, envolvendo as duas potências mundiais, foi a Guerra da Coreia (1950-1953), a Revolução Cubana (1959), a Guerra do Vietnã (1955-1975) e a Guerra do Afeganistão (1979-1989). Verificou-se, nessa fase, a descolonização dos países asiáticos e africanos. Na cultura, o destaque é para os movimentos norte-americanos Black Soul<sup>135</sup>, Black is Beautiful, Black Power, influenciando o surgimento de vários bailes-soul no Rio de Janeiro e em São Paulo<sup>136</sup>.

Segundo o historiador Alessandro Moura de Amorim,

[...] Essas referências, de acordo com a forma e a intensidade de atuação dos movimentos sociais negros, passam, cada vez mais, a fazer parte de uma gramática identitária negra, onde possíveis diferenças fenotípicas, psíquicas e comportamentais, caracterizadoras dessa nova negritude emergente dos anos 70, são valorizadas. (2011, p. 95)

Entretanto, o movimento negro brasileiro passa a se utilizar de elementos culturais como instrumento político de protesto contra o preconceito e a discriminação racial, como esclarece Hanchard: “[...] usar a prática e a produção cultural como princípios organizadores

<sup>135</sup> De acordo com Michael George Hanchard “na época em que recebeu cobertura da mídia, no fim da década de 1970, o Black Soul foi criticado pelo governo militar – que procurou invocar a ideologia cada vez mais falida da democracia racial – e pelas elites civis que se opunham à ditadura mas que, apesar disso, acreditavam que os expoentes do Black Soul estavam fomentando o ódio e o conflito raciais. Os dois setores viam o Black Soul como um fenômeno que precisava ser controlado.

Por ser independente das definições da elite branca sobre a “brasilidade” nacional e a prática cultural afro-brasileira, e também por resistir à apropriação pelas elites brancas, o Black Soul foi objeto de críticas e, por fim, de repressão [...] (HANCHARD, 2001, p. 137)

<sup>136</sup> Ver mais sobre o assunto em: HOBBSAWN, E. J. Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

contra a opressão racial e como instrumento para a construção e exercício de identidades próprias [...]” (1996, p. 55).

Se o país vivenciava o período de repressão política, era necessário o meio que viabilizasse o protesto, as reivindicações do homem e da mulher negra, e, evidentemente o caminho possível encontrado fora a cultura, através da dança, da música <sup>137</sup>, das indumentárias, e de outros tipos de artifícios criados e recriados na diáspora. Segundo o historiador Petrônio Domingues,

[...] essa tendência pode ser denominado de celebração da negritude, uma afirmação racial e essencialista, que se consolidou na última década. Uma expressão emblemática dessa política é a postura dos grupos afros da Bahia, procurando celebrar a negritude não só pelo viés musical, mas, através do corpo, estilo, comportamento, dança estética, enfim, por símbolos artísticos e artefatos culturais. Nessa visão a superação do racismo na sociedade passa pelo reencontro do afro-brasileiro com sua identidade étnica. (Informação verbal)<sup>138</sup>

Na Bahia, desenvolveu-se uma corrente culturalista<sup>139</sup>, que apoiava mais uma proposta de ação, com base na formação de uma entidade comunitária coletiva, na difusão da cultura de matrizes africanas, e também na construção de fontes de renda para tirar os negros da pobreza, do subemprego, através da atividade cultural. Estava muito ligada ao turismo, colocando a música afro como símbolo do povo. Como exemplo de grupo dessa corrente, se tem o Ilê Aiyê (1974) e o Grupo Cultural Olodum (1979). No eixo Rio e São Paulo, desenvolveram também entidades afro carnavalescas, culminando com o surgimento das escolas de samba, que ganharam notabilidade ao longo dos anos.

De acordo com a socióloga Kelly da Silva Moraes, em sua dissertação de mestrado intitulada “*Política Cultural: Uma análise sobre a cultura política do movimento negro em Porto Alegre*”, “As práticas e manifestações culturais foram, para as populações negras, o espaço onde puderam articular sua cultura e sua história [...]” (2012, p.22).

---

<sup>137</sup> De acordo com a historiadora Gabriela Cordeiro Buscácio “A música se torna, portanto, um instrumento de uma cultura política negra e suas relações sociais, fundamentais na compreensão do mundo do Atlântico Negro. A especificidade da música negra no contexto da diáspora é que ela conseguiu desde a escravidão representar um universo de auto-afirmação étnica e de autenticidade racial que serviu como aglutinadora através da vinculação dos negros numa terra estranha, quanto para a manutenção da própria existência (BUSCÁCIO 2005, p. 38).

<sup>138</sup> Palestra proferida no VII Fórum Pró Igualdade Racial e Inclusão Social 21/11/2014

<sup>139</sup> O ativista norte-americano Michael George Hanchard conceitua culturalismo como a “[...] equação entre práticas culturais e os componentes materiais, expressivos e artefatuais da produção cultural, e como o desprezo dos aspectos normativos e políticos do processo cultural [...] Nas práticas culturalistas, os símbolos e artefatos afro-brasileiros e afro-diaspóricos são reificados e transformados em mercadoria; a cultura se transforma em coisa, não em processo profundamente político”. (HANCHARD, 2001, p. 37-38).

Assim, ao mesmo tempo em que a cultura serviu como instrumento de visibilidade do negro brasileiro, também contribuiu para formar uma consciência cidadã e racial junto ao Estado.

Para o cientista político norte-americano Michael George Hanchard, as entidades negras estabeleciam uma “troca” no processo de configuração e reafirmação de sua existência, de modo que as partes

[...] tiveram que revestir suas linguagens e práticas em formas indiretas, ambíguas e fragmentadas, sob o véu da prática cultural e, mesmo assim, em consonância com as definições do Estado e da elite sobre o que constitui as culturas afro-brasileira e brasileira. (2001, p. 125)

A citação acima, de Hanchard, corrobora com as palavras do entrevistado Antônio Carlos dos Santos – Vovô do Ilê Aiyê, quando o mesmo se refere à relação do Bloco com o Estado:

A relação da medida do possível gostaria que estivesse à contribuição que a gente dar. A beleza do carnaval que ajuda a trazer turistas, a vender as coisas, a encher os hotéis, vender mais cervejas. O trabalho social que nós fazemos aqui aplica uma política compensatória, a gente atua onde eles não atuam. Então se tivesse tudo certo, não precisava ter escolas e o bocado de coisas aqui [...] tem duas escolas aqui, cursos profissionalizantes [...].<sup>140</sup> (Informação Verbal)

Esse mecanismo de utilizar a cultura como estratégia ou meio para se obter ganhos políticos, realizado por alguns ativistas negros na década de 1970, não era visto como ideal por outros militantes negros, que utilizaram o discurso político ideológico de esquerda para o enfrentamento direto ao poder institucional.

De acordo com o ex-militante do MNU/Bahia Gilberto Leal,

[...] cultura vale mais, quando ela é um instrumento de transformação social, quando ela está engajada na luta política ideológica de saber identificar perfeitamente que é seus inimigos e qual é o seu lugar na luta, qual é o seu lado na luta, sem abrir concessões, ou se permitir a cooptar por eles [...].<sup>141</sup> (Informação Verbal)

Nessa visão do ativista Gilberto Leal, a luta devia ser travada no campo político como estratégia prioritária para a sua atuação na esfera política institucional, o que passava por eleições, apoiar candidato para todas as esferas, e estar militando em partidos políticos. Assim, o militante acredita que é na via política que se dá o enfrentamento para se chegar ao poder e se realizar as mudanças.

<sup>140</sup> Entrevista realizada em 25/6/2014

<sup>141</sup> Entrevista realizada em 7/12/2014

Todavia, deve-se salientar que o movimento negro contemporâneo não surge das massas populares, mas da classe média da população negra. Segundo Michael George Hanchard, essas origens “[...] se tornariam um dos problemas recorrentes intrínsecos ao desenvolvimento político afro-brasileiro durante toda a década de 1970. (2001, p 122).

De fato, na década de 1970, ocorreu uma proliferação de várias instituições de ensino superior no Brasil, associada às desigualdades raciais, incrementada pelo ‘milagre econômico brasileiro’. Isso ocasionou a formação de uma classe média negra intelectualizada, chamada, pelo historiador Clovis Moura, de “universo letrado”, e os negros desprovidos de condições essenciais a sua sobrevivência, de “universo plebeu”.<sup>142</sup>

Esse “universo letrado” conseguiu absorver as várias movimentações ocorridas nos Estados Unidos, como a luta pelos direitos civis e a luta do povo africano pela sua independência, destacando os países de língua portuguesa, como Moçambique, Guiné-Bissau, Angola e Cabo Verde, além de incorporar, nos seus estudos, bibliografias de escritores negros africanos e norte-americanos.

Nessa definição, o “universo letrado” assumiu uma posição mais racional com relação ao poder institucional vigente na década de 1970, adotando o discurso de esquerda, e não aceitando qualquer tipo de conciliação com o Estado. Nesse sentido, Gilberto Leal afirma que

[...] Então, os militantes negros e negras mais ideologizados de esquerda tinham essa determinação, estavam dispostos a pagar esse preço, preço de serem excluídos, preço de ser violentado, preço de ser inclusive até morto, preço, etc... Então o militante da época negro mais vinculados a esquerda, principalmente suas principais lideranças tinham essa determinação e tendo essa determinação, diferenciava-se no seu comportamento e na sua vivência com os instrumentos da direita bastante conflituoso [...].<sup>143</sup> (Informação Verbal)

Isso conota, nas palavras do militante Gilberto Leal, que o discurso mais político e ideológico de esquerda adotado, por alguns militantes desse período, foi mais visado pelo regime militar em vigor. Essa afirmação, segundo o militante, pode ser confirmada durante a II Assembléia do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), realizado em Salvador, em 4 de novembro de 1978.

[...] as perseguições foram muitas, inclusive para realizar essa II Assembléia do MNUCDR aqui em Salvador é nós tivemos dificuldades né, que estavam sempre monitorado pelos arapongas da Polícia Federal né e alguns lugares que nós solicitamos inclusive para realizar essa Assembléia Nacional, essa II Assembléia

<sup>142</sup> Ver mais em: BARROS, Cesar Mangolin. O movimento negro ao longo do século XX: notas históricas e alguns desafios. Artigo CMB – Julho/2004. São Paulo. MOURA, Clóvis. Dialética Radical do Brasil Negro. São Paulo: Anita, 1994.

<sup>143</sup> Entrevista realizada em 7/12/2014



Nacional é recusou-se a nos ceder o espaço é pela pressões que a Polícia Militar e a Polícia Federal impôs a esses espaços dizendo que não deveria dar porque eram o bando de subversivos e etc. e tal que estava a desestabilizar o país. Então nós fomos realmente perseguidos. [...].<sup>144</sup> (Informação verbal)

Esses ativistas negros intelectualizados é que vão se lançar aos pleitos na década de 1970, se aliando aos partidos<sup>145</sup> de oposição ao regime militar, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), e, na década posterior, em 1980, se incorporam ao PC do B, PSB, PCB, PDT, PMDB e, particularmente, o PT de onde saíram as principais lideranças do movimento negro contemporâneo.

Para a historiadora Karin Sant'Anna Kössling,

[...] a participação efetiva em partidos políticos relacionava-se com a necessidade dos ativistas negros em participar das decisões do sistema político ao mesmo tempo que se buscava sensibilizar a sociedade brasileira para a situação social e desigual dos afrodescendentes. (2008, p. 38)

A relação dos militantes negros, na sua maioria, era maior com os partidos de esquerdaque, na época, não eram muitos. Existia o bipartidarismo: de um lado, a Aliança Renovadora Brasileira (ARENA), que era o partido do governo, e, de outro lado, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que era o partido de oposição à ditadura militar, além dos partidos que se encontravam na clandestinidade, os partidos comunistas – PC do B e PCB, além de outras organizações. Segundo o ativista Gilberto Leal,

[...] os partidos socialistas, os partidos comunistas eram os partidos que nós tínhamos mais afinidades, que na época não eram partidos, eram movimentos praticamente. Então, são esses os partidos os quais o MNUCDR se relacionou, com os quais tinham afinidades políticas e ideológicas e atuavam também juntos.<sup>146</sup> (Informação Verbal)

O ativista Gilberto Leal, ainda em seu depoimento, se refere ao Movimento Democrático Brasileiro o (MDB), que passou a se chamar de Partido Democrático Brasileiro (PMDB).

De acordo com Ivair Augusto Alves dos Santos,

Ao examinar os programas, o conteúdo que faz menção explícita às discriminações e aos preconceitos, notou que tanto Arena como MDB muito pouco ou quase nada declararam a esse respeito, porque eram partidos criados de cima para baixo, sem nenhuma participação da população. As diferenças encontradas de maneira sutil não

<sup>144</sup> Entrevista realizada em 17/10/2015

<sup>145</sup> Ver em anexo o Quadro – Programas Partidários e a Questão Racial de 1945 a 1985 elaborado pelo sociólogo e militante Ivair Augusto Alves dos Santos.

<sup>146</sup> Entrevista realizada em 17/10/2015

atendiam aos anseios da militância negra. A Arena, sob o manto da Integração Nacional, proclamava que os brasileiros eram desprovidos de preconceitos de quaisquer espécies, continuando a perpétua imagem da sociedade brasileira como uma democracia racial, por força da miscigenação. Ignorava a existência de quaisquer preconceitos e tinha como política oficial a promoção da harmonia social, sem o devido reconhecimento das tensões raciais envolvidas nos atos discriminatórios e representações etnocêntricas.

No MDB, a questão racial aparece diluída, tanto no diagnóstico da realidade brasileira quanto no capítulo dedicado à questão internacional. No entanto, o MDB, com sua identificação como partido de oposição e partido do povo, contava com a participação da maioria da população negra. (2001, p. 67)

Por outro lado, o “universo plebeu” se encontrava, em sua maioria, em organizações culturais existentes na época, como nas escolas de samba, no bloco afro, nos afoxés. Geralmente, esses grupos eram custeados pelos órgãos do Estado, que ajudavam financeiramente a sua saída no Carnaval, bem como a implementação de alguns projetos que essas entidades negras pleiteavam. O maior exemplo dessa relação entre cultura e Estado se encontra em Salvador (BA), como aponta a atriz e ex-militante do MNU/BA, Arani Santana, a qual esclarece a importância do apoio do governo do Estado a essas entidades:

[...] garantindo a sua saída no carnaval para não perecerem, não morrerem, porque eles não têm apoio, não tem outro tipo de apoio, porque eles são pobres, os blocos afro, afoxés oriundos do terreiro de candomblé, de periferia para enfrentar uma avenida com que recursos? Existe o recurso que foi fruto da luta dos blocos afro da Bahia [...].<sup>147</sup> (Informação Verbal)

O mal estar do ativista Gilberto Leal reside no fato de ver frustradas as suas pretensões a Deputado Federal, quando candidato na década de 1980. Acreditando que, a partir de um discurso de identidade racial, conseguiria angariar votos que o elegessem a uma cadeira na Câmara. No entanto, os integrantes, ou associados dos blocos afro, são oriundos da periferia, e expostos a diversas carências sociais, e, muitas vezes, obtêm favores em troca de votos. O que justifica a recorrente eleição de elementos brancos pautados no poder aquisitivo.

O militante baiano Gilberto Leal define a postura desse grupo como pertencente a um processo alienatório,

[...] os candidatos negros com essa população negra ainda não consegue se eleger ou não consegue disputar cargos majoritário, eu refuto isso a o processo de alienatório que se dá em toda a sociedade. A alienação ela não é uma chuva seletiva, ela é uma chuva que molha todos nós. Então, consequentemente o processo de alienação e de falta de identidade com a sua origem, ela ocorre fortemente na população negra. Então, o que ocorre é quando você se propõe a ser candidato, com uma pauta, com digamos o conjunto de reivindicações referenciado nas necessidades da população negra, esse conjunto que é a maioria né, que sofreu o processo alienante que é histórico e que vem do processo do período da escravidão, esse conjunto não consegue entender a importância de aportar o voto racial, ele prefere aportar o voto de algum compromisso é com o candidato que lhe proporcionou alguma vantagem na sua vida ou para seu conjunto familiar ou para seus amigos ou particular ou até

<sup>147</sup> Entrevista realizada 29/11/2014

alguns se permitem a ser cooptado é deixando que o candidato compre o seu voto por balela. [...].<sup>148</sup> (Informação Verbal)

Por essa ótica do ativista Gilberto Leal<sup>149</sup>, a máxima de dizer que negro não vota em negro tem que ser fundamentada por uma alienação histórica, que não se expressa somente na questão do voto, mas se expressa, inclusive, na própria falta de auto-estima, na própria falta de referenciais negros dos afro-brasileiros. Essa falta de referências, segundo o ativista, é fruto do processo alienante e de branqueamento da população negra, produzido por uma elite considerada branca. Assim, os negros buscam, nos referenciais brancos, a sua ascensão social. Essa análise é verificada nas urnas, onde se encontra um pequeno número de representantes negros. Embora existam parlamentares negros no poder, muitos dos votos não foram vinculados a questão racial, mas a oportunidades políticas, e/ou quaisquer outros benefícios.

Para Hanchard, “[...] A falta de uma consciência racial coletiva entre os afro-brasileiros tem implicações políticas, uma vez que os candidatos políticos negros com plataformas “negras” não contam com um eleitorado forte que os apóie nas cabines de votação.” (2001, p. 35)

Por essa ótica, Hanchard atribui ao número reduzido de parlamentares negros a falta de uma consciência racial por parte dos afro-brasileiros, constituindo-se, dessa forma, mais um obstáculo.

Por outro lado, o historiador Petrônio Domingues chama atenção para o perigo dessa visão racialista, colocando como um dos dilemas do movimento negro contemporâneo no Brasil: “A visão racialista restringe o problema da população negra à linha de cor, não reconhecendo as divisões de classe, gênero, orientação sexual no interior dessa população”. (2008, p. 115).

Além dessa visão racialista, o historiador Petrônio Domingues pontua outros dilemas presentes dentro do movimento negro contemporâneo, que contribuem ainda mais para as divergências teóricas, ideológicas e políticas.

---

<sup>148</sup> Entrevista realizada em 17/10/2015

<sup>149</sup> A aparição diversa de Gilberto Leal nesse capítulo corresponde à importância desse ativista na construção do MNUCDR em Salvador (BA). Gilberto Leal emitiu uma visão político-ideológico para o movimento, acompanhou todas as etapas do seu surgimento em Salvador/BA, além de participar do pleito para Deputado Federal na década de 1980. Atualmente, o seu nome é citado como uma das maiores representatividades do movimento negro no Brasil, sendo Diretor da Comissão Executiva da CONEE/BA (Coordenação Nacional das Entidades Negras). Isso não quer dizer que a sua opinião seja a única, ao contrário, o capítulo apresenta opiniões de outros militantes que foram importantes também na construção do MNUCDR/BA.

O primeiro diz respeito às práticas culturalistas, que, segundo o historiador, [...] transformou as práticas culturais não em meios, mas em fins em si mesmo, na principal estratégia na luta anti-racista [...] (DOMINGUES, 2008, p.102).

Outro dilema colocado pelo historiador corresponde à falta de habilidade do movimento negro em assumir a luta coletiva. Segundo Petrônio Domingues,

[...] Apesar de o negro geralmente saber – parcial ou plenamente – da existência da discriminação racial (que muitas vezes vem à tona, por exemplo, no momento de ele procurar emprego ou ser abordado na rua pelos policiais militares), sua postura não passa de constatação empírica; assim, não se reverte em engajamento político nas fileiras das entidades afro-brasileiros. Isto contribui para que o movimento negro contemporâneo seja esvaziado e reúna somente um setor vanguardista. (2008, p. 116)

O aspecto crucial desse dilema é a existência da ideologia da democracia racial, como esclarece o historiador [...] O resquício do mito da democracia racial permanece incrustado no imaginário social, propalando o eficaz discurso de que o problema no Brasil não é racial, mas simplesmente social (DOMINGUES, 2008, p. 116).

Outro dilema apontado pelo historiador Petrônio Domingues é quanto a concepção de luta. Para o historiador, [...] A maior parte do setor racalista desse movimento entende que os afro-brasileiros são os únicos que devem participar das lutas anti-racistas. (DOMINGUES, 2008, p. 116).

Outro impasse colocado por Petrônio Domingues refere-se a questão das lideranças intelectualizadas do movimento negro contemporâneo. Para o historiador,

[...] Várias lideranças formam uma pequena-burguesia intelectualizada – muitas das quais com curso superior – e, ainda assim, não conseguem formular um discurso que sensibilize a massa dos negros pobres e não escolarizados. Para os afro-brasileiros desempregados e aqueles que vivem em estado de penúria, a discriminação racial é a menor das preocupações cotidianas. (2008, p. 117)

Finalizando sua contextualização sobre os dilemas e desafios do movimento negro contemporâneo, o historiador Petrônio Domingues, assim coloca:

O último dilema que se aponta é a dificuldade de o movimento negro se constituir como força política eleitoral. [...] O desafio colocado, portanto, é quebrar as barreiras que impedem a identificação dos eleitores negros com os candidatos do movimento que, em tese, são seus legítimos representantes. (2008, p. 117)

Assim, mesmo sob a repressão da ditadura militar e prevalecendo a ideologia da democracia racial como projeto étnico da nação brasileira, a partir de 1978, com a “abertura

política”, “lenta” e “gradual”, várias entidades negras começam a se rearticular em âmbito nacional, formando uma frente mais acirrada de luta contra o racismo. Desta forma, o marco desse processo foi o surgimento, em 18 de junho de 1978, em São Paulo, do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR), com sede à Rua Almirante Marques Leão, Bela Vista (SP), que, posteriormente, em dezembro de 1979, durante o primeiro Congresso Nacional realizado no Rio de Janeiro, entre os dias 14, 15 e 16, simplificou o nome para Movimento Negro Unificado (MNU).

De acordo com a historiadora Maria Ercilia do Nascimento, em sua dissertação de mestrado, intitulada “ *A Estratégia da Desigualdade – Movimento Negro dos Anos 70*”,

[...] as instituições formadas após a consolidação da ditadura militar a repressão é uma constante. O receio de prisões, processos e enquadramentos na Lei de Segurança Nacional leva os movimentos, empenhados na defesa dos direitos humanos ou na reordenação do sindicalismo, a buscarem novas estratégias de ação. Passeatas, atos públicos, greves, protestos tornaram-se mais escassos e a reconquista do espaço público, como um espaço de significação política, será um processo desencadeado pela iniciativa popular. O Movimento Negro sente-se igualmente responsável pela reordenamento democrático, ao mesmo tempo que a definição dos parâmetros da luta racial passam por sua especificidade étnica e pelo avanço político vivido pela sociedade civil. (1989, p. 88)

O MNU se apresenta como uma organização de nível nacional, política, autônoma, de caráter associativo ou filiativo, que tem como um dos objetivos a luta de combate ao racismo, a construção de uma democracia inclusiva e a quebra da ideologia da democracia racial. Durante sua criação, foram aprovados o Estatuto e a Carta de Princípios. O seu Programa de Ação é de 1982, e traz as seguintes reivindicações:

Por um movimento negro independente.  
 Pelo fim da violência policial e contra a “indústria” da criminalidade.  
 Pelo fim da discriminação racial no trabalho.  
 Por uma educação voltada para os interesses do povo negro e de todos os oprimidos.  
 Pelo fim da manipulação política da cultura negra.  
 Contra a exploração sexual, social e econômica da mulher negra.  
 Pelo fim da violência racial nos meios de comunicação.  
 Pela solidariedade internacional à luta de todos os oprimidos.<sup>150</sup>

Para o historiador Amilcar Araujo Pereira,

[...] a criação do MNU também acabou significando contribuição fundamental no que diz respeito à própria formulação teórica, à visão de luta realizada a partir de então pelos ativistas negros brasileiros, que, segundo as principais lideranças do MNU, deveria associar os temas raça e classe. [...]. (2013, p. 251)

<sup>150</sup> Programa de Ação e Estatuto – MNU- MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO, 1992, p. 4

De fato, o MNU foi o marco na organização do movimento negro nas décadas de 1970 e 1980, a lutar de frente contra o racismo nesse país. Também possibilitou o surgimento de várias outras entidades negras em diferentes regiões do Brasil, como, por exemplo, o Grupo Cultural Olodum (1979) e Malê Debalê (1980), ambos na cidade de Salvador (BA).

Somente com o surgimento do MNU é que se pensou o negro no poder, como coloca sinteticamente o historiador Petrônio Domingues: [...] “Pela primeira vez na história, o movimento negro apregoava como uma de suas palavras de ordem a consigna “negro no poder”! (DOMINGUES, 2007, p. 115).

Mais efetivamente, a partir do MNU, passa-se a criar uma agenda coletiva de inserção do negro no poder de Estado, com o intuito de promover a integração do negro na sociedade, para transformar a ordem vigente.

O Movimento Negro Contemporâneo teve vários obstáculos, principalmente com relação à concepção política ideológica de alguns dos seus militantes, que, evidentemente, ocasionaram divergências internas, possibilitando o rompimento de alguns segmentos de luta dentro da organização. Segundo a historiadora Karin Sant’Anna Kössling, essas divergências dentro do movimento [...] produziam dificuldades no relacionamento com os partidos políticos, levando à busca de uma postura “neutra”, que parece não ter sido alcançada [...] (KÖSSLING, 2008, p. 11).

Deve-se perceber que o processo de luta em combate ao racismo na sociedade brasileira não é única e nem isolada em um país que teve o espaço curto de liberdade de expressão. Muitos ativistas negros, em épocas diferentes, se organizaram clandestinamente, seja com o intuito de promover a sua integração na sociedade, seja para lutar contra o preconceito, a discriminação, ou para desmascarar mundialmente a ideologia da democracia racial e/ou apregoar a chegada ao poder institucionalizado, como aponta Paulo Bonfim: “[...] pra nós que temos consciência sabemos que hoje temos as forças. Está faltando à gente conseguir o poder. Mas a força nós temos. E a gente sabe que quando unidos, ninguém nos vence [...]”<sup>151</sup>.

Coube, portanto, ao Movimento Negro Contemporâneo, organizar atos públicos, manifestações com panfletos, cartazes, contendo dizeres contra o racismo, a discriminação, o preconceito em todos os segmentos da sociedade brasileira. Evidentemente, essas ações desencadeadas era o “desagravo” para a ordem social estabelecida. Assim, as ações do movimento passaram a ser consideradas como “desordem”, “comunistas” “um mal”,

---

<sup>151</sup> JORNAL NÊGO, 1988, p. 7

constituindo-se, dessa forma, uma ameaça, um empecilho a “integração nacional”, indo contra o projeto político-ideológico da nação, sustentado pela ideologia da democracia racial.

Entretanto, o Estado usava-se de mecanismo de repressão e censura para conter as manifestações contrárias ao racismo estrutural. O próprio livro didático continha elementos de acomodação de uma suposta harmonia entre as raças e do suposto caráter de passividade do elemento negro na sociedade.

Nota-se que o MNU já surge como uma organização política que reivindica, questiona, protesta, e que buscou, através de suas mobilizações antirracistas, viabilizar projetos que trouxessem melhorias para o povo negro, em uma época de grande repressão política. Na Carta de Princípios, um dos documentos que compõem as estratégias da entidade evidencia essa agenda,

RESOLVEMOS juntar nossas forças e lutar por:

- defesa do povo negro em todos os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais através da conquista de:
- maiores oportunidades de emprego
- melhor assistência à saúde, à educação e a habitação
- reavaliação do papel do negro na história do Brasil
- valorização da cultura negra e combate sistemático à sua comercialização, folclorização e distorção
- extinção de todas as formas de perseguição, exploração, repressão e violência a que somos submetidos
- liberdade de organização e de expressão do povo negro.<sup>152</sup>

Desta forma, o MNU significou, dentro da ditadura militar, uma arma de contestação e de não aceitação do que estava estabelecido no programa de governo do regime. Assim, o movimento negro passou a lutar pelos direitos civis do povo afro brasileiro, agindo através de uma ação conjunta entre os seus militantes, no aspecto de denúncia ao racismo em todas as esferas da sociedade, perpassando pela saúde, educação, moradia, oportunidade de acesso ao trabalho, enfim, denunciando todos os fatores de exclusão e alienação projetados pela elite branca brasileira no pós-abolição. Ainda na Carta de Princípios, lê-se:

E CONSIDERANDO ENFIM QUE:

- nossa luta de libertação deve ser somente dirigida por nós
- queremos uma nova sociedade onde todos realmente participem
- como não estamos isolados do restante da sociedade brasileira.<sup>153</sup>

<sup>152</sup> Programa de Ação, Estatuto do MNU – MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO, 1992, p. 41)

<sup>153</sup> Programa de Ação, Estatuto do MNU – MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO, 1992, p. 41

A Psicóloga Irene Sales de Souza aponta para as estratégias e táticas do MNU na condução da luta contra o racismo, durante o período da ditadura militar:

Em 1978, enfrentando a Ditadura Militar, o Movimento Negro Unificado passou a dar uma nova dinâmica à luta contra o racismo no Brasil, saindo às ruas e se organizando em grupos disseminados pelos diferentes bairros dos grandes centros urbanos e das cidades do interior dos Estados. (1991, p. 91)

O Movimento Negro Contemporâneo colocou em xeque a ideologia da democracia racial. Entretanto, ao denunciar o racismo na sociedade brasileira e se aproximar dos partidos de esquerda, o movimento negro passa a ser visto como uma ameaça ao Estado ditatorial. Como esclarece a historiadora Karin Sant'Anna Kössling,

[...] Os governos militares, ao buscarem a homogeneidade social, desconsideravam a possibilidade da afirmação de uma identidade afro-brasileira. Como o “protesto negro” trazia à tona a desigualdade racial, pondo em xeque a massificação presente nos projetos políticos dos órgãos governamentais, ele motivou a vigilância constante e uma repressão velada. (2011, p. 303)

Em contrapartida, ao apresentar divergências internas no que concerne à concepção político-ideológica, e não apresentar uma estratégia homogênea entre os seus militantes, o movimento negro passa a ser qualificado pelos investigadores do Deops como não relacionado diretamente com a luta armada.

As reuniões eram polêmicas e conflituosas, constituídas por diversas opiniões, como aponta a historiadora Karin Sant'Anna Kössling “[...] Segundo o relatório policial, alguns ativistas do MNU, apesar de participarem desse movimento, mantinham uma militância independente pra discordar das posturas de alguns membros.” (KÖSSLING, 2008, p. 49).

Esse fato, segundo a historiadora, permitiu ao movimento [...] a possibilidade de se manterem na legalidade. (KÖSSLING, 2011, p. 303).

Isso demonstra que a questão racial esteve sempre em evidência na sociedade brasileira durante o processo do regime militar, apesar de ser ignorada pela elite considerada branca do país. Identificá-la é fundamental para compreensão de como se processaram as relações de poder e dominação no Brasil.

A elite governante brasileira procurou, de todas as formas possíveis, esconder os conflitos étnicos existentes, elaborando um projeto que ficou denominado de democracia racial como forma de atribuir ao povo negro a sua incapacidade de ascensão social, em virtude da falta de interesse de cada um. Nessa ótica, as oportunidades eram inerentes a cada



brasileiro, bastava se esforçar que obtinha o seu sucesso profissional em todos os setores da sociedade.

Durante o regime militar, a ideologia da democracia racial foi soberana e qualquer discussão que fosse contrária a essa ideologia era vista como “subversivo”, “perniciosas” e os seus propagadores considerados comunistas ou desestabilizadores do sistema vigente. Desta forma, o regime valeu-se de órgãos repressores para intimidar os militantes negros, que usaram de estratégias para denunciar e contraditar essa ideologia. Essas estratégias poderiam ser feitas através da dança, dos tambores, das indumentárias, da música, ou, de forma mais direta, por meio de um discurso político de esquerda,

Assim, os negros passaram a se engajar em partidos políticos, como forma de sistematizar seus anseios, suas reivindicações, lamentos, para construir uma agenda positiva na luta pela cidadania. Isso fica esclarecido nas palavras de João Jorge Santos Rodrigues, referente trajetória do Bloco Afro Olodum:

Nós tivemos a trajetória muito bom com o partidão [...] Tivemos a aproximação muito grande com o PC do B [...] Nossa trajetória foi toda ligada ao sindicalismo, porque eu era do Sindiquímica [...]. Então, o Olodum emergiu como o bloco afro do movimento negro ligado a esquerda, continuamos ligado a esse campo, pensemos como nesse campo, não temos como nos afastar disso, já que ser de esquerda no Brasil é ser progressista, é ser adeptos de novas políticas públicas, é ser adepto de igualdade, ser adepto de transformações.  
[...] a gente tem uma clareza de quem é favorável a política para a população negra e quem não é. Então, isso pra gente ta bem resolvido, entendeu? Seguimos o nosso caminho [...] (Informação verbal)<sup>154</sup>.

E o grito negro, aos poucos, foi sendo escutado, mesmo sob uma forte resistência do Estado brasileiro em reconhecer a dívida que doravante tem com os afrodescendentes. Dívida histórica, pautada em centenas de anos de escravidão, cujo legado causou diferenças sociais e econômicas das mais nocivas dentro da sociedade brasileira. Aspectos verificados nas condições de habitação, vulnerabilidade de infraestrutura de esgotamento sanitário, saúde e de educação deficitária.

---

<sup>154</sup> Entrevista com João Jorge Santos Rodrigues em 19/4/2016.

#### 4 CONCLUSÃO

Eles queriam um mundo só de azul/Eles queriam, e como eles queriam/Eles queriam que fossemos apenas objeto sexual/Objeto Profissional/ Eles queriam, e como eles queriam [...] (Edson Gomes, Sangue Azul)

Assim, o movimento negro no pós-abolição utilizou de táticas e estratégias como forma de combater o racismo, o preconceito e a discriminação racial vigente e permanente na sociedade brasileira. Várias foram às ações desencadeadas pelos militantes, ações estas que se configuraram em conquistas ainda modestas comparadas com a dimensão da dívida que o Estado tem com o povo afrodescendente. Uma dessas conquistas tem sido desmontar o discurso da suposta democracia racial criada pela elite branca brasileira. Essa ideologia constituiu-se em o mecanismo norteador das relações étnico-raciais, mostrando ao mundo uma relação de aparente harmonia existente entre brancos e negros.

A ausência de conflitos étnico-raciais no Brasil propagado pela ideologia da democracia racial significou a camuflagem do racismo no país, tendo como resultado a dificuldade de articulação na luta contra a exclusão social e econômica, vivenciadas por homens e mulheres negras na sociedade brasileira.

O grupo de militantes adeptos da ação política, da chamada esquerda, acreditava que, por meio de discursos ideológicos, pensavam em conquistar o poder institucional, o qual seria a forma mais viável de luta contra o racismo estrutural. Assim, promoveram palestras, seminários, panfletagens, congressos e assembleias. O exemplo da II Assembléia Nacional do MNUCDR, realizada em 04 de novembro de 1978, na cidade de Salvador (BA), durante o então regime militar.

Para militantes como Gilberto Leal, Raimundo Gonçalves dos Santos (Bujão), Edu Omo Oguian, o movimento negro não poderia se cooptar ou assumir qualquer política de conciliação com o Estado.

Posicionamento contrário ao do Presidente do Grupo Cultural Olodum, João Jorge Santos Rodrigues, que, por motivos óbvios, ao se referir ao movimento negro baiano na década de 1970, levanta a bandeira do engajamento militante a partir das manifestações culturais dos blocos, afro e afoxé, afirmando que

[...] A militância do movimento negro nos anos 70, tinha uma ideia de quem fazia cultura era alienado, era conservador, era ultrapassado, e que a política nova do MNU era mais eficaz, promover a população negra. Nós discordávamos, nós dizíamos que a política interessante, deveria ser aquela política de Amílcar Cabral, a arma da cultura na Guiné-Bissau, as ideias de Samora Machel em Moçambique e as ideias do poeta e escritor Agostinho Neto em Angola. Então, nós estávamos mais africanizados [...]

Propúnhamos, naquela época, que a gente se aliasse definitivamente aos afoxés, aos blocos afro e ao terreiro de candomblé. O outro grupo dentro do MNU alegava que seria prudente e melhor se aliar aos partidos políticos, a universidade, a academia e manter os blocos afro e afoxés como fator de alienação. Seria aquilo que na visão dessas pessoas o sistema permitia que funcionasse e nós argumentávamos que o Ilê Aiyê, o MalêDebalê, o Badauê, os Filhos de Gandhi, os terreiros de candomblé eram núcleos de resistência permanente, era anterior inclusive ao MNU. E o setor do MNU chorava, dizia não. Não houve nada antes, tudo que tá tendo é a partir de 78 do MNU.

Então, naquele período, havia muito aquela dicotomia entre os culturalistas, por um lado, e os adeptos da política pura e simples, por outro, sem nenhum vínculo com a cultura negra, sem nenhum vínculo com a cultura africana.<sup>155</sup> (Informação Verbal)

A música, o ritmo, a batida percussiva tem sido usado como símbolo de luta contra o preconceito, como elemento de protesto, de reivindicações e de visibilidade. Um dos exemplos foi no carnaval de 1975, o qual o Ilê Aiyê entoou a música *Que Bloco É Esse?* Do compositor Paulinho Camafeu, “Que bloco é esse? Eu quero saber/É o mundo negro que viemos mostrar (pra você)/ Que bloco é esse? Eu quero saber/É o mundo negro que viemos mostrar pra você (pra você)” (Paulinho Camafeu, 1975).

Para o professor, poeta e militante Jonatas Conceição da Silva, o surgimento do Ilê Aiyê se trata de um marco político indo de encontro à ideologia da democracia racial em plena ditadura militar. Para Jonatas Conceição

O Ilê Aiyê surgiria como expressão dos anseios de grupos de negros em busca de autoafirmação cultural entende-se: os negros têm uma história baseada em sua herança africana e querem fazer com que esta história seja resgatada, expandida e assumida, ao menos na Bahia, o estado de maior contingente negro do país. Este fato, por si só, é essencialmente político, e por que não dizer, revolucionário. Na medida em que o ano em que se desenvolvem estes fatos era 1974, o ano 10º da Ditadura Militar, e também porque esta proclamação de autoafirmação cultural negra se dava no paraíso da “democracia racial” brasileira dos setores e intelectuais atrasados, beneficiários e coniventes com o racismo do país [...] (1988, p. 3)

---

<sup>155</sup> Entrevista, 19/04/2016

Quando Jonatas Conceição cita a expressão “herança africana” para respaldar as ações das entidades culturais criadas na Bahia, no contexto da Ditadura Militar, evoca o sentimento de Mãe África, como elemento de identificação ancestral. Isso encontra legitimidade como bandeira de luta pela autoestima, pelo orgulho de ser negro, numa sociedade marcada pelo preconceito racial. No entanto, muitos estudiosos analisam que a apropriação de suposta cultura ancestral, acaba cristalizando o ideal de sociedade.

A cultura, no entanto, sofre a influência da sociedade, as transformações e o dinamismo, que precisa ser compreendida no tempo e lugar específico. Portanto, ao propalar a busca por uma reafricanização cai justamente nesse dilema ingênuo, criado a partir de uma visão mítica e utópica de sociedade ancestral.

Em entrevistas realizadas com militantes que promoviam eventos artísticos na cidade de Salvador, como o ator e antropólogo, Antonio Jorge Victor dos Santos Godi, que foi presidente do Grupo Teatral Palmares Inãrom (1976), além da atriz e apresentadora da Noite da Beleza Negra do Ilê Aiyê, deusa do ébano, Arani Santana, defendem que as manifestações culturais não são desprovidas de teor político. Mas que, ao contrário, tinham o grande poder de mobilização, de informação, sensibilização e que seria um dos mecanismos mais rápido para a formação de uma consciência racial. Isso fica evidente, segundo os depoentes, nos ensaios dos blocos afro, os quais reúnem o contingente considerável de pessoas, como refere à atriz no seu depoimento, “[...] foi através dos tambores que o movimento negro encontrou público, encontrou um terreno propício para fazer seu trabalho político de conscientização.”<sup>156</sup>

Muitos militantes negros da linha cultural perceberam que essa dicotomia era propagada mais pelo setor político e essa divergência enfraquecia a luta dos afrodescendentes por mais conquistas. Era necessária a união entre os setores, pois a luta do povo negro é universal. Se existiram algumas concessões, segundo os militantes João Jorge Santos Rodrigues, Arani Santana, Antonio Jorge Victor dos Santos Godi, Antonio Carlos dos Santos, Vovô, entre o setor cultural e o Estado foram por motivo de sobrevivência, contudo, não perderam a sua autonomia e nem a sua bandeira de luta contra o racismo e por melhores condições de vida para o povo negro no Brasil. Como exemplo, o Olodum, uma organização negra moderna, com seus 37 anos de vida, ajudou a trazer a história da Revolta dos Búzios para a cena nacional, grupo que levou a expressão da cultura negra, segundo o seu presidente, para 37 países do mundo. Tem o trabalho educacional importante com a Escola do Olodum, a primeira escola de o bloco afro no país. Criou o bando de Teatro Olodum, que deu ao país

---

<sup>156</sup> Entrevista com Arani Santana, 29/11/2014

destaque para atores negros (as). Fez uma parceria com a Anistia Internacional para combater a violência e a pena de morte no Brasil. É o grupo que deu cores e formas para o movimento negro, no Brasil e no mundo, ao mesmo tempo, em que luta, com dificuldades, dentro da Bahia, e do Brasil, utilizando da criatividade para continuar existindo.

O Grupo Cultural Olodum criou uma loja típica de produto do bloco, criou o bando de teatro, criou, recentemente, O Centro Digital de Documentação e Memória, tem uma relação intrínseca com países africanos, como Angola, Nigéria e mais recentemente, com a Etiópia, Gana e a África do Sul, além de receber, em sua sede, instalado no Pelourinho, Centro Histórico da cidade de Salvador, a visita de várias personalidades, como o governo da China e dos Estados Unidos, como o Presidente Barack Obama.

Assim, o movimento negro brasileiro, em sua trajetória no pós-abolição, foi descobrindo formas de enfrentar o racismo, pelas interações sociais, no cotidiano do trabalho e lazer, na religiosidade, símbolos e signos, ora com elementos do sincretismo, ora como membros de religiões de matriz africana. Paralelamente, foram desenvolvidas práticas de expressão corporal, como a capoeira, a dança e o ritmo percussivo dos tambores. Com relação à estética negra, o destaque é para as indumentárias e adereços dos penteados e trançados dos cabelos de homens e mulheres negras. Criou, assim, o cenário de engajamento e identificação que contribuíram para a formação de um discurso de luta racial pautada na ação política do Movimento Negro.

Enfim, apesar de existirem antagonismos e até cisões dentro do movimento negro no pós-abolição, perpassando pela Frente Negra Brasileira (FNB), na década de 1930, o Teatro Experimental do Negro (TEN), a União dos Homens de Cor (UHC), na década de 1940, o Movimento Negro Contemporâneo, com destaque ao Movimento Negro Unificado (MNU), na década de 1970, além de outras organizações negras surgidas nas respectivas décadas, essas entidades se utilizaram da panfletagem para denunciar o racismo na sociedade brasileira. Buscando a integração do negro na sociedade, através da educação como um dos pilares de inclusão social, ou por meio da cultura, incluindo o teatro, a dança, a música. Todas essas estratégias foram positivas, e, conseqüentemente, serviram de alicerce para as atuais e as futuras conquistas do povo negro.

Vale pontuar, descritivamente, algumas conquistas provenientes dessas ações desencadeadas pelos militantes negros: Decreto nº 4.887/03 que delimita os territórios aos remanescentes de quilombos; a Lei 10.639/03, que incluiu a História da África na grade curricular do ensino fundamental e médio. A partir de 1995, teve início a revisão nos conteúdos dos livros didáticos, que ainda manifestavam algum tipo de preconceito racial,

excluindo-os da coleção. As cotas para o ingresso no ensino superior, como também em concursos públicos, através da Lei 12.990/14, foram outro ganho significativo, embora a elite considerada branca se pronunciasse contra.

As políticas públicas introduz na sociedade, a necessidade de democratização e distribuição igualitária dos recursos materiais, mediante a promoção do ingresso na universidade, potencializando, por conseguinte, acesso ao mercado formal de trabalho, através de salário digno. Por isso, as políticas de ações afirmativas foram negligenciadas, historicamente pelo Estado, a serviço da elite branca brasileira, culminando no elevado índice de violência social a que o povo negro foi submetido.

O sistema brasileiro é ideologicamente excludente, arcaico e centralizador. Sobreviveu a todas as mudanças ocorridas no mundo após Segunda Guerra Mundial. A África do Sul acabou com a política da *apartheid*, a Austrália reconheceu oficialmente a discriminação praticada contra os aborígenes, os Estados Unidos avançaram nas suas políticas públicas, elegendo inclusive um presidente negro, o mundo assistiu as independências políticas dos países africanos e o Brasil ainda continua sob a égide da ideologia da democracia racial.

Os setores políticos do movimento negro também alcançaram diversas conquistas, ocupando postos de estado e implementando cotas na área educacional, assim como implementando secretarias de Estado a níveis municipais, estaduais e federal.

Torna-se, dessa maneira, necessário discutir o Brasil agora. Não se pode apenas falar da questão racial isoladamente. Ao fazer o processo de inclusão, deve-se ter em mente que o preconceito social veio à tona. Ficando explícitas as manifestações de preconceito contra os homossexuais, contra a mulher, contra os nordestinos. Esses preconceitos estavam todos escondidos, velados, como assinala o Presidente do Grupo Cultural Olodum João Jorge Santos Rodrigues,

[...] O racismo é mais forte do que a gente ver. O racismo é mais permanente do que a gente sente e ele tem ondas. Tem horas que ele está mais ativo, pichações, observações, assassinatos e tem hora que ele se recolhe, quase parece que ele desapareceu.<sup>157</sup>

Portanto, o movimento negro precisa se juntar a esses grupos marginalizados pela sociedade brasileira no processo de cooperação e ajuda mútua, congregando objetivos e a luta pela igualdade.

---

<sup>157</sup> Entrevista, com João Jorge Santos Rodrigues 19/04/2016.

## REFERÊNCIAS

### ENTREVISTAS:

ADÃO. José, **Entrevista**, em 16/08/2014.

ALBERTO. Luís, **Entrevista**, em 26/08/2014.

LEAL. Gilberto, **Entrevista**, em 17/10/2015.

\_\_\_\_\_ **Entrevista**, em 07/12/2014.

GODI. Antonio Jorge Victor dos Santos, **Entrevista**, em 07/10/2014.

MUNANGA. Kabengele, **Entrevista**, em 03/12/2014.

OLIVEIRA. Demosthenes Soares, **Entrevista**, em 24/01/2016.

OLIVEIRA. Ivonei Pires de. **Entrevista**, em 2014.

ROBERTO. Paulo, **Entrevista**, em 26/06/2014.

RODRIGUES. João Jorge Santos, **Entrevista**, em 19/04/2016.

ROLLEMBERG. Carlos Eduardo Ribeiro de Jesus Guimarães, **Entrevista**, em 12/07/2014.

SANTANA. Arani, **Entrevista**, em 29/11/2014.

SANTOS. Antônio Carlos dos. **Entrevista**, em 25/06/2014.

SANTOS. Maria Estella de Azevedo, **Entrevista**, em 2016

SANTOS. Raimundo Gonçalves dos, **Entrevista**, em 25/06/2014.

SILVA. Ana Célia, **Entrevista**, em 26/07/2014

### LIVRO:

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araujo. **Movimento negro e “democracia racial” no Brasil: entrevistas com lideranças do movimento negro**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005. 15 f. Disponível em: < cpdoc.fgv.br/produção\_intelectual/arq/1504.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2015.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de.; FILHO, Walter Fraga. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador, Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasil: Fundação Cultural Palmares, 2006.

APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa do meu pai: a África na filosofia da cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

AZEVEDO, Thales de. **As elites de cor numa cidade brasileira: um estudo de ascensão social e classes sociais e grupos de prestígio**. 2ª Ed – Salvador EDUFBA:EGBA, 1996.

BRAGA, Julio. **Sociedade Protetora dos Desvalidos: uma irmandade de cor**. Salvador. Ianamá, 1987, p. 25-32.

BRASIL: nunca mais. **Arquidiocese de São Paulo: prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns**. – 38. Ed – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

CADERNO DE EDUCAÇÃO DO ILÊ AIYÊ. Salvador, 2006.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CONCEIÇÃO, Fernando. **Negritude favelada (teoria e militância) A questão do negro e o Poder na “democracia racial brasileira”**. Edição do autor. Salvador, 1988.

D’ADESKY, Jacques. **Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismo e anti-racismos no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

DA MATTA, Roberto. **O que é o Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 2004.

FIGUEIREDO, Angela. **Classe Média Negra – trajetórias e perfis**. EDUFBA, edição 1ª, Salvador, 2012.

FREYRE, Gilberto. **Casa – grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 49 ed. São Paulo: Global, 2004.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, São Paulo: Ed.34, 2001.

GOMES, Flávio dos Santos; REIS, João José. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GUERREIRO, Goli. **A trama dos tambores. A música afro-pop de Salvador**. 1ª edição, Salvador: Editora 34, 2010.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. 2.ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

HANCHARD, Michael George. **Orfeu e o poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945 – 1988)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

HASENBALG, Carlos; GONZALES, Lélia. **Lugar de negro**. Editora Marco Zero Ltda. Rio de Janeiro, 1982.



HOBBSAWN, E.J. **Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991**. 2. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

KÖSSLING, Karin Sant'Anna. **Vigilância e repressão aos movimentos negros (1964-1983)**. In: DOMINGUES, Petrônio; GOMES, Flávio (orgs). *Experiências sociais no pós-abolição (1890-1980)*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

MONASTA, Attilio. **Antonio Gramsci**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

MOORE, Carlos **Pichón: minha vida e a Revolução Cubana**. Belo Horizonte: Nandyala, 2015.

MOURA, Clovis. **Brasil: raízes do protesto negro** – São Paulo: Global: Ed., 1983.

\_\_\_\_\_ **Dialética Radical do Brasil Negro**. São Paulo: Anita, 1994

MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO – MNU. **O Triunfo de Prata: algumas reflexões para dar combustível à luta**. Salvador – Bahia, 2005.

MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO 1978-1988: **10 anos de luta contra o racismo**. São Paulo: Confraria do Livro, 1988.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte. Autêntica, 2004.

NEVES, Maria de Fátima dos. **Documentos sobre a escravidão no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1996.

OGUIAM, Edu Omo. **Utopia**. Salvador, 1984.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PEREIRA, Amilcar Araujo. **O mundo negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, FAPERJ, 2013.

PINHO, Osmundo Santos de Araújo. **Mundo Negro: Hermenêutica Crítica da Reafricanização em Salvador**. Curitiba: Editora Progressiva, 2010.

PIRES, Antonio Liberac Cardoso Simões. **As Associações dos Homens de Cor e a Imprensa Negra Paulista. Movimentos Negros, Cultura e Política no Brasil Republicano (1915 a 1945)**. Editora Gráfica Daliana Ltda, Belo Horizonte, 2006.

\_\_\_\_\_ **A capoeira na Bahia de Todos os Santos**.  
Tocantis: UFT, 2003.

**PROGRAMA DE AÇÃO, ESTATUTO**. MNU – MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO, Salvador – Bahia – 1992.

RIBEIRO, Matilde. **Políticas de promoção da igualdade racial no Brasil (1986-2010)**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

SILVA, Joselina da. **Debates e reflexões de uma rede: a construção da União dos Homens de Cor**. In: GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio (orgs). Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980). São Paulo: Selo Negro, 2011.

SILVA, Maria Auxiliadôra Gonçalves da. **Encontros e desencontros de um movimento negro**. Brasília, Fundação Cultural palmares, 1994.

SOUZA JUNIOR, Walter Altino. **O Ilê Aiyê e a relação com o Estado: Interfaces e ambigüidades entre o poder e cultura na Bahia**. Salvador: Fast Design, 2007.

SOUZA, Florentina da Silva. **Afro-descendência em Cadernos Negros e Jornal do MNU**. 1 ed., - Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

VALENTE, Ana Lúcia E.F. **Ser negro no Brasil hoje**. São Paulo: Moderna, 1987.

VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não terminou**. 3. Ed. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2008.

VERGER, Pierre. **Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX**. São Paulo: Corrupio, 2002, p. 546-548.

#### **JORNAL:**

A “FRENTE NEGRA” ESTÁ INSTALANDO SUCCURSAES. **Diario da Bahia**, Salvador, 16/08/1933. p. 02

A “Liga Henrique Dias”. A reunião de ontem. **O Democrata**, anno II, número 280, Salvador, 21/03/1917, p. 01.

A Liga Patriótica “Henrique Dias” officia ao “**Diario de Notícias**”, a respeito de uma local nossa. **Diario de Notícias**, Salvador, 1922, p. 02.

A organização Frentenegrina vem se desenvolvendo extraordinariamente sob todos os pontos de vista. **Diario da Bahia**, Salvador, 21/06/1933, p. 3.

A primeira diretoria dos Arquitetos. **A Tarde**, Salvador, 18/05/1933, p. 3

“Apaches”, ganhador de títulos, desfila com mensagem de paz. **A Tarde**, Salvador, 23/02/1979.

BLOCO RACISTA, NOTA DESTOANTE. **A Tarde**, Salvador, 12/02/1975, p. 03.

Dança contemporânea. **A Tarde**, Salvador, 18/05/1974.

Demitido porteiro que não gosta de pretos. **Jornal da Bahia**, Salvador, 11/05/1976, p. 2.

Democracia racial não passa de um mito, diz antropóloga. **Diario de Notícias de Salvador**, Salvador, 04/05/1978, p. 3.

Desvalidos festejam Dia da Abolição. **A Tarde**, Salvador, 12/05/1973.

Discriminação racial no “Edifício Maria Isabel”. **Jornal da Bahia**, Salvador, 09/05/1976, p. 3.

“EMPREGO – Precisa-se de recepcionista e garçonetes, sendo de cor branca. Tratar Hotel São Bento – Largo São Bento, 3”. **Jornal da Bahia**, Salvador, 13/05/1976, p. 2.

Escola dos Filhos dos Pobres. Reabriram-se as aulas da benemérita fundação. **O Imparcial**, Salvador, 14/07/1934, p. 08.

Chico Rei encarna ideal de liberdade aos negros escravos. **A Tarde**, Salvador, 04/05/1977, p. 12.

Frentes Negras. Um problema novo – Porque? – Homens de cor e o Brasil – A Bahia e os problemas artificiaes – Sentindo de uma evolução – Impertinência anaccronica. **A Tarde**, Salvador, 6/12/1932, p. 01.

Frente Negra. Realizou-se hontem um comicio presenciado por cerca de tres mil pessoas. **Diario da Bahia**, Salvador 16/03/1933 p, 2.

Grande importância do Festival de Arte da Nigéria. **A Tarde**, Salvador, 19/05/1976, Caderno 2.

Mãe Menininha do Gantois aconselha: meu filho dê uma Olivetti portátil para a sua mãe. Ela vai se sentir uma verdadeira mãe de santo. **A Tarde**, Salvador, 11/05/1978, p. 3.

Menininha do Gantois vai processar publicitários. **A Tarde**, Salvador, 13/05/1978.

MIRANDA, Alberto. “**Africanos denuncia racismo no Brasil**”. *Diario de Noticias de Salvador*, Salvador 30/01/1971.

**JORNAL NÊGO**, Salvador, 1988.

Vítima de racismo confirma denúncia. **Jornal da Bahia**, Salvador, 13/05/1976, p. 3.

Não há, no Brasil, preconceito de raça. A União dos homens de côr tem já representantes junto a’ O.N.U. **A Tarde**, Salvador, 8/02/1951.

O anúncio abaixo é um absurdo. Isso não se faz com as crenças do nosso povo. **A Tarde**, Salvador, 11/05/1978, p. 12.

O negro é tema de palestra na Semana da Abolição. **A Tarde**, Salvador, 19/05/1976.

“Os Xavantes” desfilam evocando o mais velho chefe de índios Apoena. **A Tarde**, Salvador, 19/02/1979, Caderno 2.

Polícia prendeu 120 dos “Apaches” por desordens. **A Tarde**, Salvador, 02/02/1977, p. 10.

Pretos e brancos. **A Tarde**, Salvador, 03/05/1978, p. 4.

Primeira delegacia apura racismo no Maria Isabel. **Jornal da Bahia**, Salvador, 13/05/1976, p. 2.

Professora acha que lei contra racismo prova que ele existe. **A Tarde**, Salvador, 06/05/1978, p. 7.

Professor organiza entidade para lutar em favor dos negros. **A Tarde**, Salvador, 03/05/1978, p. 3.

Racismo tem curso. **Jornal Tribuna da Bahia**. Salvador, 11/04/1988, p. 36.

Síndica acusada de racismo não aparece para se justificar. **A Tarde**, Salvador, 16/09/1978, p. 2

Sindicância apura a denúncia de racismo. **A Tarde**, Salvador, 13/05/1976, p. 6.

Sindicância sobre discriminação vai ser divulgada hoje. **A Tarde**, Salvador, 14/05/1976.

Teve os pe’s lavados com “champagne”. **A Tarde**, Salvador, 19/09/1955, p. 2.

#### **REVISTA:**

A gloria do foot-ball na Bahia é dos nossos pretos e do organizador do team Henrique Dias. **Revista Semana Esportiva**, Salvador, 1921.

CASSARIN, Rodrigo. **Jesse Owens. Berlim, 1936**. Revista Aventuras na História, edição 157, Rio de Janeiro 2016, p. 36-41.

DOMINGUES, Petrônio. “**Cidadania por um fio**”: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930). Revista Brasileira de História. São Paulo, v.34, nº 67, p – 251-281, 2014.

DOMINGUES, Petrônio. **O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930)**. In: Diálogos Latinoamericanos. Num 10. Universidad de Aarhus, Latinoamericanista, 2005.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol.5, n.10, p. 200-212.

SILVA, Ana Célia. **Movimento Negro Brasileiro e sua trajetória para a inclusão da diversidade étnico – racial**. Revista da FAEEBA/Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação I, Salvador, UNEB, v.1, jan./jun., 1992.

#### ONLINE:

BARBOSA, Wilson do Nascimento. **Leia prefácio de “Uma História Não Contada”**. Folha de São Paulo. 30 nov. 2014. Disponível em: <<http://tools.Folha.com.br/print?site=emcimadahora&url=HTTP://wwwl...>> Acesso em: 06 set. 2015.

CARDOSO, Nádia. **Instituto Steve Biko – Juventude negra Mobilizando-se por Políticas de Afirmação dos Negros no Ensino Superior** – Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual da Bahia, Departamento de Ciências Humanas, Campus I, Salvador, 2010. Disponível em: <[www.ccli.uneb.br/pdfs/educacao/2006/nadia\\_maria\\_cardoso.pdf](http://www.ccli.uneb.br/pdfs/educacao/2006/nadia_maria_cardoso.pdf)> Acesso em: 08 abr. 2015.

COUTINHO, C.L.R. **O Padrão Estético do Negro em Salvador (1980-2005)**. In: III Encontro Estadual de História, 2006, Caetité, Anais do II Encontro Estadual de História: Poder, Cultura e Diversidade, 2006. Disponível em: <[www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh\\_iii/cassi\\_ladi\\_reis.pdf](http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh_iii/cassi_ladi_reis.pdf)> Acesso em: 08 de junho de 2015.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro: história, tendências e dilemas contemporâneos**. 2008. Disponível em: <[www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/download/2485/1981](http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/download/2485/1981)> Acesso em: 13 jun.2014.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos**. 2007. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/a07](http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/a07)> Acesso em: 09/05/2014.

DOMINGUES, Petrônio; GOMES, Flávio dos Santos. **Metáforas da “nação”**. Resenha. Revista Tempo, vol. 20. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <[www.historia.uff.br/tempo/site/.../rolling\\_pass\\_tem\\_3610\\_pt.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/site/.../rolling_pass_tem_3610_pt.pdf)> Acesso em: 15 de fev 2015.

GODI. Antonio Jorge Victor dos Santos, **De índio a negro, ou o reverso**. Caderno CRH. UFBA, Salvador, 1991. Disponível: <[www.cadernocrh.ufba.br/include/getdoc.php?id=1390&article..](http://www.cadernocrh.ufba.br/include/getdoc.php?id=1390&article..)> Acesso em: 02 fev. 2015.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes**. Política e Sociedade. Volume 10 – Nº 18 – abril de 2011, Minas Gerais. Disponível em: <<http://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/viewFile/2175-7984.2011v10n18p133/17537>> Acesso em 15 maio 2014.

KÖSSLING, Karin Sant’Anna. **Movimentos negros no Brasil, entre 1964 e 1983**. Nº 2, Ano 2, Perseu. São Paulo 2008. Disponível em: <[www.Fpabramo.Org.Br/Uploads/P2d-Karinkossling.Pdf](http://www.Fpabramo.Org.Br/Uploads/P2d-Karinkossling.Pdf)> Acesso: 02 jun. 2015.

SILVA, Joselina da. **A União dos Homens de Cor: aspectos do movimento negro nos anos 40 e 50**. Estudos Afro-Asiáticos. Vol. 25 n°. 2 Rio de Janeiro 2003. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=arttext&pid=SO101-546X2003000200002> Acesso em: 16 jun. 2015.

#### **ARTIGO:**

BARROS, Cesar Mangolin. **O movimento negro ao longo do século XX: notas históricas e alguns desafios**. Artigo CMB – Julho/2004. São Paulo.

SEMINÁRIO NACIONAL DE UNIVERSITÁRIOS NEGROS – 1º SENUN. **Anais...**,1993, Salvador, 1993.

#### **DISSERTAÇÃO:**

AMORIM, Alessandro Moura de. **MNU representa Zumbi (1970-2005): cultura histórica, movimento negro e ensino de história**. Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa: UFPB, 2011.

BUSCÁCIO, Gabriela Cordeiro. **“A chama não se apagou”. Candeia e a grand Quilombo – Movimentos negros e escola de samba nos anos 70**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense UFF, 2005.

LIMA, Ivan Costa. **Uma proposta Pedagógica do Movimento Negro no Brasil: Pedagogia Interétnica de Salvador, uma Ação de Combate ao Racismo**. Dissertação de Mestrado, Florianópolis, Santa Catarina, 2004.

MOLINA, Thiago dos Santos. **Relevância da dimensão cultural na escolarização de crianças negras**. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação. São Paulo 2011.

MORAES, Kelly da Silva. **Política Cultural: Uma análise sobre a cultura política do movimento negro em Porto Alegre**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre – RS, 2012.

NASCIMENTO, Maria Ercilia do. **A Estratégia da Desigualdade – O Movimento Negro dos Anos 70**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo 1989.

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. **O movimento negro e o Estado (1983-1987) – O caso do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra no Governo de São Paulo**. Tese de Mestrado em Ciências Políticas, Departamento de Ciências Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2001.

SANTOS, Henrique Sena dos. **“Pugnas Renhidas”, futebol, cultura e sociedade em Salvador, 1901-1924**. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2012.

**PALESTRA:**

DOMINGUES, Petrônio. **Palestra proferida no dia 21 de novembro de 2014 no VII Fórum Pró Igualdade Racial e Inclusão Social**, realizada no Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), Universidade federal do Recôncavo da Bahia.

**TESE DE DOUTORADO:**

SILVA, Francisco Carlos Cardoso. **Invenções negras na Bahia: pontos para a discussão sobre o racismo à brasileira**. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2008.

**PROGRAMA DE TV**

STAVALE, Paulo. **Participação no Antigo Telecurso 2º Grau** exibido pela Rede Globo de Televisão entre 1978-1985. Rio de Janeiro, 2009.

**MÚSICA:**

CAMAFEU, Paulinho. **Que Bloco É Esse?** Salvador, Bahia, 1974.

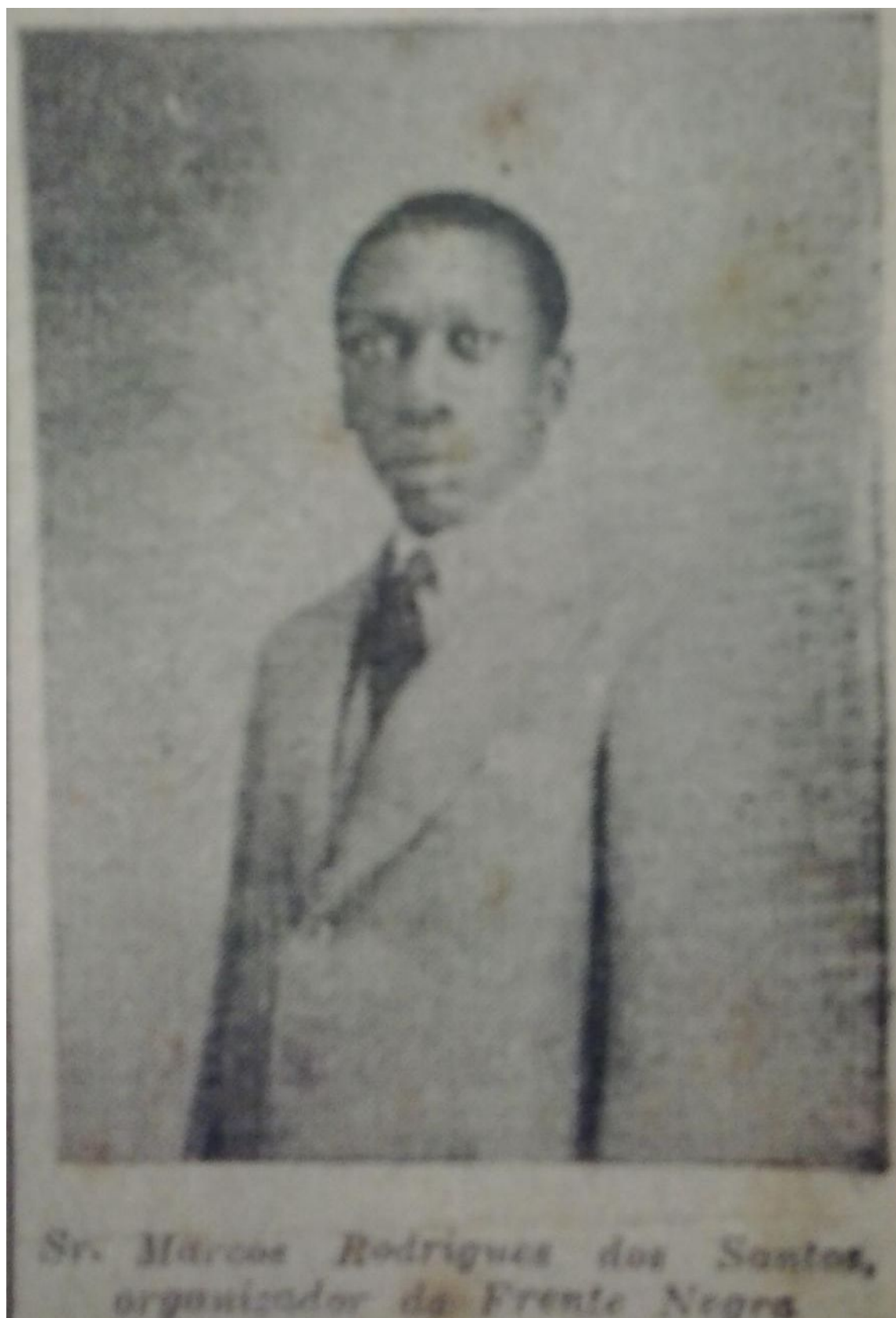
VELOSO, Caetano. **Badauê**, 1978.  
\_\_\_\_\_ **Terra**, 1978.

**ANEXOS**



**ANEXO 1:** Negros em Movimento – Galeria

**Fotografia 01:** Comissão da "Frente Negra da Bahia". In: Arquivo Jornal A Tarde 24/11/1932, pag. 03.



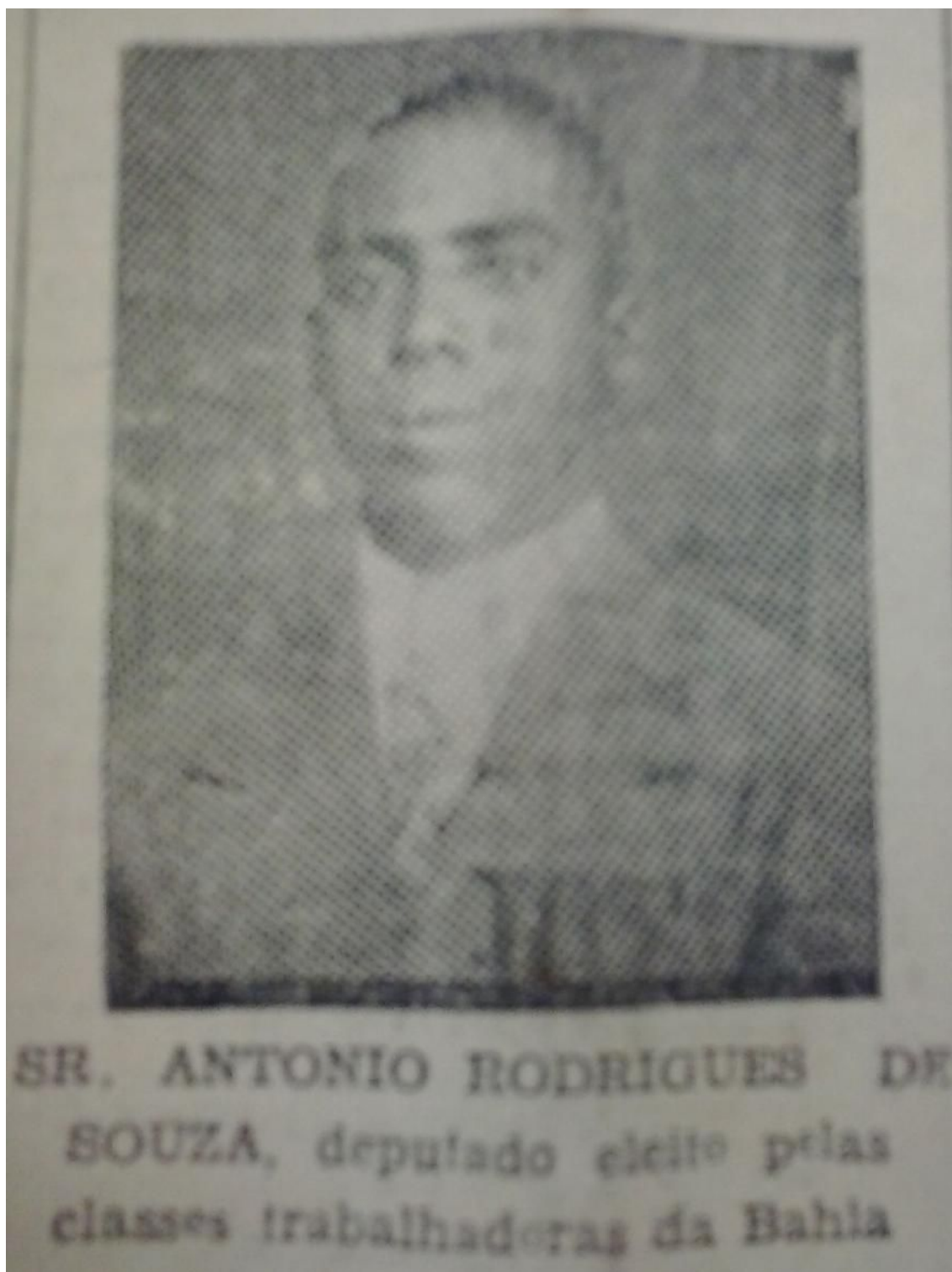
**Fotografia 02:** In: Arquivo Diário da Bahia 26/04/1933, pag. 03.



**Fotografia 03:** Juventino Silvino da Costa – Presidente da Directoria da Sociedade Protectora dos Desvalidos no período de 1926 a 1934. In: Arquivo Diário da Bahia 18/09/1934, pag. 08



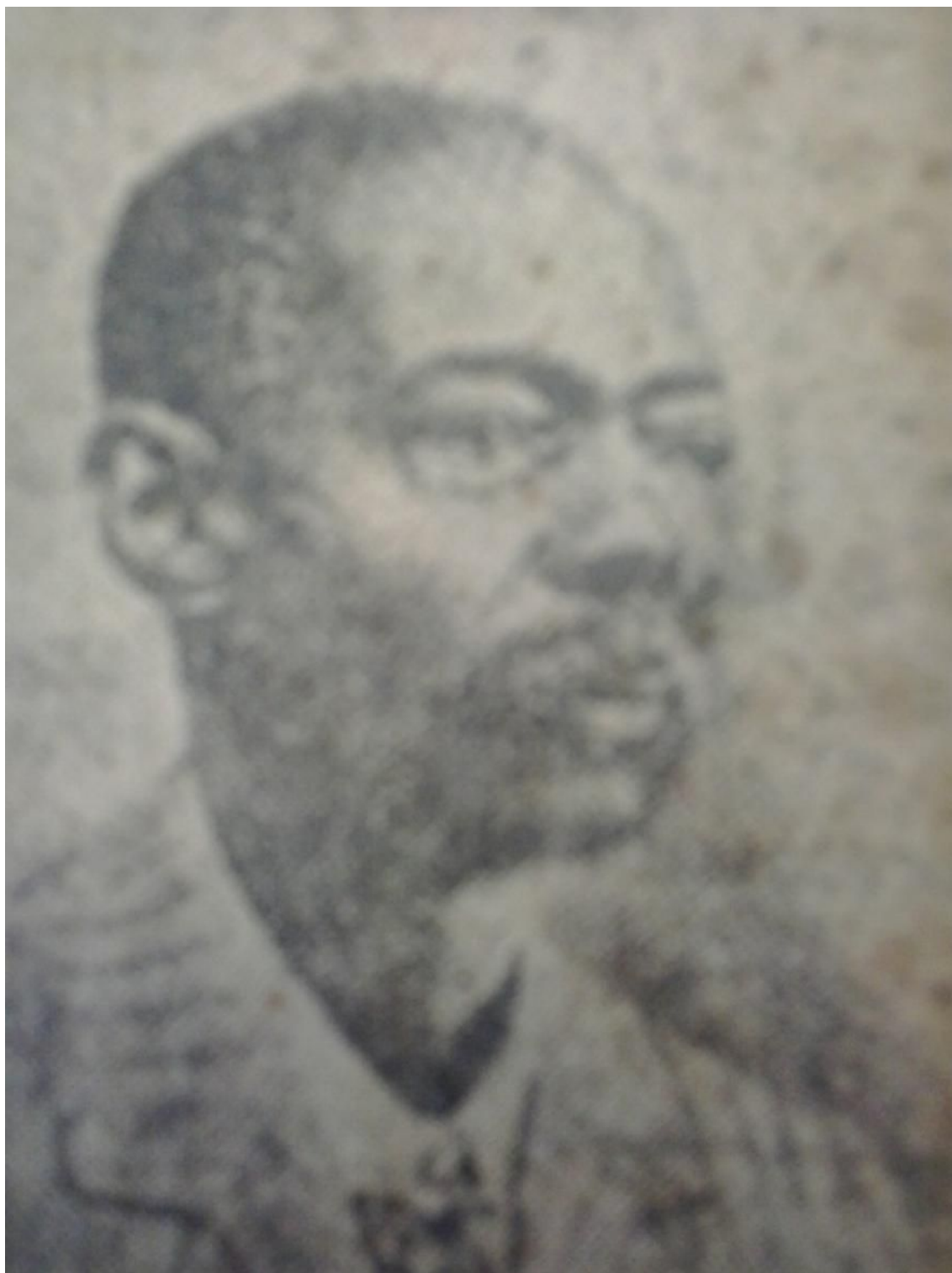
**Fotografia 04:** José Alves de Souza fundador da Escola dos Filhos dos Pobres fundada em 24 de outubro de 1930. In: Arquivo Jornal O Imparcial 06/09/1934, pag. 08



**Fotografia 05:** Antônio Rodrigues de Souza Presidente do Sindicato dos Estivadores de S. Salvador. In: Arquivo Jornal O Imparcial 14/03/1934, pag. 01



Fotografia 06: In: Arquivo Diário de Noticias, 1921



**Fotografia 07:** Manuel Raimundo Querino – Fundador do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia e da Escola de Belas Artes. Líder abolicionista e pioneiro nos registros antropológicos da cultura africana na Bahia. In: Arquivo Diário de Notícias, 18/07/1921, pag. 01



**Fotografia 08:** Eloy Guimarães – Secretário Geral da União Cultural dos Homens de Côr. In: Arquivo Jornal A Tarde, 08/02/1951, pag. 08





**Fotografia 09:** Anani DzuDzienyo – Sociólogo africano. In: Arquivo Diário de Notícias de Salvador, 30/01/1971, Caderno 02

## Frente Negra da — Bahia —

Pelas dirigentes da F. N. B. não foi comunicado uma grande reunião a se realizar, hoje, ás 19 horas, em a sua sede a Rua Ruy Barbosa n.º 49.

É de se esperar o comparecimento dos senhores membros do Grande Conselho e de todos os facultativos desta Instituição e Partido, pois a posse alemnne destes membros é para a classe um marco da victoria que documenta a vontade dos homens de cor neste Estado.

E, assim, a Frente convida os srs. membros do Grande Conselho e demais auxiliares da F. N. B.

A Imprensa se fará representar como a sua leal companheira que sempre o foi.

Fotografia 10: In: Arquivo Diário da Bahia, 16/11/1932, pag. 03



Fotografia 11: In: Arquivo Jornal O Imparcial, 06/09/1934, pag. 08



**Fotografia 12:** Apolinario Sant'anna "Popó". In: Arquivo Diário da Bahia, 12/04/1933, pag. 06



**Fotografia 13:** Congresso dos Estivadores. In: Arquivo Diário da Bahia, 07/06/1933, pag. 01

### Quadro comparativo da trajetória do movimento negro na República

Movimento Negro Brasileiro	Primeira Fase (1889-1937)	Segunda Fase (1945-1964)	Terceira Fase (1978-2000)
Tipo de discurso racial predominante	Moderado	Moderado	Contudente
Estratégia cultural de “inclusão”	Assimilacionista	Integracionista	Diferencialista (igualdade na diferença)
Principais princípios ideológicos e posições políticas	Nacionalismo e defesa das forças políticas de “direita”, nos anos 1930	Nacionalismo e defesa das forças políticas de “centro” e de “direita”, nos anos 1940 e 1950	Internacionalismo e defesa das forças políticas da esquerda marxista, nos anos 1970 e 1980
Conjuntura internacional	Movimento nazifascista e pan-africanista	Movimento da <i>negritude</i> e de descolonização da África	<i>Afrocentrismo</i> , movimento dos direitos civis nos Estados Unidos e de descolonização da África
Principais termos de auto-identificação	Homem de cor, negro e preto	Homem de cor, negro e preto	Adoção “oficial” do termo “negro”. Posteriormente, usa-se, também, o “afro-brasileiro” e “afro-descendente”
Causa da marginalização do negro	A escravidão e o despreparo moral/educacional	A escravidão e o despreparo cultural/educacional	A escravidão e o sistema capitalista
Solução para o racismo	Pela via educacional e moral, nos marcos do capitalismo ou da sociedade burguesa	Pela via educacional e cultural, eliminando o complexo de inferioridade do negro e reeducando racialmente o branco, nos marcos do capitalismo ou sociedade burguesa	Pela via política (“negro no poder!”), nos marcos de uma sociedade socialista, a única que seria capaz de eliminar com todas as formas de opressão, inclusive a racial
Métodos de lutas	Criação de agremiações negras, palestras, atos públicos “cívicos” e publicação de jornais	Teatro, imprensa, eventos “acadêmicos” e ações visando à sensibilização da elite branca para o problema do negro no país	Manifestações públicas, imprensa, formação de comitês de base, formação de um movimento nacional
Relação com o “mito” da democracia racial	Denúncia assistemática do “mito” da democracia racial	Denúncia assistemática do “mito” da democracia racial	Denúncia sistemática do “mito” da democracia racial
Capacidade de mobilização	Movimento social que chegou a ter um caráter de massa	Movimento social de vanguarda	Movimento social de vanguarda

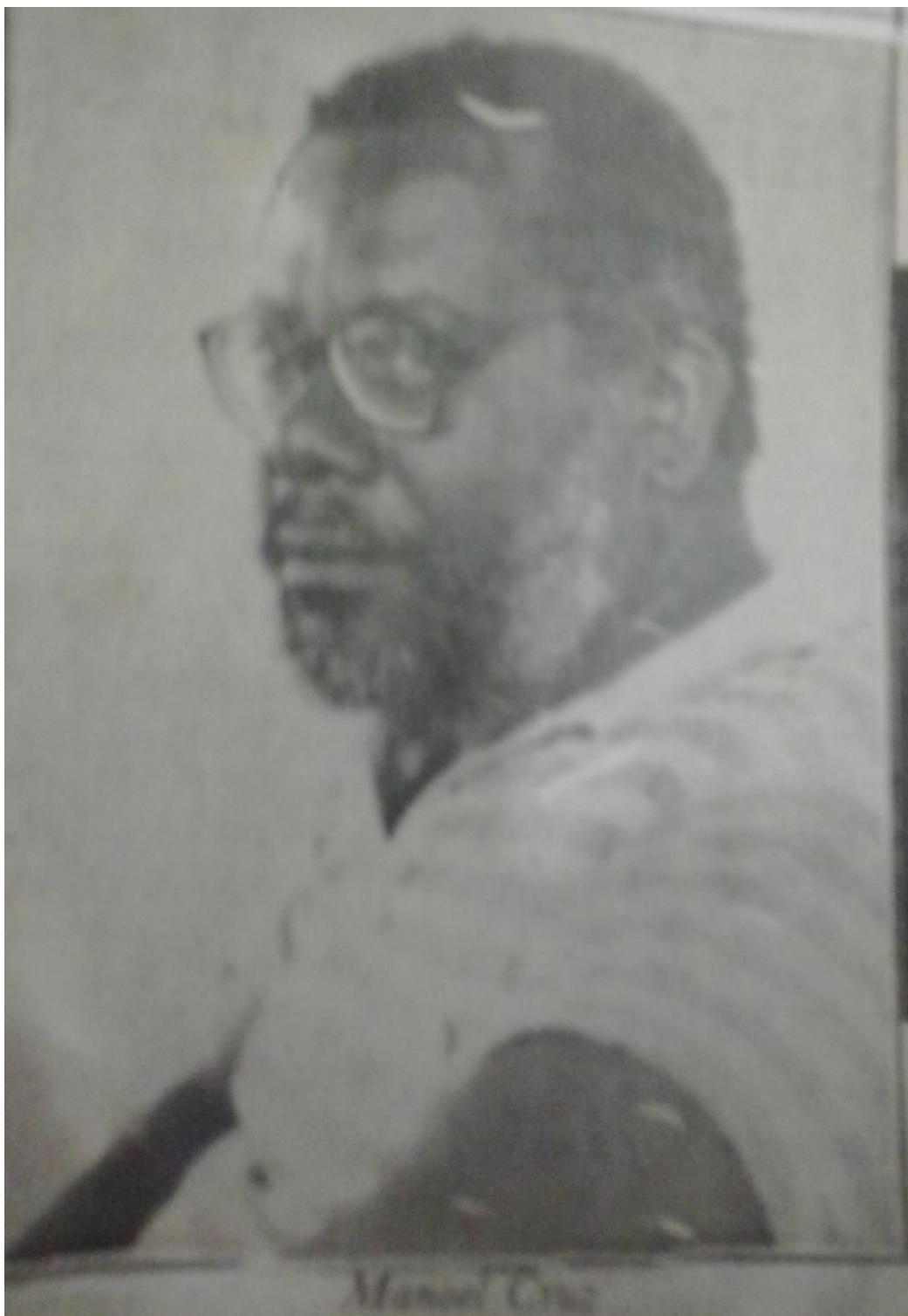
Movimento Negro Brasileiro	Primeira Fase (1889-1937)	Segunda Fase (1945-1964)	Terceira Fase (1978-2000)
Relação com a “cultura negra”	Distanciamento frente alguns símbolos associados à cultura negra (capoeira, samba, religiões de matriz africana)	Ambigüidade valorativa diante de alguns símbolos associados à cultura negra (capoeira, samba, religiões de matriz africana)	Valorização dos símbolos associados à cultura negra (capoeira, samba, religiões de matriz africana, sobretudo o candomblé)
Como concebiam o fenômeno da mestiçagem	De maneira positiva (discurso pró-mestiçagem)	De maneira positiva (discurso pró-mestiçagem)	De maneira negativa (discurso contra a mestiçagem)
Dia de reflexão e/ou protesto	13 de Maio (dia da assinatura da Lei Áurea, em 1888)	13 de Maio (dia da assinatura da Lei Áurea, em 1888)	20 de Novembro (dia de comemoração da morte de Zumbi dos Palmares)
Principais lideranças	Vicente Ferreira, José Correia Leite, Arlindo Veiga dos Santos	José Bernardo da Silva, Abdias do Nascimento	Hamilton Cardoso, Lélia Gonzalez

**Tabela das fases do Movimento Negro Brasileiro autorizado pelo professor e historiador Petrônio Domingues para publicação.**



**Fotografia 14:** Maria Estella de Azevedo Santos (Mãe Estella), Yalorixá do Terreiro de Candomblé Ilê Axé Opô Afonja – localizado no Bairro Fazenda Grande do Retiro, Salvador, Bahia, desde 1976.





**Fotografia 15:** Manoel de Almeida Cruz (1950-2004). In arquivo: Tribuna da Bahia, 11/04/1988 Militante do MNUCDR e criador da Pedagogia Interetínica, em 1978.

## A «Liga Henrique Dias»

### A reunião de hontem

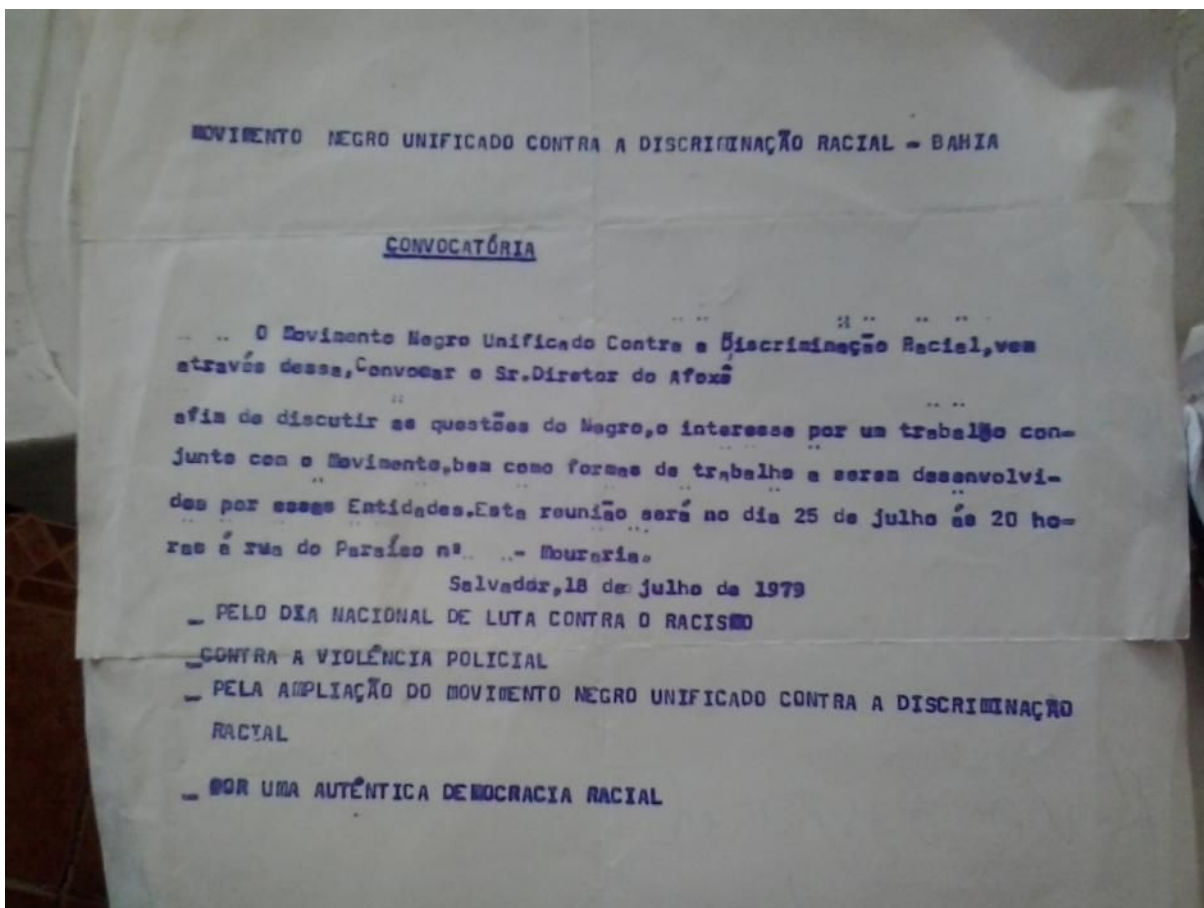
A «Liga Henrique Dias» reuniu-se hontem, na sua séde, em virtude de carta-circular expedida pelo seu presidente, o capitão Juvenal Souto.

O fim dessa reunião foi tomar conhecimento do facto de ter o padre jesuita director do collegio «Antonio Vieira» recusado receber ali, para educar, um menor de cor preta.

A sessão esteve bastante concorrida, sendo designada uma comissão para se entender com o sr. Arcebispo.

Do resultado dessa conferencia resultará o procedimento ulterior dessa associação de pessoas de cor.

Fotografia 16: In: arquivo O Democrata 21/03/1917 pág 36



Fotografia 17: Documento fornecido pelo militante Edu Omo Oguian, 12/07/2014.



**Fotografia 18:** João Jorge Santos Rodrigues, ex-militante do MNU na década de 1970 e atualmente presidente do Grupo Cultural Olodum.



**Fotografia 19:** Demosthenes Soares Oliveira “Seu Demó” natural de São Félix/Bahia, sindicalista e militante do PCdoB.



**Fotografia 20:** Arani Santana (a esquerda) Atriz e ex - militante do MNU/BA e Dalva Damiana de Freitas “Dona Dalva” criadora do Samba de Roda Suerdieck, Cachoeira/Bahia



**Fotografia 21:** Antigo Cemitério de Sucupira, local onde os militantes negros se reuniam na década de 1970. Atualmente funciona como Prefeitura Municipal de Salvador.



**Fotografia 22:** 17º Congresso Nacional do MNU – 2014.





**Fotografia 23:** Gilberto Leal um dos fundadores do MNUCDR/BA na década de 1970.



**Fotografia 24:** Antônio Carlos dos Santos, Vovô Presidente da Associação Bloco Carnavalesco Ilê Aiyê desde da década de 1970.



**Fotografia 25:** Apolônio Souza de Jesus Filho “Popó” (1952-1992). Foi um dos criadores em 1975 da Associação Bloco Carnavalesco Ilê Aiyê.



**Fotografia 26:** 1ª Marcha da Consciência Negra Fotografo - Jônatas conceição da Silva Local - Teatro Castro Alves Ano- 1980. In: Arquivo ZUMVI Fotográfico.



**Fotografia 27:** Paulo Roberto, ex Presidente do Afoxé Badauê na década de 1970 e atualmente Presidente do Bloco “Os Negões”



**Fotografia 28:** Luiza Helena de Bairros (1953-2016). Militante do Movimento Negro Unificado na década de 1970, Ministra-Chefe da Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial do Brasil entre 2011 e 2014.



**Fotografia 29:** Ivonei Pires, Coordenador Nacional do MNU.



**Fotografia 30:** Kabengele Munanga, foi o primeiro negro a cursar Antropologia na Universidade de São Paulo (USP), como também o primeiro a fazer doutorado em Sociologia nessa mesma instituição de ensino superior, se transformando no primeiro professor negro a lecionar na Universidade de São Paulo (USP)





**Fotografia 31:** Antonio Jorge Victor dos Santos Godi. Um dos fundadores do Grupo Teatral Palmares Inãrom na década de 1970 em Salvador.



**Fotografia 32:** Raimundo Gonçalves dos Santos “Bujão” militante e um dos fundadores do MNU/BA



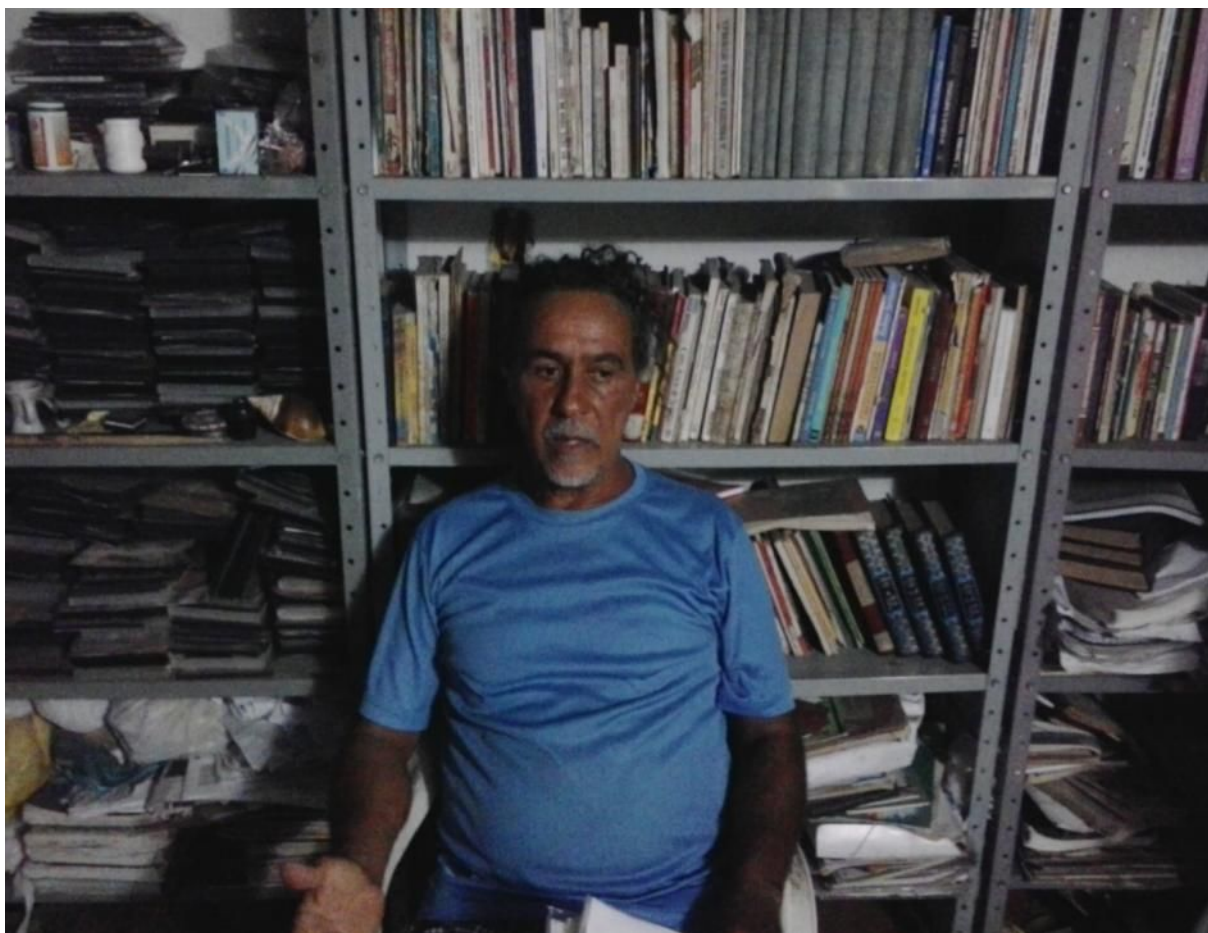
**Fotografia 33:** José Adão “Adãozinho” militante e um dos fundadores do MUCDR em São Paulo na década de 1970.



**Fotografia 34:** Luis Alberto Ex- Deputado Federal e militante do Movimento Negro Unificado na década de 1970.



**Fotografia 35:** Ana Célia Silva, militante e uma das fundadoras do MNU/BA na década de 1970.



**Fotografia 36:** Carlos Eduardo Ribeiro de Jesus Guimarães Rollemberg “Edu Omo Oguian” militante do MNUCDR na década de 1970.

## **ANEXO 2: Estatutos da Sociedade Protectora dos Desvalidos Anno de 1894 Bahia**

Estatutos da Sociedade Protectora dos Desvalidos

### Capitulo 1.º

Da Sociedade e seus fins

Artigo 1.º A Sociedade Protectora dos Desvalidos, installada na Bahia em 2 de Outubro de 1851, sob a protecção de N. S.<sup>a</sup> do Amparo, é a reunião de todos os Brasileiros de côr prêta.

Art. 2.º A Sociedade será composta de numero illimitado de socios, effectivos e benemeritos, e tem por fim adquirir donativos, mensalidades, beneficios e pensão, um capital que será convertido em apolices da divida publica e estadual, ou em propriedades (dando estas maior resultado), ou collocando em qualquer estabelecimento bancario, para a pratica da beneficencia.

Art. 3.º A Sociedade terá para sua maior fiscalisação a Assembléa Geral, que no 1.º Domingo depois do dia da sua sessão solemne elegerá d'entre si uma Mesa composta de um Presidente, dous Vice-presidentes, dous Secretarios, e um Conselho Administrativo, composto de um Presidente, um Vice-presidente, dous Secretarios, um Thesoureiro, um Archivista, um Visitador, e cinco membros para a Commissão fiscal.

### Capitulo 2.º

Da Admissão de Socios e seus deveres.

Art. 4.º A admissão de socio será feita por um requerimento ou proposta ao Conselho morada Administrativo, declarando idade, estado, profissão e cor do candidato, podendo o Conselho, quanto à idade e saude, pedir os documentos que julgar conveniente.

Art. 5.º Não será admittido para socio quem fallecer de molestias chronicas, ou defeitos physicos.

Art. 6.º O candidato approved para socio receberá participação do 1.º Secretario, para satisfazer sua joia e assignar o termo de sua admissão, o que será dentro de praso de 30 dias a contar da data da communicação; findo este praso, so poderá ser admittido fazendo nova proposta.

Art. 7.º O candidato regeitado não poderá ser admittido no mesmo anno social.

Art. 8.º Aos socios cumpre:

Paragraffo 1.º Pagar: de 18 a 50 annos a joia de 10\$000 sendo 1\$000 para seu diploma.

Prg. 2.º Não se admitte pessôas com mais de 50 annos para socios.

Prg. 3.º Pagar a mensalidade de 1\$000 no dia 1º de cada mez.

Prg. 4.º Depositar na Bolsa de caridade o que podem, em todas as reuniões da Assembléa Geral.

Prg. 5.º Aceitar os cargos para que forem eleitos ou nomeados, salvo escusa legal apreciada pelo Conselho.

Art. 9.º Socios benemeritos são todas as pessôas que fizeram á Sociedade donativos não inferiores a 300\$000 ou relevantes serviços de iguaes valor, os quaes assignarão em um livro que a Sociedade terá para este fim.

Prg. 1.º Os socios effectivos que satisfação as desposição do artigo 2.º tambem gosarão do título de socios benemeritos.

Prg. 2.º Estes titulos serão concedidos pela Assembléa Geral.

Capitulo 3.º

Art. 10. Ao socio compete:

Prg 1.º Requerer socorros quando doente ou impossibilitado do trabalho.

Prg. 2.º Propor o que for mais util e de vantagem para a Sociedade.

Prg. 3.º Votar nas eleições ou em qualquer medida posta em votação.

Prg. 4.º Usar da palavra quando lhe for consedida pelo Presidente, guardando todas as atenções devidas.

P. 5.º Portar-se com decencia nas sessões e respeitar os funcionarios no exercicio de seus cargos.

Prg. 6.º Promover a entrada de socios effectivos, quanto estiver ao seu alcance; para maior desenvolvimento da Sociedade.

Art. 11. Os socorros para os socios serão de 30\$000 mensaes, pagos adiantadamente em duas prestações descontando-se a sua mensalidade

Prg. 1.º O socio que for socorrido por mais de 6 mezes será considerado pensionista até que se restabeleça

Prg. 2.º Os socios pensionistas receberão 15\$000 mensaes, em uma prestação.

Art. 12. As viuvias ou filhos legitimos e legitimados de socios terão de pensão 10\$000 mensaes.

Art. 13. Os socios que forem pensionistas, por não poderem trabalhar, casando-se, suas viuvias e filhos não terão direito a pensão alguma.

Art. 14. Ficão suspensos dos beneficios da Sociedade:

Prg. 1.º Os socios que deverem 3 mezes de mensalidades, entrando no goso delles logo que satisfção.

Prg. 2.º As viuvias que contrahirem segundas nupcias.

Prg. 3.º Os filhos maiores de 18 annos e as filhas de 25 e as que casarem antes d'esta idade.

Art. 15. Perdem o direito de socios:

Prg. 1.º Os que pedirem a sua demissão por escripto.

Prg. 2.º Os que deverem um anno de mensalidades, sendo advertidos pela Secretaria e não satisfazerem.

Prg. 3.º Quando os socios não forem advertidos, pela Secretaria, [exce]dendo 30 dias de um anno serão demittidos sen direito a reclamação

Prg 4.º Os que causarem prejuiso á Sociedade nos seus [haveres] e os que escreverem artigos em jornaes, informando a Sociedade.

Prg. 5.º Os que offenderem moralmente ou physicamente, a qualquer membro do Conselho ou da Assembléa Geral.

Art. 16. Os socios demittidos perdem todos os direitos que tiverem na Sociedade.



Art. 17. Os socios dimittidos por se acharem incursos nos Prg. [Prg] 1.º e 2.º do Art. 15. poderão ser readmittidos de conformidade com os Arts . 4.º, 5º, 8º, e 52 d'estes Estatutos.

#### Capitulo 4.º

##### Do Conselho Administrativo

Art. 18. O Conselho administrativo de que trata o Art. 3º será composto de 7 membros

Art. 19. Ao Conselho compete:

Prg 1.º Receber, zelar e bem administrar os fundos sociaes, pelos quaes serão todos os membros responsaveis;

Prg. 2.º Ordenar as despesas necessarias, dar pensões as ou filhos de socios e os socios que forem julgados pensionistas.

Prg 3.º Julgar os requerimentos dos candidatos para socio por escrutinio secreto.

Prg. 4.º Exigir do candidato os documentos que forem preciso para sua approvação.

Prg. 5.º Apresentar á Assembléa Geral, de 3 em 3 mezes, um balancete da receita e impresso despesas; e no fim do anno social um relatorio de todas as occurrencias havidas, cuja exposição será feita pelo Presidente.

Prg. 6.º Facilitar á Commissão fiscal todos os documentos que ella pedir para o bom desempenho de seus deveres.

Prg. 7.º Nomear e demittir os empregados quando for conveniente.

Prg. 8.º Tomar todos os mezes contas ao Thesoureiro, que as prestará documentadas, podendo, em caso de falta, suspendel-o do exercicio, até a decisão da Assembléa Geral, que convocará logo pontualmente no praso de 15 dias.

Prg. 9.º Constituir-se sempre em a maioria de seus membros.

Prg. 10. Velar sobre os socios que se recolherem á casa de Abrigo de conformidade com

Prg. 11. Conseder o titulo de Socio benemerito ás pessoas que o merecerem como manda o Art. 9.º d'estes Estatutos.

Prg. 12. Fazer depositar nos estabelecimentos bancarios as quantias que julgar conveniente.

Prg. 13. Reunir-se nas Quartas-feiras para as sessões ordinarias, e extraordinarias todas as veses que for precizo.

Prg. 14. Dar competente resolução as propostas que lhe forem dirigidas por algum sócio.

Prg. 15. Nomear uma commissão no impedimento do Thesoureiro, para tratar do enterro do sócio, na falta de pensão de sua familia; não podendo gastar mais de 50\$000.

Art. 20. O membro do Conselho que sem allegar motivos não comparecer a quatro sessões consecutivas, será considerado como tendo resignado o cargo, sendo o Presidente obrigado a convidar o suplente immediatamente.

Art. 21. O Conselho não poderá emprestar a sala de suas sessões para acto algum sem autorização da Assembléa Geral.

#### Capitulo 5.º

Das obrigações dos Membros do Conselho.

Art. 22. Ao Presidente cumpre:

Prg. 1.º Designar a hora abertura das sessões, presidil-as regular as discussões, e declarar as suas decisões.

Prg. 2.º Rubricar os livros da Sociedade, actas das sessões, e mais papeis que consignarem do Conselho.

Prg. 3.º Assignar os diplomas dos socios junctamente com o 1.º Secretario e o Thesoureiro.

Prg. 4.º Auctorisar as despesas de qualquer natureza, ordenadas pelo Conselho ou pela Assembléa Geral.

Prg. 5.º Nomear as comissões extraordinarias para representarem a Sociedade e dar o seu voto de desempate nas questões do Conselho.

Prg. 6.º Convocar extraordinariamente o Conselho quando se fizer preciso.

Prg. 7.º Velar nos interesses da Sociedade e exato cumprimento dos deveres dos funcionarios.

Art. 23. Ao Vice-presidente compete:

Prg. Unico. Substituirá o Presidente em suas faltas e impedimentos, com as mesmas attribuições.

Art. 24. Ao 1º Secretario compete:

Prg. 1.º Receber toda correspondencia dirigida ao Conselho, apresental-a na primeira sessão, ou comunical-a ao Presidente quando houver materia urgente.

Prg 2.º Assignar os diplomas de socios com o Presidente e o Thesoureiro.

Prg. 3.º Fazer toda correspondencia da Sociedade.

Prg 4.º Participar ao candidato sua approvação, em mão.

Prg. 5.º Corresponder-se com o 1.º Secretario da Assembléa Geral, e dar-lhe os apontamentos precisos para a reunião da mesma Assembléa.

Prg. 6.º Communicar com socios que estiverem comprehendidos no Prg. 2.º do Art. 15.

Prg. 7.º Fazer o lançamento das contas do Thesoureiro com toda clareza.

Prg. 8.º Occupar a cadeira de Presidente na falta d'este e do Vice-presidente.

Prg. 9.º Communicar ao 2.º Secretario quando não possa comparecer.

Art. 25. Ao 2.º Secretario compete:

Prg. 1.º Fazer as actas das sessões, e lançal-as depois de approvadas, no livro competente.

Prg. 2.º Substituir o 1.º Secretario nos seus impedimentos.

Prg. 3.º Fazer toda a escripturação na falta de Escripturario.

Art. 25. Ao Thesoureiro compete:

Prg. 1.º Responder pelas quantias existente em seu poder, as quaes não exederam de 100\$000.

Prg. 2.º Ter no cofre essa quantia para as despesas ordinarias, ficando as chaves uma em seu poder, outra no do Presidente e outra no do 1.º Secretario.

Prg. 3.º Pagar as despesas ordenadas pelo Conselho e [ ] rendimentos da Sociedade e só poderá ter este dinheiro em mão.

Prg. 4.º Apresentar ao Conselho, no fim de cada mez, um balancete da receita e despesas.

Prg. 5.º Participar ao Conselho, os socios incursos no Prg. 2 do Art. 15

Prg. 6.º Cobrar qualquer quantia a que a Sociedade tenha direito.

Prg. 7.º Remetter ao Conselho uma contagem com todos os documentos, quando, impedido por qualquer motivo, não possa continuar no exercicio de suas funcções, fazendo logo entrega de todos os fundos e documentos ao seu successor.

Prg. 8.º Apresentar nas reuniões de Assembléa a Bolsa de caridade.

Prg. 9.º Tratar do enterro do socio em falta de pensão de sua familia.

Prg. 10. Assignar os recibos e diplomas de socios.

Art. 27. Ao Visitador compete:

Prg. 1.º Visitar os socios que se acharem doentes, presos ou detidos por acontecimentos desastrosos a fim de orientar ao Conselho, nas providencias que convier dar a respeito.

Prg. 2.º Visitar a familia do socio que fallecer, para informar-se do estado d'ella e ministrar esclarecimento ao Conselho.

Prg. 3.º Entregar ao socio em caso de molestia os socorros que tiver direito.

Art. 28. Ao Archivista compete:

Prg. 1.º Inspeccionar os trabalhos do asseio da casa e dirigil-o.

Prg. 2.º Ter archivados todas as actas e outros quaesquer documentos pelas chaves da porta principal, []

Prg. 3.º O Archivista é responsavel pelos moveis e utencilios da Sociedade. [ ] abrir por ordem do Presidente da Assembleia e do Conselho e todas as vezes que for preciso [ ] da caza.

Capitulo 6.º

Da Assembléa Geral

Art. 29. A Assembléa Geral é a reunião de todos os socios effectivos no goso de seus direitos. Julgar-se-ha cinco

Art. 30. [ ] constituída a Assembléa Geral, logo que estejam presentes vinte socios no goso de seus direitos e no caso de urgencia ou segunda reunião, com 2[0] socios.

Art. 31. As reuniões da Assembléa, serão ordinarias, extraordinarias e solennes.

Art. 32. As ordinarias serão de 3 em 3 mezes; as extraordinarias as que forem convocadas pelo Conselho, pela Commissão fiscal, ou por 10 socios no goso de seus direitos; as solennes serão as de anniversario que será no dia 1.º de Novembro, ou outra que for sua importancia mereça este nome.

Art. 33. A Assembléa compete:

Prg. 1.º Eleger no 1.º Domingo depois do anniversario as Mesas da Assembléa Geral, do Conselho Administrativo, e a Commissão fiscal, em uma só lista com as declarações [ ].

Prg. 2.º Resolver todas as questões sujeitas a sua deliberação, julgar os relatorios, demonstrativos e o parecer da Commissão fiscal.

Prg. 3.º Tomar conhecimento do estado financeiro da Sociedade e deliberar sobre ele conforme o tempo aconselhar.

Prg. 4.º Suspender ou demittir os membros do Conselho quando não cumprirem bem seus deveres.

Prg. 5.º Conceder demissão ao membro do Conselho que a pedir, allegando razão justa.

Prg. 6.º Suspender ou demittir o socio que desobedecer ou maltratar algum membro do Conselho ou da Assembléa, ou qualquer outro socio no recinto da Sociedade.

Art. 34. As deliberações da Assembléa Geral são tomadas por maiorias de votos.

Art. 35. Nenhuma deliberação tornar-se-ha em contraria opposição a estes Estatutos, salvo se for em beneficio da Sociedade.

#### Capitulo 7.º

Das Atribuções da Mesa da Assembléa Geral.

Art. 36. Ao Presidente compete:

Prg. 1.º Presidir a todos os trabalhos e manter a ordem nas discussões, podendo suspender as sessões e só continual-as quando esteja restabelecido a ordem.

Prg. 2.º Conceder a palavra aos socios que o pedirem.

Prg. 3.º Fazer retirar do recinto da Sociedade o socio que depois de chamado a ordem por mais de uma vez não attender.

Prg. 4.º Dar posse aos nomes eleitos 8 dias depois da eleição.

Prg. 5.º Dar o seu voto de desempate sobre as materias em discussão, e rubricar as actas das sessões.

Prg. 6.º Mandar convocar a Assembléa por meio de annuncios publicos, todas as vezes que se fizer preciso ou a requerimento de 10 socios no goso de seus direitos e a pedido da Comissão fiscal.

Art. 37. Aos Vices presidentes competem:

Prg. Unico. Substituirem ao Presidente nos seus impedimentos.

Art. 38 Ao 1.º Secretario compete:

Prg. 1.º Communicar ao Conselho todas as deliberações da Assembléa Geral, e enviar-lhe as actas das sessões, depois de approvadas, para serem lançadas no livro competente.

Prg. 2.º Remetter os officios, requerimentos e documentos que forem apresentados a Assembléa, depois de terem resolução definitivas.

Prg. 3.º Assignar todas a correspondencia dirigida ao Conselho e fazer as convocações para reunião da Assembléa quando lhe for ordenada pelo Presidente.

Art. 39. Ao 2 Secretario compete:

Prg. Unico. Organisar as actas das sessões, remettel-as com brevidade ao 1.º Secretario para serem dadas as providencias e substituil-as nos seus impedimentos.

#### Capitulo 8.º

Da Commissão fiscal

Art. 40. A Commissão fiscal será composta de cinco membros que não fação parte das mezas do Conselho ou da Assembléa, e a ella compete:

Prg. 1.º Fiscalizar as actas apresentadas pelo Conselho e seus documentos; e bem assim o arquivo, a escripturação, o estado financeiro da Sociedade.

Prg. 2.º Fiscalisar as sessões do Conselho quando entender conveniente e pedir os esclarecimentos e documentos que julgar preciso para ver se os membros do Conselho desempenhão bem os seus cargos.

Prg. 3.º Fazer reunir a Assembléa Geral por intermedio do seu Presidente, para apresentar as medidas que julgar a bem da Sociedade.

Prg. 4.º Apresentar nas sessões ordinarias um parecer do exame que fizerem e do estado financeiro da Sociedade.

Prg. 5.º Dar parecer sobre as questões que pelo Conselho forem sujeitas ao seu juizo.

Prg. 6.º Dar parecer sobre os requerimentos dos candidatos e assistir as sessões do e com a Diretoria com

Conselho ao menos uma vez por mez. serão responsaveis pelo da Diretoria que houver.

#### Capitulo 9.º

##### Dos Pensionistas e das Pensionistas

Art. 41. São pensionistas os socios que estando no goso de seus direitos cegarem, alejarem ou terem qualquer outra molestia que os impossibilite de adquirir os meios de subsistencia.

Art. 42. São tambem pensionistas as mulheres dos socios effectivos.

Art. 43. São igualmente pensionistas os filhos menores até 18 annos e as filhas que se conservarem solteiras, até a idade de 25 annos.

#### Capitulo 10.

##### Disposições Geraes.

Art. 44. O anno social começará no dia 1.º de Outubro e terminará no dia 30 de Setembro do anno seguinte, em que será fechado o balanço do activo e passivo, que será assignado pelo Conselho.

Art. 45. A sessão de anniversario será no dia 1.º de Novembro.

Art. 46. O Conselho não poderá dispender com o anniversario quantia superior a 150\$000.

Art. 47. O socio que ausentar-se da capital participará ao Conselho.

Art. 48. Os socios demittidos perdem o direito ao capital que tiverem na Sociedade.

Art. 49. Nenhuma materia de importancia será decidida n'uma unica sessão.

Art. 50. Os socios que deverem seis mezes de mensalidades só terão direito a socorros 30 dias depois de estarem quites.

Art. 51. O socio que estiver preso terá de pensão 15\$000 mensaes; sendo condemnado por perde direito de sócio mais de um anno não terá direito ficará a juizo d'Assemblea Geral.

Art. 52. Os socios só terão direito a receber beneficios da Sociedade um anno depois de sua admissão.

Art. 53. Quando o socio effectivo completar 18 annos sem interrupção com a contribuição de suas mensalidades está remido.

Art. 54. O candidato que quiser, ao entrar para a Sociedade, ser considerado remido, pagará de uma só vez a quantia de 200\$000.

Art. 55. Haverá um Servente, e um Cobrador que serão nomeados pelo Conselho, dando o Cobrador uma fiança.

Art. 56. Haverá tantos livros quantos o Conselho julgar necessários.

Art. 57. Pelo fallecimento de qualquer socio mandará o Presidente, entregar a sua família 50\$000 para seu enterro.

Art. 58. Haverá um cofre com 3 chaves para guarda o dinheiro destinado as despesas.

Art. 59. Haverá um regulamento interno para a casa de Abrigo, e um regimento interno

Art. 60. Todos os annos 3 dias depois do anniversario, o Conselho mandará celebrar uma missa por alma de todos os socios fallecidos no anno decorrido. [ ]

Art. 61. Nenhum dos membros do Directorio, e da Comissão fiscal poderão ser reeleitos por motivo algum terão a mesma penna que os effectivos

Art. 62. Os socios remidos não poderão ser demittidos e sim suspensos de um mez a [ ] annos, a juizo da Assembléa Geral.

Art. 63. Nenhum socio poderá assistir as sessões do Conselho, salvo se for chamado pelo Conselho para alguma explicação.

Art. 64. Pelo fallecimento de viuvvas e filhos pensionistas de socios receberão 35\$000.

Art. 65. O Conselho não poderá funcionar depois do Anniversario.

Art. 66. O Thesoureiro não poderá retirar dinheiro algum do estabelecimento, sem procuração do Directorio.

Art. 67. O Directorio não poderá dispor dos fundos sociaes sem authorisação da Assembléa renda Geral. A68º Todas as obras que o Directorio tenha de fazer serão posta a concurrencia. de 100\$000 para cima.

Art. 69. Estes Estatutos só poderão ser reformulados pela Assembléa Geral cinco annos depois de sua publicação, menos o Art. 1.º, que será perpetuo e inviolavel.

Art. 69. Ficão revogados todos os artigos Estatutos logo que estas sejam approvados. Estado da Bahia, e Sala das Sessões da Sociedade Protectora dos Desvalidos, 8 de Outubro de 1894.

A Comissão.

**ANEXO 3: Eventos da Semana da Abolição da Escravidão no Brasil – 1978.**



**Prefeitura da Cidade do Salvador**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
DEPARTAMENTO DE CULTURA

# CERTIFICADO

Conferido a \_\_\_\_\_  
Curso DANÇAS AFRO-BRASILEIRAS  
Professor CLYDE WESLEY MORGAN  
Período 10/04 à 31/05/78 Total de aulas 30

Salvador, 31 / maio / 1978

*Clyde Wesley Morgan* *Luís Roberto Santos Leite*  
PROFESSOR Secretária  
*Mário Salgado Gomes* *Maria Rêgina Salgado*  
Coordenador do Curso Diretora




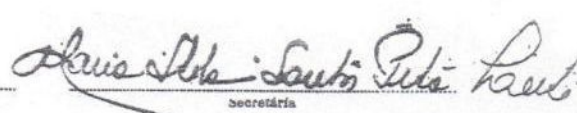
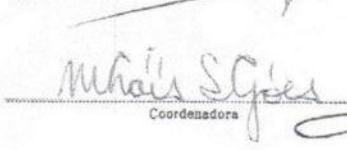
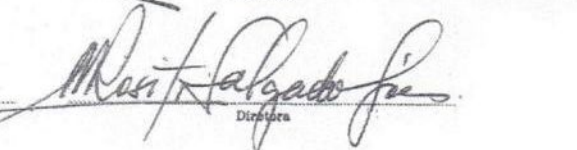
Prefeitura da Cidade do Salvador  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS CULTURAIS

## CERTIFICADO

Conferido a \_\_\_\_\_

por ter participado das conferências sobre  
"OS 90 ANOS DA ABOLIÇÃO", proferidas  
pela Professora LÉLIA DE ALMEIDA GONZALEZ  
no período de 2 a 6 de maio de 1978, no total de 10 h.

Salvador, 04 / 05 / 78

 Professora	 Secretária
 Coordenadora	 Diretora



**ANEXO 4: Quadro- Programas Partidários e a Questão Racial elaborado pelo militante negro Ivair Augusto Alves dos Santos**

<b>1964 a 1979</b>	
ARENA ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL	Capítulo V – Integração Nacional Proclama a Arena a importância vital, para o Brasil, de alcançar estágios mais amplos de integração social e econômica, consolidando a integridade de comunidade nacional (língua, costume, ascensão moral, miscigenação e supressão de desníveis sociais e regionais) mediante sólido sentimento de solidariedade entre brasileiros desprovidos de preconceitos de quaisquer naturezas e uma participação efetiva de todos e de cada um na preservação dos valores que caracterizam a nossa paisagem cultural.
MDB – MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO	Diagnóstico da realidade política e sócio-econômica do Brasil No mundo moderno, a ordem econômica e social rejeita as concepções que abrigam privilégios e diferenças de casta, credo, cor e status Programa de ação no campo econômico-social XII – Estabelecimentos de definições claras para a política externa, na linha da independência, da afirmação e da segurança nacional I – condenação a todas as formas de discriminação notadamente a racial e a religiosa
<b>1979 a 1985</b>	
PTB PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO	Lutar para que todos os brasileiros trabalhistas ou não, de qualquer raça e credo, civis e militares, homens e mulheres, jovens e idosos, unamo-nos no esforço comum e patriótico pela democracia, paz e progresso do Brasil

•• 74 ••

PMDB PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO	O PMDB entende que os negros são, em nosso País, discriminados econômica, social e culturalmente. A imensa população negra de todos os matizes vive, em sua maioria, em condições de miséria nas cidades e nos campos, padecendo de subnutrição e de crônicas deficiências que ela provoca. Por isso, o Partido propugna pela criação de condições que lhe permitam romper o círculo vicioso configurado pela situação de pobreza e imobilidade social a que os negros estão submetidos. Tais condições deverão traduzir-se em melhores condições de educação, incluída a qualificação profissional, bolsas de estudo, obrigatoriedade de conceder matriculas em estabelecimentos de ensino, empregos em atividades produtivas e participação em entidades culturais. O PMDB exigirá que os negros sejam respeitados como homens e mulheres e defenderá na integralidade seus direitos como cidadãos brasileiros. O PMDB defenderá também a preservação do patrimônio cultural dos negros e o estudo da história da população negra, valores que têm sido desprezados e deturpados.
PT PARTIDO DOS TRABALHADORES	O PT manifesta-se solidário com os movimentos de defesa dos demais setores oprimidos, entendendo que respeitar as culturas e as raças significa ajudar e acabar com as discriminações em todos os planos, sobretudo econômico. Nesse particular, a luta pela defesa de cultura das terras indígenas bem como a questão do negro assumem papel relevante. O PT considera que as discriminações não são questões secundárias, como não é secundário o problema da mulher trabalhadora segregada na fábrica, no banco e, não raro, também no lar. O PT lutará pela superação desses problemas com o mesmo empenho com que luta contra qualquer forma de opressão. Sem isso, a democracia será palavra vazia para os trabalhadores, marginalizados social e politicamente, de ambos os sexos e de qualquer raça e cultura.
PDS PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL	Princípios Respeito às minorias étnicas, sociais e religiosas, componentes da expressão da nacionalidade e, bem assim, o seu pleno direito de participação, de representação, de ascensão e de acesso ao bem da sociedade e dos serviços do Estado.
PDT PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA	Compromissos prioritários O quarto compromisso programático é com a causa da população negra como parte fundamental da luta pela democracia, pela justiça social e a verdadeira unidade nacional. Esse compromisso nos concretizamos no combate à discriminação social em todos os campos, em especial no da educação e da cultura e nas relações sociais de trabalho. A democracia e a justiça só se realizarão plenamente quando forem erradicados de nossa sociedade todos os preconceitos raciais e forem abertas amplas oportunidades de acesso a todos, independentemente da cor e da situação de pobreza.

•• 75 ••

**ANEXO 5:** Texto de 4 de novembro de 1978:

AO POVO BRASILEIRO  
MANIFESTO NACIONAL DO  
MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO  
CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL

A ZUMBI

20 DE NOVEMBRO: DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA.

Nós, negros brasileiros, orgulhosos por descendermos de ZUMBI, líder da República Negra de Palmares, que existiu no estado de Alagoas, de 1595 a 1695, desafiando o domínio português e até holandês, nos reunimos hoje, após 283 anos, para declarar a todo povo brasileiro nossa verdadeira e efetiva data: 20 de novembro, DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA!

Dia da morte do grande líder negro nacional, ZUMBI, responsável pela PRIMEIRA E ÚNICA tentativa brasileira de estabelecer uma sociedade democrática, ou seja, livre, e em que todos – negros, índios, brancos – realizaram um grande avanço político e social. Tentativa esta que sempre esteve presente em todos os quilombos.

Hoje estamos unidos numa luta de reconstrução da sociedade brasileira, apontando para uma nova ordem, onde haja a participação real e justa do negro, uma vez que somos os mais oprimidos dos oprimidos; não só aqui, mas em todos os lugares onde vivemos. Por isto, negamos o treze de maio de 1888, dia da abolição da escravatura, como um dia de libertação. Por quê? Porque nesse dia foi assinada uma lei que apenas ficou no papel, encobrindo uma situação de dominação sob a qual até hoje o negro se encontra: JOGADOS NAS FAVELAS, CORTIÇOS, ALAGADOS E INVASÕES, EMPURRADO PARA A MARGINALIDADE, A PROSTITUIÇÃO, A MENDICÂNCIA, OS PRESÍDIOS, O DESEMPREGO E O SUBEMPREGO tendo sobre si, ainda, o peso desumano da VIOLÊNCIA E REPRESSÃO POLICIAL. Por isto, mantendo o espírito de luta dos quilombos, GRITAMOS contra a situação de exploração a que estamos submetidos, lutando contra o RACISMO e toda e qualquer forma de OPRESSÃO existente na sociedade brasileira, e pela MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO da Comunidade, visando uma REAL emancipação política, econômica, social e cultural. Desde o dia 18 de junho somos o MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL, movimento que se propõe a ser um canal das reivindicações do negro brasileiro e que tem suas bases nos CENTROS DE LUTA, formados onde quer que o negro se faça presente.

É preciso que o MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL se torne forte, ativo e combatente; mas, para isso é necessária a participação de todos, afirmando o 20 de novembro como o DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA.

PELO DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA

PELA AMPLIAÇÃO DO MNUCDR  
POR UMA VERDADEIRA DEMOCRACIA RACIAL  
PELA LIBERTAÇÃO DO POVO NEGRO.

**Extraído: GONZALEZ, Lelia; HASENBALG, Carlos A. Lugar de negro. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.**